BIBLIOTHECA DAS SCIENCIAS SOCIAES

HISTORIA

DE

PORTUGAL

POR

J. P. OLIVEIRA MARTINS

Quarta edição

TOMO II

LISBOA
LIVRARIA BERTRAND
Viuva Bertrand & C.ª successores Carvalho & C.ª
73, Chiado, 75
1887

BIBLIOTHECA

DAS

SCIENCIAS SOCIAES

III

Porto: Typ. de A. F. Vasconcellos, Moinho de Vento, 29.

BIBLIOTHECA

DAS

SCIENCIAS SOCIAES

I A Civilisação peninsular

I	Historia da civilisação iberica (3.ª ed.) 1885	1 vol.
II-III	Historia de Portugal (4.ª ed.) 1886	2 »
IV	O Brazil e as colonias portuguezas (2.ª ed.) 1881....	1 »
V-VI	Portugal contemporaneo (2.ª ed.) 1883	2 »

II A Pre-historia

VII	Elementos de anthropologia (3.ª ed.) 1885.........	1 »
VIII-IX	As raças humanas e a civilisação primitiva, 1881..	2 »
X	A linguistica.	
XI	Systema dos mythos religiosos, 1882...............	1 »
XII	Quadro das instituições primitivas, 1883	1 »
XIII	O regime das riquezas, 1883	1 »

III A Historia

XIV	Taboas de chronologia e geographia historica, 1884	1 »
XV-VI	Historia da republica romana, 1885................	2 »
	Historia do imperio romano.	
	Historia dos tempos modernos.	

IV A Economia social

Geographia politica e estatistica das nações.
A população e a emigração.
Theoria das instituições politicas.
Theoria das instituições economicas.

Da natureza e do lugar das sciencias sociaes (Introd. á *Bibliotheca).*

LISBOA
LIVRARIA BERTRAND
Viuva Bertrand & C.ª successores Carvalho & C.ª
73, Chiado, 75

HISTORIA

DE

PORTUGAL

POR

J. P. Oliveira Martins

(QUARTA EDIÇÃO)

TOMO II

LISBOA
LIVRARIA BERTRAND
Viuva Bertrand & C.ª successores Carvalho & C.ª
73, Chiado, 75
1886

HISTORIA DE PORTUGAL

LIVRO QUINTO

A catastrophe

(DYNASTIA DE AVIZ (continuação) 1500-80)

> Corre sem vela e sem leme
> O tempo desordenado
> D'um grande vento levado.
>
> CAMÕES, *Redondilhas: O Tempo.*

I

A côrte de D. Manuel

A conquista da India encheu de ambições o animo ostentoso do rei D. Manuel. Queria tambem figurar entre os primeiros soberanos da Europa, intervir de um modo conspicuo na politica internacional; e para isso resolveu mandar a Roma uma embaixada, tão faustuosa que deslumbrasse o mundo. Ao Salomão papal enviava o imperador de Sabá um tributo de cortezia, que era ao mesmo tempo um escudo de pretenções. Menos de quatro seculos andados tinham bastado para que o rei de Portugal, o antigo humilde vassallo da Egreja, se apresentasse hoje, não aos pés, mas em frente do throno papal, vestindo o manto roçagante de um imperio constellado pelas corôas do Oriente.

O rei de Portugal queria que se proseguisse no concilio de Latrão, na reforma dos abusos da Egreja, porque «desde o tempo do papa Alexandre sexto havia na côrte de Roma muita soltura de viver e se dava dissimuladamente licença a todo o genero de vicio, de maneira que grandes peccados se reputavam por veniaes, diz Goes. Amoestar o papa, continúa, e pedir-lhe que quizesse pôr ordem e modo na dissolução de vida e costumes e na expedição de breves, bullas e outras cousas que em a côrte de Roma tratavam, do que toda a Christandade recebia escandalo,» eis ahi a causa de uma embaixada anterior, e um motivo tambem da ostentosa missão de agora. Queria, porém, mais elrey que se lavrasse entre os principes christãos uma liga contra o Turco; queria ainda que o clero portuguez contribuisse com uma collecta para as despezas da India; e que o padroado de todas as egrejas do Oriente ficasse á Ordem de Christo, cujo mestrado andava com a Corôa portugueza. Sobretudo, o rei queria mostrar ao mundo o que valia e o que podia, ostentando a sua riqueza em Roma, ahi onde o seu embaixador tinha de pagar tudo a peso de ouro — salvo os *martyres*. Miguel da Silva annunciava a offerta de uma canonisação *gratis*.

A embaixada, confiada a Tristão da Cunha, partiu de Lisboa em janeiro (1514), e foi recebida em Roma em março. Era uma procissão magnifica, e o fausto espectaculoso do rei portuguez conseguiu deslumbrar essa côrte de Leão x onde se reuniam os primores da civilisação da Europa.

Partiram, primeiro, da porta del Populo, trezentos cavallos guiados á redea por outros tantos azemeis, vestidos de seda, e os cavallos cobertos por mantos de brocado com franjas de ouro. Seguia logo a turba da creadagem, e apoz ella os portu-

guezes de Roma, seculares e ecclesiasticos. Depois iam os parentes dos embaixadores, ostentando o luxo desvairado d'esses tempos: chapeus de plumas bordados de perolas e aljofar, grossos collares e cadeias de ouro cravejado de pedras preciosas, armas tauxiadas com embutidos e lavores, sedas, velludos, rendas, anneis; montando cavallos de raça, ornados de fitas e jaezes de preço. Eram mais de cincoenta os fidalgos; e atraz do brilhante esquadrão via-se, primeiro, uma companhia de bésteiros de cavallo, depois os officiaes da casa do papa, com a sua guarda de honra de archeiros suissos e lanceiros gregos, a pé.

A cavallo, os musicos da embaixada portugueza e trombeteiros e charameleiros do papa, reunidos, abriam a segunda metade, mais singular, do prestito, capitaneada pelo estribeiro do rei, Nicolau de Faria, que montava um cavallo cujos arreios eram esmaltados de ouro cravejado de perolas.

Um elephante, recamado de xaireis preciosos, levava, na sua torre, o cofre onde ia o pontifical offerecido por D. Manuel ao papa; e um nayre da India, vestindo os seus trajos de seda, ia governando o animal docil «tão formoso, sendo mui feio, que era cousa gentil de ver». Depois do elephante, n'um cavallo da Persia, montado por um caçador de Hormuz, ia deitada na anca uma onça domesticada. Estes animaes, dois leopardos em carros, encerrados em gaiolas, e o pontifical magnifico, eram as páreas que, dos seus dominios orientaes, o rei enviava ao papa. Morreu n'outra viagem o rhinoceronte, destinado a representar a Africa, mas foi depois empalhado para Roma; não chegando porém lá as quintaladas de cravo, de pimenta, de canella, de gengibre, de malagueta, carregação da náu que naufragou em Genova.

Depois das páreas, a embaixada formava um grupo deslumbrante de riqueza. Garcia de Rezende, o secretario, era seguido pelo rei d'armas de Portugal, com a sua cota vestida, e pelos maceiros do papa que precediam os embaixadores. Tristão da Cunha a cavallo «tão posto e tão poderoso com seu chapeu de perolas que matava todos de gentileza» vinha entre o duque de Bari e o governador de Roma; Diogo Pacheco entre o bispo de Nicosia e o embaixador de Allemanha, o conde Alberto Caspio; e João de Faria entre o bispo de Napoles e o sabio Guilherme Budeo, embaixador do rei de França. Depois seguiam os embaixadores de Castella e de Inglaterra, da Polonia, de Veneza e de Milão, de Lucca e de Bolonha, cada um com seu bispo ao lado, e marchando em columna, aos pares.

Havia seculos, desde o antigo Imperio, que a Italia não vira um elephante, e a novidade espantosa correndo por toda a peninsula trouxera gente de muito longe. Havia quem estivesse em Roma desde mezes esperando o grande dia, e as ondas de povo alastravam o chão anciosas: «Não sei contar a V. A. por onde vim, que eu não via outra cousa senão gente, sempre gente.» O dia amanhecera chuvoso, mas aclarou depois, e nas ruas, nos palanques, nos telhados das casas, nos balcões, por toda a parte, o negrume do povo se estendia a perder de vista.

Boa terça parte da população de Roma, por trinta mil pessoas, andava nas ruas para vêr o desfilar do prestito; e ao rumor, aos vivas, ás exclamações do povo, juntavam-se o estrondo das salvas de artilheria, e o cantico metallico dos sinos de todas as egrejas, repicando e dobrando com furor. Chegada a procissão em frente do castello de

Sant'Angelo, o papa, com os seus cardeaes, appareceu na varanda a recebel a; e o elephante, molhando a tromba, como hyssope, n'uma bacia de agua perfumada, aspergio por tres vezes, primeiro o papa, depois o povo. Singular ceremonia, extravagante sacerdote!

A' agua abençoada de virtudes mysticas, Roma preferia as essencias do Oriente; e um elephante de Ceylão valia muito mais, para a sua curiosidade naturalista, do que o funebre acolyto, á entrada da nave obscura do templo christão. A Egreja triumphante era acclamada na varanda de Sant'Angelo.

E' verdade que D. Manuel pedia, ou affectava exigir, que se reformassem os abusos da cleresia, que se moralisassem os costumes, e intimava com Gil-Vicente:

> Feirae o carão que trazeis dourado,
> Ó presidente do crucificado:
> Lembrae-vos da vida dos santos pastores
> Do tempo passado!

Mas se Leão x, o magnifico papa, não quiz ouvil-o, é fóra de duvida que o explendor da embaixada traduzia, mais o amor pagão da vida, do que o fervor mystico da pobreza virtuosa, da caridade humilde do christianismo legendario.

Não foi mais feliz o rei na pretenção que tinha de intervir nas pendencias internacionaes da Europa, propondo a liga contra o Turco, e advogando a chimerica idéa da Edade media, em que se abrazava o mysticismo hespanhol. [1] O rei levava n'isto, porém, um motivo interesseiro, porque abater o sultão na Europa era libertar a sua India das esquadras dos rumes do Egypto. Ninguem já na Eu-

[1] V. *Hist. da civil. iberica* (3.ª ed.) pp. 199 e segg.

ropa tinha odio ao Turco; e D. Manuel podia ostentar a riqueza oriental, mas não podia impôr a sua vontade á Italia, á França, á Allemanha — como o fez mais tarde Carlos v, o grande imperador. «Nem se fez o Concilio, nem se reformaram as cousas da Egreja, nem menos se poz em obra a guerra contra os turcos.»

A embaixada ficaria como uma opera magnifica, uma exhibição deslumbrante da riqueza oriental, uma satisfação esteril da vaidade portugueza, se o papa não accedesse ás outras pretenções da corôa. Conseguiu-se o padroado pedido para a Ordem de Christo, cousa facil; obteve-se a collecta das terças dos rendimentos ecclesiasticos; e além d'isso a Cruzada, que o nuncio trouxe, e na execução da qual, diz Damião de Goes, «por mau resguardo, culpa e demasiada tyrannia dos officiaes d'ella, foi o reino muito avexado, e sobre tudo a gente popular, a quem faziam tomar por força as bullas, fiadas por certo tempo, no cabo do qual, se não pagavam, lhes vendiam seus moveis e enxovaes, publicamente em pergão por muito menos do que valiam: pela qual deshumanidade os mais dos executores d'esta cruzada houveram mau fim».

Não era, decerto, repetindo em casa o que já levantava as côleras e indignações da Europa, que o rei podia obrigar o papa a reformar a Egreja; antes a venda das bullas trazia para Portugal o fermento de um protesto, que o espirito da nação não podia, é verdade, fazer levedar.

As questões religiosas, acordadas na Europa, tinham em Portugal um caracter particular. Na Peninsula, a constituição acabada do poder monarchi-

co — obra em que o rei D. Manuel trabalhou com affinco [1] — dava ás nações uma cohesão organica

[1] Na serie de phenomenos que caracterisam a politica centralisadora, iniciada por D. João II e seguida por D. Manuel, está em primeiro lugar o abandono das convocações de côrtes nacionaes. Essa instituição, cujas origens e historia o leitor conhece (V. *Hist. da civil. iberica* (3.ª ed.) pp. 54-7, e 169-73) vivera de um modo mais ou menos regular durante a primeira dynastia; mas a sua edade aurea é a primeira metade do reinado dos monarchas de Aviz (João I, D. Duarte, Affonso V; 1385-1478). A nova dynastia, nascida de um movimento popular, era legitima filha da nação: e as côrtes, onde ella se achava representada, collaboravam permanentemente com os reis no governo do Estado. A frequencia das suas reuniões, a força das suas reclamações, a variedade dos lugares onde se reunem, estão provando quanto a sua acção era geral e constante. Os precedentes dos dois reinados anteriores, e os creditos adquiridos, chegam a levar a assembléa de 1438 a decidir que haja reuniões ordinarias annuaes; e se tal cousa vingasse, as côrtes ter-se-hiam tornado entre nós um verdadeiro poder legislativo, á moda dos modernos. Não vingou, porém; e a condição das cousas, alterando as noções correntes sobre a origem do poder politico, determinou a decadencia gradual das côrtes, até ao ponto de se reunirem apenas para receber os juramentos e confirmar a posse da corôa pelos imperantes.

Eis aqui o catalogo das côrtes nacionaes durante a segunda dynastia:

Reinado de D. João I. — 1385, Coimbra. — 87, Porto, Coimbra, Braga. — 89, Lisboa. — 90, Coimbra. — 91, Evora, Vizeu e Lisboa. — 94-5, Coimbra. — 98, Porto, Coimbra. — 1400, Coimbra. — 401, Guimarães. — 404, Lisboa. — 406, Santarem. — 408, Evora. — 410, 12, 14, Lisboa. — 16, Estremoz. — 17, Lisboa. — 18, Santarem. — 27, Lisboa. — 30, Santarem.

Id. de D. Duarte. — 1434, Leiria e Santarem. — 35, Evora e Leiria.

Id. de D. Affonso V. — 1438, Torres-novas. — 39, Lisboa. — 41, Torres-vedras. — 42, 4, Evora. — 46, Lisboa. — 51, Santarem e Lisboa. — 55, 6, 9, Lisboa. — 60, Evora. — 65, Guarda — 68, Santarem. — 71, Lisboa. — 72, 3, Coimbra, Evora. — 75, Evora, Arronches. — 76, Lisboa. — 77, Monte-mór-o-novo. — 78, Lisboa.

Id. de D. João II. — 1481, 2, Evora, Alvito. — 83, Santarem. — 90, Evora.

Id. de D. Manuel. — 1495, Monte-mór-o-novo. — 98, Evora, Lisboa. — 99, 502, Lisboa.

Id. de D. João III. — 1525, Torres-novas. — 35, Evora. — 44, Almeirim.

Id. de D. Sebastião. — 1562, 3, Lisboa.

Id. de D. Henrique. — 1579, Lisboa. — 80, Almeirim.

Para as outras causas de constituição do poder absoluto dos monarchas, V. *Hist. da civil. iberica*, liv. III, 3-4. — V. tambem *Hist. da republ. romana*, I, pp. 450-1.

bastante, para impedir as revoluções anarchicas da França e da Allemanha, a cuja sombra medrava o protestantismo; e esta circumstancia favorecia as tendencias, evidentemente catholicas, do espirito collectivo. Por outro lado, a questão dos judeus complicava os problemas da reforma da religião, dando força á ortodoxia; porque o povo, sendo contra esses hereges, [1] de uma especie diversa, é verdade, encontrava, porém, n'isto mais um motivo para condemnar todo o genero de heresia.

A estas causas devemos juntar o ardôr mystico da côrte castelhana, que o rei D. Manuel, sem o partilhar, servia, na esperança de vir a herdar esse throno cubiçado, accrescentando mais a influencia que os felizes acontecimentos ultramarinos exerciam no animo de todos. Como seria condemnada por Deus a sabedoria de homens, a quem a Providencia galardoava todos os dias e de um modo inaudito? O céu abria-se em milagres: e a nação por elle favorecida protestaria? Nunca. Entre os pedidos geraes de reforma da Egreja, formulados por Gil-Vicente nos seus *autos*, por Damião de Goes, o amigo dos *humanistas*, por todos e pelo proprio rei; entre esses pedidos e o *protesto* mystico dos allemães, ha uma distancia que nem sempre se mede bem. E como havia de Portugal protestar, se, para que as revoluções, quer religiosas quer politicas, rebentem, é indispensavel o aguilhão da miseria: e o reinado de D. Manuel via abrir-se o thesouro do Oriente, que parecia inexgotavel?

D. João II tinha acolhido em Portugal os judeus foragidos de Castella; e D. Manuel protegera-os até ao dia em que casou. A expulsão dos judeus foi o preço porque julgou pagar o imperio da Pe-

1 V. *Hist. da civil. iberica* (3.ª ed.) pp. 263-9.

ninsula. Inconsequente e dubio na sua politica, oscillando entre o bom-senso e a ambição, obedecendo agora ás suas opiniões, logo arrastado pelos clamores do povo, o rei tornou-se réu das matanças que no principio do seculo molharam em sangue tantas terras, e mais do que todas Lisboa em 1506. O odio aos judeus era tradicional em toda a Hespanha: Portugal não fazia excepção. Já no seculo XIV as côrtes pediam a D. Pedro (1361) que não desse lugar aos judeus de sua terra de onzenarem, reclamando que «lhe deem logares aguizados pera saa morada e esto medez se estenda nos mouros». D. João II acolhera os expulsos de Castella, mas as côrtes não cessam de pedir leis de excepção para essa gente que suja o povo: que não usem vestidos ricos e só trajos por que sejam conhecidos (1482); que não sejam rendeiros das rendas reaes, nem tenham officios publicos, nem sejam feitores de nenhumas pessoas (1490). O povo, para o qual os assassinos de Christo eram réprobos, temia n'elles a habilidade e as artes com que, enriquecendo, desgraçavam o trabalhador. Esta velha questão chegava agora a uma crise. [1]

Um dia, o rei D. Manuel tomou para si o papel de Herodes, e como um satrapa mandou arrancar aos paes e baptisar todos os filhos menores de quatorze annos, «a qual obra não tãosomente foi de grão terror misturado com muitas lagrimas, dor e tristeza dos judeus, mas ainda de muito espanto e admiração dos christãos». Ao mesmo tempo, n'um praso breve, os judeus haviam de receber o baptismo, ou embarcar em navios que se lhes não davam. Era um choro, uma afflicção desoladora, e Lisboa parecia uma Babylonia com as turbas dos captivos

[1] V. *Regime das riquezas*, p. 190.

eleitos de Jehovah. Os malsins furavam pelas ruas, farejavam pelas casas á busca das creanças: as mães escondiam os filhos no seio, fugiam clamorosas, caíam desgrenhadas soluçando. Muitas preferiam afogar os innocentes, arremeçando-os do seio ao fundo dos poços ou ás aguas do rio. E a desolação era tanta que os proprios christãos davam guarida aos infelizes perseguidos.

Por outro lado, em Lisboa, onde, para embarcar, os judeus tinham vindo de todo o reino, os Estáos da Ribeira apresentavam o aspecto de um acampamento antigo. Albergadas em barracas as familias, vinte mil judeus esperavam as náus de embarque, contando hora a hora o prazo da redempção. Esse prazo correu, sem virem as náus: por isso foram todos convertidos á força, porque os teimosos ficavam captivos. Este baptismo forçado, causa de tantas desgraças posteriores, revela a politica dubia e falsa de um governo que não tinha a coragem purista do castelhano, depois de ter perdido o bom-senso e a humanidade dos tempos anteriores. Deshumanos, os actos eram ao mesmo tempo cobardes, pois o chronista diz com franqueza que se procedia assim com os judeus por serem párias, sem rei nem terra, não se podendo já fazer outro tanto aos mouros, com medo das represalias dos soberanos mahometanos.

De tal modo se originou a crise que teve na éra de 1506 o seu primeiro episodio tragico.

As fomes dos annos precedentes, a peste que lavrára no outomno anterior e victimava já na primavera mais de cem pessoas por dia, enchiam de afflicção o povo da capital, que buscava uma causa a tamanhas desgraças. D. Manuel tinha fugido da peste, para Evora. O castigo tremendo, que a colera divina impunha sem piedade, não podia ter

outro motivo senão a criminosa protecção concedida aos judeus. Baptisados, mas não convertidos, eram uma viva e impune blasphemia; e todos os seus actos religiosos outros tantos sacrilegios. Deus estava, decerto, offendido; e por isso castigava sem dó. E o pobre povo soffria tamanhas miserias por causa d'esses malditos que insultavam Deus dentro do seu templo sagrado, fingindo orar e commungando! Eram só estas accusações vagas e mysticas? Não eram. O baptismo forçado dos judeus tornara mais grave ainda o problema economico da sua existencia. «Depois que tiveram nome de christãos, diz Damião de Goes, poderam tratar em muitas cousas que pelo direito canonico expressamente lhes eram defezas — das quaes uma era não arrendarem os bens das egrejas nem nenhumas novidades, do que se seguia não haver n'aquelle tempo tantas vezes carestia de mantimentos como houve depois que elles começaram a tratar n'isso, fazendo alevantar o preço ás novidades da terra.»

A 15 de abril tinha havido uma procissão, com muitos votos e lagrimas, pedindo a cessação do flagello; e todas as noutes, em S. Domingos, se faziam preces publicas. Houvera um milagre, a 19, domingo de Paschoela: a custodia do lado do *Senhor* apparecera illuminada; mas um herege ousou rir, dizendo que um pau secco não podia fazer milagres. Isto fez transbordar a ira de todos, e o tumulto começou fulminante. O impio foi tirado pelos cabellos de rastos, para fóra da egreja, e logo alli morto e lançado a uma fogueira.

Os mercadores dos arcos do Rocio, desde a Bitesga até S. Domingos, fecharam as lojas — onde vendiam as cassas de Hollanda, os pannos de linho cadequim da India, rendas, tranças, franjas e passamanarias — vindo em pessoa, com os seus escra-

vos pretos e mouros, engrossar o tropel. A multidão corria por debaixo d'essa arcada, que limitava por oriente o Rocio, abrangendo o Hospital e o dormitorio do convento de S. Domingos, amontoando-se ás portas da egreja, onde o borborinho era grande, e um frade, de crucifixo em punho, prégava, exaltando o furor religioso da turba.

As mulheres agitavam-se colericas pronunciando ditos obscenos, palavras descompostas, á mistura com as expressões de refinada devoção e de um fervente beaterio. Incitavam os homens á matança; e, do pulpito, o frade, oraculo do céu, definia com palavras os sentimentos da multidão. Os judeus eram a causa da fome, eram a causa da peste! De cruz alçada, saíndo da egreja, os frades vinham clamando «Heresia! Heresia!» concitando o povo á matança.

Já houvera sangue, já crepitava o lume; e a côr rubra e os primeiros ais dos muribundos exacerbaram, como a um touro, a furia da plebe, açulada pelos sermões dos frades energumenos. Desencadeou-se a tempestade, rebentando n'uma hora a colera reunida em muitos seculos. Cresceram as fogueiras no Rocio e na Ribeira; e os bandos iam caçar pela cidade os judeus escondidos, invadindo as casas. Traziam-nos ás manadas de quinze ou vinte, amarrados, feridos, cuspidos, semi-mortos; e lançavam-nos, aos montes, nas fogueiras. As chammas crepitavam, e os gritos dos moribundos conseguiam ouvir-se por entre o vozear da plebe. Os sinos dobravam a rebate, chamando os fieis á matança. Viam-se os homens despirem-se, para mostrar que, não sendo circumcisados, não podiam ser judeus; porque o furor da plebe já a arrastava a queimar tudo, n'uma fogueira que purificasse os ares pestilentes. Além d'isso as vinganças pessoaes

e o roubo soltavam-se á vontade no meio da desordem. Queimavam-se os infelizes porque os tinham assassinado, e assassinavam-se porque se não deixavam roubar. Ao saque de Lisboa tinham corrido as tripulações dos navios do Tejo: eram mais de quinhentos marinheiros flamengos e outros; e na faina do roubo e da matança andavam gentes de todas as nações e côres, invadindo as casas, violando as mulheres, e incendiando. No primeiro dia, domingo, não faltou gente: matou-se meio milhar. Na segunda feira eram já mil e quinhentos os que andavam na faina da matança. As justiças tinham fugido, o povo escondera-se, os judeus aferrolhavam as portas, e emquanto os escravos acarreavam lenha para as fogueiras, os bandidos assaltavam as casas com vaivens e escadas. Arrancavam as creanças do collo das mães desesperadas, e, tomando-as pelos pés, esmagavam-lhes os craneos tenros contra os muros. As casas escorriam sangue, que se precipitava pelas escadas, vindo reunir-se em poças nas ruas. Havia um cheiro nauseabundo de carne queimada, risadas ferozes no rosto dos pretos, e olhares terriveis na face macillenta dos frades, que prégavam ás esquinas das ruas. Os desgraçados corriam ás egrejas perseguidos, rojavam-se nos altares abraçados aos santos e ás reliquias, e d'alli eram levados á fogueira arrastados pelos sicarios. Na segunda feira mataram-se mais de mil. Na terça acalmou a furia «porque já não achavam quem matar». Tres dias e duas noutes durou a orgia; e no fim contavam-se mais de trezentas pessoas queimadas, mais de duas mil mortas, e não se sabe quantas mulheres, chorando com amargura a sua viuvez, a sua orfandade, a sua miseria, a sua deshonra.

O rei acudiu com tropas, abriu devassa e enfor-

dos seus maiores, revendo-se todo na sua gloria; ou assistia ao esgrimir pedante do alfobre das litteratas da côrte, a infanta D. Maria, Anna Vaz, as Sigêas e as Hortensias; ou escutava os autos em que Gil Vicente, fulminando o clero, era applaudido pela côrte *humanista,* ainda não inspirada pelo mysticismo funebre de D. João III.

Esta inferioridade do rei fez com que elle não soubesse imprimir ao dominio do Oriente o caracter de um imperio, pondo-se a commerciar por sua conta, como faziam em Carthago os oligarchas da republica, e agora, em Veneza, os doges mercadores. Guardou para si o monopolio de certos generos da exportação; e, da importação, a pimenta era privilegio seu. O Brazil e a Africa ainda rendiam pouco ou nada para o Thesouro, [1] mas a India estava em plena sazão de receitas. Orçava por vinte mil quintaes só a pimenta que vinha cada anno, produzindo o melhor de um milhão de cruzados: afóra isto havia os rendimentos do Estado, e para a nação os lucros de um commercio opulento. E quanto á metropole, os redditos *bem fectos, forros* de toda a despeza, attingiam duzentos contos. Garcia de Rezende diz que vemos no reino

> As rendas tanto crescer
> Que agora o vemos render
> Duzentos milhões de reaes
> India e Mina não entrando.

Lisboa avantajava-se em riqueza, em população; o Tejo via-se coalhado de navios de todas as nações, que vinham trazer e levar os productos de todo o

[1] V. *O Brazil e as colonias port.* (2.ª ed.) p. 34.

mundo. Os mercadores, operando sobre os grandes valores dos carregamentos asiaticos,

> Venderam junto em um dia
> Em drogas, especiaria,
> Setecentos mil cruzados.

Damião de Goes diz que viu «muitas vezes na casa da contratação da India mercadores com saccos cheios de dinheiro de ouro e prata pàra fazerem pagamento do que deviam; o qual dinheiro lhes diziam os officiaes que tornassem o outro dia, por não haver tempo de o contar». O commercio do Oriente fazia-se, ou por mar, livremente; ou com os naturaes, á sombra da protecção dos sultões; ou por contractos (á maneira depois seguida pelos hollandezes) com os soberanos locaes: era este o systema adoptado na costa do Malabar, em Kananor, em Katchi, e em Kollam, bem como na ilha de Ceylão.

Apesar das desordens e das pestes, [1] Lisboa contava mais de cem mil habitantes, porque a immigração era abundante, do reino e de fóra d'elle. Irregular nas suas ruas tortuosas, e tão estreitas que muitas vezes os carros esmagavam contra os muros quem passava, a cidade tinha na rua nova dos Ferros uma arteria, que era ao mesmo tempo o coração da sua vida commercial e o da sua vida brilhante. [2] Contava cerca de vinte lojas de pannos, trinta de sedas e outras fazendas, treze de mercea-

[1] Os cataclismos de toda a especie, incluindo os terramotos, fazem de Lisboa uma cidade, cuja população se tem renovado successivamente, alimentando-se com a immigração de provincianos e de estrangeiros. Não ha fixidez de typo em cidades assim; e por isso, apesar dos milhares de negros, que, depois dos judeus, se misturaram com a população, seria um erro dar importancia organica a qualquer d'estes elementos, para determinar a phisionomia da população em qualquer epocha ulterior. — [2] V. *Hist. da repub. romana*, I, p. 382.

rias e especiarias, nove boticas, onze livreiros, e mais de cincoenta sirigueiros e ourives. A' porta dos bazares dos homens de negocio, naturaes e estrangeiros, pavoneavam-se os casquilhos; e todos os prestitos e procissões desfilavam por essa arteria opulenta da cidade. Ahi pulsava o coração da capital, feito de luxo e devoção; ahi se cruzavam os trajos variegados e as cores diversas das gentes remotas que as conquistas traziam a Lisboa. Perpassavam as pretas com as canastras da limpeza á cabeça, ou vendendo agua por conta dos senhores: havia milhares d'ellas em Lisboa. Perpassavam os mendigos rotos e os fidalgos vestidos de seda. Corria a multidão n'um sentido, e ouvia-se o rumor surdo de um prestito: era o rei, que vinha de passeio, com o seu cortejo asiatico. A' frente apparecia a ganga, rhinoceronte da Africa, depois, como montanhas, os cinco elephantes das cavallariças do rei, recamados de xaireis de brocado, depois, n'um cavallo da Persia, o caçador com a onça, como na embaixada papal, por fim o rei e a côrte, cavalgando, cercados e seguidos pelas bandas de atabales e clarins. Era um rei da Europa? era um rajah da India? ou um soldão de Babylonia?

O cortejo deslumbrante sumia-se, e certas vezes a rua-Nova tinha um outro aspecto oriental. Na quinta-feira santa desenrolava-se á noute a funebre procissão sagrada em que iam trezentos *irmãos* com vestes pretas, e muitos mais penitentes, oitocentos, um milhar, disciplinando-se a escorrer em sangue. Ouviam-se preces e gemidos clamorosos, viam-se crucifixos erguidos e homens com barras de ferro aos hombros, ou cruzes de madeira ou de pedra, como Jesus na sagrada paixão. Ao lado dos penitentes iam os que levavam as bacias de vinho cosido para molhar as disciplinas «porque lhes

apertem as carnes», e mulheres com bocetas de marmelada e cidrão, dons das fidalgas, para os que desmaiavam no caminho. Por entre a lugubre procissão fuzilavam baças as luzes das candeias e das tochas enfumadas, e de espaço a espaço, no negrume da noute, oscillavam no ar phantasticamente as chammas dos pharoes de fogo erguidos em varas altas. [1]

Lisboa apresentava o aspecto duplo de uma orgia de mercadores e de uma penitencia de fakires: os dois lados do genio como que africano da sua gente appareciam; e a tragedia que se representava no Oriente, tinha um ecco nas scenas da capital — como em Carthago, quando os phenicios, mercadejando por todo o Mediterraneo, adoravam nos seus templos Mylitta e Baal. [2]

O tempo, corrompendo o imperio, havia de atrophiar a riqueza, exacerbar a devoção e apagar o que restava d'essa semente de cultura iniciada pelos filhos de D. João I e ainda protegida ao depois, até que a vinda dos jesuitas a perverteu. O commercio traduzia um serio movimento da intelligencia. Calculava-se que os livreiros vendiam para cima de vinte mil cruzados por anno; e o valor do papel recebido de França, de Veneza e de outros lugares, não importava em menos. De toda a Europa acudiam a Lisboa os productos das suas varias industrias. Eram as escarlatas de Veneza e Valencia, os razos de Florença, as sarjas de Flandres, as marlotas de Constantinopla, as sedas de Napoles, os velludos de Genova, os damascos de Lucca, os coraes, o cinabrio, o arame, e os espelhos de Veneza, que só o rei podia mandar para a India.

[1] V. *Systema dos mythos relig.*, p. 306. — [2] V. *Hist. da republ. romana*, I, pp. 185-6, e II, p. 235.

Todos os generos da Europa e os productos do reino, o vinho, o azeite, os pannos, vinham a Lisboa, para embarcarem para o Oriente; mas o que mais chamava ao Tejo os armadores de toda a parte, o que fazia acudir os curiosos e os ricos aos bazares da rua-Nova, eram essas preciosidades que as náus da India traziam constantemente. Além dos carregamentos de pimenta e de arroz, vinham as especiarias: o cravo das Molucas, a noz e massa de Banda, o gengibre de Kollam, a canella de Simhala — para os vastos armazens á borda do rio, d'onde eram baldeados nos navios de todas as nações da Europa. Os generos preciosos constituiam um commercio de grande valor: era o marfim da Guiné, em Africa; eram as sedas da China e os tapetes da Persia, o ambar das ilhas malaias, o sandalo de Timor, as tekas e couros de Katchi, o anil de Kambai, o pau de Solor, as cambraias de Bengala; o ebano, o borax, a camphora, a laca, a cera, o almiscar de Hormuz; e as porcellanas curiosamente pintadas com vivas côres, sobre a massa leve e transparente. As pedras e os metaes preciosos completavam, por fim, o catalogo dos productos orientaes reunidos em Lisboa. Sofala e Sumatra mandavam o ouro e prata; o Japão e Manaar as perolas, que tambem vinham de Kalchar; o Pégu os rubis, e toda a India os diamantes. De Hormuz recebiam-se directamente os cavallos da Arabia e da Persia.

Na embriaguez de tamanhas riquezas, quem podia ouvir o grito lancinante do judeu queimado? quem se atreveria a affirmar que a nação se arruinava? que os campos se despovoavam? que a miseria crescia? e que o rei de Portugal, tão opulento, era de facto um pobre pedinte?

Tal foi, porém, a verdade, logo no reinado de D. João III. As rendas do thesouro não chegavam para custeiar as despezas publicas; e o rei, a braços com falhas enormes, esmolava emprestimos successivos em Flandres, e em toda a parte, sem saber como havia de pagar os juros exorbitantes, que cada dia mais aggravavam o estado da sua fazenda. Já em 1534 D. João III devia «por juros vendidos, dividas das casas da India e cambios de Frandes» quatro annos das receitas do reino, ou oitocentos contos. Tres annos depois, os «cambios dos dinheyros tomados a emterese» em Flandres, chegavam a cento e vinte mil cruzados. Em 1543 esses *dinheyros* só por si representavam já quasi tanto como a divida total de nove annos antes: excediam setecentos contos. [1]

Era verdade que a India produzia muito, mas absorvia immenso. O oceano tragava esquadras, subvertendo milhões e milhões de cruzados. Não menos de 32 náus se tinham perdido nos trinta annos, desde que durava o novo reinado (1521-51). O abandono de Arzilla e das mais praças de Africa não teve outro motivo, senão a penuria da nação, em dinheiro, e tambem em gente. D. João III, obedecendo á tradição humanista iniciada pelos filhos de D. João I e querendo emparelhar os estudos superiores ao que eram nas nações da Europa central, reformara a Universidade de Coimbra, contratando professores e dotando-a generosamente; mas o reino já não podia com tamanho encargo. «Os gastos da Universidade tiraram demasiado pola fazenda real, e disso havia queixas por sobejarem estudantes e faltarem soldados.»

Já se calculava que a população do reino bai-

[1] V. *Regime das riquezas*, pp. 196-8.

xara de metade: de dous a um milhão de almas; o que não admirava, pois saíam annualmente para as Indias mais de 8:000 homens válidos; e a população rural definhava, vergada ao peso de uma miseria funebre. Fomes successivas tinham dizimado tambem a população. Em todo o anno de 21 não choveu, e no seguinte a miseria lavrava por todo o reino. Lisboa regorgitava de pobres e morria gente de fome pelas ruas, sob os alpendres das casas. As terras pareciam cinza, e em vez de sulcos de arado viam-se fendas e gretas da seccura desoladora. Por uma semana não houve pão: comia-se carne e fructas. Em 35 voltou segunda ou terceira fome, a que o rei acudiu mandando comprar cereaes em Dantzig e na Flandres.

Os preços ordinarios do trigo tinham triplicado, e a carne era um objecto de luxo: cada arratel valia 8 a 10 reaes, isto é, 240 a 300 rs. do preço actual. O alqueire de centeio custava o equivalente de 300 a 400 rs.; ao passo que o trabalhador rural, com cavar á enxada todos os dias, de sol a sol, não ganhava mais de metade. Não lhe dando o trabalho para comer, mendigava; e ia de porta em porta, pelas casas fidalgas, pelos conventos e passaes dos prelados, pelas commendas, conezias e abbadias, pedir que lhe matassem a fome. Garcia de Rezende nota assim o encarecimento do pão:

> Vimos em Evora valer
> Os moios de pão iguaes
> Quinze, vinte mil reaes:
> Agora os vemos vender
> A setenta mil e mais.

«Não ha paiz onde as cousas sejam mais caras do que em Portugal», dizia o belga Cleynarts. Por um florim em Louvain, notava, tinham-se mais

cousas, do que por um ducado aqui. A agricultura estava inteiramente abandonada, os escravos desempenhavam todos os serviços domesticos, e os estrangeiros todas as industrias. Os portuguezes viviam indolente, luxuosa, e miseravelmente. O belga, nem por 25 ducados ao anno, podia obter uma creada em Lisboa; e todo o serviço domestico era feito por negros e mouros captivos. Os escravos, em numero de dez mil, representavam a oitava parte da população da capital; e seus donos faziam d'elles creação para venda, como se foram bestas. Em Evora, os negros eram mais do que os brancos; e o belga, que vinha de Salamanca, onde tivera casa farta, á moda do seu Brabante, dizia-se transportado a uma cidade do inferno.

A emigração dos naturaes, a incessante importação de negros de Africa, [1] alteravam a phisionomia da população, e Garcia de Rezende escrevia:

> Vemos no reyno metter
> Tantos cativos crescer,
> E irem-se os naturaes,
> Que, se assim for, serão mais
> Elles que nós, a meu ver.

As manadas de escravas, creadas como rebanhos, pervertiam os costumes; «e Venus, dizia o belga, merece em toda a Hespanha o nome de *publica*, como em Thebas, e mórmente em Portugal, onde é raro ver um mancebo contraír uma ligação legitima». Esta desordem concorria decerto para diminuir a população. O rei dera a um fidalgo o exclusivo das casas de prostituição em certa villa do Algarve.

[1] V. *O Brazil e as colon. port.* (2.ª ed). l. II, 1; o trafico da escravatura; pp. 58-68, a escravisação dos negros africanos; *Hist. da republ. romana*, I, p. 385, e *Inst. primit.*, pp. 286-9.

A corrupção desvirtuára todas as qualidades do caracter nacional. A justiça era um mercado, no reino e na India; e a nobreza ingenita, que além se traduzia em ferocidade, traduzia-se em Portugal n'um luxo impertinente e miseravel. Era uma ostentação, já não era um orgulho ingenuo. As classes sociaes estavam confundidas, e os plebeus olhavam com desdem as profissões mecanicas, para irem á India batalhar, afidalgar-se. Não haveria barbeiros, nem sapateiros, nem artifices, se não fossem os de fóra. As mulheres, sempre na rua, a pavonear-se, ou a correr as egrejas em devoções, não tinham mais utilidade pratica, dizia o belga, do que a lingua e aquillo que lhes dá o titulo de casadas.

«Se eu quizesse seguir o uso do paiz, accrescentava, poria mula e quatro lacaios, jejuando em casa.» O typo do fidalgo pobre era tão commum e tão ridiculo, que andava nas comedias, conforme se vê em Gil-Vicente:

> **Trazeis seis moços de pé**
> **E acrescentae-los a capa**
> **Coma rei, e por mercê,**
> **Não tendo as terras do papa,**
> **Nem os tratos da Guiné,**
> **Antes vossa renda encurta**
> **Coma pano de Alcobaça**
> ....
> **Todo o fidalgo de raça**
> **Em que a renda seja curta**
> **He por força qu'isso faça.**

Para satisfazer a vaidade dava tratos ao estomago:

> **Vem tão ledo: — Sus! cear!**
> **Como se tivesse quê.**

E a carestia dos viveres reduzia-o a pão e agua e rabanetes, quando os havia na praça:

> Toma um pedaço de pão
> E um rabão engelhado
> E chanta n'elle bocado,
> Coma cão.

O pobre mordia-se de inveja, diante do luxo insultante do que tornava da India rico, e se passeava na rua-Nova com um estado oriental. Precediam-no dous lacaios, seguidos por um terceiro com o chapéu de plumas e fivelas de brilhantes, um quarto com o capote, e, em roda da mula, preciosa de jaezes e luzidia, um quinto segurava a redea, um sexto ia ao estribo amparando o sapato de seda, um setimo levava a escova para afastar as moscas e varrer o pó, um oitavo a toalha de panno de linho para limpar o suor da besta, á porta da egreja, emquanto o amo ouvia missa. Eram todos oito escravos pretos, vestidos de fardas de côres agaloadas de ouro ou prata.

Se a nobreza ingenita e o orgulho do caracter se tinham transformado em uma vaidade miseravel, tambem a doença entrara na fé. A devoção, tornando-se em hypocrisia ingenua, e o mysticismo em carnal embriaguez, tinham exagerado o numero dos frades e clerigos, por não haver mais farta nem rendosa vida:

> Somos mais frades que a terra
> Sem conto na christandade.

E a plebe tonsurada acompanhava pelos prostibulos e tabernas a relé da gente devassa e inutil:

> He cura no Lumiar,
> Sochantre da Mealhada
> Arcypreste de canada
> Bebe sem resfolegar.

Na aristocracia do clero os defeitos eram outros. Elegantes, sabios, requintados, os grão-senhores da Egreja praziam-se em orgias de ordem diversa. A embriaguez do mysticismo molle entontecia, nas capellas reconditas, forradas de sedas, com lampadas de prata cinzelada e alvos Christos de marfim sobre cruzes de ebano. Era ahi que se ouviam as confissões mysteriosas das fidalgas, e se rezava á noute o rozario mystico por fios de perolas de Manaar — um encanto. E o terrivel imperio, com que era governada a cidade christan, á imitação do despotismo da cidade civil, enchia de authoridade os padre-mestres da Egreja, sanctificando-lhes todas as cruezas e perfidias de que usavam para converter e submetter o fiel omisso e o christão-novo impenitente.

O mysticismo não resistia á corrupção geral, e se se tornava externamente uma furia, começava já no intimo a desenhar aquelle estado puerilmente senecto que, para além da educação dos jesuitas, vamos vêr pronunciar-se claramente no nosso seculo XVIII. Do tempo de D. João III já Garcia de Rezende, coevo da primeira camada dos homens da India, dizia:

> Agora vemos capinhas
> Muito curtos pellotinhos
> Golphinhos e sapatinhos
> Fundas pequenas, mulinhas
> Gibõesinhos, barretinhos
> Estreitas cabeçadinhas
> Pequenas nominasinhas
> Estreitinhas guarnições
> E muito mais invenções
> Pois que tudo são coisinhas.

O diminutivo impera, a gente amesquinha-se, a nação decáe.

II

A Inquisição (D. João III)

A Inquisição, ardentemente desejada e pedida por D. João III ao papa, estava fundada; e se a creação do tribunal era o unico meio de conter e moralisar os furores fanaticos da turba, e de evitar o systema de matanças e pilhagens do reinado anterior, é fóra de duvida que os nervos da nação, já flascidos e pobres, não podiam usar, de um modo relativamente justo, a arma terrivel que lhes era confiada.

Os desejos do rei e dos seus acolytos eram sinceros e desinteressados; mas o estado moral das classes directoras era tal, que a instituição appareceu podre, desde todo o principio. Nem a tortura, nem as fogueiras propriamente a condemnam, porque esses processos eram communs ao direito penal contemporaneo. Os que identificam a crueldade com o habito dos dominicos, não se lembram de que antes de haver Inquisição, quando os processos de heresia corriam pelas mãos dos bispos, a crueldade era tão grande como foi depois. Em 1548, em Gôa, sob o governo de Martim Affonso de Souza, que presidia com o seu ouvidor á meza secular, e que por parte da justiça civil confirmou a sentença; em 1548, dizemos, o arcebispo, predeces-

sor dos inquisidores, condemnava um réu de heresia a ser queimado vivo, consentindo, porém, piedosamente, que, se se retractasse... o afogassem.

Não é pois a crueldade que condemna a Inquisição, mas sim o facto de constituir em poder do Estado uma funcção até então exercida de um modo mais ou menos regular, mas não consagrada ainda n'uma instituição particular. Não innovou: deu, porém, corpo, unidade e sancção, a processos que anteriormente se seguiam já. Tornou systematico e constitucional o uso que se fazia dos meios perfidos, atacando frente a frente a humanidade, a familia, o caracter, a virtude: triturando o homem em tudo o que ha nobre no espirito, em nome de uma razão-d'Estado transcendente. A Inquisição foi uma policia com authoridade de tribunal; e se já nos repugnam os meios immoraes da policia, que será quando esses meios são um poder, não um instrumento? quando servem para condemnar, e não para elucidar e preparar apenas, de um modo indirecto e méramente prévio, o juizo do tribunal?

Tal era o vicio organico da Inquisição; e não só da nossa, como de todas essas instituições nascidas do espirito mystico que, á maneira do cesarismo no Estado, sacrificavam as garantias do individuo, quebrando todas as mólas moraes que levantam o homem na sociedade. E d'este vicio organico, inherente ao proprio principio, provinham logo as funestas consequencias: a ferocidade cruel e a devassidão natural dos cesarismos e dos mysticismos. Ponha-se, agora, nas mãos de uma sociedade corrompida até á medula, a arma terrivel de um poder absoluto e irresponsavel em si, e sem limites moraes nem legaes nos seus meios, e conceber-se-ha como a Inquisição portugueza, nascida do

seio das torpes negociações de tantos annos, [1] appareceu lógo á nascença podre, qual miasma de uma lagoa infecta.

Os seus processos infringiam todas as regras elementares da justiça e do bom-senso. Os delatores serviam de testemunhas; os filhos depunham contra os paes, os paes contra os filhos; o réu não podia communicar com os defensores, nem conhecia quem o accusava; a delação era applaudida e a espionagem considerada uma virtude. Os *familiares* insinuavam-se nas familias, como medicos, confessores, intimos e conselheiros, para captarem os segredos e os delatarem. Da sentença não havia revisão, nem appellação. Nas prisões não havia prasos preventivos, e o encarcerado jazia mezes, annos, todo o resto da vida muitas vezes, ignorante do crime de que o accusavam. Armavam-lhe laços e perfidias para o perder. Mettiam-lhe no carcere pessoas subornadas, que se diziam tambem pacientes, para o afagarem e se condoerem da sua miseria. Ganha assim a confiança, começavam as confidencias: a Inquisição era um horror, uma peste! E se o miseravel, perdido, applaudia, estava condemnado. Para lhe obter a confissão de faltas, imaginarias frequentemente, os inquisidores fingiam enternecer-se, promettiam perdões, ajudavam, seduziam, até que o miseravel confessasse o que fizera, ou não fizera.

Esta especie de tortura era muitas vezes mais dolorosa do que a outra; e os infelizes encarcerados chegavam a considerar um céu o calabouço negro, onde lhes não era dado, nem vêr, nem fallar, nem gemer, nem chorar, sob pena da chibata do verdugo. No seio da treva e do silencio absoluto,

[1] V. *Hist. da civil. iberica* (3.ª ed.) pp. 271-6.

nem bem sabiam se viviam ou tinham morrido, e, como idiotas, deixavam-se ficar estendidos no chão, immoveis, no antro dos seus sepulchros.

Cada vez que a porta do carcere se abria, estremeciam de medo, ou de uma esperança meio-apagada. Levavam-nos amarrados á casa dos tormentos; e emquanto iam descendo as escadas tortuosas, onde os gritos se perdiam abafados, o juizo ardia-lhes, confundiam-se-lhes as idéas, já não distinguiam do real o supposto; começavam a crer-se monstros, a acreditar em tudo aquillo de que eram accusados: tinham visto o diabo em pessoa, tinham-lhe vendido a alma, tinham partido com um machado um crucifixo, etc. O inquisidor, frio e funebre, sentado ao fundo da casa de abobada, mal allumiada por tochas presas em anneis de ferro ás paredes, acreditaria no diabo e nos seus apparecimentos? Porque não? Um doido torturava um idiota; e, no fundo escuro de uma crypta, a loucura dos homens tinha os seus ágapes terriveis. [1]

Demonios pareciam os verdugos, mudos e mascarados, com o capuz e samarra de hollandilha preta, onde havia os buracos dos olhos e da bocca, movendo-se como automatos a preparar os instrumentos da tortura; e de toda aquella gente, nem talvez o medico, a um lado, a observar que a vida dos pacientes se não apagasse de todo, tivesse o juizo são. Desde que os homens se tinham considerado senhores da verdade absoluta, a palavra de Deus enlouquecia-os, e fazia d'elles monstros. N'essas lugubres tragedias morria por vezes o miseravel, na tortura ou no carcere; e então era enterrado nas covas do palacio, sendo primeiro o esqueleto descarnado, religiosamente, para que os

[1] V. *Syst. dos mythos relig.*, pp. 322-4.

ossos podessem figurar no Auto-da-fé proximo, queimados na fogueira.

O primeiro d'esses dramas funebres e burlescos teve lugar em Lisboa no dia 20 de setembro de 1540: ainda a Inquisição não estava definitivamente confirmada pelo papa.

A procissão saía do palacio do Rocio, para a praça da Ribeira, onde tinha lugar a ceremonia. Vinham á frente os carvoeiros, armados de piques e mosquetes para olhar pelas fogueiras; depois um crucifixo alçado, e os frades de S. Domingos, nos seus habitos e escapularios brancos, com a cruz preta, levando o estandarte da Inquisição, onde n'uma bandeira de seda se via a figura do santo, tendo n'uma das mãos a espada vingadora, na outra um ramo de oliveira: *Justitia et Misericordia.* Apoz os frades, seguiam as pessoas de qualidade, a pé: familiares da Inquisição, vestidos de branco e preto, com as cruzes das duas cores, bordadas a fio de ouro.

Depois vinham os réus, um a um, em linha; primeiro os mortos, depois os vivos: fictos, confictos, falsos, simulados, confitentes, diminutos, impenitentes, negativos, pertinazes, relapsos — por ordem de categoria dos delictos, a começar nos mortos e pelos contumazes.

Em varas erguidas como guiões, que os homens de samarra e capuz de hollandilha preta levavam, penduravam-se as *estatuas* dos condemnados ausentes, vestindo as *carochas* e *sambenitos*; e se a estatua representava o morto, outro verdugo seguia apoz d'ella com uma caixa negra pintada de demonios e chammas, contendo os ossos, para serem lançados aos pés da estatua na fogueira. Mais de uma vez se queimaram esqueletos desenterrados de pessoas que, immunes durante a vida, foram julgadas e condemnadas depois de mortas.

*

Em seguida vinham os réus vivos, por ordem crescente de gravidade dos crimes, sem distincção de sexos, um a um, com o padrinho ao lado, ou com o confessor dominico, se iam a queimar. Os homens vestiam um fato raiado de branco e preto, com as mãos, a cabeça e os pés nus; as mulheres appareciam em longos habitos da mesma fazenda. Traziam todos tochas de cera amarella na mão, e o baraço ao pescoço. Insignias differentes distinguiam os que iam ao fogo, dos penitentes e dos confessores. Estes vestiam o *sambenito*, especie de cazula branca, com as cruzes de santo André, vermelhas, no peito e nas costas; e levavam a cabeça descoberta. Os que depois da sentença tinham obtido perdão da fogueira, levavam *samarra*, uma cazula parda; e *carocha*, uma mitra de papelão; e n'uma e n'outra, pintadas, linguas de chamma invertidas, o *fogo revolto*, a indicar a sua sorte. Os condemnados á morte, quer para serem estrangulados primeiro, quer não, os destinados, vivos ou mortos, á queima, levavam na samarra e na carocha o retrato pintado, ardendo em chammas, com demonios pretos pelo meio, e o nome escripto, e o crime por que padeciam.

Depois da estirada procissão, no couce, vinham os alabardeiros da Inquisição, e, a cavallo, os officiaes do conselho supremo, inquisidores, qualificadores, relatores, e mais sequazes da cohorte. Os sinos dobravam pausadamente nas torres das egrejas. A turba apinhava-se nas ruas, insultando os pacientes com palavras deshonestas e atirando-lhes pedras e lama.

Cordões de tropa impediam que o povo invadisse, na praça, o recinto reservado ao Auto. Havia alli, para um lado, afastadas, as pilhas de madeira, rectangulares, com o poste erguido ao centro e um

banco; e no meio da praça um espaço reservado com o estrado e as tribunas. Na da esquerda estava o rei, D. João III, piedosamente satisfeito na sua fé, como espirito duro, mas sincero e forte; estavam a rainha e a côrte; e ao lado do monarcha, o condestavel com o estoque desembainhado. Na outra, da direita, levantavam-se o throno e docel do cardeal D. Henrique, depois rei, e agora infante inquisidor-mór, ladeado pelos membros do tribunal sagrado, nos seus bancos.

A meio do tablado ficava o altar com frontal preto, banqueta de cera amarella, e um crucifixo ao centro. Em frente, n'um plintho, erguia-se o estandarte da Inquisição. A um lado tinha o pulpito; ao outro a meza dos relatores das sentenças, coalhada de papeis com sellos pendentes; e os padecentes, em linhas, ficavam de pé, voltados para o altar, para o pulpito, para o tribunal.

Disse-se missa. O inquisidor-mór, de capa e mitra, apresentou ao rei os Evangelhos para sobre elles jurar defender a fé. D. João III e todos, de pé e descobertos, juraram com solemnidade sincera. Depois houve sermão; e finalmente a leitura das sentenças, começando pelos crimes menores.

A adoração das imagens, questão debatida nos concilios, dava lugar a muitas faltas. Outros iam alli por terem recusado beijar os santos dos mealheiros, com que os *irmãos* andavam pelas ruas pedindo esmola. Outros por irreverencias, outros por falta de cumprimento dos preceitos canonicos; muitos por cousa nenhuma; a maxima parte, victimas de delações perfidas ou interessadas. Os relatores iam lendo as sentenças, os condemnados gemendo, uns, e chorando; outros exultando por se verem soltos do carcere, livres da tortura, promettendo

de si para comsigo serem de futuro meticulosamente hypocritas.

Chegou-se finalmente aos condemnados á morte, no fogo: eram tres mulheres por bruxas, e dois homens, christãos-novos, por judaizarem, mais um por feiticeiro.

O relator, imperturbavel, leu as sentenças, onde se narravam os crimes. Os christãos-novos comiam pães asymos; e um d'elles, quando varria a casa, chamava nomes a um crucifixo, fazia-lhe caretas, e dava-lhe tantas unhadas, quantos eram os golpes de vassoura no chão. Estes crimes vinham envolvidos em phrases horrorosas e generalidades tremendas; e a côrte, o clero e o povo, ao ouvirem tão grandes sacrilegios, pasmavam de odio contra os desgraçados.

A feiticeira não os impressionava menos. Christãos-novos e bruxos, que lançavam maleficios e olhados, eram a causa das pestes, das fomes, e dos naufragios das náus da India. Sobre as cabeças dos desgraçados caíam as maldições de uma população afflicta. Ninguem duvidava da verdade dos crimes, que muitas testemunhas affiançavam. O diabo apparecera a um, e ensinára-lhe as curas infernaes, pelo livro de S. Cypriano. Sangrava os doentes na testa, com alfinetes. Estou picado e enfeitiçado: Jesus! nome de Jesus! despicae-me e desenfeitiçae-me! — dissera uma victima a um padre da Beira. Os diabos, para se vingarem, foram a casa do padre e quebraram-lhe toda a louça. Um caso terrivel era esse; e o povo olhava com horror para o medico de S. Cypriano, que tinha a loucura evidente na face. — A's bruxas o diabo apparecia de dia sob a fórma de um gato preto, e de noute de *fórma humana de homem pequeno:* assim o dizia gravemente a sentença, com o depoimento das tes-

temunhas. A bruxa saía com o demonio, e iam juntos a um rio, onde as outras estavam com outros demonios; e depois de se banharem, tinham coito com circumstancias lascivas e abominaveis: a sentença enumerava-as, e a devassidão da côrte e do povo percebia-as, commentava-as. De volta do sabbath, de madrugada, as bruxas entravam invisivelmente nas casas, perseguindo as familias honestas e piedosas.

Terminada a leitura, absolvidos os penitentes, os christãos-novos e as bruxas foram relaxados ao braço secular, para serem queimados. O rei, a côrte, o inquisidor, retiraram-se; e os sinos continuavam a dobrar, pausada e funebremente...

Os carvoeiros de alabardas, os verdugos de capuzes e os frades de escapulario e crucifixo na mão, ficaram junto dos condemnados para os queimar. O povo cercou em massa o lugar das pilhas quadrangulares de lenha, com os olhos ávidos, e a cabeça cheia de coleras, contra esses réus das suas desgraças. Todos, menos o bruxo, morreram piedosamente garrotados, depois queimados.

O medico de S. Cypriano, porém, tinha culpas maiores e fôra condemnado a ser queimado vivo. Junto da pilha, o frade, com as mãos postas, pedia-lhe que, por Deus, se arrependesse; mas elle, com o olhar esgaseado do louco, virava a cara e zombava. Largando a correr pela escada, subiu á pilha, e do alto, sentado no banco, fazia esgares e visagens irreverentes. O frade batia nos peitos, a plebe rugia colerica. Os verdugos amarraram-no ao poste, e os carvoeiros accenderam a fogueira, que principiou a crepitar. Os rapazes e as mulheres da Ribeira, salteando-o com paus e garrunchos, arrancaram-lhe um olho. Atiravam-lhe pedras, pregos e tudo; e faziam-lhe feridas por onde escorria san-

gue: tinha a cabeça aberta e um beiço rasgado. Entretanto, a chamma começava a romper por entre os toros; e elle com as mãos, extorcendo-se, dava no fogo, querendo apagal-o; e quando via, com o olho que lhe restava, vir no ar uma pedra, fazia rodella ou escudo com a samarra, para se livrar. Do vão do outro olho escorria pela face um fio de sangue. Isto já durava por mais de uma hora e divertia muito o povo — agora que tinha a certeza de vêr morrer o seu inimigo. Mas o vento, que soprava rijo do poente, da banda do rio, arrastava comsigo as chammas; e por não ter fumos que o afogassem, o condemnado ficou tres horas vivo, a torrar, agonisando, contorcendo-se, em visagens, e gritando — ai!.. ai!.. ai!..

Prolongára-se o supplicio pela tarde; e, no paço, a familia real commentava o succedido, accusando todos com furia os christãos-novos e os feiticeiros.

Referiam-se as crueldades piedosas, e contavam-se anecdotas beatas de procissões e milagres. Lembravam-se as brincadeiras devotas do infante D. Duarte, filho d'el-rei D. Manuel, que era mui dado a ellas: de uma vez metteu na cabeça de um judeu uma carapuça untada por dentro com therebentina, e puxando-a arrancou-lhe os cabellos; de outra, sabendo que um creado seu tratára com judeus, obrigou-o a comer toicinho até ao ponto de o homem ficar á morte, com uma indigestão.

A' noitinha iam todos para a capella, o rei, a rainha D. Catharina, o principe D. João, e a princeza; e piedosamente recolhidos, ouviam as praticas do mystico Francisco de Borja, que viera de

Castella habitar no paço, para entreter a devoção do rei. Transportado e absorto em Deus o frade, parecia que a alma lhe voava para os mundos ethereos, e o corpo ficava alli n'um abandono, morto. O rei e os principes confessavam-se e commungavam todas as semanas; e ainda essa manhã, o tinham feito para se prepararem para a ceremonia solemne do Auto-da-fé. Na capella usavam passar as noutes em rezas e jogos de devoção: era o divertimento do rei, e toda a côrte lhe seguia o exemplo. Duro, recto e simples como ser mediocre e « não d'aquelles mais capazes de se regularem pela propria cabeça », o rei fôra educado na alfobra devota e luxúosa da côrte de D. Manuel. Creança, aos doze annos, deram-lhe como brinquedo pio um convento. Instituiu (1514) a egreja de N. Senhora da Serra, em Almeirim, e os altares, as imagens, os frades, as rezas, eram os seus jogos infantis. Creara-se pois n'uma estufa de devoção, e como o seu caracter era ingenuo e forte, a piedade avassallou-lhe inteiramente o animo, tornando-se verdadeiramente um chefe de religião coroado. Grosso de corpo, sem agilidade, com o pescoço breve e a cabeça pesada apertada entre os hombros, a phisionomia triste do rei adquiria o quer que é de severo da cicatriz do olho direito, consequencia de uma queda da varanda do paço. Fallava de vagar, com pausa e magestade, e a seriedade do seu caracter traduzia-se no juizo das medidas do seu governo. Foi elle o fundador da colonisação do Brazil, [1] foi elle o reformador da Universidade, foi elle o que por todos os modos buscou em vão enfreiar a orgia da India, foi elle o que supprimiu as mutilações e as marcas de ferro nos criminosos. Apostolo porém

[1] V. *O Brazil e as colon. port.* (2.ª ed.) pp. 6-15.

de uma religião fanatisada, era elle quem accendia as fogueiras onde o judeu ardia.

Os costumes beatos tornavam a gente somnambula, cegando-lhe a vista. As cousas do Estado eram sacrificadas aos caprichos devotos; e o rei, com a mania de obter do papa a Inquisição, gastava rios de dinheiro. O extasi gerava a crueldade; porque, na absorpção mystica, perdiam-se as noções do justo, e as maximas crueldades e perfidias eram virtudes, desde que se encaminhavam a servir a Deus. *Sancta sanctis*. Mas esta doença da côrte era a doença de todo o reino: os doidos que appareciam por toda a parte, a fazer milagres ou endemoninhados, traduziam a loucura universal de um povo. Os terrores funebres da Edade-media tinham crystallisado no catholicismo peninsular; e os portuguezes, exangues pela India, uma sanguesuga, e estonteados pelos milagres das descobertas e conquistas no Oriente, pervertidos pelo luxo, corrompidos pelas pestes e pelas doenças que vinham do Ultramar, tinham perdido a noção da forte realidade. A vida era-lhes um sonho feito de loucura e medos.

Dois seculos antes, Portugal — uma nação pequena, homogenea e forte — defendera-se, affirmando a sua independencia e a sua vitalidade, por um modo eminente. Depois, á maneira que a força lhe acordava a ambição, e que as idéas imperialistas vingavam nos espiritos, os seus monarchas pensaram confiscar para si a corôa de Castella.

D. Affonso v fôra jurado rei de Castella e Leão em 1471 pelo direito de *beltraneja*, a filha de Henrique IV com quem casou; mas a infelicidade de Toro, e a incapacidade pessoal do rei favoreceram a resistencia de Castella, condemnando a *excellente senhora* D. Joanna á sua triste sorte, e o rei á

viuvez. D. João II, mais tarde, contava com a desejada corôa para seu filho, casado com a princeza de Castella; e se não fosse a inesperada morte do principe, acaso a historia da Peninsula tivesse sido diversa. Depois ainda, D. Manoel, casando com a viuva do principe Affonso, esperou herdar um imperio então colossal, porque as duas nações da Peninsula dominavam em todos os territorios descobertos. O herdeiro de Fernando e Isabel morrera, e a rainha de Portugal era a unica successora da monarchia hespanhola. D. Manuel tinha d'ella um filho que viria a ser o maior rei da terra. A morte, porém, varreu tudo n'um momento, porque levou comsigo a rainha e o principe; e a corôa de Hespanha coube ao austriaco, imperador da Allemanha.

N'este momento inverte-se a acção; e é da parte da Hespanha que se promove a annexação de Portugal. Curiosas coincidencias historicas: porque no instante, em que a nossa grandeza começa a declinar, volta-se contra nós a politica fomentada pela nossa ambição. A separação nacional consummada pela energia da vontade, era evidentemente um erro e um mal, no espirito dos principes dos dois reinos que então viviam n'uma estreita intimidade; e a fusão pareceu que devia levar-se a cabo. Por nós, ou contra nós? eis ahi o que a sorte, ou a vitalidade relativa de cada nação resolveria.

Entre Carlos V e D. João III, que trocaram as irmãs para se casarem, havia um accordo sobre essa questão da unidade do corpo peninsular; e porventura unanimes no principio, deixariam ao acaso decidir entre os descendentes das duas dynastias.

Quando D. João III morreu, Carlos V julgou que a sorte propicia se declarava em seu favor. O her-

deiro de Portugal, D. Sebastião, era uma creança e debil. Morto, ficava o reino sem successão; e o imperador que, ainda da sua cova de San-Justo tecia as intrigas politicas, queria assegural-o para o seu neto. Tinha em Portugal, na rainha viuva, sua irman, um instrumento submisso; e mandou-lhe por embaixador o mystico Francisco de Borja, que nos tempos do marido era escutado com tanta devoção na capella do paço da Ribeira. O embaixador veiu a pé, disfarçado, peregrinando a pedir esmola até Lisboa, para não levantar suspeitas. Trazia cartas para a regente, que estava por tudo e obedecia cégamente ao imperador. Entretanto Carlos V morreu; e a timidez do cardeal regente, porventura os seus reservados planos em favor da duqueza de Bragança, sua afilhada, não consentiram que as negociações progredissem.

Philippe II, porém, estava de atalaya, e não esquecia os conselhos do pae. Facilmente conseguiu que D. Sebastião se não casasse; porque o moço principe, arrebatado pelas tradições cavalheirescas, suppunha a castidade uma condição necessaria para levar a cabo a sua empreza, ainda vagamente esboçada. Consummada ella, viria o tempo de tratar da herança do reino. Bem pensava em noivas, quem ardia em grandes esperanças: arrasar os muros de Constantinopla, ou apoderar-se do caliphado do Egypto, ou libertar a Palestina, ou conquistar Marrocos! A morte, a que vamos assistir, precipitou a acção; e sem rei, nem força, nem vida, Portugal, exanime, caíu afinal nas mãos do filho de Carlos V.

Tudo convergia para arrastar a nação a essa data infeliz de 1580. Os symptomas morbidos, anteriormente expostos, diagnosticam a doença, e explicam a necessidade da catastrophe. Eram um

despedaçar de todos os tecidos vitaes, uma febre que destruía o sangue, um veneno que irritava todos os vasos do organismo nacional. Era uma doença lenta, mortal, [1] mas cujo termo foi precipitado por uma crise. Então se exacerbaram todos os males; e o moribundo, erguendo-se no catre, bracejando em delirio, caíu como uma pedra, morto instantaneamente.

1 V. *Hist. da civil. iberica*, l. IV, 7, Causas da decadencia das nações peninsulares.

III

Jornada de Africa (D. Sebastião)

Todo o reino soffria dos symptomas d'essa doença, e muitos previam a crise final que se aproximava; entretanto, quasi todos, costumados a um padecer chronico, nascidos já na atmosphera pervertida, ou não reconheciam os males, ou se deixavam levar, indolentemente, pela maré da desgraça e da protervia, do beaterio e do vicio, da simonia e da ferocidade piedosa. A Inquisição, a India, e as pestes concorriam para perverter a moral, aguçando nos espiritos desejos orgiacos, irritando coleras funebres, terrores extravagantes.

Todo o seculo fôra açoutado por epidemias: em 1506, em 1530; e agora ainda, nas vesperas da jornada de Africa, eram vivas as lembranças da *peste grande* de 1569. Em julho e agosto d'esse anno morriam setecentas pessoas por dia em Lisboa, e já não havia onde enterrar os cadaveres. Abriam-se vallas, onde se lançavam aos cincoenta e mais de cada vez. Era uma doença fulminante; e sem duvida alguma um castigo do céu, pelos peccados dos christãos-novos; quando não era o maleficio dos bruxos, vendidos a Satanaz. Repentinamente os homens caíam mortos, nas ruas. Topavam-se cadaveres a cada instante. Tinham-se sagrado campos e olivaes para cemiterios; porque, nas egrejas e nos adros, as covas estavam atulha-

das, e havia exhalações podres. Os grilhetas das galés serviam de coveiros, por faltarem braços para tanto cadaver. Enterravam-se os mortos nas calçadas, e nas proprias lojas das casas, por não haver quem os levasse aos cemiterios. Ao longo das ruas, viam-se fiadas de embrulhos brancos de cadaveres em lançoes. O mau cheiro dos corpos insepultos, das covas á flôr da terra, mal fechadas, era insupportavel; e, ao passar em frente das portas cerradas das casas, ouviam-se ruidos: eram os ratos e doninhas cevando-se nas carnes putrefactas da familia que caíra toda. Morreu da *peste-grande* mais de um têrço da gente de Lisboa: quarenta mil pessoas. A herva crescia em grande altura na rua-Nova, onde os maráos jogavam a bola.

E se mais gente não morreu, foi porque um boato horroroso circulára na primavera, afugentando grande parte da população da cidade. Corria e todos acreditavam, que em junho, no dia 10, os montes do Carmo e do Castello, unidos por um terramoto, iriam caír sobre Almada, entulhando o Tejo, arrasando Lisboa. No dia 9 a cidade vasou-se, levando todos as roupas e alfaias em carradas, ás trouxas, para os arrabaldes. O dia 10 passou; mas, como a peste já grassava, só voltou á capital quem absolutamente não pôde residir fóra.

De tal modo começava o reinado de D. Sebastião, que no anno anterior (1568) tomára posse do governo. N'esse proprio anno se reduzira a um terço o valor da moeda de cobre—o patacão a tres réis, as moedas a real e meio e um real. Era uma medida cruel, mas indispensavel, porque o inglez, que levára toda a prata e todo o ouro, mandava para cá, nas barricas de farinha e nas pipas de pregos, o cobre fraco, portuguez, cunhado por elle. O dinheiro da India tinha passado por Portugal como

trigo por uma ciranda: fôra-se o grão, ficava o joio e o lixo da eira. Os figurões, sabendo de vespera a lei, pagaram tudo; e o pobre povo, pasmado, achou-se com dois terços de menos. Enforcou-se muita gente, ao vêr-se perdida. No anno seguinte veiu a peste: dizia-se ser o castigo do roubo infame da Semana-Santa de 68.

A dureza das infelicidades da patria levava os espiritos ao estado de uma loucura febril, de uma superstição idiota, de um furor de devassidão, de medo e de extravagancia. Tudo se acreditava possivel, com o desvairamento do delirio. Como outr'ora, nas vesperas do anno mil, todos queriam gosar á farta o pouco tempo que o mundo tinha a durar. Portugal era uma nação de loucos perdidos, e no moço rei encarnára toda a loucura do povo. Passados os tempos do mysticismo feroz e devoto de D. João III, a religião tornára-se um puro medo, o culto um fetichismo, a vida uma orgia. O crescendo da decomposição approximava-se do acume, e esse terror do abraço dos montes marginaes do Tejo era a revelação inconsciente do grande terramoto que ia subverter a nação inteira. A positiva loucura do rei humanisava o estado moral da nação. Um destino commum arrastava a ambos para o fundo de uma voragem; e nação e rei, nas bordas do precipicio, dançavam alegres como uma chorêa de espectros. O sabbath, tantas vezes queimado nas fogueiras da Inquisição, era a tragedia em que, por fim, todos se achavam actores.

A imaginação do povo tinha creado em volta do berço do rei uma nuvem de milagres; e a lenda phantastica que ella lhe formou depois de morto trazia origens de antigos casos maravilhosos. Quando fôra do casamento do principe D. João — o pae

do rei, que não chegou a reinar — viram as gentes de Lisboa no céu, por cima das torres da Sé, noutes seguidas, um fogo avermelhado, em fórma de ataúde. Contavam-se, depois, as singulares apparições no paço de Xabregas. A princeza estava no leito, D. Sebastião ia nascer; e da sombra da camara de altos tectos destacou-se a figura de uma dona, vestida de negro... Trazia mangas de ponta e touca larga; vinha envolvida em crepes. Não fallava, mas seguia, oscillando e crescendo para o leito, com um estallido de ossos nús que se tocam. Parou, e, como quem despede um beijo com os dedos, soltou um sopro. Uma visão e um stertor de vida que foge, seriam o rei ainda no ventre, a nação na beira da cova. — De outra vez — caso para espantar! — viu-se apparecer na varanda do paço um bando de moiros com albornozes de côres, tochas accezas, como n'um enterro, caminhando a psalmear, com vozes lugubres.

N'essa atmosphera de prenuncios funebres viu a luz a

Maravilha fatal da nossa edade!

Em Almeirim, na coutada, caçava em permanencia, domando os cavallos bravíos, expondo-se a todos os perigos dos saltos atrevidos, gabando-se da sua destreza e da sua audacia. Outras vezes arremettia n'um barco aos temporaes do Tejo; e por toda a parte, como um quichote, fazia gala de uma temeridade, que a loucura do seu genio confundia com a coragem. Quando tinha dezeseis annos, gastava tres horas por dia a correr lanças, sósinho; e com a cabeça repleta das tradições cavalheirescas, memorando a vida do grande Condestavel, queria fazer voto de castidade, para ir puro á sua empreza. «De natureza feroz e robusta, de

espirito vehemente e levantado, e de coração invencivel e determinado, não cuidava senão em guerras e em famosas conquistas e militares emprezas. E nem é possivel senão que um dia imaginava sujeitar a si toda a Berberia; outro arrazar os muros de Constantinopla; logo fazer-se senhor do caliphado do Egypto, e trazer á sua obediencia a veneranda Palestina.» Era um rapaz antes baixo do que alto, ruivo, de olhos azues, com a tez branca picada um tanto de bexigas, e o beiço inferior grosso dos Habsburgos, cujo sangue tinha da mãe. Inquieto, nervoso, doentio, era um desequilibrado. Tinha todo o lado direito maior do que o esquerdo: a mão, o braço, o flanco, a perna e o pé, com um dedo a mais. As pernas eram excessivamente longas para as dimensões do tronco. Tinha um tal horror a mulheres que corriam versões, a ponto de Philippe II, seu tio, lhe mandar o dr. Almazan, a vêr se o curava. D'ahi vinha o dizer-se que a castidade lhe era facil. Vingava-se na devoção, e dos padres que ouvia dizia um emissario francez a Catharina de Medicis: «São dois hypocritas perigosos, mais sequiosos de vingança do que de religião.» Os negocios do Estado eram-lhe um aborrecimento; e na sua nobreza ingenita, olhava com horror as intrigas e conselhos da politica. Seus validos eram os moços, temerarios e doidos como elle. Vagamente percebia que a nação, desesperada, pedia um messias, e tinha para si talhado o papel de salvador.

A legislação de 70-71 demonstra bem o caracter agudo a que a crise chegara, e o pensamento que havia para a resolver. Era um recrudescimento de tyrannia no reino, e um relaxamento do poder no Ultramar. A India já se não mantinha fechada aos inglezes e hollandezes que navegavam impu-

nemente nos seus mares: legislou-se, portanto, a franquia da navegação. Mas era mistér reconstituir as forças navaes e militares do reino, era mistér paralysar a corrente pavorosa da desorganisação. O novo reinado accentuava-se como uma renascença, mas nem o rei, nem os seus conselheiros, a viam na reorganisação das instituições, mas sim n'uma aventura famosa. Assim, as longas leis militares, coloniaes, maritimas, empallidecem na importancia e no alcance, como impotentes para travar a roda das desgraças e para acalmar o delirio do monarcha. Outro tanto succede aos regulamentos e pragmaticas, incapazes de moralisar uma sociedade corrompida, mas reveladores do estado dos costumes. Condemnam-se os hereges e tambem os sodomitas. A usura lavrava desenfreada, porque a lei dos «cambios, onzenas e trapaças», na sua dureza, manifesta o desvarío do vicio. A facilidade com que se havia dinheiro a juro era uma das origens do luxo desmoralisador. Prohibem-se, pois, os emprestimos a premio sob penas crueis: perda do capital á primeira, perda da metade de todos os bens á segunda, confisco geral e degredo para o Brazil á terceira. Quando a lei ataca de tal modo os direitos da liberdade individual, a sociedade agonisa. A ociosidade, a vadiagem, eram tão perseguidas como a usura; e o luxo dos trajos, das mobilias, dos manjares, merecia uma lei meticulosa e indiscreta. O espirito do governo reagia, protestando contra a tradição manuelina da opulencia, regressando ás doutrinas spartanas do tempo de D. João II. Ninguem poderia gastar mais do que a renda que tivesse; ninguem ter á mesa mais do que «um assado, um cosido e um picado». A importação de tapeçarias era vedada; e ordenada a moderação

*

no dotar. Nos quartos não haveria, nem doceis, nem camas, nem cadeiras de brocado, nem de tela de ouro ou prata, nem de raz, nem de seda alguma, nem dourados ou pinturas a oleo; nos fatos apenas o gibão seria de seda com um pesponto simples de retroz, sem alamares, nem bordaduras.

A legislação, porém, nada podia contra a tendencia dos costumes. O luxo e o desvairamento tinham maior força do que as leis. Condemnava-se já francamente a India e as podridões que trouxera ao reino — conforme se vê nos *Lusiadas* — e a opinião regressava á politica africana de Affonso V e D. João II. Nenhum moço fidalgo da casa do rei *se acrescente* a escudeiro ou cavalleiro sem ir a Africa. Podia a lei varrer assim as consequencias tristes da viagem da India? Não podia. O desvairamento que ella trouxera á sociedade via-se, como n'um symbolo, na cabeça do moço rei. A Africa seduzia-o; mas não tinha planos politicos, nem prudencia, nem conselho, nem paciencia, para ir lentamente corrigindo, encaminhando a nação. Um grande milagre, ou uma grande catastrophe, qualquer cousa extravagante e nunca vista: eis ahi o seu desejo, a sua ambição.

Essa chimera dava-lhe uma arrogancia inaudita. Tinha, decerto, o genio de um heroe, mas nascera no meio de um paúl de rans. Foi o Nunalvares da perdição. Mas essa catastrophe inevitavel, cujas causas punham todos os seus defeitos no genio do rei, tornou-a elle, ao menos, tragica; levantando, com a sua morte, uma esperança querida, um symbolo, como uma cruz; e encerrando, com uma temeridade infeliz, a grande éra da vida de Portugal, que começára pelas temeridades afortunadas do infante D. Henrique.

Tanto o rei percebia a solidariedade que o ligava aos seus antepassados, que, á maneira dos heroes, quiz vel-os de perto e examinal-os, antes de partir para a sua empreza. Diante do cadaver de Pedro I tem coleras contra a fraqueza do amante; e D. Affonso III, conquistador do Algarve, merece-lhe applausos. Foi á Batalha, para vêr e adorar D. João II; e mandou-o tirar do caixão, erguer de pé, com a espada em punho. Reverente e orgulhoso, saudou com admiração o avô — o predecessor, porque elle estava certo de lhe continuar as façanhas!

Esta certeza dava-lhe ironias, gargalhadas e escarneos, contra a prudencia dos conselheiros, graves e encanecidos nos negocios, que bem mediam a distancia dos tempos, e as consequencias fataes da projectada conquista de Africa. Mãos anonymas iam depôr trovas e conselhos, amorosamente accusadores, sobre os poyaes de pedra do paço de Almeirim, implorando ao rei que não aventurasse tudo n'uma empreza desvairada. Jeronymo Osorio, o latinista, escrevia-lhe memorando as desgraças consequentes da sua aventura: «Não fallo nos juros que a fidalguia tem vendido, nas joias empenhadas, nas lagrimas das mulheres, na pobreza da gente nobre, na miseria dos que pouco podem.» D. João Mascarenhas ousava dizer-lhe que, se se decidia a ir, levasse a mortalha, para enterrar o reino fóra de sagrado. E o rei, parando-se a olhar o defensor de Diu, chamou-lhe, formaes palavras, velho e tonto; e depois, insistindo, accrescentou: e covarde! — Martim Affonso de Sousa, que fôra governador da India, onde se manchára em torpezas, não ousava advertir o rei, mas bradava pelas salas do paço que, se se atavam os loucos perigosos, não sabia porque se havia de deixar solto a este.

D. Sebastião não tinha ouvidos, senão para o bando de estouvados, temerarios como elle; a guerra de Africa era uma corrida de javalís, como as de Pancas. A côrte era um covil de intrigas, os cortezãos um bando de miseraveis, cacheticos, ou doidos, ou enfesados. Uns eram os aventureiros do bando d'el-rei; outros os molles pintalegretes alfanados, que entravam nas salas encostados ao hombro dos pagens, arrastando o corpo, arrastando a falla, parecendo mulheres doentes de requinte; outros finalmente, os conselheiros velhos, miseraveis, como Martim Affonso de Sousa, o mais descarado de todos os condottieri da India, e D. João Mascarenhas, o heroe de Diu, que vendeu Portugal como um Judas. Como haviam de perceber a heroica doidice do rei? Como haviam de sentir na face o ar quente do patriotismo de Camões? [1]

Como D. João Mascarenhas insistia na sua reprovação, o rei mandou, por chacota, buscar medicos, para que decidissem se acaso o velho teria os brios acobardados pela velhice, ou o cerebro amollecido. Uma vez perguntára ao duque de Alba se sabia qual era a côr do medo. Estes modos atrevidos, insolentes, e escarnecedores, tinham desgostado todos os velhos, que se afastavam da côrte. O cardeal ex-regente, offendido, retirou-se; e a avó, a rainha D. Catharina, desattendida e só, fiava longas noutes o linho da sua roca, as tristezas da sua alma, molhando a miude os beiços, quentes e seccos do trabalho e da afflicção. Assim, fiando, morreu a irman de Carlos V, com a certeza da irremissivel perdição do neto estremecido.

[1] V. *Hist. da civil. iberica* (3.ª ed.) pp. 245-52.

Além dos valentões, ou como elle temperados, ou que o adulavam, o rei só podia entender-se com os theatinos e jesuitas. Não era beato, como seu avô D. João III, nem a licença dos costumes, nem a propria irreverencia, já impressionavam; mas ficara-lhe na sua alma poetica um quente mysticismo para substituir o amor, condemnado pela castidade tradicional cavalheiresca. Embriagava-se ao ouvir a historia de Santo-Ignacio, que fôra a Jerusalem para conquistar o sepulchro sagrado de Christo. Passava horas esquecidas no convento de Almeirim com os frades, e manhãs inteiras, fechado a sós com o jesuita Simão Gomes, a ouvil-o discorrer.

Em que? Na historia romanticamente piedosa de Loyola, o rei Arthur da Virgem, [1] já commentada com subtilezas theologicas. Pio V mandára ao doido rei, para mais o ferir, uma das settas com que S. Sebastião fôra martyrisado; e terminados os piedosos colloquios, o cavalleiro, professado o voto, escutava os conselhos dos vates. Camões dizia-lhe:

> Africa esconde em si luzentes veias:
> Mova-vos já sequer riqueza tanta,
> Pois mover-vos não póde a casa Santa
> ....
> Vedel-o duro ingles que se nomeia
> Rei da velha e santissima cidade
> Que o torpe ismaelita senhoreia
> (Quem viu honra tão longe da verdade?)

Era uma renascença do genio das Cruzadas nos dois espiritos do rei e do poeta. Cervantes [2] (1547-1616) condemnava ambos no typo immortal do Qui-

[1] V. *Hist. da civil. iberica* (3.ª ed.) pp. 206-19. — [2] *Ibid.*, pp. 253-60.

chote. Quichote, fôra em Tunis, na mocidade, o castelhano; mas curou-se. Camões, soldado e poeta, ficou o mesmo, prégando a chimera de uma aventura desesperada a uma nação agonisante. Emquanto Castella, a patria da «caballeria á lo divino,» a patria de Santa Thereza, de Loyola, de Jimenes o cardeal-soldado;[1] abandonára para sempre a guerra-santa, nós, que tinhamos tambem desistido d'ella desde o tempo de D. João II, voltavamo-nos agora para esse passado remoto, como para uma ultima esperança. O enthusiasmo mystico era em Camões, porém, a necessidade de acção de um temperamento forte, e não o desvarío de uma imaginação dolente. Partidos de um mesmo estado de espirito, Loyola chegava á visão, Cervantes ao bom-senso, e Camões, nem santo nem sceptico, á doutrina da acção positiva:

> Não se aprende, Senhor, na phantasia,
> Sonhando, imaginando ou estudando,
> Senão vendo, tratando e pelejando.

Tal era o estado de espirito do poeta e do rei quando a sorte approximou um do outro. Em ambos o mesmo pensamento; em ambos egual idéa para resolver a crise lugubre em que viam o reino. Camões e D. Sebastião ouviram-se, comprehenderam-se. O louco arrebatamento do ultimo exprimia de um modo temerario, desvairado, o pensamento do primeiro. Ambos olhavam para a historia; e em frente do roido cadaver do imperio ultramarino, appellavam para a politica africana esquecida por elle, inspirando-se nas tradições heroicas da

[1] V. *Hist. da civil. iberica* (3.ª ed.) pp. 187-8.

nação. Outro Virgilio, tambem o nosso poeta chamou Marcello ao rei:

> Rei bemaventurado, em quem parece
> Aquella alta esperança já cumprida
> De quanto o céu e a terra te offerece!
> Poz Deus na mão do rei a vara alçada
> Para guia do povo errado e cego...
> ....

O caracter anachronico da educação cavalheiresca e mystica do soberano era um dos modos por que se traduzia a loucura actual, de que padeciam, tanto o rei, como a nação. Os prudentes conselheiros, cheios de juizo, condemnavam o heroe, temerario como um doido, por não poderem perceber já, nem a cavallaria, nem o mysticismo — cousas passadas! Porém esses mesmos soffriam de uma loucura diversa, más abjecta: porque Martim Affonso mostrára na India ser um infame; porque D. João Mascarenhas sujou as mãos com o dinheiro de Philippe II, fazendo-se seu corretor; porque o cardeal D. Henrique, inquisidor ferino, era um poço de fraqueza molle, a que, depois de morto, o povo condemnou a viver «no inferno muitos annos».

Morto, D. Sebastião viveu por seculos na alma popular e assim se realisou o motto que tomára para si de um verso de Petrarcha:

> Un bel morir tutta la vita honora!

No verão de 1574 partiu para Cintra o rei, a passeio. Mandou esperar as galés em Cascaes; e dizendo que ia visitar o Algarve, embarcou. Não levava tropas, nem polvora, nem canhões. Os

fidalgos, o duque de Aveiro, o conde de Vimioso, iam em trajos de côrte, por nem terem tido tempo para vestir os de guerra. D. Sebastião partiu. De caminho, aggregando á frota os barcos guarda-costas, foi fundear em Sagres. D'ahi, fóra do alcance dos importunos conselheiros, expediu oito mil cartas que levava feitas, convocando para Tanger os terços dos concelhos, as mesnadas dos fidalgos. Era uma conspiração contra o reino inteiro, que para salvar o rei correria a Africa. Seguiu a Tanger. Mas o tempo fugia: era outubro, entrava o inverno, e teve de renunciar por então ao seu plano. A' volta, um temporal desbarata a frota: a galé do rei, corrida do tempo, desce até á Madeira; já outros navios tinham chegado a Lisboa — e o do rei? naufragado? perdido?.. Quando as afflicções eram maiores, entrou n'um dia de temporal no Tejo, mareando a galé, borrifado de espuma, e foi deitar ferro em Xabregas. Era o dia de finados, dois de novembro.

O revez acirrou-lhe o desejo. Contra os sabios conselheiros de quem escarnecia, tinha por si o papa que lhe mandára uma das settas do santo do seu nome, e Camões que, incitando-o mais que nunca, positivamente lhe dizia:

> Tomae tambem a setta veneranda
> Que a vós o successor de Pedro manda.
> ... Sereis o braço forte e soberano
> Contra o soberbo gladio mauritano.
>
> Que farão, rei, as vossas (settas) que têm liga
> Com a que já tocou Sebastião?
> ....
> No sangue sarraceno as tingireis.

Philippe II instava com elle para que abando-

nasse a empreza temeraria, em que ia acabar de arruinar um reino, já considerado como seu pelo castelhano. Enviára a Portugal D. Christovão de Moura (o que mais tarde foi corretor da compra de Portugal) mas este, vendo as nenhumas probabilidades de exito, preparou ao tio e ao sobrinho as vistas que tiveram em Guadalupe, e em que o castelhano nada conseguiu do portuguez.

Mas, desde que a recente revolução de Fez levára o monarcha desthronado a implorar o auxilio do rei de Portugal, D. Sebastião considerou este caso como providencial, vendo n'elle uma revelação do seu destino. Nenhuns rogos, nem advertencias, nem conselhos, nem invectivas, foram capazes de o dissuadir.

Succedera que, tendo Marrocos sido dividido entre os dois sherifs irmãos Maula Ahmed e Mohammed, ambos morreram assassinados (1556). A Mohammed succedera seu filho Abdullah que nomeou herdeiro um bastardo por nome Ahmed (1572). Isso determinou a fuga de Abd-el-Melik, decano da familia e como tal herdeiro legal do throno, para Constantinopla, onde obteve as boas graças do sultão e soccorros com que veio desembarcar em Marrocos e desthronar o usurpador Maula Ahmed bin Abdullah (1577) que trazido por D. Pedro da Cunha, captivo na Barberia, veio pedir o auxilio de D. Sebastião. Parecia, com effeito, um acaso providencial e o rei não hesitou um instante.

Tampouco recuou diante dos obstaculos levantados pela penuria e fraqueza do reino, nem vacillou na escolha dos meios. Cunhou moeda com todas as cousas. Por 250:000 cruzados dos christãos-novos concedeu-lhes a isenção da pena de confisco durante dez annos. Obteve de Gregorio

XIII uma bulla de Cruzada, e a imposição de um terço das rendas ecclesiasticas, convertida, por accordo entre o rei e o clero, n'uma prestação de 150:000 cruzados. Fez do sal um monopolio. Lançou a contribuição de um por cento sobre o valor das propriedades. Deu curso legal á moeda castelhana, mais fraca. Vendeu empregos. Arrematou antecipadamente as rendas do Estado, e, por vontade ou força, obteve muitos emprestimos de particulares; pondo, com todos estes meios, em pratica um *desusado esfolar*, segundo se exprime um coevo.

Tanto ou mais difficeis de obter eram soldados, do que dinheiro. Mandou alistar tres mil homens na Allemanha e outros tantos em Castella; e despachou por todo o reino os coroneis e capitães, para fazerem um recrutamento, ou uma rusga. Solteiros ou casados, moços ou velhos, serviam todos. Porém os coroneis e capitães, boa gente educada na eschola do Ultramar, não conheciam escrupulos; e só era preso quem não tinha com que pagar-lhes. Deixavam-se peitar por vinte cruzados; mas crescendo o número, o preço da isenção dos recrutas foi baixando até dois: só os miseraveis pedintes eram arrebanhados. As mulheres vendiam as saias, e por vezes a honra, por dois cruzados, para salvarem os filhos e os maridos.

E' de vêr que especie de exercito se reuniria por tal fórma. O recrutamento do reino produzira apenas 9:000 soldados bisonhos, bandos de gente miseravel e perdida: as fezes da população. Os 3:000 allemães mercenarios chegavam, carregados de bagagens e mulheres, como gente para quem o guerrear era um modo de ganhar a vida burguezmente. O melhor do exercito eram os 3:000 castelhanos, aguerridos e disciplinados. De Castella ti-

nham vindo tambem 500 fidalgos com a sua peonagem e creados; e havia 900 italianos do papa. Com os fidalgos pobres formára-se o terço *dos aventureiros*, que o rei armára á sua custa, pondo-os sob o commando de Christovam de Tavora, seu valído. Era agora o terço dos aventureiros, como a ala dos namorados em Aljubarrota: a cavallaria, esgotadas as glorias medievaes, figurava n'um esquadrão de gente perdida, de mancebos devassos e pedintes, temerarios e vaidosos.

Taes foram os elementos da expedição, á qual os *senhores* portuguezes iam com as suas tropas, ao lado do rei; á qual em Africa se haviam de reunir os cavalleiros de Tanger e Arzilla, e os berberes do sherif desthronado. A somma não excedia 24:000 homens, de que só tres quartas partes vieram a entrar em batalha, «são e podre, que se não sirandou».

Nas vesperas da partida, Lisboa era um acampamento; e a excitação da aventura enchia as ruas de gente curiosa, que vinha futilmente vêr, divertir-se, pavonear-se. Tantos rapazes, de todas as familias do reino, aguçavam a curiosidade das mulheres; e as entrevistas, os requebros e galanteios, as promessas e noivados, occupavam a gente moça. As mulheres não deixavam as ruas, correndo aos bandos, com o rosto coberto pelos rebuços dos mantéos, em busca de aventuras. Os rapazes folgavam, dando largas á doidice, entregando-se nos braços dos amores faceis. Lisboa inteira cantava, ria, dançava, preparando-se para a jornada de Africa: uma batida de javardos, como as de Almeirim, ou de Paneas! Galanteava-se nas ruas; e as damas, nas suas liteiras forradas de seda, com sorrisos tentadores, provocavam os amantes que lhes fallavam, descobertos e

de joelhos. Os companheiros invejavam-nos; e os grupos de mulheres embiocadas nos mantéos, deixando vêr o pé e os chapins afivelados, passavam, breves, rindo e commentando, cada qual para a sua entrevista.

O luxo fazia um leito seductor ás aventuras amorosas, e para se prepararem para a funcção, os fidalgos arruinavam-se; desbaratavam o que tinham, vendiam as terras, empenhavam-se, como o rei que tambem empenhára por muitos annos os redditos do Estado. As mulheres gastavam o seu e o alheio, para se vestirem e adornarem com joias em profusão. Appareciam como idolos, carregadas de pedraria: fivelas e topes nos chapins, collares, luas, gargantilhas e afogadores de ouro, cravejados de diamantes do Dekkan, de saphiras do Pégu, de perolas de Bornéo, de camafeus da Allemanha, arrecadas nas orelhas, os dedos cobertos de anneis. Vestiam as cousas mais preciosas: as martas e zibelinas de Moscow, os arminhos da Suissa, as sedás da Persia e da Italia; e nos encantados camarins, onde recebiam os seus valídos, reuniam tudo o que no mundo havia de precioso, desde os bufetes encastoados de marfim, até aos tapetes da Persia, as colgaduras de damasco de Genova, os espelhos de Veneza, os vasos de porcellana da India, ou de bronze do Japão. Dobradas pelos amores e pelo luxo, tinham requintes nos modos, e uma affectação de enthusiasmo nas fallas. Adoravam o rei, moço e temerario, e queriam vêr nos seus amantes outras tantas imagens do principe. Meneavam-se com donaire, provocantes, abanando-se com os preciosos leques de charão da India; e embalsamavam o ar com os perfumes dos frascos de crystal da Bohemia, suspensos da cintura por cadeias de ouro. Onde ficavam

as severas leis de 70? No pó das gavetas dos archivos, na triste desesperança dos conselheiros graves.

Os fidalgos tinham-se empenhado por apparecer bem na côrte; e a profia exagerava o fausto até onde não fôra ainda, porque ninguem queria parecer menos do que o visinho, nem fazer peior figura. Sem o saber, amortalhavam-se no seu luxo, como vaidosos que, ainda na morte, queriam impôr aos vivos. Trajavam de galas, com gibões de velludo, de setim ou de damasco, ornados de alamares e rendilhas e passamanes de ouro. Traziam nos chapéus tranças cravejadas de pedras rutilantes, e as capas bandadas de velludo e torçaes. Esmaltavam de ouro as esporas; e os arreios dos cavallos, as cabeçadas e estribeiras, eram lavradas, com borlas de ouro; as mochilas e cobertas de velludo, franjadas de ouro ou prata. Os creados vinham vestidos de seda de côres, segundo o rito de cada casa; e nos corpos de aço brunido, os senhores traziam pintados os brazões em campos de côres diversas. Sobre as couras e colletes de anta assentavam as couraças de laminas em velludo e setim, cravadas de ouro e prata. As armas eram objectos de arte: rodellas tauxiadas, adagas com punhos esmaltados, montantes e terçados preciosos. Alguns tinham chegado a fazer de seda de côres as tendas de campanha, com grimpas douradas; e as bellas damas da côrte vinham vêr e admirar todo esse luxo, applaudindo, commentando, pagando com risos de approvação as loucuras dos seus namorados que se pavoneavam, perfumados, ostentando no peito de aço o brazão, levantando com a bainha da espada a capa, descansando a mão nos cópos, tendo na outra, pendente, o chapéu emplumado, quando, amorosamente curvados, fallavam.

Era uma festa permanente; nas tendas havia banquetes e amores entre os fidalgos e fidalgas, orgias, embriaguez e rixas entre os soldados. A cidade andava atulhada de soldadesca, natural e forasteira. Havia constantes revistas e exercicios; e os toques dos pifanos, o rufar dos tambores á frente dos piquetes, os gritos das sentinellas, o commando dos officiaes, as côres brilhantes dos fardamentos, tornavam seductor o aspecto das ruas. Ninguem parava em casa: todos queriam vêr os exercicios das tropas, o manobrar dos tudescos e dos italianos da frota do papa, e dos castelhanos; mirar-se no esplendor da fidalguia; e assistir aos ataques simulados, ás descargas da artilheria, ás surriadas da mosquetaria, tapando os ouvidos para não ensurdecer, observando os rolos de fumo da polvora erguerem-se no ar. As proprias bulhas e rixas dos soldados eram um divertimento. As ondas do povo corriam impellidas em todas as direcções, quando a desordem tomava proporções maiores: como no dia em que as tropas do duque de Bragança vieram ás mãos com os castelhanos, havendo muitos feridos e mortos. E pelo meio da turba, com os seus capotes de burel e carapuças de lã, por entre os escravos pretos curiosos e mudos, viam-se os grupos de mendigos chagados, que o ajuntamento reunira de todo o reino, pedindo esmola por amor de Deus; e os beatos com as suas opas, descobertos, levando na mão os mealheiros com retabulos de santos, que todos beijavam devotamente, deixando o seu cobre: «Santo Antão o abençoe!»

O rei não socegava um momento; ia do campo a bordo dos navios, pressuroso, indifferente ás etiquetas. Tudo aquillo era obra sua, feita contra a opinião de todos. O capricho aguçava-lhe o ar-

dor. Dos exercicios, ia ao caes dirigir a carregação dos navios; e depois embarcava na sua galeota, navegando por meio das 800 náus que compunham a esquadra, a saber o que faltava, se tudo corria como era dever.

Finalmente, em 25 do mez de junho, a armada largou velas. D. Sebastião levava a bordo a corôa imperial de ouro, que havia de pôr na cabeça, depois de entrar em Fez; levava os fardamentos e alabardas para a guarda de honra, na ceremonia da coroação; e o prégador Fernão da Silva levava, tambem, o sermão composto e já decorado para a solemnidade.

Essa «maravilha fatal da nossa edade», que nascera n'um berço cercado de phantasmas, caminhava para a guerra no meio de um cortejo de presagios funebres. Apparecera um cometa, e corria que Pedro Nunes, o astrologo, fizera prophecias. Vinha dar á praia um peixe, que de um lado tinha uma cruz entre dois açoites, os emblemas da paixão do Redemptor, do outro a data de 1578. Ouviam-se vozes por varias partes. No Minho tinha-se visto no céu um combate de cavalleiros. D. João III, em phantasma, apparecera a Luiz de Moura, prophetisando mortes. Uma voz dissera «Ai!» a Vasco da Silveira, capitão da armada; e assegurava-se que o rei a quizera vêr e ouvir, e que a alma crescera, côr da noute, dizendo em tom dolente: «Chóro por mim! chóro por ti! chóro por quantos vão!..» Mas apesar do susto, ou talvez por causa do terror, os que iam abandonavam-se ainda mais á orgia de luxo e do prazer. Amar, jogar, beber, era o meio de afugentar as visões pavorosas do medo.

Por mar continuou a festa. Refrescaram em Cadiz, onde se ficaram seis dias a vêr touros; e, chegados a Africa, debateu-se no conselho o plano da campanha. Os capitães experimentados e prudentes propunham que se não abandonasse a costa, cooperando com a esquadra, e tendo, como apoio, as praças portuguezas de Tanger — e de Arzilla, que já no tempo de D. Sebastião voltára a ser christã. O rei oppoz-se terminantemente a um tal plano: queria internar-se em Marrocos, vencer o inimigo em sua casa, e, n'uma carreira fulminante, ir a Fez coroar-se imperador. A temeridade era tão grande, que pela cabeça de alguns passou a idéa de o prender. Mas já era tarde, e os capitães do terço dos *aventureiros*, esse grupo de rapazes estouvados que pensavam como D. Sebastião, atacavam com chufas os prudentes. Muitos viam a perdição fatal, mas raros ou nenhuns se atreviam a fallar. O duque de Aveiro, com a sua authoridade de grande fidalgo, ainda insistiu: o rei disse-lhe que se não queria pelejar podia ir para bordo. «Tudo foram erros commettidos pela cabeça de um só homem».

Outra cousa ainda fazia desconfiar do exito os homens velhos: era a impiedade dos moços. Tinham por Deus um grande desdem, e blasonavam contra o juizo e experiencia. Não se dizia missa no arrayal, nem havia «oração geral, como se costuma: só houve dados, ganha-perde, pontos de honra, juramentos, e deshonestidades». Nos despojos do campo, depois da derrota, acharam-se dez mil guitarras.

E o berbere astuto, receiando a guerra na costa, não apparecia; espreitava de longe, como um condôr, para tombar sobre a presa, logo que a visse perdida nos areaes adustos, sequiosa e

esvaída pelo sol ardente. Quando o momento propicio chegou, appareceram as nuvens de cavalleiros fugazes e um numeroso exercito. Foi em 4 de agosto. Que se quizesse ou não, já não era possivel retroceder. Se não pelejassem, morreriam á fome. Havia sete dias que tinham deixado Arzilla, e no campo não chegava a haver «duas costas de biscouto nem outra cousa que comer». A batalha durou uma hora apenas. No primeiro impeto, os *aventureiros* tinham levado os mouros de roldão: a bravura desordenada e louca fôra tanta que chegara a haver rixas para disputar lugares na primeira linha; mas quando os clamores de victoria já soavam, ouviu-se uma voz gritando: «Ter! Ter!» e os *aventureiros* pararam. Os mouros tornaram então com bastas rociadas de escopetaria e cargas dos de cavallo. A avançada recuou, o grosso do exercito fundiu-se. Eram quinze ou dezeseis mil homens congregados pelos modos que o leitor viu, na maior parte bisonhos, «tirados á força do arado ou das cabras», não fallando em seis mil gastadores e muitos carreteiros e escravos que não era gente, nem mais que impedimento. Viu-se logo o desbarato na sua desgraçada crueza; «tudo gritos e lamentos, mortos em cima de vivos e vivos de mortos, feitos pedaços, christãos e mouros abraçados chorando e morrendo, uns sobre a artilheria, outros braços e tripas arrastando debaixo de cavallos e em cima, espedaçados, e tudo muito mais do que posso dizer porque aperta comigo a dôr na lembrança do que passei!» (M Leitão de Andrade)—O primeiro ataque, vertiginoso, levara de roldão os inimigos; mas a phalange portugueza, penetrando como uma setta no meio da seara dos soldados africanos, foi esmagada na sua victoria. Depois

veio a chacina, e o trabalho mais lento de amarrar os prisioneiros: elles eram tantos que já não havia cordas!

O suicidio é ainda uma virtude nas batalhas; mas o exercito de D. Sebastião nem essa virtude possuia já. Raros sabiam morrer; todos preferiam render-se. Mas o duque de Aveiro, offendido nos brios pela resposta do rei antes da batalha, andava no campo á maneira de um anjo de exterminio «todo tinto em sangue», e encontrando o rei na correria disse-lhe: «Veja V. A. se eu sou homem que me embarque!» E seguiu. D. Sebastião seguiu tambem, «cheio de pó e suor, e a camisa como o mesmo carvão» — tão escuro como as nuvens espessas da sua amargura. Calado e sombrio, assistindo ao desmanchar da sua chimera, defendia-se; e aos que o rodeavam, insistindo com elle para fugir, respondia com o silencio, precipitando-se a cavallo contra a mó dos inimigos. — «Mas que resta?» perguntavam-lhe afflictos «Morrer!..» — E seguia, batalhando, matando. — «Morrer, senhor!» diziam-lhe em lagrimas, e elle, sereno e conciso — «Morrer, sim; mas devagar! — Pois não ha outro remedio? — O céu!»

Um tropel de africanos, rolando como uma vaga que rebenta, envolveu tudo, e esmagou esse ultimo grupo de resistencia. Foi como n'um terramoto, ao desabar de uma casa: tombaram, n'um turbilhão de pó e de imprecações, d'onde rebentavam os clarões das espadas, como linguas de fogo pelas fendas dos escombros. Os que poderam escapar, não viram o rei imberbe caír, nem morrer: ficou obscuramente enterrado nas ruinas da sua loucura...

Quando a nova do desastre chegou a Lisboa, a cidade entrou em si, tomada de contrição e es-

panto. As mulheres saíam pelas ruas, desgrenhadas, a pedir misericordia, chamando pelos paes, pelos maridos, pelos filhos, captivos dos mouros! O que ainda havia de homens em Portugal perdera-se em Africa; e a prova era que o reino ia parar ás mãos do cardeal D. Henrique, tio do rei infeliz: o clerigo timido, já caduco, incapaz de nenhum acto viril. Todos o imploravam, todos o rodeavam chorando, orfãos e viuvas, para que remisse os captivos! E o reino «acabou de ficar sem pelle com o preço dos resgates».

Acabavam ao mesmo tempo, com a patria portugueza, os dois homens — Camões, D. Sebastião — que nas agonias d'ella tinham encarnado em si, e n'uma chimera, o plano da resurreição. N'esse tumulo que encerrava com os cadaveres do poeta e do rei, o da nação, havia dois epitaphios: um foi o sonho sebastianista; o outro foi, é, o poema dos *Lusiadas*. [1] A patria fugira da terra para a região aerea da poesia e dos mythos. [2] Na terra via-se apenas o cardeal rei, cachetico, pendurado, como uma creança, a mamar nos peitos da Maria da Motta. E havia quem pedisse ao papa que o deixasse casar para dar successão ao reino! A successão estava preparada a favor do Philippe que comprava tudo, e diante de quem todos reverentes caíam de rastos.

[1] V. *Hist. da civil. iberica* (3.ª ed.) pp. 245 e segg. e *Theoria da historia univ.* nas *Taboas de chronol.*, p. XXXIV, *intr.* — [2] V. *Instituições primitivas*, pp. 240-1.

IV

O sebastianismo

Mas o clamoroso acto de contrição, gemido nas ruas, ao chegarem as noticias de África, afogou-se logo na atmosphera corrompida. « E' para chorar e acabar de pasmar a louquice d'esta terra », dizia uma testemunha. Não havia força bastante, nem para soffrer; e os infelizes, desesperados, abandonavam-se á protecção do castelhano, vendendo-se-lhe; abandonavam-se á protecção magica das *promessas,* dos votos e das feiticerias. — O rei de Castella, Deus, o Diabo, um qualquer messias, que nos salve, pois que o adorado Messias, o moço redemptor morreu (talvez não morresse!) em Africa.

E as donas illustres e de qualidade andavam a modo de romarias pelas ruas e egrejas; e não havia devoção defeza que não fizessem, nem feiticeira que não buscassem, para saber noticias do captiveiro: era um tempo dourado para santões e beatas, que as roubavam em quanto possuiam. Achavam-se por toda a parte, aos grupos, cumprindo as devoções, embiocadas e descalças, parecendo medos. Mas, na prolongação molle d'estes habitos, tinham adquirido paixões novas, e a frequencia das missas e procissões tornára-se uma fórma diversa de vicio, uma nova origem de devassidão. Nas casas não ficava negra, nem rapariga; todas iam ás resas acompanhadas pelos

namorados, velhos emparvecidos, ou algum rapaz travesso, porque os homens tinham morrido ou estavam captivos em Africa. Todas se conheciam nas egrejas e iam ahi como a saraus; e «tam andejas se fizeram por modo de galanteria, que duvido que os maridos, se o soubessem, queiram de lá (do captiveiro) saír, pelas não verem».

As mulheres galanteavam, os homens vendiam-se, e o cardeal D. Henrique resava e chorava, sem saber como decidir-se — fugido em Almeirim da peste, que mais uma vez tinha chegado a visitar Lisboa. Philippe II queria o reino, o prior do Crato sonhava repetir a façanha do Mestre d'Aviz, o duque de Bragança allegava os seus direitos; e o cardeal-rei, tremendo do pretendente visinho, inclinado ao duque pela amisade, odiava D. Antonio, em cuja cabeça estava a unica taboa de salvação do reino — se é que o reino podia salvar-se.

O prior do Crato não valia mais nem menos do que o Mestre de Aviz: acaso valesse pessoalmente mais; a nação, porém, fôra um ser vivo e forte no seculo XIV, e era um corpo moribundo no seculo XVI. Os pretendentes, com a avidez de herdeiros, affligiam no seu leito de morte o cardeal, cuja vida se extinguia com a da nação.

Assim que o rei cachetico morreu, sem deixar cousa alguma resolvida, Philippe II mandou occupar Portugal; e o prior do Crato dispoz-se a repetir a historia de 1385. O duque de Bragança, retirado em Villa-Viçosa, caçava no seu paço, indifferente á sorte do reino; e o exercito castelhano descia, do Alemtejo a Setubal, capitaneado pelo duque d'Alba.

Em Lisboa reinava D. Antonio, acclamado rei. A capital, obediente ao jugo d'um messias importuno, anciava, comtudo, por uma terminação da

crise. Queria entregar-se nos braços do tyranno de Castella, mais poderoso, e por isso, provavelmente, mais benigno. Assim como a onda da miseria viera crescendo, invadindo e afogando, assim crescera a onda da loucura; e quem viu Lisboa antes da jornada de Africa, e a vê agora sob o mando do rei do Crato, reconhece que o paroxismo do delirio não fôra então ainda attingido. Era uma loucura feroz, um terrorismo do desespero, como se dá em toda a parte, quando desgraças calamitosas desequilibram as forças collectivas, acclamando as ambições vulgares, e dando o mando ás plebes e aos facinoras. [1]

Assim estava Lisboa, na imminencia do ataque dos castelhanos. Com o intervallo de duzentos annos, em que se fechara o circulo de uma historia brilhante e meritoria, a capital, que iniciára a viagem por uma revolução, concluia-a por uma *Communa*. As mesmas ruas que tinham visto as scenas de 1385, presenciavam as de 1580. O Prior era um Mestre de Aviz, o conde de Vimioso o Nunalvares de agora. Havia a scena, havia os personagens: faltavam, porém, os córos; porque n'esses duzentos annos o povo extinguira-se, trucidado nos palmares da India, devorado pelos mares irritados, roído pelas pestes. [2] Restava apenas a baba

[1] V. *Portugal contemporaneo* (2.ª ed.) I, pp. 126 e segg.

[2] Eis aqui um Censo de 1535, descrevendo os lugares representados em côrtes: (ap. Santarem, *Côrtes geraes*, doc. pp. 100 e segg.)

	VISINHOS		
Traz-os-Montes	Villa	Termo	Total
Villa Real	478	1:500	1:978
Bragança	481	5:161	5:642
Mais 3 villas	979	2:168	3:147
Entre Douro e Minho			
Porto	3:006	10:116	13:122
Guimarães	1:405	3:553	4:958

vil, como os limos e restos que a onda abandona com desprezo quando vae fugindo para o mar, na praia núa.

Braga	848	1:091	1:939
Mais 8 villas	3:353	13:474	16:826
Beira			
Guarda	379	1:942	2:321
Lamego	472	1:018	1:490
Vizeu	459	2:881	3:390
Castello Branco	870	547	1:417
Mais 7 villas	2:640	9:883	12:523
Estremadura			
Lisboa	13:010	4:024	17:034
Santarem	1:988	3:387	5:375
Thomar	737	1:516	2:253
Abrantes	775	1:225	2:000
Coimbra	1:329	3:241	4:570
Aveiro	994	466	1:460
Mais 13 villas	3:304	11:014	14:318
Entre Tejo e Guadiana			
Evora	2:813	788	3:601
Montemor	879	705	1:594
Elvas	1:916	438	2:354
Olivença	1:053	186	1:239
Beja	1:927	880	2:807
Serpa	727	550	1:277
Moura	875	747	1:622
Estremoz	969	452	1:421
Portalegre	1:224	195	1;419
Setubal	1:220	35	1:255
Mais 27 villas	10:578	5:573	16:151
Algarve			
Faro	1:567	478	2:045
Tavira	873	572	1:445
Lagos	1:310	453	1:763
Mais 4 villas	1:126	1:939	3:065

A diminuição da população progrediu sempre, desde o principio do seculo XVI, talvez, e os successivos revezes nacionaes fizeram com que dois annos depois de Alcacerquibir, na resenha que então se fez, se visse não attingir a um milhão toda a população do reino. De 18 a 50 annos não havia mais de 18:000 homens, excluindo a nobreza e a gente que podia servir a cavallo. (V. *Mem. econ.*, I, p. 133).

O governo do prior do Crato em Lisboa era uma tyrannia de energumenos. Tinham desertado da capital os nobres e os ricos: ficara uma plebe desvairada, que tomou posse dos cargos e dos arsenaes. Era o reinado da demagogia. Lisboa parecia uma cidade antiga, D. Antonio um antigo tyranno da plebe. Os fugitivos, tibios, eram caçados; e uma vez colhidos, prendiam-nos, arrastavam-nos pelas ruas, apedrejando-os e vilipendiando-os, para os obrigarem a alistar-se nas desordenadas levas do exercito de Lisboa. Do mesmo modo porque se compunham as tropas, se obtinham recursos: eram assaltos ás casas, rapinas, violencias. O governo vendia tudo: lugares e honras, desesperado por não achar compradores bastantes. Os judeus folgavam, remindo-se a dinheiro. Tambem os escravos, alistados nas tropas, se libertavam; e esta medida deu um tom novo aos tumultos e aos roubos e assassinatos que impunemente se commettiam por todas as ruas. Os thesouros e alfaias das egrejas eram saqueados, os templos profanados. Os frades andavam arregimentados, de couraça e capacete sobre o burel, prégando sermões e ordens de commando. Arregaçado o habito, subiam aos marcos, nas esquinas das ruas, e de espada em punho, fallavam em Deus, na gloria que esperava os Machabeus, nas penas do inferno reservadas aos tibios. Os conventos eram arsenaes, e pelas salas abertas, homens e mulheres escolhiam armas, praguejando. Era uma saturnal.

Entretanto o duque d'Alba avançava cautelosamente. Como os enfermeiros, quando rodeiam em circulo o louco varrido, approximando-se, defendidos por almofadas para evitar os golpes, e para o abafar, pondo-lhe o collete: assim o veterano, com prudencia, fortificada Setubal, dava por mar

a volta a Cascaes segurando as torres, e avançando contra Lisboa, torneada e presa.

Em Alcantara (1580, agosto) não houve propriamente uma batalha: foi o encontro de uma onda fatal com um viveiro de formigas tontas. A artilheria castelhana varreu breve os batalhões de frades, de escravos, e de regaterias; e a cavallaria tornou a derrota n'uma debandada. Toda a força do Prior, do conde de Vimioso, do bispo da Guarda, não bastavam para amparar, na derrocada, os muros que desabavam a pedaços.

Os do senado de Lisboa imploravam ao duque d'Alba que os libertasse da tyrannia dos revolucionarios; e os governadores, a quem o cardeal, morrendo, confiara o reino, refugiados em Castro-Marim, tinham, por sentença, dado a corôa a D. Philippe. O seu general occupou Lisboa, e no anno seguinte (1581, abril) as côrtes, em Thomar, acclamaram-no rei.

Não houve protestos contra a perda da independencia? Houve; mas de tal natureza, que são mais uma prova da incapacidade da nação para a defender.

O prior do Crato, vencido e fugido, foi pedir á politica europêa o auxilio que os portuguezes lhe negavam; protrahindo nos Açores, e mais tarde em expedições dirigidas contra o continente, uma teima impossivel de vingar — porque o povo, deprimido e miseravel, nada confiava nem esperava dos homens: pedia tudo a Deus, e a um milagre.

Como os antigos judeus na Palestina, os portuguezes tinham amassado com as suas lagrimas a

chimera do messianismo. Devastada, vencida e por fim vendida, a nação era um campo-santo, os homens como sombras, as agitações messianicas, especie de fogos fatuos que ondeavam no ar, suspensos na atra sombra da noite do infortunio. Os machabeus de 1580 não tinham sabido menear a espada; e o povo, perdido o sentimento da sua realidade, como todo e como força, abandonava-se a esperar a volta do Messias — D. Sebastião, o principe encantador, a divina creança, que soubera aspirar para a salvação commum, que viria de certo redimir a nação!

Ninguem vira morrer o rei; Sebastião de Rezende achara-lhe o cadaver já nu; vestira-lhe um gibão de hollanda branca, e atravessando-o na sella do cavallo montara nas ancas, levando-o comsigo. Os prisioneiros lavraram um auto, reconhecendo aquelle cadaver como o do rei; mas depois dizia-se que o tinham feito para melhor defenderem a fuga, tirando ao inimigo as esperanças de o haver ás mãos; e se no primeiro momento, o terror do cataclysmo fizera esquecer a circumstancia da morte occulta, logo as maiores desgraças posteriores acordaram na alma do povo a suspeita de que D. Sebastião vivia. A sua sympathica phisionomia, os seus proprios erros que eram virtudes, por fim a sua historia tragica, fundavam os alicerces de uma beatificação que se ia formando. O povo crystallisava os seus ideaes, transfigurando o homem n'um symbolo das suas esperanças e desejos.

Um fugitivo, mascarado, batera depois da batalha ás portas de Arzilla, e para que lh'as abrissem dissera-se D. Sebastião. De nada valeu o depoimento do capitão de Arzilla, nem o do proprio author da mentira. O povo acreditava que taes noticias eram embustes, armados contra a sua espe-

rança pelos miseraveis, vendidos e podres, que o governavam. Tinham covardemente abandonado o heroe, e agora temiam-lhe a colera: porque elle voltaria a julgal-os, a condemnal-os.

Desde que se lançara nos braços d'esta esperança mystica, desde que o messianismo, symptoma superior da cachexia nacional, levava o povo a confiar indiscutivelmente n'um milagre proximo, D. Antonio, um pseudo-messias, debatia-se em vão chamando a si o auxilio das populações contra o castelhano.

Os prophetas, o Bandarra, e Simão Gomes, o *sapateiro-santo,* inspirados, cantavam a epopêa do heroe, e as condições em que viria a apparecer para redimir o seu povo: como na Judéa, tambem, o Christo fôra um salvador da nação, antes de ser redemptor das almas. Tambem o Christo portuguez havia de alargar o seu imperio por longes terras, e a sua edade seria a éra da redempção. Tambem o messianismo da Judéa fôra buscar ás lembraças proximas do reinado glorioso de Hyrcan a raiz positiva da formação aerea — como a pessoa do imberbe principe desgraçado era a raiz do edificio mystico portuguez.

Em 1584-5 apparece o Messias, encarnando successivamente em dois homens, que tambem tiveram a sua paixão, a sua cruz. O primeiro, o *rei de Penamacor,* era um oleiro; o segundo, o *rei da Ericeira,* era um pedreiro. Um apparecia nas faldas da serra da Estrella, junto á fronteira; o outro nas raizes da serra de Cintra, junto ao mar: ambos no coração do paiz, sobre o seu dorso, junto da medula espinal, onde vibram as commoções centraes do organismo: n'essa cordilheira onde moram os puro-portuguezes. Quando a alma nacional rebentava n'um intimo soluço, o grito não po-

dia vir, nem do norte gallego, nem do sul turdetano.

Não são os dois reis da plebe impostores, nem charlatães: ou tambem Jesus foi uma e outra cousa. Não são, como o prior do Crato, pseudomessias, politicos cheios de manhas e atrevidas artes: são homens simples, como é simples o povo que os acclama e segue. Por um mysterio, vedado á razão, encarnou em ambos a alma collectiva e são verdadeiros christos nacionaes. Não se arrogam a si esse titulo, como tambem Jesus o não fez; mas quando lhes dizem: és o rei! elles crêem; como Jesus acreditou, quando lhe disseram: és o filho de David! — Só o povo sagra os verdadeiros christos, e mal dos que, sem a sagração popular, usurpam essa dignidade.

Morreram ambos no cadafalso ignominioso, como Jesus acabou n'uma cruz; mas as suas agonias radicaram a fé na alma do povo, porque o proprio das sublimes loucuras collectivas é protestarem contra as sentenças da realidade, do mundo, dos sentidos. Inconsciente voar para a região de um mundo ideal indefinido, a fé e os milagres que ella produz são a corôa divinisadora da humanidade...

Os dois reis da plebe não podiam evidentemente ser D. Sebastião, mas era, comtudo, facto que ninguem vira morrer o rei. Corriam tradições a respeito da sua fuga, e nada se oppunha á possibilidade de elle, de facto, existir escondido por algum canto da Europa. Os emigrados com D. Antonio em Paris ardiam em desejos de vêr confirmada esta suspeita; e não faltava quem, depois das revoltas de Penamacor e da Ericeira, chegasse a pensar em forjar um D. Sebastião, para o apresentar á adoração do povo em Portugal, levantando-o como pendão de revolta contra o castelhano.

D'estes dous motivos nasceram as aventuras de Madrigal e de Veneza, cujos heroes foram o pasteleiro, e Marco Tullio, o calabrez. Não nos demoraremos a contar essas historias, curiosidades sem alcance. Se o pasteleiro conseguiu fazer-se amar por D. Anna de Austria, enclaustrada; se o de Veneza conseguiu ser prégado pelo primeiro apostolo do Sebastianismo, D. João de Castro, neto do vice-rei, e S. Paulo da religião portugueza; se ambos acabaram nos supplicios, pagando com a vida a sua impostura (1594-1603): são isso meras curiosidades da historia, e na nossa propozemo-nos apenas a traçar a derrota do sentimento popular.

Para este, eram verdadeiros todos os successivos D. Sebastião, passando a falsos desde que morriam. Deificar o rei, transferir o seu reinado d'este para o outro mundo, transfigurar a esperança e transcendentalisar a crença, como succedera na Judéa, era cousa que o espirito portuguez não podia realisar. Tudo se oppunha a isso; e este phenomeno de embriologia religiosa não passou á categoria de religião. Não só o catholicismo — já de si messianico — o impedia radicalmente, como tambem na raça não havia os dotes elementares, com que o hellenismo, insinuando-se nas tradições judaicas, fizera do messias um deus, de um imperio uma apotheose, de uma edade aurea, a edade eterna e ideal do espirito.

Manteve-se o caracter realista da lenda. D. Sebastião conservou-se um heroe, e o christo nacional não attingiu a categoria de deus. Os successivos desenganos, porém, e o tempo que, no seu decorrer, tirava a possibilidade á existencia real do homem, não podendo transferir a lenda para a região do dogma, levaram-na para a região do mytho; não

podendo transcendentalisal-a, naturalisaram-na; não podendo transfigurar o rei em Deus, fizeram d'elle um heroe: Herakles e não Zeus, o Archanjo e não o Verbo. [1]

Com os movimentos da intima psychologia collectiva, com a historia dos sentimentos inconscientes da nação, é que o observador póde penetrar no fundo das origens ethnicas — por toda a parte encobertas com as superfetações successivas das influencias estranhas, da intervenção do acaso, da vitalidade das tradições.

E quando vemos que a alma religiosa da nação, retrahindo-se ao seu amago intimo, creando espontaneamente uma fé, ao lado do catholicismo dogmatico e transcendente, imposto, importado, e mal definido nas consciencias, constroe essa fé com os materiaes conhecidos das antigas religiões naturalistas dos celtas; quando vemos que D. Sebastião se transforma n'um rei Arthur, escondido na ilha viçosa dos bardos — somos, com effeito, levados a suppôr que o elemento primitivamente dominante nas populações é em Portugal celta, pois que os seus fructos ingenuos e espontaneos têm a côr e a fórma dos productos d'essa raça.

Nem só a lenda de D. Sebastião prova isto; porque já observámos as manifestações de ingenuo amor da natureza, o candido enthusiasmo do heroismo, a sentimentalidade nebulosa da poesia. Para nós, o sebastianismo é uma prova posthuma da nacionalidade. Na hora das agonias derradeiras, os soluços violentos do povo traziam aos labios a intima voz, e proferiam de um modo eloquente e altisonante o pensamento natural organico. Como nos terramotos geologicos, a revolução das lavas

[1] V. *Systema dos mythos relig.*, p. XVII.

subterraneas repellia as camadas superiores, levantando-as e separando-as; e punha a nú a ossatura dos granitos, vomitando uma golphada de lume vivo.

Mas, porque motivo, se no intimo fundo da alma nacional ardia esse fogo celtico, as suas manifestações foram sentenciadas a ser por tal fórma indecisas, quasi obscuras, nas epochas ordinarias da vida? Porque appareciam apenas, ou nos typos excepcionaes (Nunalvares, D. João de Castro), ou nos momentos de crise—crise de enthusiasmo, como quando nos lançavamos ao Mar Tenebroso, ou de desespero, como quando nos afundavamos no messianismo tumular? Porque fôra a vida da nação uma existencia pallida, incolor, sem caracter accentuado, nem phisionomia bem definida? Porque foram, nos melhores dias, os seus grandes homens como os heroes de Carthago, ou como os imperadores da Assyria? E a sua religião, como o culto africano dos deuses da Orgia? Porque não podera, finalmente, uma raça que tanto sentia agora o seu genio, construir uma historia, e instituições e religião proprias d'esse genio, como na Irlanda, na Escocia ou na Bretanha?

Porque a definição da nacionalidade não obedeceu ás prescripções da natureza; porque a nação portugueza foi, como tal, o fructo de actos da vontade de certos homens; porque á gente lusitana se aggregaram, pelo norte, os gallegos onde corria muito sangue suevo, pelo sul os turdetanos onde corria muito sangue berbere, e a população formou-se da combinação dos tres grupos; porque, finalmente, nem o *habitat* dos celtas da Lusitania correspondia a uma unidade geographica, adequada a manter independente a vida da raça, nem as fronteiras, delimitadas pela politica, a uma expres-

são territorial que nos pozesse ao abrigo das influencias incessantes, imperiosas, multiformes, do estrangeiro. [1]

Só um principio subjectivo, qual é a Vontade, podia dar cohesão a esse amálgama de elementos, a esse conjuncto sem unidade natural; e a nação portugueza vive, emquanto vive o patriotismo. Esse querer, que é uma ambição pessoal apenas nos reis da primeira dynastia, é um sentimento collectivo na segunda; e o desenvolvimento das idéas faz com que os monarchas se sintam os representantes, os orgãos e os symbolos, de um acto que não obedece ás leis da natureza phisica, mas provém das ordens da natureza moral. Portugal foi uma nação como a Judéa, e um imperio como Roma. E assim como, no intimo fundo das manifestações romanas, apparece a raiz do latino: assim tambem apparece entre nós o lusitano, ou celta. Mas, da mesma fórma que o acto da consciencia alargou, para fóra da esphera natural da raça, a esphera politica e social de Roma: assim tambem succedeu a Portugal. A nação não foi um producto simples das qualidades naturaes; a sua historia não é apenas um desenvolvimento organico ou impessoal: é uma successão de actos voluntarios, de planos de estadistas.

Por isso, em Roma e em Portugal, Virgilio e Camões, dois verdadeiros épicos, inspirados pelas idéas, e não apenas arrastados pelo temperamento collectivo, são a mais cabal expressão do genio das duas nações.

Quem fôr observar intimamente a phisionomia da *Eneida* ou dos *Lusiadas* verá que, para além das manifestações conscientes do pensamento mo-

[1] V. *As raças humanas*, I, pp. XXVIII-XXXV.

ral, apparecem comtudo as confissões espontaneas do genio natural. O mysticismo rural de Virgilio traduz a alma do Lacio; o ingenuo amor da natureza, as invenciveis attracções do mar, traduzem, em Camões, a alma lusitana. Tem a critica notado á affinidade litteraria do poema de Camões e do de Virgilio: registremos nós uma differença. Os *Lusiadas* cantam um passado, e são um epitaphio. A *Eneida* era uma apotheose, cantando os *aurea sæcula*, a edade presente, de Augusto Cesar, filho dos deuses...

A alma lusitana, ingenua na sua candidez — tombado agora por terra o edificio imperial, desconjunctado e condemnado o systema de idéas patrioticas que desde o XVI seculo tinha dado vida á nação — rebentava em soluços, buscando no seio da natureza, onde se acolhia, uma salvação que não podia esperar mais das idéas, dos systemas, dos heroes, nem dos reis em quem tinha confiado por dois seculos. A obra temeraria dos homens caía por terra; e o povo, abandonado e perdido, abraçava-se á natureza, fazendo do lendario D. Sebastião um genio, um espirito — e da sua historia um mytho.

O sebastianismo era pois uma explosão simples da desesperança, uma manifestação do genio natural intimo da raça, e uma abdicação da historia. Portugal renegava, por um mytho, a realidade; morria para a historia, desfeito n'um sonho; envolvia-se, para entrar no sepulchro, na mortalha de uma esperança messianica.

Por aqui se póde avaliar a loucura dos que esperavam derrubar, com o sebastianismo, o rei de Castella. D. João de Castro, o apostolo da religião, amontoava textos sobre textos, invocava as Sibyllas e os Santos-padres, os Evangelhos e o

Apocalypse, para demonstrar que D. Sebastião viria salvar Portugal; e nenhum dos apostolos via que o messianismo sebastianista se tornára um milagre, e uma esperança funebre. Como S. Paulo, os apostolos só deviam aconselhar a morte, porque só essa era a ambição do povo!

LIVRO SEXTO

A decomposição

(1580-640; DOMINIO HESPANHOL; — 1777 DYNASTIA DE BRAGANÇA)

> **Somos entrados na santimonia, ou por melhor dizer, na beataria. Tenho cansado a V. m., quisera passar voando por aqui, mas hei medo que não possa. A materia é das mais importantes.**
>
> **D. FRANCISCO MANUEL, *Carta de Guia de Casados.***

I

A educação dos jesuitas

Desde que o destino concedera ás duas nações da Hespanha o dominio sobre os novos mundos por ellas descobertos, as côrtes de Madrid e de Lisboa primavam sobre todas na Europa; e a Peninsula, onde Santo Ignacio vira a luz, a Hespanha cujo mysticismo formára o corpo da doutrina da *Companhia,* [1] era por mais de um motivo o fóco de attracção da força reformadora da nova milicia ecclesiastica.

[1] V. *Hist. da civil. iberica* (3.ª ed.) livro IV, 3-4.

Reagindo contra a explosão violenta do heroismo dos homens da Renascença, o jesuitismo prégava a doutrina da submissão e proclamava a Obediencia systematica. Santo Ignacio recommendava aos seus discipulos portuguezes que fizessem inteira resignação das suas vontades, que offerecessem candidamente ao Creador, em seus ministros, a liberdade: um dom providencial! Mas esta abdicação formal da vontade, assim prégada, não era simplesmente uma regra de consciencia religiosa: o jesuitismo soubera conciliar a transcendencia com a realidade, e dar ao mysticismo um caracter pratico. Era uma ordem da moral positiva, e o primeiro principio da educação: o sacrificio da vontade é uma abdicação real, nas mãos dos confessores e ministros de Deus, padres da *Companhia*.

Não basta, porém, sacrificar a vontade, porque o homem moral vive tambem da intelligencia; e ninguem soube ler as intimidades psychologicas do genero humano como Santo Ignacio e os seus companheiros. Além da vontade, escrevia o fundador, é necessario offerecer o entendimento, tendo não só o mesmo *querer*, mas tambem o mesmo *pensar* do superior. Esse segundo, e mais intimo e difficil sacrificio, acabava de reduzir á passividade ideal o discipulo. Entretanto a passividade não era uma abjecção, porque na pessoa do ministro ou superior estava o verbo de Jesu-Christo; nas suas palavras e nas suas ordens, a intenção divina: «Não considereis o superior, qualquer que elle seja, como homem sujeito a erros; antes olhae para aquelle a quem no homem obedeceis, para Christo: buscae em vós as razões que possam defender os seus mandados».

O ministro ou superior não é, decerto, impecca-

vel, pois que é homem; mas no mundo, imperfeita imagem da sociedade celestial, governam as idéas, como o sol ainda nos alumia, quando o não vemos. As fraquezas e imperfeições do espirito humano são como os nevoeiros que nos encobrem o fóco de uma luz, ou como a incapacidade da palavra para traduzir toda a profundidade e delicadeza do pensamento. Essa luz intima, esse primeiro principio abscondito é a Obediencia; porque o Universo é a grande monarchia de Jesus, imperador absoluto das vontades e dos pensamentos. Obedecer, pois, é acertar sempre; ainda quando, por motivo da fragilidade humana, a ordem possa ser errada. A authoridade é em si mesma impeccavel, embora as suas manifestações se nos affigurem alguma vez erroneas.

Tal era o primeiro principio da reforma jesuita; e entre os diversos monumentos da capacidade do espirito humano que a Renascença nos legou, nenhum excede a este em grandeza, porque nenhum ousou atacar de frente, com maior coragem nem mais intima força, os problemas da religião e da moral. Fundar a moralidade na abdicação, construir a ordem moral com a ruina da vontade, era contradizer por tal modo o racionalismo e o mysticismo, confundir o ideal e o real, o divino e o humano, por fórma que o mundo, submettido á educação jesuita, dominado pela profundidade d'esse pensamento, corria o perigo de acabar afogado por um paradoxo de genio.

O mundo reagiu; mas nós, portuguezes, filhos d'esta Hespanha em cujo seio o monstro se gerára, acabámos effectivamente, triturados pelas tentações frias e potentes d'uma serpente de nova especie — afogados, extenuados, cadavericos, já sem alma, nem pensamento, nem vontade.

Uma revolução tão intima e constitucional, que se propunha a modificar a natureza humana, para depois alterar a ordem do mundo, exigia, desde logo, que a *Companhia* fosse, antes de tudo, instructora e educadora. A prégação e o exemplo que tinham bastado no XII seculo ás ordens mendicantes, não bastavam agora; porque, então, os apostolos propunham-se a converter os homens, mundanos, á absorpção em Deus; e agora, os novissimos missionarios queriam formar *ab ovo* uma diversa especie humana, e transfigurar o mundo sem o aniquilar.

O jesuitismo não condemnava o mundo nem o homem, como outr'ora os mysticos tinham feito. Queria á natureza e ao homem, queria á actividade e ao saber; mas todas essas cousas eram para elle aspectos apenas de realidades intimas, e instrumentos cégos de uma obra mysteriosa e santa. O imperio de Christo na terra, o messianismo que até ao anno mil fôra uma esperança realista, que depois se transfigurára n'uma abjecção mystica, n'uma condemnação formal do mundo, da natureza e do homem — resuscitava agora sob uma fórma nova. A Obediencia piedosa, a abdicação conseguiriam o que, nem a thaumaturgia, nem o mysticismo, tinham realisado: fundir n'uma essencia unica Deus e o Homem, o céu e a terra, o absoluto e o contingente: resolver essa eterna e insoluvel questão que, desde Alexandria, vinha enlouquecendo as cabeças e ameaçando a solidez e o futuro do christianismo.

O milagre que a Europa por seis seculos esperára, contavam os jesuitas realisal-o, educando o homem, transformando o mundo: transfigurando ambos, de realidades positivas e de seres vivos e

autónomos, n'aquelles *aspectos* que a razão transcendente descobre na realidade. O homem ficaria sendo, não propriamente um automato, mas um cadaver, um phantasma, a representação impessoal de uma idéa. Viveria como se fosse morto, conservando a fórma, sem conservar a alma. E, assim, a instrucção, origem da sua força (porque, no XVI seculo, a influencia do saber primava já sobre a do braço) seria tambem formal apenas.

Examinaremos, successivamente, mas de um modo succinto, a maneira pela qual esta philosophia se traduziu nas instituições e na politica; e releve-nos o leitor o demorarmo-nos sobre tal assumpto, porque, sem comprehendermos o intimo caracter do jesuitismo, jámais comprehenderemos a historia nacional nos seculos XVII e XVIII. Portugal tornou-se o baluarte da *Companhia,* e a dynastia de Bragança, obra d'ella, foi o seu melhor pupillo.

Contra o mysticismo protestante, tinham os jesuitas defendido em Trento [1] a razão e a sciencia; e agora, perante os conflictos inevitaveis entre uma religião revelada e a philosophia, davam a ambas o caracter fugitivo e n'um sentido falso que, no entender dos fundadores, convinha a todas as cousas reaes. A fé reduziam-na a cathecismos dogmaticos, e a moral religiosa á casuistica. Na philosophia mantinham tudo o que lhe é exterior, exagerando o luxo apparatoso de uma rhetorica inutil e van, e levando os espiritos á mudez, pelo caminho de uma erudição miope, de um

[1] V. *Hist. da civil. iberica* (3.ª ed.) l. IV, 4.

apparato de sabedoria, no fundo ignorante. O crente e o sabio, e a religião e a philosophia eram formulas seccas, estatuas mudas de cousas outr'ora vivas. O jesuitismo mumificava o mundo e o homem.

A força da disciplina, o enthusiasmo por uma doutrina genial no paradoxo, servidos pelo temperamento heroico de Santo-Ignacio e pela perspicacia do professor Laynez, deram desde o começo á educação jesuita uma superioridade incontestavel. O exito confirmava as previsões dos fundadores; e todos concordavam, até no seio da Allemanha protestante, que a mocidade aprendia mais e melhor com os jesuitas. As linguas antigas eram, na Renascença, o alicerce da educação classica. Ninguem excedia, no conhecimento d'ellas, os professores dos collegios que a Companhia espalhava por toda a parte: sempre que erigiam um templo, fundavam uma eschola. Assim chegaram a contar 25 universidades e 150 estudos-geraes, seus proprios.

Laynez reconhecera com perspicacia os effeitos devastadores da grammatica no espirito sensivel da infancia. As formulas abstractas e incomprehensiveis para a imaginação, as definições metaphisicas (cuidadosamente evitadas na instrucção superior) convinham para estontear e emparvecer os cerebros infantís, cujas impressões duram por toda a vida do homem. O cathecismo de Canisio vinha em soccorro da grammatica; e ao mesmo tempo que esta seccava, com as abstracções, a fonte viva da imaginação, o longo rosario de perguntas e respostas encadeadas, infalliveis, clarissimas na sua obscuridade, realistas e praticas, atrophiava na origem o sentimento ingenuo e quente sobre que vive a intima religião. Juntando, final-

mente, ao cathecismo e á grammatica, as formulas e praticas devotas, sempe regulamentadas, e ligadas sempre a fetiches (rosarios, bentos, reliquias, etc.) para que o espirito se não perdesse na espontaneidade, nem se deslocasse, do mundo positivo, para o do sentimento ou da imaginação, os jesuitas conseguiam, effectivamente, fazer uma sociedade de beatos e pedantes, exteriormente religiosa e sábia, n'um accordo completo, sem disputas, nem rixas, nem protestos, nem contradicções — por isso que tinham conseguido seccar as fontes da vida moral e da vida intellectual.

Assim como substituiam a *devoção* á oração, a pratica religiosa á religião: assim tambem punham, no logar da espontaneidade abafada, a emulação, para provocar o ardor dos estudantes. Foi Laynez o inventor dos *premios,* distribuidos solemne, publicamente, para galardoar o aproveitamento de uns discipulos, ferindo e deprimindo os menos capazes, ou menos felizes.

Convenientemente encaminhado, podado, arranjado e correcto, como as arvores que nas latadas se estendem em leque, para produzirem monstruosamente, o discipulo entrava nos estudos superiores. Ahi, as materias eram ainda nominalmente as mesmas, mas na essencia outras. Na Theologia tinham substituido a escholastica aos Santos-padres; no Direito tinham banido o methodo historico, cingindo-se ás appostillas dos lentes, a *sebenta;* na Medicina tinham supprimido a anatomia, sem a qual o estudo era uma chimera; e a Mathematica, reduzida em Coimbra a uma cadeira apenas, como distracção, limitava-se em Evora a um curso elementar. O ensino da Philosophia, prolongado por tres ou quatro annos, era um modo de entreter, com phrases occas e disser-

tações estereis, a actividade mental dos discipulos, desviando-a do pensamento para a rhetorica. Em tres ou quatro annos, apenas outros tantos dias eram consagrados á idéa do Ser; e quanto á Substancia, aos primeiros principios, á liberdade, á eternidade, de Deus, não era licito discorrer, nem investigar: *nihil dicant, nihil agant.*

Precursores positivistas, propunham-se temerariamente a fixar a raia do imperio da razão, construindo os marcos fronteiros, além dos quaes lhe não consentiam ir: *Questiones de Deo... praetereantur.* Ninguem levante problemas novos: *Nemo novas introducat questiones.* E como a natureza, vingando-se d'essa disciplina secca, pratica, mas irracional, multiplicava os idiotas, apesar de sabios, o jesuitismo, prevendo a hypothese, tinha já destinado o lugar dos tolos: os que forem ineptos para philosophar, destinem-se á casuistica.

Tal foi o systema de educação introduzido em Portugal; e n'essa eschola se formaram os bragançães, e o reino de que os jesuitas os fizeram seus feitores.

Entre as medidas do reinado de D. João III conta-se, como o leitor já viu, a reforma da antiga Universidade nacional. Fundada em Lisboa na ultima decada do seculo XIII pelo rei D. Diniz, a Universidade foi trasladada para Coimbra na primeira da seguinte: o bolicio de uma capital não provava favoravel ao progresso dos estudos. D. Fernando, porém, em 1375, volta a estabelecel-a em Lisboa, mas logo em 1431 é reconduzida a Coimbra sob os auspicios do infante D. Henrique. O leitor sabe como os filhos de D. João I, que sem exagero se podem dizer os fundadores do

nobre e glorioso Portugal da Renascença, se tornaram os iniciadores da cultura eminente d'essa epocha. A litteratura, as artes, as sciencias e a philosophia, trazidas em semente para este magro torrão de uma nação rural e como que *provinciana,* eram verdadeiramente uma importação; mas a semente vingou tanto que deu de si a historia brilhante ou duradoura das nossas descobertas, das nossas conquistas e das nossas colonias. A decadencia foi rapida, e acabou por uma tragedia funebre.

Mas já muito antes de Alcacerquibir se viam e conheciam os symptomas morbidos. O governo que mandava á India D. João de Castro para travar a desordem miseravel do Ultramar, reconhecia a necessidade de revivificar os estudos decadentes, abastardados. Planta exotica, a sciencia, trazida de fóra para o seio de um povo em que a curiosidade intellectual não é um traço de caracter eminente, definhara. Como se faria reviver? Como se renovaria a tradição em via de extinguir-se? Por meio de novas introducções de gente de fóra, contractando sabios que viessem alumiar os cerebros de um povo naturalmente inclinado á inercia intellectual. A empreza de D. João III precede a do marquez de Pombal, na historia e no alcance expressivo para a comprehensão do caracter do povo portuguez. O governo reformador não se limita a alargar a área dos estudos universitarios: manda vir de toda a parte professores que ensinem aos nacionaes essas materias novas — conquistas do espirito, coevas e parallelas ás descobertas e conquistas do Oriente e das Americas, e idéas religiosas formuladas por opposição ás doutrinas da Allemanha hereje e mystica.

Em Paris havia desde muito uma colonia de estudantes e doutores portuguezes, intellectualmente desnacionalisados, mas que sem duvida podiam melhor do que ninguem pôr em pratica o pensamento de D. João III. Por sua ordem veiu pois Marcos Romeu, doutor da Sorbonna, ensinar theologia, com o companheiro Payo Rodrigues Villarinho. Thomaz Rodrigues e Henrique Colhar vieram leccionar medicina, ao lado de Pedro Nunes, do dr. Reinoso, do dr. Franco e do dr. Luis Grego. Alcalá mandou-nos castelhanos celebres, como Affonso do Prado e Francisco de Monção, mestres na theologia; como Aspilcueta Navarro, Alarcão, Morgovejo, doutores em canones. Para as leis veiu de Castella Santa-Cruz e de Italia vieram os doutores Fabio e Ascanio; e para ensinar latim e grego «mandou elrey D. João vir de Paris um collegio inteiro».

Dir-se-hia que uma nova éra intellectual ia iniciar-se, e Portugal demonstrar a força e a originalidade do seu pensamento. Outrotanto devia esperar nos tempos vindouros o marquez de Pombal; mas com o intervallo de dois seculos, as tentativas de aclimatação falharam egualmente e por motivos similhantes. O leitor já viu como o espirito reaccionario e rudo protestava contra as despezas da Universidade no tempo de D. João III: a onda cresce, e no reinado de D. Sebastião os capitulos dos Tres-Estados (1562) pedem a abolição dos estudos de Coimbra, applicando-se as suas rendas para as despezas da guerra.

Mas seria ingenuo ou sincero o pedido? Não haveria já quem inspirasse ou explorasse o protesto de um povo sem curiosidade scientifica, apenas dotado de energia militar e religiosa? Talvez. Havia já tres annos que os jesuitas tinham trans-

formado em Universidade o seu collegio de Evora, por não poderem apropriar-se de Coimbra. Havia já vinte e dois annos que Simão Rodrigues de Azevedo e Paulo Camerate, tinham aportado a Setubal, mandados de Roma por Loyola, a quem D. João III pedira padres para missionarem no reino. Chamando os jesuitas, entregando-lhes o ensino primario e o secundario, o rei piedoso julgava completar a obra da reforma dos estudos iniciada pela reorganisação da Universidade. O jesuitismo, introduzindo-se capciosamente na cultura humanista, racionalista, da Renascença latina, perverteu-a em Portugal e fóra d'elle, roendo-a; e lavrou minando até collocar sob a sua direcção o systema inteiro dos institutos de ensino. Em 1542 funda-se o collegio de Coimbra, logo depois o de Sanfins, no Minho; em 1554 o cardeal D. Henrique, depois rei, fundou o de Evora; em 1560 abriu-se o do Porto; e ao cabo de vinte e cinco annos, depois da introducção da *Companhia,* os seus collegios estavam espalhados por todo o reino.

Não bastava, porém, collocar ao lado da antiga instrucção, o novo methodo: a *Companhia* não queria concorrer apenas, queria dominar absoluta. Emquanto o não conseguia, ia combatendo contra as ordens monasticas que se queixavam de que os jesuitas lhes roubavam os moços mais intelligentes, espalhando emissarios pelo reino a arrebanhar discipulos, reduzindo o preço das matriculas, etc. A decidida protecção da corôa, porém, breve lhes confiou o monopolio do ensino. Em 1555 D. João III entregou-lhes o Collegio-das-Artes de Coimbra, onde se estudavam os preparatorios da Universidade, prohibindo que os alumnos *ouvissem* nas faculdades de Direito e Canones, sem a certidão de

exames no Collegio. Em 1559, por fim, não conseguindo confiscar a Academia de D. Diniz, transformaram o collegio de Evora em Universidade, para bater Coimbra; e o exito correspondeu ao proposito: em 1660 Evora doutorava 248 alumnos, e 404 cincoenta annos depois. Por outros meios ainda, os jesuitas se assenhoreavam do ensino superior: todo o professo da *Companhia*, por ella approvado, era admittido gratuitamente aos graus em Coimbra; e por ultimo, qualquer jesuita, doutorado onde quer que fosse, tinha fóros eguaes aos doutores de Coimbra. O Collegio existira sob a direcção do reitor da Universidade, mas os jesuitas repelliram a tutela.

Na instrucção secundaria, o monopolio fundara-se a favor dos Collegios, desde que as ordens religiosas foram inhibidas de ensinar publicamente, limitando-as a instruir os seus noviços. Em Evora, capital do ensino jesuita, era prohibido ensinar, não só aos conventos, como aos particulares. Annuladas para a instrucção as ordens religiosas, prohibido o ensino secular livre, batida a authoridade dos bispos, substituida á Universidade do Estado a privativa dos jesuitas, a *Companhia* conseguira realisar o seu programma, cujos fructos se viram quando D. João IV, rei levantado pela Sociedade para a servir, ordenou que todos os doutores e estudantes jurassem a immaculada conceição de Maria.

Ao ensino propriamente dito juntava a *Companhia* a prégação; e assim como batia as ordens monasticas nos bancos das escholas, batia-as no pulpito, porque, rainha em Roma, monopolisava

as indulgencias e jubileus com que trazia todo o povo a ouvir os seus prégadores. Nos Collegios leccionando, prégando nas egrejas, dominava ainda nos atrios e nas ruas ensinando a cartilha e o cathecismo ás creanças da plebe, que vinham em procissão, chamadas pelo instructor da infancia, o Padre Ignacio, com o pendão arvorado e a campainha tocando pelas ruas.

Essas campanhas do mestre popular não se reduziam, porém, ao ensino do cathecismo. Seguido pelo seu exercito de cathecumenos, invadia os pateos, onde o povo se entretinha a ouvir as comedias e autos dos seus authores favoritos—de Gil-Vicente, o primeiro de todos. O padre Ignacio subia ao palco, expulsava os actores, persignava-se, prégava, e dizia a doutrina.

Por que era este odio ás comedias? Pela liberdade com que accusavam o *carão fanado* do papa, aconselhando-o a imitar a vida dos antigos pastores; pela irreverencia, pela falta de submissão e obediencia com que o povo ousava ainda applaudir. Assim como, sem destruir o ensino, a *Companhia* o pervertera: assim tambem era necessario que fizesse a essa educação do theatro e dos livros.

Nos seculos XV e XVI (1385-1580) Portugal conseguira apresentar um caracter nacional proprio, fazer acto de existencia independente, e consagral-a para todo o sempre nos monumentos de uma litteratura breve, mas esplendida. O patriotismo é porém ainda uma affirmação de força, uma rebeldia contra a Obediencia; e para as nações poderem viver com virtude é necessario que se confessem humildes servas do Vigario de Christo —que é o servo da *Companhia*. Mal do povo, mal do rei, que pensar valer por si alguma cousa. O

typo do soberano e da grei é esse D. João IV, beato e nullo; é esse povo portuguez, macillento e molle, com a cabeça occa, os labios sempre occupados a rezar ladainhas e rosarios, os joelhos doridos das lóngas estações dos jubileus, para ganhar interminaveis indulgencias.

Afogar esse antigo orgulho nacional é tanto maior necessidade, quanto as desgraças repetidas, a perda do Oriente, estão mostrando que Deus o condemna. A educação faz-nos os novos homens: que o theatro e a litteratura não venham prejudicar a obra, lembrando como eram os passados. Já que o povo carece de distracções, demos-lh'as, mas innocentes e piedosas.

E d'este modo a *Companhia* fundou um theatro seu, deslumbrante de tramoias e comparsas, e inventou o genero innoxio, sensabor, da Tragicomedia latina, em que o poema, insipido, desapparecia afogado pelo esplendor do scenario. Ao mesmo tempo, com os Indices expurgatorios, (1564, 81, 97, 1624) truncava, mutilava a litteratura nacional; e dava nas *Selectas* os textos classicos, bons para exercicios rhetoricos, sem perigo de que os leitores comprehendessem e se namorassem do naturalismo vivo da Antiguidade.

Destacando o homem do mundo real e moral, e arrancando o portuguez ás suas ainda recentes e mal seguras tradições nacionaes, a *Companhia* em parte alguma conseguia realisar tão cabalmente o seu programma, como em Portugal. Nação moça, creada pela audacia dos seus principes, a abstracção era mais facil entre nós do que pelos reinos da Europa, mais ou menos assentes sobre o alicerce resistente de uma origem ethnica, consagrada por uma longa historia. Desnaturados e desnacionalisados, os portuguezes eram, nas mãos da *Compa-*

nhia, uma excellente materia prima, um barro de qualidade rara para se moldar a todas as fórmas que aos oleiros do Senhor aprouvesse dar-lhes.

Filho amado, seu Paraguay da Europa, a *Companhia* reconheceu por fim que não lhe convinha vêr Portugal agrilhoado á visinha Hespanha, onde imperava, decerto, como em toda a parte; mas onde não podia tão facilmente apagar, com a esponja da abstracção, nem as tradições nacionaes, nem os caracteres profundos de uma raça bem constituida, organicamente desenvolvida n'uma civilisação já historica de muitos seculos. Portugal seria a cousa sua propria, e não a cousa de el-rei de Hespanha. Se, para o arrancar das mãos do seu dono, era necessario inventar uma tradição, não estava ahi o Sebastianismo, lavrando quente no desvairado espirito popular?

. . .

O geral Aquaviva, no seu *Directorio*, tinha deixado escriptas as regras a seguir, para conquistar os neophitos á doutrina da Obediencia: convém esperar a occasião—uma desgraça, maus negocios—e explorar até os vicios e fraquezas humanas. Tal era a situação de Portugal, perdido em 1580, escarnecido, miseravel, pedinte, e agora mugido até dar sangue, pelos Philippes; taes eramos com a nossa fraqueza sebastianista e o vicio ingenito da nossa basofia fidalga.—Depois, continua Aquaviva, eduque-se o neophito na solidão cellular, onde não veja estranhos, muito menos os amigos, só o instructor; entreguem-se-lhe os *Exercicios* e deixem-no ruminar, digerir o seu desanimo e a esperança da doutrina.—Assim a *Companhia* usava,

expurgando os livros amigos de Gil-Vicente, espalhando por toda a parte os seus collegios e as suas missões. — Quando o converso abraçou a doutrina, conclue o *Directorio*, o papel do instructor muda; apparente indifferença .. Convém excitar o enthusiasmo; mas abafal-o, assim que rebenta. — Essa foi a regra seguida em 1640, desde que Portugal julgou restaurar, com a independencia, o antigo imperio. O jesuita, com frieza, ordenou-lhe que abandonasse a India aos hollandezes, e não se deixasse arrebatar por loucuras e chimeras.

Os preceitos da educação individual generalisavam-se, entre nós, a uma educação nacional; e o Portugal restaurado em 1640 era, como devia ser, um bom filho da *Companhia*, uma sombra apenas, uma creatura sem phisionomia nem caracter, passivo, obediente, nullo, idiota e beato.

Assim como no palco bastavam as tramoias e os comparsas, tambem no throno bastava um manequim vestido de rei, com uma corôa e um sceptro, vistoso scenario e córos numerosos. N'outro tempo os jesuitas tinham tido velleidades de combate; e mais de uma vez tinham dito ser necessario matar os reis. Era ainda uma comprehensão imperfeita do principio do systema. Agora, no seculo XVII, estavam já convencidos de que o regicidio era um erro, especialmente quando se achava uma tão boa massa de rei como D. João IV, o devoto da Immaculada-conceição. Fiel discipulo, o bragança, sem amor pelo povo, sem vivas ambições, sem odios, sem coragem, ente negativo e mudo, era mais do que um bello instrumento: era um typo.

Assim devia ser tudo sobre a terra. O homem e o mundo, os cidadãos e os Estados, reduziam-se a um systema de machinas automaticas, só apparentemente vivas; e o regime do equilibrio politico,

dos exercitos permanentes e da diplomacia, regime em que a Europa ia entrar depois da explosão das guerras religiosas e das descobertas, affigurava-se ao jesuita como a ossatura de um corpo, dentro do qual, mysterioso e humilde na sua roupeta negra, elle viveria, imprimindo direcção a todos os movimentos, pensamento a todos os actos: como aquelle que nos bastidores do palco move por cordeis os titeres da comedia. Esse programma de universal esterilisação foi uma realidade em Portugal. O padre Vieira, exaltando o *seu* rei, accusando o castelhano, n'esse pamphleto prophetico-politico chamado a *Historia do Futuro,* exclama: «Ah! se os reis e monarchas considerassem que as purpuras que vestem lh'as empresta Deus da sua guarda-roupa, para que representem o papel de reis emquanto elle fôr servido!»

A grande explosão de *descobertas* no mundo psychologico, tambem consummada pela Renascença, trouxe para o fôro da moral uma confusão similhante á que das outras descobertas proveiu para o regime politico dos Estados, e para a economia das sociedades. Loyola foi decerto um Machiavel, com a differença de que a esphera de acção do florentino não ia além das idéas e das acções politicas, ao passo que o hespanhol propoz-se a explicar e regular, não só a vida dos Estados, mas tambem a da sociedade e da familia, e até a vida intima individual, affectiva, religiosa. Um não via mais do que os cidadãos, o outro via os homens; mas em ambos o modo de vêr era egual. O realismo individualista da Renascença proscrevera as doutrinas abstractas em que a Edade-media se deli-

ciára, impondo a tudo e a todos o espirito pratico e o regime da acção positiva.

Estes principios não bastavam, comtudo, para constituir uma doutrina — necessidade eterna do espirito humano; e á falta d'ella, Machiavel e Loyola fundaram o systema de equivocos, delicadas subtilezas, em que a critica tanto póde achar perversidades requintadas como intuições profundas — segundo a occasião, o temperamento, o ponto-de-vista do observador. Effectivamente, ha um momento em que o terreno foge, e tudo é nebuloso e vago; e tanto se podem explicar os factos por uma sinceridade inaudita, como por um *machiavelismo* extraordinario. As manhas com que o Principe deve fazer felizes os seus subditos são nos jesuitas os *casos* e *probabilidades*, com que o educador e sacerdote deve encaminhar as almas, distribuir o perdão, a paz, a fortuna moral, na sociedade dos crentes.

Ao esboçar a phisionomia do nosso Machiavel, D. João II, vimos posta em pratica a doutrina da justificação dos meios. O processo é ainda o mesmo, [1] porém diversos os fins; porque, se para além, como uma ambição definitiva, ha no jesuita a esperança de uma fortuna ultra terrestre, a ambição immediata é a transformação do individuo humano n'aquella especie de ser obediente e passivo, indispensavel á constituição do futuro Imperio. Os Machiavel e os João II, em nome do espirito pratico, pactuavam com o crime; e os jesuitas, em nome do mesmo espirito, pactuavam com todas as fraquezas d'essa alma humana que queriam adormentar sem a extinguir.

A casuistica, sciencia que desnortêa e irrita os

[1] V. *Hist. da republ. romana*, II, p. 320.

espiritos rectos e simples, é, como a politica de Machiavel, o odio de todos os republicanos catonicos. O peccado, diziam os Padres, só consiste no conhecimento da falta e no perfeito accordo da vontade. As culpas dos homens são, na maxima parte, a consequencia do acaso, das condições, da fragilidade, e por isso quasi sempre perdoaveis. Basta não desejar o peccado, basta não pensar em Deus quando se commette, basta obedecer ao imperio de uma paixão—para estar innocente. O uso ou os maus exemplos reduzem o crime a uma falta. Deus tudo perdoa, porque o homem é miseravel, fraco, irresponsavel.

Proteste embora—e com fundamento—o espirito da justiça contra esta negação do livre-arbitrio, mas reconheça n'ella a expressão de uma opinião, hoje proclamada por certas sciencias e cégamente applaudida, e não vá, com uma cegueira maior, lançar o stygma absurdo de uma perversão consciente sobre o jesuita. O sabio de hoje, quando affirma a irresponsabilidade do homem, propõe ás sociedades a vida brutal dos instinctos; o jesuita, na sua incompleta sabedoria, e na sua ardente fé, propunha-lhe o regime da obediencia abstracta, a cujo systema chamou probabilismo.

Sempre que o espirito duvide, abandone o homem os escrupulos, ponha termo ás vacillações, abrace-se a uma authoridade, ainda que não concorde com ella. Negada a certeza psychologica, negada a consciencia, só é provavel acertar quando se siga, moderada e submissamente, a opinião estabelecida por outrem e consagrada pela tradição.

Temos estudado, com o desenvolvimento indispensavel, o espirito d'essa sociedade que o destino alliou á existencia do novo reino, de fórma tal que a Companhia e o Reino são uma e a mesma cousa,

a partir do XVII seculo. Como perceberiamos o ultimo, se desconhecessemos a primeira?

Resta-nos, porém, accentuar agora as intimas consequencias da doutrina e a sua acção, não já no mundo exterior sobre que se propõe actuar, mas no proprio espirito dos seus sectarios; porque esse phenomeno é tambem essencial para a historia portugueza, desde que Portugal se tornou a nação jesuita por excellencia. No XVI seculo a *Companhia* influe em Portugal e consegue transformal-o: foi o que já historiámos na educação, no theatro, etc. Nos seculos XVII e XVIII, consummada a transformação, Portugal é a *cousa* da *Companhia;* e só no estudo da acção da doutrina sobre os seus sectarios, podemos encontrar os traços intimos do novo aspecto da existencia moral portugueza. Assentemos pois os pontos cardeaes, a que o exame particular da historia se ha de referir ulteriormente.

A falta insanavel de todas as doutrinas que propoem ao homem uma authoridade, ou esoterica ou materialista —em ambos os casos estranha á constituição moral do mesmo homem, isto é, á consciencia, unica fonte da certeza e da verdade—está em que, illudidos por uma chimera, os proprios que se julgam missionarios de Deus, ou deuses da força, obedecem fatalmente ás consequencias deleterias da illusão. Dedicados neophitos, sinceros apostolos, no seu espirito dá-se inconscientemente o mesmo movimento que se propoem imprimir ao espirito alheio. Assim succedeu ao jesuita. Elle queria torcer, afogar, adormentar os homens, e, de todos os que mais soffreram d'essa chimera, foi elle o primeiro.

A natureza humana protestou, repellindo por fim a taça de opio consolador; mas o jesuita, sem o saber, embriagara-se com a bebida que offerecia ao proximo. Assim os cesares que, sobre a ruina da liberdade offerecem ás nações a taça da fortuna, são os primeiros que, inebriados por essa fortuna, acabam escravos e perdidos. As nações ficam, os cesares morrem. Tambem os jesuitas morreram, e não a humanidade que é immortal. Portugal que era, porém, um jesuita collectivo, foi com elles ao tumulo.

Quando se compara a primeira com a segunda geração dos homens da *Companhia*, vê-se bem a influencia fatal que transforma inconscientemente o espirito jesuita, arrastando-o do alto de uma chimera sublime ao abysmo da perversão ignobil e pueril, quasi idiota, sem atacar por isso a sinceridade dos homens. Assim, tambem, a religião sincera de João III ou de D. Sebastião é uma doidice, mas nobre; ao passo que a de D. João IV, não menos sincera, é mais pueril do que doida, e é vulgar em vez de illustre. O caracter deprime-se fatalmente nos apostolos da doutrina da aniquilação do homem; e a sinceridade, egual em si mesma, reconhece e venera, da mesma fórma, primeiro uma chimera, depois uma perversão.

Comparem-se os *Exercicios* com as *Constituições*, e ver-se-ha como, na propria alma do grande fundador do jesuitismo, actuára o veneno lento da educação. Comparem-se esses primeiros monumentos com o *Directorio* de Aquaviva, e ver-se-ha a que ponto, n'uma só geração, a indole da *Companhia* chegou a transformar-se.

N'um homem, que foi para D. João IV o que o *grão-doctor* fôra para D. João I; n'um homem superior e forte que está á frente do Portugal de

agora, como o guia, o mestre, o fundador, multiforme na capacidade, omnimodo da acção, missionario e diplomata, financeiro e estadista, e por sobre isso philosopho, moralista e litterato; n'esse homem, que é o padre Antonio Vieira, o jesuita, apraz-nos vêr, ao mesmo tempo, o espirito da *Companhia* no meiado do XVII seculo, e o genio da nação, formada no seio da Sociedade de Jesus, por ella educada, por ella restaurada á independencia politica. A doidice do Quinto-Imperio, a frieza refinada e perfida do politico, a imbecilidade da devoção, a extravagancia do estylo pomposo, a monstruosidade das idéas, a antithese e o requinte, fazem do padre Antonio Vieira a individualidade mais accentuada do tempo, e como que o typo, onde irão encontrar-se miudamente todos os traços da sociedade portugueza, desde que alguem se lembre de cumprir a velha divida da biographia do grande prégador.

As aberrações monstruosas ou abjectas, a que levára (necessariamente) a chimerica idéa de Loyola, appareciam todas na pessoa do padre Vieira, que, succedendo ser um homem de genio, e ao mesmo tempo um representante do espirito nacional, ficou o typo do Portugal restaurado, do Portugal jesuita. A doença nacional do Sebastianismo reverdecia na alma do padre sob a fórma nova de um sonhado imperio, prophetisado desde Isaias e David até S. Frey Gil de Santarem. «Note-se aqui e note-se muito que os prophetas são os que dividem os reinos e os que os repartem: elles os dividem primeiro prophetisando, e depois Deus executando». (*Hist. do Futuro*) A acclamação de D. João IV era a verdadeira vinda de D. Sebastião. Varriam-se no ar as nuvens celticas das ilhas encantadas, invadindo os espiritos uma chimera de

imperio classico, reproducção dos de Cyro e de Alexandre: um novo imperio, o quinto e ultimo, que, nos seus psalmos, Isaiàs, David, Salomão tinham prognosticado. Quando Isaias dissera: *Ecce isti de longe venient et ecce illi ab Aquilone et mari, et isti de terra Australi*, era evidente referir-se á conversão da China. As ilhas esperavam-nos já: *Me enim insulae expectant!* e o propheta perguntava quem seriam esses que voam como nuvens: *Qui sunt isti qui aut nubes volant?* —Salomão dissera: *Surge Aquilo*, etc. David fallára nas viagens pelos mares remotos: *maris remotorum*; tudo fôra previsto—as viagens, as descobertas, os antipodas do Brazil e as gentes do Japão. Nem a crise da occupação castelhana esquecera á visão prophetica, e videntes mais modernos tinham-na prognosticado. Não dissera S. Frey Gil que «Portugal por orfandade do sangue de seus reis gemerá por muito tempo, mas Deus lhe será propicio e inesperadamente será remido por Um não esperado?» Não se ouvira o que Deus disse a Affonso Henriques quando o veiu visitar: que velaría pela sua descendencia, *super semen tuum*, até á decima sexta geração; que n'essa hora o seu olhar se attenuaria, mas que em breve tornaria a volver seus olhos?.. Queria-se cousa mais clara? Contem-se os reis, vejam-se quantos ha até D. Henrique. E se não bastasse o que Deus disse, tinhamos o que S. Bernardo escreveu de Claraval a Affonso Henriques, agradecendo-lhe a doação de Alcobaça á sua ordem: n'essa carta estão annunciados os sessenta annos fataes.—Tal era o pensamento do maior portuguez do seu tempo...

E' nos factos da historia, e não no retrato do padre, que nós, porém, iremos estudando esse

novo modo de ser da nação portugueza. Veremos em breve que, nem a doidice, nem a superstição inepta, nem a vulgaridade chata, nem a corrupção intima do Portugal jesuita do seculo XVII representam o ultimo resultado da educação anterior. O progresso da decomposição vem até nossos dias; e a sinceridade com que se commettem abjecções e crimes, até ao primeiro quartel do seculo XIX.

II

Os Philippes

A primeira consequencia da educação jesuita foi o modo porque Portugal, rendido ao probabilismo, se abraçou ao rei de Hespanha que vinha salval-o em 1580 dos atrevimentos e loucuras do prior do Crato. Ainda n'essa epocha o jesuita, fiel alliado da monarchia castelhana, esperava levantar com ella o imperio de Deus; porque ainda Philippe II, no apogeu da sua força, era o primeiro soberano da Europa. Do alto da sua grandeza dizia de Portugal: «Yo lo heredé, yo lo compré—yo lo conquisté, para quitar dudas!»

A administração da casa de Austria em Portugal divide-se em tres epochas, correspondentes aos reinados dos tres Philippes. O primeiro (segundo em Hespanha) conquistou, mas prometteu guardar os fóros d'este ultimo pedaço da Peninsula, amalgamado no corpo da sua monarchia. O segundo, em cujo nome reinava com fortuna o duque de Lerma, procurou cimentar a união com a amisade e o interesse, abandonando os meios violentos, e fazendo muito pelo bem de Portugal. O terceiro, com o seu louco Olivares, homem de *hespanholadas,* creou embaraços e levantou conflictos que o perderam. Quando o jesuita viu que a Hespanha baixava, o seu plano mudou. Os politicos abraçaram-se a Richelieu para libertar

Portugal da Hespanha; os illuminados começaram a esperar uma resurreição: o Quinto-Imperio que absorveria o mundo, formando um apocalypse das lendas maravilhosas de D. Sebastião.

Philippe II (em Portugal, III em Hespanha) fez, realmente, bastante para a restauração do corpo da nação portugueza, submissamente curvada, e decidida a esquecer o momento breve em que no mundo contára como individuo soberano e independente. Recopilou e refundiu a legislação patria; aboliu as alfandegas da raia: primeiro passo da unificação, promovida tambem pelos esforços para melhorar a navegação do Tejo, longa e caudalosa arteria que poria em communicação directa o coração da Peninsula (em Aranjuez, junto a Madrid) com o porto magnifico de Lisboa, atravez das campinas estremenhas. Deu a Christovam de Moura, grande homem que sabia de cór os interesses do seu paiz e a funda abjecção dos próceres, pois que os comprára a todos antes da invasão: deu-lhe o vice-reinado de Portugal, e a administração melhorou, cresceram as rendas do thesouro, prohibiram-se os conluios dos arrematantes dos contractos reaes que passaram a licitar-se em Lisboa, diminuiu-se a mendicidade official, velha molestia — ainda hoje por curar! — da extravagante monarchia portugueza, feitora de um imperio ultramarino.

Por tudo isto, quando o rei veiu a Lisboa, foi acclamado pelo povo como um bom principe. Ninguem se lembrava então da possibilidade, nem pensava nas vantagens da independencia. O povo trasladára a sua chimera sebastianista para a região dos sonhos ideaes, depois das escaramuças da Covilhan e de Obidos; a nobreza, mendicante, curvava-se toda perante o monarcha, e perante o

vice-rei que a conhecia bem de perto; o clero e os jesuitas confiavam ainda no grande futuro catholico da monarchia da Peninsula. Nos seus Collegios, a *Companhia* poz em scena as mais apparatosas comedias; e os poetas laureados, Quevedo que escrevera o *Affonso Africano*, e Rodrigues Lobo author do *Condestabre*, enrouqueceram a cantar versos em louvor do soberano. Philippe II distribuira vinte mil cruzados pelos pobres de Lisboa e suspendera por tres dias os direitos do pescado: a plebe acclamava-o, e vinham coroal-o, saudal-o, pedir-lhe a benção, as danças, as folias, as chacotas populares.

Incontestavelmente Portugal abdicára da independencia; e a educação jesuita, consagrando o resultado das loucuras e desgraças do XVI seculo, apagára para todo o sempre a tradição antiga da nobre monarchia de Aviz, agora perdida pelos desvios das serras no sonho de um D. Sebastião transfigurado, como os flocos de nevoa fugaz ainda errantes nos valles angustos, quando o sol vae doirando já as cumiadas.

Não podiam, porém, os jesuitas dar de comer a um paiz extenuado, miseravel e faminto; e muito menos saciar a voracidade feroz dos grandes de Hespanha e dos fidalgos portuguezes. Essa impotencia foi o motivo dos desvarios da politica hespanhola, e da resistencia tumultuaria do povo; sendo estas as causas que levaram os fidalgos portuguezes e os jesuitas, alliados, a crearem mais tarde, com o nome de Portugal, uma nação nova que da antiga só tinha a identidade do lugar.

Quando o primeiro Philippe veiu ás côrtes de Thomar, a nuvem dos pedintes era tal que se dizia não bastarem todas as riquezas da Peninsula para satisfazer a venalidade portugueza. Christo-

vam de Moura sabia-o de perto; e ninguem ignora que essa mendicidade aristocratica traduzia a penuria geral do reino, saqueado até ás ultimas pela expedição de Africa. As correrias aventurosas do prior do Crato, os bandos que o acclamaram em 1580, o simulacro de guerra, a invasão castelhana, e, depois d'ella, as assolações dos inglezes com que D. Antonio veiu mais de uma vez assaltar as costas de Portugal, tinham reduzido o paiz áquelle extremo de miseria e de afflicção que Aquaviva, no seu *Directorio*, acha conveniente e proprio para que o homem se converta a Jesus. Tamanha era a penuria, que as guarnições castelhanas, condemnadas a viver do paiz occupado segundo as regras militares do tempo, não achavam que pilhar, e esmolavam, esfarrapadas e famintas, pelas portarias dos conventos e pelo interior dos alcouces.

A propria natureza conspirava tambem, como fizera com as pestes do seculo XVI, contra este cadaver roido, humilhado, contrito e convertido pelo cathecismo de Loyola. De 1598 a 1602, por cinco annos, uma brava peste ceifou o reino; e só em Lisboa matou oitenta mil pessoas. Um grande terramoto arrazou a cidade em 1598: foi quando o monte de Santa-Catharina se subverteu, deixando aberta essa chaga profunda, hoje cicatrizada — a Bica de Duarte-Bello.

No meio da penuria universal, a antiga mina dos judeus não esgotára ainda: era um ubero que não seccava; e os monarchas hespanhoes seguiram fielmente as tradições da torpe especulação portugueza.

As leis de D. João III, que não deixavam saír do reino os judeus sem fiança, leis abolidas por D. Sebastião para ter dinheiro com que fosse morrer em Africa, tinham sido revalidadas em 1580 e em 1587 pelo Cardeal-rei e por Philippe I. No tempo do segundo Philippe, a pobreza do thesouro obrigára a tributar o sal (1601); e os judeus, esperando muito da politica mais livre do novo rei, offereceram-lhe cento e sessenta mil cruzados pela revogação das leis. Bem ouvidos, cresceram-lhes as esperanças. Decuplicando a offerta, pediram uma absolvição geral, e que os declarassem aptos, como quaesquer cidadãos, para todos os officios, cargos e honras. Quando o Portugal beato soube que Lerma, em Madrid, dava ouvidos ás tentações dos judeus, a velha alma catholica rugiu; e por um momento se receiou a repetição das antigas scenas. Nem a miseria, nem as vergonhas, nem o duro imperio do soldado estrangeiro, tinham podido acordar o povo da sua indifferença humilde e morta; mas o odio antigo aos judeus possuia ainda o condão de o excitar. Jesus seria mais uma vez vendido: os castelhanos eram o Judas.

Quem se demora a observar intimamente o desenvolvimento dos sentimentos collectivos, vê que, se entre o Portugal antigo e o restaurado há uma linha de união que se não cortasse, é esta. Tudo se apagára na morte universal, menos o odio ao judeu, sentimento vivo desde o tempo dos godos.

Com effeito, a resistencia á combinação projectada pelo duque de Lerma é o ponto de partida da serie de acontecimentos que, dirigidos e aproveitados pelos jesuitas, levam á separação de 1640.

Lerma disse em Madrid aos emissarios portuguezes que, se o reino protestava contra a rehabi-

litação dos judeus, era mistér que supprisse ao thesouro as sommas que a recusa fazia deixar de receber dos pretendentes. Os emissarios obrigaram-se, com effeito, a sacar oitocentos mil cruzados do reino, para que os judeus não fossem remidos.

Quando em Portugal se soube isto, levantou-se outro clamor contra a extorsão. Entretanto, em Madrid, Lerma não abandonava o dilemma: ou 800:000 cruzados, ou a redempção dos judeus. O portuguez, entre o odio e a penuria, dava tratos á cabeça, e, como se não decidia, Lerma assignou o contracto. Cumpriu-se? Não; nem o rei os equiparou aos nacionaes, apesar de perdoar tudo; nem os judeus pagaram, por fim, allegando falta de execução do tratado. Como podiam saír livremente, iam vendendo os bens, fugindo, rindo-se da arte com que tinham illudido o rei e todos. Em 1605, porém, poz-se côbro ao desaforo por uma crueldade: suspenderam-se as leis de 1601, prohibiu-se a saída, e decretou-se o confisco para pagamento da quantia devida; e em 1610, cobrado o serviço e não havendo mais que pilhar, revogaram-se terminantemente as leis protectoras: a casuistica demonstrava claramente a possibilidade de guardar o dinheiro negando o perdão, innocentemente, sem peccado.

Mais tarde (1627), sob Philippe III e Olivares, os judeus compram o indulto por milhão e meio de cruzados, e o escambo acordou novos tumultos em Portugal; porém, a contar da confirmação do indulto, em 1629, os judeus gozaram de uma relativa segurança, sem terem porém obtido a sua ambição de agora: a egualdade civil, que só o marquez de Pombal se atreveu a dar-lhes.

A penuria, crescente sempre, e a mendicidade, cada vez mais teimosa, das duas côrtes de Madrid e de Lisboa, faziam perder o juizo aos dominadores. Se nunca houvera escrupulos, agora já não havia politica, nem sabedoria, nem calculo. Philippe III e o seu fatuo ministro Olivares, parecia terem apostado empregar todos os meios capazes de provocar a resistencia dos portuguezes. Quando em 1635 mandaram para Lisboa a duqueza de Mantua, pozeram-lhe ao lado, como secretario, Miguel de Vasconcellos, cheio de odios pessoaes contra a patria, vulgar, temerario e bebado.

Desde logo começou a pôr-se em pratica a politica de pilhagem, lançando-se novos impostos, augmentando-se os anteriores; e as sommas tiradas de Portugal iam perder-se no sorvedouro de Madrid, sem utilidade para o reino; ficando ao abandono as colonias da India e da America, de que os hollandezes e os inglezes iam livremente tomando posse. [1] Diante do protesto contra as novissimas extorsões, occorreu a Olivares um pensamento ineptamente simples: abolir todos os novos impostos, (sal, real d'agua, e augmento das sizas) reduzindo-os a um serviço annual de meio milhão de cruzados, que os concelhos distribuiriam entre si livremente. Via-se, porém, que esta somma attingia o dobro do que podiam produzir os impostos, e que a proposta de Madrid era uma nova extorsão e um escarneo.

Era tão monstruosa a exigencia que, para muitos, encobria mal o plano de excitar uma resistencia desesperada, para então se invadir Portugal, rasgando os tratados das côrtes de Thomar, abolindo de direito a independencia, reduzindo o reino

[1] V. *O Brazil e as colon. port.* (2.ª ed.) pp. 29-46.

á condição de uma provincia da monarchia hespanhola. Seria como quando, no circo, o touro extenuado e indifferente não quer vêr o matador, e que, para o excitar, lhe enterram as bandarilhas de fogo. Desesperado, o animal corre n'um impeto a offerecer a nuca á espada fria e cortante. Porém a espada do grande *matador* da Hespanha, no meiado do XVII seculo, Olivares, nem tinha ponta nem gume: era apenas um resto, embotado, da lamina antiga com que a Hespanha traspassára o mundo.

Portugal, effectivamente, levantou-se e arremeteu (1637). Como? Como o animal offegante, extenuado. A vista, pervertida, mostrava-lhe cousas extravagantes; e a terra andava-lhe á roda, diante dos olhos espantados e vitreos de moribundo.

Assim foi a insurreição de Evora, que, como um fogo de palha, se generalisou a todo o reino. Os jesuitas, já alliados a Richelieu contra a Hespanha, fizeram, como primeiro ensaio, uma revolta popular. O caracter realista e extravagante, somnambulo e positivo de todas as suas cousas, manifestou-se n'esse arremedo de resurreição de um povo, fadado á reapparecer no mundo como o exemplo da inepcia mais boçal e ridicula, alliada ao positivismo mercantil e pratico mais soez. Em 1637 viu-se o caso unico de uma revolução anonyma, porque, dos seus dois chefes, um era D. Sebastião, uma sombra; outro o *Manuelinho,* gigante membrudo — um doido que divertia pelas ruas a plebe de Evora. Inconscientemente, os jesuitas creavam um symbolo: o *Manuelinho* era a estatua de Portugal. Fizeram do doido um messias, e de D. Sebastião o deus, incognito, encoberto, cujos milagres enchiam de esperanças redemptoras as imaginações populares. Prégaram o

advento do Quinto-Imperio, precedido por calamidades pavorosas, como no Apocalypse: e o terramoto de Lisboa vinha a proposito, e Olivares era um Antechristo, um Nero! Como nos primeiros tempos christãos, agora, na limitada arena de Portugal, os milagres e prodigios pullulavam: havia prophetas, e a plebe atacava e combatia, inspirada pelos textos do velho Testamento, dos oraculos sibyllinos, das revelações do padre Leão Henriques a quem Deus fallára, e do padre Luiz Alvares que morrera santo em 1590, depois de prégar por todo o sul do reino. O Alemtejo, o Algarve, boa parte da Estremadura, e, no norte, o Porto e Vianna, ardiam no fogo da insurreição jesuita.

Que faziam entretanto as altas classes, a burguezia e a nobreza? Que fazia o duque de Bragança, rei presumptivo do futuro Portugal restaurado? Quieto e egoista no seu paço de Villa-viçosa, o duque chegou a ser acclamado rei; mas, sem recusar, mandou a Madrid um proprio, confessar a sua innocencia, garantir a sua sujeição. Elle não era o *Manuelinho* de Evora; lavava as mãos, como Pilatos; não queria lançar-se em cavallarias, altas de mais para o seu genio, e perigosas. Não queria comprometter-se por uma loucura; e, se adorava os jesuitas, seus mestres, adorava tambem, e mais ainda, o seu socego, a sua riqueza. O Portugal positivo e baixo, utilitario e pratico, surdo a qualquer excitação da gloria; o Portugal sem alma, que a educação jesuita formára, vivia na pessoa do duque, egoista e beato. As loucuras sebastianistas eram boas, mas sómente para a imaginação infantil da plebe, ou para o illuminado espirito dos padres — que o duque venerava como santos, mas que prudentemente se abstinha de imitar.

Com o duque, a nobreza e a burguezia não reclamavam a independencia, desejando, bem no intimo, a fusão. Repelliam e indignavam-se, porém, contra o systema hybrido, contra a *união* dos dois reinos, que permittindo á Hespanha saquear Portugal, não dava aos portuguezes os fóros e interesses dos hespanhoes. Se a politica de Madrid não estivesse condemnada á fraqueza da cubiça; se claramente se pronunciasse pela encorporação de Portugal, em vez de seguir o caminho, fatal para ella, da rapina, parece evidente que Portugal, concluido o cyclo de Aviz, teria desapparecido para sempre do rol das nações.

Com effeito, as reclamações portuguezas eram simples e justas, sem enthusiasmos nem revindicações patrioticas. Eram praticas; e n'um sentido estavam indicando a annexação, como a politica que satisfaria a todos. A nobreza queixava-se de que os senhorios e bens aristocraticos de Portugal se dessem a hespanhoes, contra as decisões das côrtes de Thomar. Os negociantes pediam que se lhes abrissem os portos das colonias hespanholas da America. Os magistrados, os jurisconsultos, os letrados e ecclesiasticos, pediam tambem que se lhes desse lugar nos tribunaes e nas egrejas de toda a Hespanha. Que pretendiam todos? Que Portugal se fundisse no corpo da monarchia [1]; mas a côrte de Madrid, que podia ir indo saqueando o reino conquistado e *unido,* veria seccar-se essa fonte, desde que a fusão se consummasse; e a burguezia hespanhola, togada, mitrada, commercial, temia a concorrencia dos adventicios aos lugares e ás especulações mercantís.

Por estes motivos as altas classes abandonaram

1 V. *Hist. da repub. romana*, I, p. 124.

a revolução e o seu chefe truanesco, o *Manuelinho*. O fogo de palha apagou-se, tão breve como crescera, quando os exercitos do duque de Bejar e do marquez de Valparaiso occuparam Portugal. O duque de Bragança, satisfeito de si, dava graças a N. S. da Conceição pelo modo habil com que, sem se indispôr com os seus, ficara bem com os amos; e o jesuita, ser duplo, feito de illusões e manhas, guardava as primeiras, para ir continuar a sua obra com as segundas.

III

Portugal restaurado

Uma das condições peculiares de Portugal, no XVII seculo, era a existencia de uma casa aristocratica, tão grande como as maiores de Hespanha, e que no reino estava como a cabeça monstruosa de um anão. O duque de Bragança era dono de grande parte do Minho e Traz-os-Montes e de quasi todo o Alemtejo, porque na sua casa se tinham reunido os senhorios de Barcellos e os do Condestavel, rei verdadeiro do Alemtejo, esse theatro principal das suas façanhas no tempo de D. João I.

De sangue de reis, os duques de Bragança eram verdadeiramente os reis da terra, porque a possuiam. Eram duques de Bragança, de Barcellos e de Guimarães; marquezes de Valença e de Villaviçosa; condes de Ourem, de Arrayolos, de Neiva, de Faro, de Faria, de Penafiel; senhores de Monforte, Alegrete, Villa do Conde, etc. Tinham como padroado ecclesiastico a collegiada de Guimarães, a de Barcellos; tinham a apresentação de 80 egrejas, 14 commendas, além de um sem numero de matrizes e conventos. Proviam 18 alcaidarias-móres, 4 ouvidorías, abraçando a nomeação de mais de mil e trezentos officiaes de justiça e fazenda. Possuiam, além da cidade de Bragança, 21 villas, e lugares innumeros: só no termo de Bragança

contavam 202, e no de Chaves 187. Chegavam a perto de cem mil os seus vassallos.

Herdeiros de Nunalvares que fizera um rei, viviam como reis, tendo um *estado*, como na côrte. Se jantavam á meza do rei, eram servidos pelos officiaes proprios, como um soberano em casa de um egual. Usavam de arautos com cotas de armas, e de porteiros de maça, com a casa-real. Do gremio dos seus creados saíam governadores para a India, como foi Martim Affonso de Sousa. [1]

Condemnados, porém, á condição de quasi-reis, viu-se nos duques de Bragança o que toda a Europa aristocratica mostrava nas casas que hombreavam com a real. A preoccupação constante de parecer uma cousa que se não é, a rivalidade, a ambição mais ou menos definida de substituir o monarcha, a esperança tradicional de uma fortuna vindoura, são tentações constantes que criam uma situação falsa depressora do caracter, pervertendo as intenções, lançando em tudo o fel da desconfiança mesquinha. Para vassallos de reis os duques eram grandes de mais, sem chegarem a ser propriamente monarchas.

Por isto a descendencia de Nunalvares, um heroe e um santo, foi uma successão de intrigantes mesquinhos, de maus doidos, ou de egoistas vulgares. A grande herança do heroe esmagou os seus descendentes. O que ousou luctar com D. João II morreu no patibulo; e a casa, confiscada, desappareceu. Exilada por Castella durante quatorze annos, a familia voltou a Portugal em 1497; e D. Manuel restituiu ao filho do justiçado, D. Jayme, as honras e os bens. Doido, foi este o que assassinou cruelmente a esposa; e depois, vaidoso,

[1] V. *O Brazil e as colonias port.* (2.ª ed.) p. 8.

para impôr ao rei, emprehendeu á sua custa a jornada de Azamor, em Africa (1513). Quando em 1580 a corôa portugueza se debatia entre um sympathico estouvado, o prior do Crato, e um terrivel pretendente, Philippe II, o duque de Bragança teve medo; e não quiz arriscar o socego, a fortuna, á empreza aventurosa — de facto cheia de perigos — de se medir com o tyranno. Durante o governo dos Philippes, o receio pelo poderoso fidalgo portuguez era tão grande, que em Madrid pensava-se sempre em o reduzir, nunca em o dominar. Philippe II (de Portugal) quando enviuvou de Margarida de Austria, propoz casamento á duqueza D. Catharina, viuva tambem. Ella recusou, affagando a esperança de fazer rei o filho D. Theodosio, e não querendo prejudicar a sua ambição. Esperava que de Madrid nomeassem o duque vice-rei ou governador de Portugal, para então facilmente empolgar a corôa. Por isso os braganças foram fieis defensores do castelhano. [1] Quando os inglezes do prior do Crato assaltaram Lisboa, o duque veiu com 6:000 homens seus auxiliar o cardeal-archiduque Alberto, governador do reino. Mais tarde, perante nova ameaça, armou 13:000

[1] Successão dos duques de Bragança:

I D. Affonso, bastardo de D. João I, que casou com a filha de Nunalvares. (n. 1377 m. 1461).

II D. Fernando I, filho dos precedentes. (n. 1403).

III D. Fernando II (n. 1430); executado em 1483; banida a familia e confiscados os bens.

IV D. Jayme I, filho do precedente, restaurado na posse do titulo e dos bens em 1497.

V D. Theodosio I.

VI D. João I. (n. 1582).

VII D. Theodosio II; prisioneiro em Alcacerquibir; de regresso ao reino em 1580. (m. 1630).

VIII D. João II (n. 1604); acclamado rei em 1640.

homens á sua custa. Mas estas provas de uma excessiva dedicação eram astucias perdidas, porque a propria força demonstrada instigava o castelhano a não se lançar nos braços de um amigo tão poderoso.

Depois da morte de D. Theodosio, o duque D. João seguiu a mesma politica de submissão e fidelidade apparente. Vimos a decisão que tomou, quando em 1637 os jesuitas sublevaram o reino.

Esse episodio irritou Olivares, incitando-o a proseguir na extenuação systematica de Portugal. Novos impostos, multiplicadas lévas que iam combater na Flandres, sugavam as mealhas de sangue e dinheiro do cadaver portuguez. Preparava-se o ultimo golpe: a annexação violenta — sem egualdade, nem garantias, como de um paiz conquistado e escravisado — para quando chegasse a Lisboa a poderosa armada de Oquendo, que, no caminho, devia bater os hollandezes. A sorte foi mais uma vez adversa a Olivares; e perdida a batalha naval das Dunas (1640, março), os planos crueis do ministro modificaram-se.

Nomeára o duque de Bragança vice-rei da Lombardia, para o retirar de Portugal e confundil-o na turba dos satellites da côrte de Madrid. D. João recusou, Olivares não insistiu. Em Madrid, porém, sabia-se quanto o duque era inepto, fraco, egoista. O receio de que abusasse de um posto de confiança não era de temer, e dar-lh'o seria talvez o modo de o ligar para sempre aos interesses hespanhoes. Por isso, nos fins de 1639, realisára-se o que fôra a antiga ambição da duqueza D. Catharina. Separou-se a administração politica do governo militar de Portugal, confiando-se este ao

duque sob a regencia da duqueza de Mantua. D. João acceitou e tomou posse do cargo: portuguezes e castelhanos, amigos e inimigos, o censuravam e o repelliam.

Tal era a situação, quando á derrota das Dunas veiu juntar-se a insurreição da Catalunha (junho), para impedir a realisação dos planos de Olivares sobre Portugal. A nobreza do reino teve ordem para ir em massa á Catalunha; e a 24 de agosto chegou um mandado positivo para que todos, incluindo o proprio duque de Bragança, acompanhassem Philippe III ás côrtes aragonezas.

Eram impossiveis as dilações, e a dubia situação do duque tinha de definir-se. A éra das tergiversações, dos compromissos fracos, em que a sua natureza mesquinha se prazia, terminára. Não o forçavam a arrancar uma mascara, porque elle não a usava; mas obrigavam-no a decidir-se, o que era uma afflicção, uma dôr-d'alma, para o seu genio quieto, egoista, pequeno.

D'esta situação nasceu o dia 1.º de Dezembro: uma conjuração, como sempre se lhe chamou, e não uma revolução. Os jesuitas, que em 1637 tinham tramado uma revolução, batidos, mudaram de rumo; e passaram da rua para a alcova, do pulpito para o confessionario, da prégação para a intriga. Todos os conjurados accusavam o duque; e para o decidir foi mistér propôr-lhe claramente, cruamente, a dureza da situação. Estava perdido: a conjuração far-se-hia que elle o quizesse ou não; e ou teria de combater contra os seus, ou de acabar miseravel no fundo de algum carcere em Hespanha. O medo decidiu-o; resou a Nossa Senhora, carregou o pescoço de rosarios e bentinhos que os jesuitas piedosamente lhe davam; e confiando na protecção do céu e na de Richelieu, o émulo de

Olivares e intimo dos jesuitas, resolveu lançar-se á aventura.

O que o dia 1.º de Dezembro melhor prova, não é a audacia dos conjurados, é a indifferença do povo, o medo da burguezia, e a inepcia do governo hespanhol. Tudo estava podre, tudo caduco: fructos maduros, que o jesuita saboreava, com a esperança no futuro imperio de Deus!

Os conjurados foram ao paço; mataram com um tiro o secretario Vasconcellos, prenderam a duqueza de Mantua, que assignou todas as ordens para a entrega das fortalezas. Foi uma mutação de scena, uma substituição de pessoas, um acontecimento imprevisto e singular. Os vereadores no senado, cheios de susto, não queriam crêr, nem reconhecer o que se lhes dizia. O castello abriu as portas, e a guarnição foi convidada a continuar, por conta do novo regime: seria fielmente paga. As torres do Tejo, Almada e Belem, entregaram-se. Os galeões do rio renderam-se á voz de uma galé guarda-costas; e S. Julião, que o duque de Alba comprára em 1580, vendeu-a em 1640 Fernando de la Cueva por uma commenda.

Em quinze dias, metade de Portugal acclamára D. João IV, sem dispendio de segundo tiro: bastou o de Miguel de Vasconcellos. Entretanto, o duque descia, em procissão triumphal, atravez das *suas* terras, de Villa-viçosa a Lisboa, onde chegou no dia 6. Era mais facil do que receiára; e estava contente com o seu povo.

Esse povo, porém, conservava-se fiel a D. Sebastião; e não faltou quem se recusasse a reconhecer o novo rei, temendo ser desleal ao antigo, ao verdadeiro: spectro fugaz do passado reino, senhor da India! O padre Vieira esforçava-se por demonstrar com sabias allegorias, antigos proces-

sos da litteratura primitiva do christianismo, que D. João IV não era senão o verdadeiro D. Sebastião, o verdadeiro *encoberto;* apesar de, como rei apparente, ser outro — uma sombra, um meio, um instrumento, um *fetiche.* Não errava, o fogoso jesuita.

Tudo era, com effeito, apparencia, sombra, e instrumento, nas mãos dos terriveis educadores. Apparencia e comedia, a conjuração; sombra sepulchral, o reino. Quem viu Portugal por esse tempo, descreveu-o como uma região desolada e nua. Extensas campinas, outr'ora ferteis, reduziam-se a poucas folhas cultivadas, em volta de pequenas aldeias de 30 ou 40 visinhos. O commum das terras estava coberto de urzes, roidas pelas cabras silvestres. Por toda a parte havia casas arruinadas, abertas á inclemencia do tempo; miseraveis choupanas de colmo, onde habitavam cretinos, como os dos Alpes, alimentados de peixe secco e pão de farelo.

O rei d'este reino, *encoberto* e morto, punha-o sob a protecção de N. S. da Conceição, padroeira; e da antiga fidalguia portugueza restava ainda uma tradição: nas côrtes de 1641 o estado popular insta com fervor, por que se castiguem as mulheres que usarem *dom,* sem o possuirem *de jure;* e se proscrevam as cabelleiras e guedelhas postiças dos homens, como attentorias da velha gravidade portugueza!

A guerra, que principiou logo em 1641, para só vir a terminar em 1668, póde dividir-se em quatro periodos. O primeiro, que vae até 1646 e inclue a victoria de Montijo, demonstra aos portuguezes a inutilidade das operações offensivas. O segundo

conta dez annos (a 1656) em que de parte a parte nada se faz, além de correrias e encontros sem importancia. No terceiro (1660) os hespanhoes tomam a offensiva; mas páram, diante da batalha das linhas d'Elvas. No quarto, finalmente, que termina com a paz, a invasão occupa todo o Alemtejo; mas é repellida pelas batalhas do Canal e Montes-claros.

As duas campanhas de 1641 e 42 não passaram de escaramuças e reconhecimentos. De parte a parte faltavam os meios de combate: não havia exercitos. Os hespanhoes esperavam os regimentos que andavam na Flandres e na Catalunha; e o exercito portuguez compunha-se de um aggregado de mercenarios bisonhos, sem disciplina, nem commando. Além de que a guerra era, no seculo XVII, cousa differente do que fôra no XIV, via-se que o povo não acudia, como no tempo do Mestre de Aviz. O governo recrutava soldados em França e por toda a parte onde a Hespanha era inimiga; e contratava coroneis e capitães: os Fieschi, os Pignatelli, os Naper, os Saint-Paul, etc. Esta invasão de forasteiros, sempre que em Portugal ha alguma cousa a fazer, na guerra, no trabalho, na sciencia, recrudesce agora, sendo a melhor prova da incapacidade do novo reino. Só a desorganisação completa a que a Hespanha chegára, livrou D. João IV do captiveiro ou da morte, fazendo crer que em Portugal havia, com effeito, energia e vontade da independencia. O bragança insistia porque se licenciassem os batalhões mercenarios hollandezes, *por serem herejes,* e isto quando a deserção ardia por toda a parte: passavam de 3:000 os desertores no principio de 1643.

Apesar de tudo, a inercia dos hespanhoes era tal, e tamanha a sua fraqueza, que, na campanha

de 1644, o exercito portuguez invade a Estremadura, e ganha a batalha de Montijo (maio). Logo porém a desordem, a penuria, a corrupção, ponderaram as forças, ou antes a ausencia de força.

Nos annos de 45 e 46 nada se fez. A deserção fervia; os hollandezes mercenarios passavam-se para o inimigo, e os naturaes fugiam para as suas aldeias. O recrutamento, em rusgas, assolára todo o reino, e as resistencias surgiam por varios pontos. Nas côrtes de 1646 ouviu-se um lamento universal: era o povo a dizer os roubos dos capitães-móres, as rapinas da soldadesca, a crueldade dos aboletamentos. Os paes, as mães dos desertores iam presos por culpa dos filhos; e as viuvas ficavam desamparadas, esmolando, na ausencia dos orfãos roubados pela guerra. Os de Obidos diziam que não havia já quem lavrasse as terras; e Castello-branco perdera 800 homens *mortos á formiga*, (sem fallar nos soldados que déra) e mais de 68:000 cabeças de gado.

O jesuita, em cujo nome D. João IV era rei, acudiu n'este doloroso transe; achou o meio de resolver as difficuldades que pareciam insuperaveis. Foi o padre Antonio Vieira quem aconselhou a guerra defensiva. Effectivamente, as tropas recolheram áquem das fronteiras, fortificando-se nas praças. Em 1648 assignou-se a paz de Westphalia, que reduziu a um só, a França, os anteriores inimigos da Hespanha. O susto do bragança foi tão grande, que esteve a ponto de abandonar a empreza, atraiçoando o reino que devastava. Mas, por outro lado, a paz deixava massas de mercenarios ociosos, para preencher os quadros do exercito jesuito-bragançã̃o. Fr. Domingos do Rosario foi mandado á Irlanda buscar gente; da Allemanha vieram 1:500 homens; o recrutamento em Na-

poles era maior. D. João IV recommendava aos emissarios que só alistassem catholicos, e os emissarios respondiam ser cousa difficil: meia Europa, ou mais, era protestante. O rei tinha horror aos herejes, mas acreditava em milagres e feiticeiros, apesar da Ordenação, apesar da Inquisição; e imaginava diminuir as baixas do exercito do Alemtejo, dando uma tença a um soldado que curava os enfermos *com palavras* — diz assim o alvará. [1]

Pouco ou nada se fazia, entretanto, no theatro da guerra: razzias e escaramuças, correrias, encontros sem importancia. Em 52 tomou o commando do exercito o principe herdeiro, mallogrado, D. Theodosio. Era um ser formado de astucia e mysticismo, beato, discipulo querido dos jesuitas, e no qual elles punham as maiores esperanças. Ao partir para a campanha, o padre Vieira dizia-lhe: «Leve quantidade de dobrões». Para que? Isto explicava o padre no seu estylo, redundante e obeso: «A polvora, as balas, os canhões, são comprados, e bem se vê o impeto com que servem, e o estrago que fazem nos inimigos: e mais natural é em muitos homens o interesse, que n'estes instrumentos a mesma natureza».

Apesar d'isso, a campanha jesuita perdia-se, e o futuro apparecia negro de borrascas. A Hespanha batia a França, e nós tinhamos chegado á ultima penuria. Famintos e nús em casa, eramos o riso das capitaes da Europa. Na Haya o nosso embaixador, D. Luiz de Portugal, era perseguido pelos padeiros e cervejeiros; e, em Paris, Francisco de Sousa Coutinho via a casa penhorada por belleguins. Urbano VIII em Roma não quiz receber o embaixador portuguez; a Suecia não

[1] V. *Systema dos mythos relig.*, p. 51.

reconhecia o que fôra para lá mandado; e em Londres, Cromwell invadiu a legação portugueza para prender o irmão do embaixador Pantaleão de Sá que assassinára um burguez. D. Fernando Telles de Faro, enviado junto da Hollanda, vê as cousas tão mal paradas, que se passa para Castella, confessando no seu manifesto de Colonia a desunião dos fidalgos e a ruina infallivel. Ninguem confiava no bragança apesar da sua riqueza: as primeiras *letras* que passou, para tirar dos bancos de Amsterdam dinheiro para a guerra, apregoaram-se em vão na praça; e ficariam inuteis a não ser um judeu, o Costa, que as comprou por um emprego. Salvou-nos em 1654 a inercia dos hespanhoes, que, deixando passar o momento, só atacaram vigorosamente em 57, quando as cousas já tinham mudado em França.

Essa campanha de 57 foi de parte a parte uma vergonha: Olivença rendeu-se covardemente; e depois da empreza inutil do cerco de Badajoz, caíu tudo no marasmo antigo. D. João IV morrera; e felizmente acabavam com elle as continuas intrigas, a desconfiança permanente, que paralysavam as operações. Em 58-9 as defezas de Elvas e de Monsão faziam raiar uma esperança; quando a paz dos Pyreneus, desembaraçando a Hespanha, pactuava a nossa perda: o Mazarino vendia Portugal por Philippeville e Marienburgo.

Tudo estaria perdido, se, de facto, o francez, ao mesmo tempo que nos abandonava no tratado, nos não favorecesse efficazmente, mandando-nos generaes (Schomberg) e soldados. Adiante veremos a historia complicada dos tratados, que são um constante commentario á guerra, e valem mais do que as batalhas.

Aos soccorros de França vieram juntar-se dois

mil homens que nos mandou de Inglaterra Carlos II; mas nada d'isto bastou para sustar a invasão fulminante de D. João de Austria. D'esta vez a Hespanha, desembaraçada successivamente (Westphalia, Pyreneus) dos seus inimigos, podia occupar-se de Portugal. Em 61 os hespanhoes invadem o reino: Borba, Jerumenha, Veiros, Monforte, o Crato, Assumar, Ouguella, cáem n'um instante nas mãos do inimigo, que occupa o Alemtejo em todo o anno seguinte. Na primavera de 63 a invasão desce a Evora, que se rende vergonhosamente, entregando 7:000 prisioneiros; e, depois de Evora, a tomada de Alcacer-do-sal enche Lisboa de terror.

Entretanto, uma revolução de côrte terminára a regencia da rainha viuva Luisa de Gusmão (dezembro, 62), dando o throno a Affonso VI, e o governo ao conde de Castello-melhor. Os jesuitas, desacreditados e batidos na sua campanha infeliz, perdiam terreno; e o forte ministro, copiando Richelieu, usava d'elles sem ser seu escravo. Reinava em nome de um rei positivamente doido, como o padre Vieira tinha reinado em nome de D. João IV, e O'Daly (Fr. Domingos do Rosario) em nome da regente D. Luisa de Gusmão.

Castello-melhor provou ser um homem. Organisou o exercito e preparou uma reacção energica. Em junho, menos de um mez depois da queda de Evora, ganhava-se a batalha do Canal e libertava-se o Alemtejo; no anno seguinte invadia-se decididamente a Estremadura hespanhola, e vencia-se em Castello-Rodrigo; em 64, finalmente, respondia-se ao cerco de Villa-viçosa e á nova aggressão da Hespanha, com a victoria decisiva de Montes-claros, que poz ponto á guerra.

Portugal parecia reviver á voz de um homem. Acordaram tradições apagadas, em cujo nome o

ministro, apoiado por um exercito victorioso, reclamava, e talvez obtivesse, da Hespanha caduca a Galliza — se as apparencias fossem verdades. Eram uma illusão, porém. No seculo XVII a abstracção fizera do governo uma arte, e da guerra um xadrez. Nem nos conselhos, nem nas batalhas, se ouvia a voz poderosa e viva do povo. Como certas plantas que medram só do ar, sem raizes no solo, assim o governo, a diplomacia, o exercito, eram cousas quasi phantasticas, sem base, ephemeras, que viviam de formulas e convenções apenas, divorciadas da natureza. Productos da abstracção racional, estavam á mercê das lufadas imprevistas do capricho. A força apparente era uma fraqueza intima, e por isso os castellos erguidos caíam de repente com um homem.

Assim aconteceu em Portugal em 1667; assim havia de acontecer um seculo depois, e de um modo ainda mais evidente. Os jesuitas, desthronados, conspiraram, aproveitando habilmente a rivalidade da França e da Inglaterra, que possuiam em Portugal um instrumento docil e submisso contra a Hespanha. Os jesuitas, cuja obra era o reino, tinham um rei feito para pôr no lugar do doido Affonso VI, que cedia do throno em favor do Castello-melhor; e como o ministro se atrevia a ser um homem, como não se curvava submisso e humilde, a Companhia baniu-o. Depoz o rei, acclamou D. Pedro II, voltou a reinar, assignando a paz com a Hespanha (1668), sem fazer exigencias temerarias: o *Directorio* de Aquaviva condemnava o excesso de zelo, e toda a especie de enthusiasmos e ambições...

Contámos a guerra; é mistér contar agora as

commoções internas e a politica internacional da Restauração, que sacrificou Portugal aos interesses dynasticos.

Indifferente o povo, adversa uma boa parte da nobreza, D. João IV tinha por si em 1640 o clero; tinha a plebe da capital que fraternisava, vendo sentada no estribo do coche real a *Maranhan*, regateira-mór de Lisboa; tinha os alliados da França contra a Hespanha. Para formar o seu ministerio, foi escolher entre os parciaes do dominio hespanhol, que agora parecia renegarem-no: Francisco de Lucena, nomeado ministro, era um d'esses. A fidalguia protestava contra a nova ordem de cousas, não acreditando no exito da empreza. Desertavam muitos para Castella, e os de casa conspiravam claramente contra o rei. Em julho de 41, oito mezes depois da acclamação, o governo decidiu-se, por fim, a perseguir e castigar. Sem força para vencer na guerra, ia sendo ridiculo na sua fraqueza interna. Era necessario sangue, para dar vida ao novo throno, e terror, para dominar os incredulos.

A historia d'essa conjuração de 1641, que termina com as execuções de 19 de agosto em Lisboa, é mais uma prova da deploravel decadencia universal. Alliciados o conde de Armamar e o marquez de Villa-real pelo chefe da conspiração, Sebastião de Mattos de Noronha, o moço e idiota duque de Caminha entrou ahi como Pilatos no *Credo*, sem saber porque — para não denunciar o pae. Só elle, o infeliz, por quem em vão o arcebispo de Lisboa implorou a rainha, deixou de ser covarde. Todos os mais se rojaram aos pés de D. João IV, pedindo perdão, denunciando os cumplices. Salvou uma vida miseravel o arcebispo de Braga; e o duque de Caminha, irresponsavel e

até innocente, foi degollado com os companheiros — porque era necessario extinguir a familia, para com os bens da casa de Villa-real, confiscados, se crear a casa do infantado. Assim se dotou o principe que depois foi D. Pedro II, rei a *pedido das côrtes e muito a aprazimento da Santa Sé.*

O novo throno já tinha um degrau de cadaveres e sangue: bom fundamento. Era necessario consolidal-o com a protecção dos inimigos da Hespanha.

Desde 1634 que Richelieu vinha incitando o duque de Bragança a declarar-se rei de Portugal. Por occasião da revolta do *Manuelinho* mandára um espia propor o auxilio de 50 navios, 13:000 homens, e dinheiro. Se o bragança recusasse, elle offerecia um bourbon. Em 39 voltára a insistir, propondo a corôa a um neto do prior do Crato. Quando rebentou a conjuração de 40, Richelieu viu consummada a sua esperança, e considerou morto o seu rival Olivares: feria-o com duas graves diversões, a Catalunha e Portugal. Logo em julho de 41 se assignou o tratado com a França, e os navios (20) francezes encorporaram-se na esquadra hollandeza que vinha em soccorro da dynastia. Que pedia a França, em troco? Nada; porque era bastante para ella o serviço de apunhalar a Hespanha pelas costas. Indifferente aos territorios portuguezes da India e do Brazil, unica moeda com que D. João IV podia pagar; exclusivamente occupada pela Europa de que era o centro, a França usava de nós como um mero instrumento e fal-o-hia emquanto isso lhe conviesse. Effectivamente, o tratado permittia á França assignar a paz com a Hespanha, sem Portugal ser ouvido; e o futuro mostrou bem o valor d'esta condição, e a nenhuma conta em que o rei dos jesuitas era tido.

Já estava assignado o tratado com a Hollanda

(21 de junho). Se o francez escarnecia de nós, o hollandez, que até então nos roubava como inimigo, ia agora expoliar-nos como bom amigo; e em nome de uma promessa fallaz de soccorro, o rei vendia o melhor do seu reino. Como inimigo da Hespanha, a Hollanda era nossa alliada; mas nosso inimigo, ao mesmo tempo, no Ultramar. O governo portuguez queria decerto revindicar o muito que a Hollanda pilhára durante os sessenta annos anteriores, porém a Hollanda poz como condição *sine qua non* a conservação do *statu quo*. D. João IV comprou o auxilio, pagando-o com o imperio ultramarino, sanccionando os roubos de sessenta annos. Não era a primeira vez, nem seria a ultima, que os dynastas, substituindo-se á nação, a venderiam para se conservarem a si. O hollandez, porém, exigia e obteve mais. Além do reconhecimento da posse do que occupava, concedeu-se-lhe o ser equiparado a Portugal nas colonias ainda portuguezas, o que equivalia a uma cessão positiva de toda a fortuna colonial. Não valeria a pena abandonar tudo, para termos D. João IV, e os jesuitas que applaudiam e defendiam os tratados hollandezes — para os termos como os senhores e reis?

Nem por tal preço, comtudo, os hollandezes davam por concluidas as pendencias ultramarinas: o tratado não consagrava a paz, estabelecia apenas uma tregoa de dez annos. Assignada essa convenção ruinosa, a Hollanda mandou 40 navios, 2 regimentos de cavallaria, armas, munições, etc.; mas logo em setembro chegou do Ultramar a noticia de que a tregoa era uma mentira: os hollandezes acabavam de tomar-nos o Maranhão, no Brazil; Angola e S. Thomé, em Africa. [1] Que fez D. João IV

[1] V. *O Brazil e as colonias portuguezas* (2.ª ed.) pp. 34 e 43-4.

em Lisboa? A esquadra estava no Tejo, e as guarnições viam-se perdidas, crendo que o rei teria o juizo bastante para aprezar os navios e os homens, como refens. Nem a tanto chegava, porém, a intelligencia, nem a audacia; e quando o hollandez o percebeu, levantou ferro, largou velas, e foi-se, livre e socegadamente, com o preço das colonias cedidas de facto e de direito.

D. João IV ficou burlado; mas Angola e o Brazil, abandonados, vendidos, souberam defender-se a si proprios. Essa epopêa, que sellou a independencia real da nossa colonia americana, terminou em 1654 pela total expulsão dos hollandezes. [1]

Falta o terceiro dos alliados contra a Hespanha, a Inglaterra, sobre a qual reinava ao tempo Carlos I. Inspirada por outros interesses, a nação onde o genio commercial e fabril despontava viu em Portugal um bom paiz de ilotas a explorar. Do tratado de janeiro de 42 data a suzerania que a Inglaterra veiu exercendo até nossos dias sobre Portugal: desde logo se creou um fôro especial para os inglezes residentes, com um juiz conservador privativo.

Cego instrumento nas mãos da França, campo aberto á exploração ingleza, burlado pela Hollanda, o Portugal restaurado, sem gente, sem dinheiro, sem colonias, sem vida, sem caracter, era o cadaver sobre que o jesuita imperava, e a *herdade* de D. João IV, rei pela graça das espingardas dos alliados e da senectude da Hespanha.

Ninguem acreditava no exito de uma empreza começada sob tão maus auspicios; e os cadafalsos do Rocio (1641) demonstravam o protesto contra o egoismo do rei, que sacrificava tudo á sua conser-

[1] V. *O Brasil e as colon. portuguezas* (2.ª ed.) pp. 37-46.

vação. O terror lavrava por toda a parte; calculava-se o que havia a soffrer, quando a Hespanha voltasse a tomar posse do reino. Havia a consciencia de uma absoluta impotencia. E, para suffocar o medo, D. João IV sacrificou em um patibulo o seu ministro Lucena (1643). O povo, além de temer, gemia com os tribunos repetidos que lhe sugavam até á ultima gota de sangue. Em 41, as côrtes tinham votado dois milhões de cruzados, que a guerra absorvera inteiramente em 42. Novo serviço se reclamava, e o povo exigia por sua parte que elle se repartisse por estados, segundo as posses de um: pela nobreza, pelo clero. O padre Vieira, n'um sermão de finanças, esgotou em vão a sua eloquencia theatral, para convencer o povo da utilidade de pagar; e o rei, não se atrevendo a bolir na arca santa da riqueza do clero, teve de dar do seu bolso um milhão de cruzados.

Em 44 foi a victoria de Montijo, que trouxe algum alento; mas, no fim do anno seguinte, mais dois milhões eram necessarios, e o povo gemia e chorava. Tudo peiorava; os horisontes cada vez se carregavam de maiores sombras, quando em 48 estoirou, como um trovão, a noticia da paz de Munster. O tratado de Westphalia terminava uma guerra de trinta annos, deixando a França, apenas, em campo contra a Hespanha.

D. João IV não resistiu ao medo e tratou de se salvar a si. Já tinha empenhado uma parte da sua riqueza, sacrificados os seus ocios benedictinos de erudito, os encantos da musica — porque era um virtuose — para dar a Portugal a dita de reinar sobre elle. Não duvidára alienar o Ultramar, e subscrever a todas as exigencias humilhantes da França e da Inglaterra, para nos dar a nós a honra de o termos como rei. Arriscar tudo, in-

cluindo a propria cabeça, parecia-lhe excessivo. Não era mau, decerto, nem talvez inepto; mas o seu genio não o chamava para o campo, nem para o conselho: prazia-se estudando, tocando e rezando, porque era beato. Já que o destino assim o mandava, perdesse-se o reino, mas ao menos salvasse-se o rei. Sempre foi egoista. Enviou, pois, o padre Vieira a entender-se com os jesuitas em Roma. Propunha uma combinação aos verdadeiros soberanos da Europa. O neto, herdeiro presumptivo, e filho do já fallecido D. Theodosio, casaria com a infanta de Hespanha, e voltaria a fazer-se a união. O padre Vieira, acaso author do plano do rei, ia enthusiasmado com a visão do Quinto-Imperio; e mal sabia a Hespanha o que perdia, recusando uma dynastia tão illustre. O facto é que de Madrid prohibiram terminantemente as negociações, e o padre Vieira veiu corrido de Roma. Então, mais do que nunca, a Hespanha contava submetter-nos pela força.

Repellido com desprezo, D. João IV viu-se tão perdido, que pactuou com o ante-christo Cromwell, elle, o rei beato que não queria herejes entre os mercenarios do seu exercito. Carlos I caíra em Inglaterra, e a revolução puritana estava no apogeu, quando um conflicto ridiculo trouxe ao Tejo uma armada ingleza, que apresou as náus do Brazil, nas barbas do rei. Este, que dera de barato as colonias aos hollandezes, abandonava agora (1654) tudo ao inglez. Confirmou-se o tratado de 42, que fazia de cada inglez um rei em Portugal; deu-se a esses insulares activos, a faculdade de commerciar livremente, em Portugal, com a India, com a Africa e o Brazil. Os portuguezes não poderiam fretar navios de outras nações emquanto houvesse no porto navios inglezes; — nenhum inglez poderia

ser preso, sem permissão do seu juiz conservador —e as mercadorias inglezas nunca pagariam na alfandega portugueza mais de 23 % *ad valorem*, sob quaesquer titulos.

Era impossivel descer mais fundo, baixar mais, abdicar de um modo mais completo a independencia, que se debatia contra o hespanhol, e se sacrificava, assim, ao inglez. Só faltava morrer de todo; e D. João IV morreu, com effeito, dois annos depois de assignar o tratado.

No anno seguinte perdeu-se Olivença; e em 59 assignou-se a paz dos Pyreneus, entre a França e a Hespanha: Mazarino aproveitou a condição do tratado de 41, tratando livremente com a Hespanha, e abandonando-nos. Os francezes ficavam inhibidos de servir no exercito portuguez e de auxiliar de qualquer modo o governo de Affonso VI; e Philippe IV, attendendo á poderosa intercessão da França, concedia generosamente que Portugal retomasse a posição que tinha antes de dezembro de 1640.

Rompiam-se pois as relações diplomaticas com a França que, de alliada, se tornava nossa inimiga; e o padre Vieira, considerando tudo perdido, aconselhava a regente a embarcar a casa de Bragança para o Brazil, abandonando o reino á sua sorte, para fundar na America o Quinto-Imperio — de Deus e dos jesuitas.

Entretanto, ou o rei de França tinha uma politica diversa da do seu ministro, ou este, nas complicadas combinações do seu genio, decidira abandonar e apoiar Portugal ao mesmo tempo. O facto é que, illudindo as estipulações do tratado, Schomberg e mercenarios francezes vieram para o exercito, e a protecção da França continuou de um modo occulto. As questões francezas na Hespanha

estavam adiadas, mas não resolvidas; as pazes eram tregoas apenas.

Desembaraçada, porém, a Hespanha pôde caír sobre nós com as suas melhores forças, e occupar todo o Alemtejo, quasi até Lisboa (1661). A regencia valeu-se do inglez que, tendo provado a utilidade de sugar este canto da Peninsula, de explorar este bando de ilotas, e mirando no futuro valor do Brazil, offerecia auxilios e soccorro. Já Cromwell caíra, e no throno britannico sentavam-se outra vez os Stuarts. Deu-se a Carlos II a infanta D. Catharina, com o dote de dois milhões de cruzados, Tanger, e Bombaim — para nos defender dos hollandezes na Africa, dos hespanhoes na Europa. Confirmaram-se os tratados de 42 e 54, concedendo-se aos inglezes a liberdade de estabelecimento em todas as colonias. Garantiu-se a propriedade de tudo o que podessem haver dos hollandezes na Asia, salvo Kolaambu, em Ceylão, que reverteria (mas nunca voltou) á corôa portugueza.

Pelo tratado de 54 a Inglaterra ficára-nos possuindo: por este de 61 tutellou-nos, declarando-nos prodigos e ineptos; encarregava-se de nos defender, mas como bom tutor, vendeu-nos. Não nos defendeu na Europa, porque a monarchia dos Stuarts, era, em Inglaterra, a obra da França; nem no Ultramar, porque nos impoz o tratado de paz com a Hollanda (1662), em que desistimos formalmente de todas as pretenções e de todos os direitos.

Da longa campanha diplomatica da Restauração, atravez de todos os incidentes, hollandezes e francezes, resultava este facto que ficou pesando por dois seculos sobre o novo Portugal: o protectorado inglez. Protectorado, sempre se traduziu,

na linguagem real da historia, por exploração: é um euphemismo diplomatico.

A guerra proseguia; e D. João de Austria, senhor do Alemtejo, ameaçava Lisboa, quando a revolução de palacio que entregou o governo ao unico estadista portuguez do XVII seculo, o conde de Castello-melhor, imprimiu força e unidade ás operações, dando-nos as victorias decisivas do Ameixial e de Montes-claros. O inglez acudia a intervir pela paz, e o ministro inclinava-se para ahi, desde que obtivesse as compensações necessarias. Por outro lado, Luiz XIV, a quem a successão de Flandres punha de novo em conflicto com a Hespanha, embaraçava as negociações, porque lhe convinha ter no flanco do inimigo um cravo penetrante. O casamento de Affonso VI com uma princeza franceza (1667) fez decidir a politica, e assignar a liga defensiva e offensiva contra a Hespanha. A situação respectiva das duas nações da Peninsula mudára muito depois de Montes-claros; e a alliança franceza era, n'este momento, o meio unico de exigir indemnisações (a cessão da Galliza) de um inimigo incapaz de continuar a guerra.

Outra revolução de palacio, cujo alcance indicámos já, expulsou do governo o Castello-melhor, depoz o rei, e levantou sobre o throno o jesuita — entre D. Pedro II e a rainha, desbragada e sem pudor.

Pagámos então (1668) á França na mesma moeda de 59. Abandonámol-a, como ella nos abandonára na paz dos Pyreneus; e a Hespanha, contente por se vêr tão facilmente livre de um dos inimigos, assignou a paz, reconheceu finalmente a independencia de Portugal. Vinte e oito annos durára o pleito.

Luiz XIV, victorioso, pouco se lhe deu do aban-

dono de Portugal; e como, na sua politica de equilibrio, as nações eram dados, na tavolagem da Europa, ganha a vasa, esqueceu Portugal. O inglez, com outros intuitos, commerciaes e utilitarios, pôde reinar sósinho, de mãos dadas com o jesuita.

E o povo, a nação? Abstracção era tudo no XVII seculo, e em Portugal mais do que em parte alguma. O jesuita educára cuidadosamente o seu reino; e, como fructo primoroso, nascera Affonso VI, especie de rei Lear, doido e máu, furioso e docemente terno. Não tinham, porém, os padres contado com a hypothese de um homem, como o Castello-melhor, que os vencesse a elles na inclinação estupida de um rei nullo; e quem sabe se não correram o risco de lhes succeder, um seculo antes, o que mais tarde veiu a acontecer, no momento analogo do marquez de Pombal.

Em 1667 venceram o ministro precursor do espirito civilista e secular do XVIII seculo, e pozeram no throno um homem apaixonado e violento, explorando o amor incestuoso em que ardia pela cunhada. Ella era uma cousa propria da *Companhia,* e, *bem educada* na torpissima côrte de Versalhes, não temia os escandalos, nem as protervias, que os padres sábia e piedosamente lhe descreviam como virtudes. A comedia repugnante da *Causa de nullidade* é a sentença condemnatoria de educadores e educandos.

O caracter immundo, as inclinações vís, os gostos obscenos de Affonso VI, reproduziam n'um typo o estado a que a educação embrutecedora dos jesuitas levára os costumes: opportunamente esboçaremos esse quadro.

Agora, a victoria de 1667 e a paz com a Hespanha, desembaraçando os movimentos dos actores,

colloca evidentes na scena, o rei, o jesuita e o inglez: o sátrapa, o mestre e o judeu. Esta é a trindade augusta que vae reinar em Portugal—uma necropole!

O inglez aproveita o momento de 703, para exigir de D. Pedro II, seu protegido, dois serviços: o tratado de Methwen e a liga contra a França, (rasgando a de 67) para defender a successão de Hespanha da ambição bourbonica.

O tratado de Methwen tornou-nos feitores da Inglaterra, e fez do paiz uma *fazenda*, uma *vinha* da Gran-Bretanha no Meio-dia. Os vinhos portuguezes pagariam em Inglaterra um terço menos do que os francezes, e Portugal preferiria os productos fabrís inglezes. Comprehende-se como este processo *livre-cambista* (applicar as regiões ao que a natureza indica, sem curar das considerações sociaes e politicas) desvairou para logo a economia nacional. As exportações subiram no primeiro anno a treze milhões de cruzados, e os vinhos attingiram no paiz o preço de 60$000 rs. a pipa. A especulação folgava; mas em 1750 era tanta a producção que o vinho baixára a 10$000 rs. O inglez, dando largas ao seu vicio querido, podia embriagar-se por pouco dinheiro, e enriquecer vestindo-nos e dando-nos de comer por bom preço—porque Portugal não produzia pão.

D. Pedro II já tinha reconhecido o throno de Philippe V, bourbon da Hespanha; mas isso não obstou a que retirasse a palavra, entrando no conluio do inglez, do hollandez e do Imperio, a favor do pretendente austriaco, contra Luiz XIV. Portugal armaria um exercito de 28:000 homens, pagando os alliados metade do soldo. Ao exercito

portuguez se reuniria uma divisão de 10:000 homens de tropas estrangeiras; e os alliados forneceriam polvora e generaes, munições de guerra, e uma esquadra para defeza das costas. O pretendente austriaco promettia a Portugal a cessão de Badajoz, Albuquerque e Valencia-de-Alcantara, na fronteira de leste; de Vigo, Tuy e Guardia, na do norte; e além d'isto a restituição de todos os territorios usurpados no Rio-da-Prata.

Desde o começo appareceu evidente a nenhuma sinceridade de todas as combinações; e das quatro nações alliadas, Portugal, onde todas vinham assentar arrayaes; Portugal, torrão precioso para um acampamento contra a Hespanha, foi quem tudo perdeu. Em março de 704 chegou a Lisboa o archiduque Carlos pretendente, e declarou-se a guerra á Hespanha; mas a desordem, as bulhas, a anarchia nas tropas, a rivalidade nos commandantes, prognosticavam uma derrota. Portugal era uma hospedaria e um acampamento, e a insensata politica anglo-mana do rei fôra, por gosto, fazer do reino o theatro da guerra.

Logo em maio os bourbonicos de Berwick entram pela Beira, descem para o sul, e occupam Castello-branco e Portalegre: ao mesmo tempo as costas do Algarve eram devastadas por mar. A guerra estava desencadeada; e nenhuma guerra melhor do que esta retrata a confusão a que a victoria das formulas abstractas monarchistas (poder-absoluto, equilibrio, diplomacia, etc.) levára a Europa. Eram tres exercitos em campanha, sobre o territorio portuguez — uma banca de jogo. A' frente do nosso via-se um hereje e hollandez, Fagel; á frente dos franco-hespanhoes andava um inglez, Berwick; á frente dos inglezes e imperiaes, um francez, Ruvigny.

Em 705 e 706, Luiz XIV e Philippe V baixam; a Hespanha é invadida pelos alliados, e a divisão do marquez das Minas chega a entrar em Madrid, acclamando Carlos III (2 julho, 706); porém, logo em 707, a perda da batalha de Almanza (abril, 25) determina a reacção. D. Pedro II morrera antes da derrota; e o novo rei, D. João V, tomou conta do governo com o fardo da guerra. Nos quatro annos seguintes (707-11) o throno de Philippe V consolida-se a ponto que os inglezes, desenganados, abandonam-nos, retirando a divisão auxiliar. Esborôa-se tudo: os soldados desertam em massa para o inimigo. Negoceia-se então a paz, que se assigna em Utrecht em 713. De dez annos de guerra, que lucravamos? Devolvemos fielmente tudo o que tinhamos na Estremadura hespanhola, e apenas nos foi restituida a colonia do Sacramento na America. [1]

N'esta guerra de *equilibrio* em que D. Pedro II lançára o reino, n'esta guerra em que nenhum interesse nacional se pleiteava, vê-se bem o imperio das novas idéas a que a monarchia obedecia já no principio do XVIII seculo. Formára-se como systema, o *absolutismo*; [2] e D. Pedro II desde 1674 não convocára mais as côrtes nacionaes, instituição que outr'ora representava a nação, como um corpo, perante o rei, um chefe. Póde dizer-se que depois de 1668, quando se fez a paz com a Hespanha, as côrtes portuguezas não tiveram mais intervenção no governo. Em 1674 o rei convocou-as, mas dissolveu-as logo, por quererem fiscalisar as despezas publicas. D. João V fingiu, illudiu, sem negar; mas D. José I affirmou, de um modo positivo e

1 V. *O Brazil e as colonias port.* (2.ª ed.) p. 89. — 2 V. *Hist. da civil. iberica* (3.ª ed.) p. 287 e segg.

terminante, que o poder é uma «alta e independente soberania, que o rei recebe immediatamente de Deus; pela qual manda, quer e decreta aos seus vassallos, de sciencia certa e poder absoluto».

Das tres pessoas que designámos no throno — o rei, o inglez e o jesuita — vimos como vivem os dois primeiros. E o terceiro? o mestre, o guia, o fundador do novo reino? — A sua educação educava-o a elle proprio; o veneno com que minára a sociedade corroía já a constituição intima da *Companhia*. O inglez, apesar de judeu, apresentava-se como apostolo do espirito pratico e utilitario, radicalmente inimigo de todos os sonhos e chimeras, de sebastianismos e beaterios. O rei, como um pupillo que cresce em forças e experiencias, não ousava renegar o mestre, mas ia commentando e explorando em proveito proprio as licções recebidas. Prevê-se, pois, já o choque entre os dois absolutismos, o do espirito e o da lei; e as intrigas da côrte no tempo de D. João V preparam a campanha de que Pombal saíu vencedor.

Essa victoria era de esperar, porque o absolutismo monarchico, apoiando-se naturalmente á corrente das opiniões praticas e utilitarias, ganhava forças; ao passo que o jesuitismo, pervertido pelo tempo, era absorvido pelo cuidado exclusivo de intrigar e enriquecer. O reino da terra (com que antes se havia de ganhar o do céu) é para o jesuita do XVIII seculo o motivo positivo da sua actividade, e a ambição transcendente desce á condição de uma formula van de estylo.

No seio da Ordem tinham tambem occorrido casos graves, na segunda metade do XVII seculo. De começo houvera apenas um pequeno numero de professos que tivessem proferido os quatro votos. Afastados dos collegios, vivendo de esmolas, a sua

authoridade era toda espiritual: por isso tambem eram a força e o nervo da Sociedade. Os lugares que exigiam actividade temporal, reitores e provinciaes, e em geral os collegios, estavam nas mãos dos coadjutores.

Foi sob o geralato do fraco Vitelleschi que os professos chegaram aos empregos administrativos, participando do rendimento dos collegios, fazendo-se reitores e provinciaes. D'ahi veiu a obliteração das severas praticas devotas; d'ahi a preoccupação ambiciosa de ganhar os altos graus, que agora davam já o poder temporal com a authoridade espiritual. Acabou assim a disciplina severa, e veiu a mundanisação.

Desde logo se restringiu o poder absoluto dos geraes, collocando-se-lhes ao lado um vigario, com poder privado: o que fazia duas cabeças n'um mesmo corpo, e destruia a unidade do mando.

Outr'ora exigira-se dos neophitos a renuncia absoluta dos proprios bens. Agora temperava-se esta disposição crua. Primeiro, começou-se por adiar o cumprimento do preceito; depois, a renuncia foi condicional, prevendo-se o caso de expulsão; por fim, a doação não se fazia propriamente á Sociedade, mas sim áquelle collegio em que o neophito entrava, e de que ficava fazendo parte como associado.

Os collegios transformaram-se em sociedades mercantís — porque o banco e o commercio, diziam, nada tinha de peior do que a lavoura em que os santos monges dos primitivos tempos se occupavam. As fabricas de tecidos de Macerata eram propriedade do collegio de Roma: o embaixador portuguez na cidade dos papas recebia os honorarios em saques sobre os jesuitas. Os de Marselha tornaram-se celebres pelas especulações

do padre Lavalette na Martinica; mas o centro da rede de escriptorios commerciaes e bancarios que abraçava os dois mundos era Lisboa, capital do jesuitismo e do reino por elle e para seu uso trazido á luz da historia. [1]

As mundanidades (poder, riqueza, etc.) de que, antes, fôra idéa fazer instrumentos de salvação, corrompiam, agora, os apostolos; e as fraquezas humanas, (superstições, escrupulos, paixões, illusões, etc.) desculpadas, primeiro, em nome de uma tolerancia transcendente, ou exploradas com um espirito idealista, tinham apagado a consciencia, varrido a intelligencia: eram toda a moral e toda a religião dos homens.

Foi isso o que o reinado beato e devasso de D. João V veiu mostrar, patenteando um systema de costumes ridiculos e nojentos.

[1] V. para a exploração das missões da Africa e America, *O Brazil e as colonias portuguezas*, I, 4, 5, e II, 4.

IV

As minas do Brazil (D. João V)

Um facto fortuito, alheio aos elementos naturaes da vida portugueza na Europa, tinha vindo pelos fins do XVII seculo influir poderosamente nos destinos da nação. Despovoado e inculto o reino, miseraveis e núas as populações, sem riqueza nem trabalho — as minas do Brazil deram ao rei e ao povo uma fortuna que o reino lhes negava.

A situação que a descoberta da India creara a Lisboa, no XVI seculo, renascia agora com a riqueza americana. Populosa, theatralmente opulenta de um luxo fidalgo e sacerdotal, côrte de um como satrapa, Lisboa era mais a metropole de um vasto imperio ultramarino, do que a capital de um reino europeu. Portugal via-se outra vez o alfoz da sua bella cidade que o devorava. O destino maritimo da nação, creado pelo seu porto magnifico, n'uma das fronteiras do mundo, condemnava-a a soffrer as duras consequencias de uma grandeza singular. Portugal, nos antigos e modernos tempos, só commenta a miseria das suas provincias, a penuria do seu organismo nacional, nas horas de crise: 1640, 1755, 1820, 1834. Agora, as minas americanas chamam todas as ambições e todas as forças para a cidade onde se concentra a vida inteira da

nação.[1] Na côrte, em Lisboa, portanto, se desenrola a historia, muda em provincias despovoadas, embrutecidas e miseraveis.

Foi sobre o ouro e os diamantes do Brazil que se levantou o novo throno absoluto de D. Pedro II; foi com elles que D. João V, e todo o reino, poderam entregar-se ao enthusiasmo desvairado d'essa opera ao divino, em que desperdiçaram os thesouros americanos. O acaso, pae sem virtudes d'este filho prodigo chamado o Portugal bragantino, concedeu a um tonto o uso de armas perigosas, abrindo-lhe de par em par as portas dos arsenaes; e D. João V, enfatuado, corrompeu, e gastou, pervertendo-se tambem a si e delapidando toda a riqueza da nação. Tal foi o rei. O povo, pastoreado pelos jesuitas, beato e devasso, arreava-se agora de pompas, para assistir como convinha á festa solemne do desbarato dos rendimentos do Brazil.

A tradição da existencia do ouro era antiga. Em 1573, um certo Tourinho, subindo o rio Doce, descobriu o territorio chamado de Minas, e encontrou esmeraldas. Depois d'elle, outros exploradores visitaram a região; até que, em 1693, chegou a Porto-seguro um paulista com a noticia de que havia ouro no sertão da Cuyaté. A exploração começou desde logo, provocando o delirio que em nossos dias se viu na Australia. A principio, a saca do ouro era severamente prohibida, mas, por impossivel de fiscalisar, libertou-se, impondo-se o tributo do quinto, que começou a render cerca de 12 arrobas por mez.[2]

Para que bem se possa avaliar a importancia

[1] V. *Hist. da republ. romana*, I, p. 363. — [2] V. *O Brazil e as colonias portuguesas*, II, 6, 7.

das novas descobertas; para que ninguem se illuda, suppondo que os desperdicios, faustuosos de D. João v traduzem um renascimento da riqueza natural do reino, poremos aqui uma nota das massas de metaes e pedras preciosas que D. João v recebeu do Brazil: 130 milhões de cruzados; 100:000 moedas de ouro; 315 marcos de prata; 24:500 marcos de ouro; 700 arrobas de ouro em pó; 392 oitavas de pezo e mais 40 milhões de cruzados de valor, em diamantes. Além de tudo isto, o producto do imposto dos quintos e o monopolio do pau-brazil rendiam annualmente para o thesouro cerca de milhão e meio de cruzados. Pois esta somma quasi incalculavel de riquezas não bastou para encher a voragem do luxo e da devoção do espaventoso e beato monarcha. O inglez sentava-se com elle á meza, e applaudia os desperdicios, porque todo o ouro do Brazil passava apenas por Portugal, indo fundear em Inglaterra, em pagamento da farinha e dos generos fabrís, com que ella nos alimentava e nos vestia. A industria nacional constava de operas e devoções. O portuguez só sabia ser logista: todo o commercio externo estava na mão de inglezes, principalmente, e de italianos.

Por isso, nem todo o ouro do Brazil chegou, a divida nacional cresceu, e se Lisboa quiz deixar de morrer á sede, teve de pagar com um imposto especial a construcção do seu Aqueducto.

Os dinheiros do Brazil tinham outro e melhor destino. Iam para Roma custear o preço de concessões valiosas. Era a elevação da capella do rei a Patriarchado — um arremedo do Vaticano; eram as insistencias (sem resultado) para que se definisse o dogma da immaculada conceição de Maria, antiga teima dos braganças; era a licença para os padres dizerem tres missas em dia de finados;

eram os lausperennes, as reliquias, as canonisações, as indulgencias.

A educação jesuita produzia duas especies de caracteres que, ás vezes, quasi sempre, se viam reunidos na mesma pessoa, e que imprimiram na phisionomia portugueza do XVIII seculo um cunho ainda não de todo apagado em nossos dias: a brutalidade soez e a parvoice *carola*. Eram os fructos da esterilisação do ensino e da perversão da religão. Nos nossos reis quiz o acaso que os dois caracteres encarnassem, como typos, em dois homens, para melhor se poderem vêr e observar. Affonso VI foi um, João V o outro.

A antiga hombridade portugueza, que a perversão universal tornava em basofia, dava o braço á antiga piedade, traduzida agora por uma devoção idiota e piegas. D. João V era, ao mesmo tempo, balofo e carola. Tinha o amor das ceremonias, e sabia todos os pontos da etiqueta do paço e da egreja. Era mestre em liturgia. Queria bem a todos os santos, mas tinha um fraco particular por S. José e por S. Francisco de Assis. Quem diria, ao asceta do XIII seculo, o amor futuro do rei sybarita e devoto? Nossa-Senhora-das-Dores merecia-lhe tambem um cuidado especial: estendeu e vulgarisou pelo reino o seu officio; mas o fraco por S. Francisco era de tal grau, que aspirava ao lugar de andador da sua Ordem-terceira. D. João III aspirára ao lugar de inquisidor: n'esta differença de ambições se vê a differença dos tempos e da religião. O jesuita está de permeio.

A Patriarchal era para D. João V o reino, a côrte. Essa opera contava quasi quatrocentos figurantes. Afóra o patriarcha, tinha vinte e quatro principaes, setenta e dois prelados, vinte conegos, setenta e tres beneficiados, mais de trinta mestres

de ceremonias, acolytos, capellães. Custavam todos trezentos contos ao anno. E além d'isso, cento e trinta cantores e musicos, por trinta e oito contos. E por cima, as rendas principescas do patriarcha. E mais ainda, o preço incalculavel das festas magnificas, com o scenario deslumbrante de ouro, pedrarias, velludos, rendas, luzes, em nuvens de incenso despedidas pelos thuribulos cinzelados.

D. João v não regateava o preço das cousas; antes, como rei *brazileiro*, rico sem bem saber como, punha a honra na despeza, imaginando espantar o mundo com o modo perdulario com que dissipava. Mais de duzentos milhões de cruzados foram para Roma; não tem conta o que deu pelo reino ás egrejas, aos conventos de frades e freiras; e na sua furia de ser o esmoler mór do catholicismo, lembrava-se de todos, derramando por toda a parte o ouro do Brazil: Santo-Antão de Benavente, S. Francisco de Badajoz, a capella dos portuguezes de Londres, o presepe de Belem na Palestina, os templos de Jerusalem, para não fallar nos de Roma.—Alexandre de Gusmão, attonito, apertava a cabeça com ambas as mãos, exclamando: «A fradaria absorve-nos, a fradaria suga tudo, a fradaria arruina-nos!»

O rei não pensava em tal; e emproado, soberano, a peruca magestosa, o pulso em fofas rendas, com a mão sobre a bengala, risonho de si, passeava os olhos pelo scenario da opera faustuosa. Vestia-se de Paris. Era, deveras, um grandissimo rei! E os mitrados de purpura, os tonsurados de camandulas e burel, de rastos, humildes, batendo nos peitos, louvavam e adoravam o grande Lama do extremo occidente.

Faltava, porém, a D. João v alguma cousa. O figurino pelo qual se vestia, o seu modelo, o rei-

sol de França, Luiz XIV, tinha fabricas, academias e monumentos; e além d'isso o monarcha, intimamente interessado em todas as cousas do culto, reparára não serem bons os galões que vinham de fóra para as armações de egrejas e para os fatos dos comparsas — os soldados. Creou pois uma fabrica de sedas: primeira e evidente necessidade de um reino que não fiava a lan, nem o linho.

Creou tambem uma Academia, pomposa e grave, para escrever n'uma *Historia* os fastos dos antepassados da grande éra a que se assistia. Por isso o historiador encartado chamou á historia da nação *Historia genealogica da casa real*. Que era, de que valia o reino, perante a real casa? Quem era o miseravel povo, diante do bragança magnifico?

Já tinha os galões de seda, já tinha a *Historia*, mas não estava satisfeito ainda, o grande rei. Queria tambem monumentos, e traçou uma basilica maior do que o reino. Mafra, devorou, em dinheiro e gente, mais do que Portugal valia. Tambem, para o rei, afóra Mafra, a Patriarchal, a Côrte, nada havia, no canto extremo da Peninsula. Erro! havia um cubiculo mysterioso em Odivellas, onde o sybarita dava largas á concupiscencia, fundindo n'um só os amores da carne e os do incenso, n'uma embriaguez dolente e sensual, cheia de mysticismo doce. O jesuita preparára, ao rei e a todos, esses recessos mysteriosos, alcovas perfumadas vestidas de imagens piedosas, onde se exercia o culto de todos os amores, sem peccado, n'um arrobo de semi-vida de delicias. O mystico levava o rei até á porta, abria-a, sumia-se, murmurando resas unctuosas...

Não desvendemos, comtudo, por emquanto, as alcovas, nem as salas dos importantes conselhos.

Vejamos apenas, como espectadores da platéa, a opera sumptuosa que se desenrola entre os bastidores de Mafra. Por fim o rei conseguira o cumulo da sua ambição; e a mania do monumento, que lavrára em França com Luiz XIV, transportada para cá, erguia de uma só vez, n'um lugar unico, uma montanha fria de pedra. Vasto abrigo mortuario, povoado de frades negros, era ao mesmo tempo o palacio do moderno Salomão. 50:000 homens andaram n'essa obra, como escravos; e ao lado a forca ameaçava os que protestassem, fugindo, contra o capricho do soberano que os mandava buscar de todo o reino, ás levas, entre alas de soldados. As officinas de Roma e de Veneza, de Milão e de Genova, da Flandres e da França, tinham fornecido as alfaias preciosas, os lustres e candelabros, os cancellos de bronze arrendado, as lampadas e tocheiros, os relogios e carrilhões. Nunca se vira opera tão estrondosa de musicas, tão brilhante de ouros, pedrarias, luzes, purpuras, rendas, sedas!

D. João V triumphava. Não tanto, afinal, por ter levantado Mafra; mas porque via nas torres o seu enlevo, a sua paixão, o objecto dos seus cuidados — um sino que pesava oitocentas arrobas! Quando lhe annunciaram estar suspenso, deu ao alviçareiro o cargo de sineiro-mór, com a tença de cem mil réis. O sino dobrava agora solemnemente, e cada golpe vibrava no coração do rei como uma nota de alegria e de orgulho. E o sino continuava, batia! e esses golpes repetidos parecem á historia os soluços de um povo inteiro, faminto e miseravel, arrastado por um doido n'uma procissão grutescamente funebre.

Em toda a Europa não havia um sino assim.

Entremos agora nos bastidores da scena.

Alexandre de Gusmão, em Lisboa, junto do rei que o tinha por secretario, e D. Luiz da Cunha, embaixador em Paris, carteavam-se intimamente. Ambos sabiam Portugal de cór; e emquanto o embaixador insistia com o amigo para que se interviesse na politica da Europa, ganhando um logar no concerto internacional, Gusmão respondia: «Esquece-se de que deixou os amigos luctando com as ondas do mar da Superstição e da Ignorancia».

D. João v presidia aos conselhos, entretendo-se a armar e desarmar um modelo do Vaticano em madeira, miniatura primorosa que de Roma lhe tinham enviado de presente. «Oh quem pudera dizer o que sente!» exclamava comsigo o secretario. O rei não lhe prestava attenção; só curava das cousas beatas: quanto rende o mealheiro *das almas?* e as missas? perguntava ao prior de S. Nicolau, seu valido. Depois o cardeal da Motta, irmão do secretario de Estado, que tinha a paixão de alporcar cravos, observava a Gusmão ser inconveniente mettermo-nos *em jôfas*. E voltando-se para D. João v, contava-lhe gravemente a apparição de Sancho a seu amo, como a conta o padre Casuino na sua *Côrte-Santa*: o rei, o duque de Lafões, o marquez de Valença, e todos os outros do conselho, com uma attenção cortezan, intima e imbecil, escutavam religiosamente. Esses homens, tão formaes diante do rei, eram um poço de brutalidade, de portas a fóra. Contava-se ao ouvido como Antonio de Saldanha déra uma forte descompostura no cardeal da Motta, e como Francisco Galvão mandára a todos os diabos o secretario de Estado. O que agora occupava principalmente o rei e o conselho era o caso de uma feiticeira, caída

em poder da Inquisição, e que fizera confissões tenebrosas. [1] Por isso o cardeal instava com o soberano para que se conseguisse do papa o livrar-nos de espiritos malignos e de feitiços que causavam n'este reino tanto damno. «Não me consta que os sintam outras nações», concluia gravemente. E emquanto o papa não resolvia a questão, decidiu-se prohibir o annuncio dos raios, tempestades e trovões, nas folhinhas do anno, para socegar o povo.

Por isto, Gusmão, respondendo para Paris, dizia que se D. Luiz da Cunha caísse na materialidade de querer instituir algumas irmandades, dissesse, que o empenho havia de conseguir-se, e dar até bom premio. Outra cousa não havia a esperar, nem do Soldão, nem de seus vizires. O rei era um «Bolonio, esteril e contrafeito».

Luiz XIV teve um furunculo; o nosso teve tambem na decadencia (1742) uma paralysia. Toda a côrte dos santos do céu grutesco de Lisboa se agitou. O Senhor-dos-Passos foi para a Patriarchal, a Senhora-do-Carmo para o quarto do rei. Houve preces, esmolas, procissões, via-sacras: não cessava o latim dos frades, nem o tocar dos sinos importunando a Deus. Os medicos enviaram o soberano para as Caldas e só então se viu a necessidade da estrada que se fez, e que o cardeal da Cunha mandou benzer antes da passagem do enfermo. Melhorou; e então os sinos repicavam alegres e nos recintos das egrejas fulgurantes entoavam-se Acções-de-graças. Nas academias litterarias, os desembargadores de oculos e preciosas tabaqueiras tiravam do cerebro emperucado the-

[1] V. *Systema dos mythos relig.*, pp. 314-24.

mas d'estes: «Foi tão grande a molestia de S. M. como a affectuosa piedade dos seus vassallos?» ou «Foi n'este reino tão grande o sentimento da queixa de S. M. como o gosto da sua melhora?» E os *Escolhidos* dissertavam gravemente, analysando o problema, emquanto os vates dos conventos e das secretarias entornavam um enxurro de odes latinas, de sonetos, *lyras*, e toda a farragem da poesia pseudo classica.

Lord Tirawley, o embaixador da Inglaterra, verdadeiro sultão em Portugal que o seu paiz tutelava, dizia: «Que se póde esperar de uma gente, metade da qual está pela vinda do Messias, e a outra metade pela de D. Sebastião?» Este reparo do inglez provava tambem quanto o povo era indifferente ao novo regimen. O seu verdadeiro rei era, continuava a ser, e seria sempre (até nossos dias) D. Sebastião. Nem os Philippes, nem os Braganças; nem 1580, nem 1640, nem depois ainda o marquez de Pombal, nem mais tarde a invasão franceza; nem os reis beatos, nem os reis magnificos, nem os reis plebeus; nem João IV, nem Affonso VI, nem João V — tinham poder bastante para o acordar do seu sonho. Este phenomeno de um povo, inteiramente fiel a um rei encantado, piamente crente n'uma lenda, e por isso indifferente ao rei de facto, ás revoluções, á politica, ás guerras do estabelecimento da dynastia, e ás reformas profundas do meado do XVIII seculo, é um caso unico. Por isso o marquez de Pombal pôde impunemente mudar a face de todas as cousas em Portugal; por isso, tambem, a sua obra caíu n'um momento. Nada ganhava raizes, nem solidez, no terreno fugidiço de um povo indifferente á realidade, só fiel á sua chimera sebastianista. A propria côrte, apesar do fausto, pa-

recia aos visitantes estrangeiros « tout à fait triste ».

D. João v, porém, não era sempre bolonio; tambem arremedava os estadistas, e queria mostrar-se forte e severo, nos seus impetos, porque os tinha. Portugal era então uma especie de Tunis da extrema Europa, e toda a casta de estrangeiro ousava rir-se de nós. De uma vez, o capitão de um navio flamengo, á carga do sal em Setubal, desaveiu-se com o guarda-mór, e para encurtar razões, prendeu-o e levou-o para bordo. Em Lisboa, por qualquer rixa dos marinheiros inglezes, bebados em terra, o *conservador* prendia livremente os naturaes. Os almirantes das esquadras forasteiras desembarcavam tropas e faziam recrutamentos de marinheiros, rusgados a cordel. D. João v enchia-se de colera e desenvolvia energias extravagantes, risiveis, sem isso impedir que as cousas continuassem. O estrangeiro dizia: pois não é verdade que nós fizemos o rei e o reino? não foram os soldados inglezes, hollandezes, francezes, que bateram o castelhano? E chamavam a isto seu, os commerciantes e armadores, e os governos das nações estrangeiras.

Mas D. João v tinha a consciencia da sua grande força, e nos momentos graves empregava-a ruidosamente. Uma vez mandou preso para Cascaes o conde do Prado, por não parar a sege quando passava o patriarcha. D'outra vez que um conego da patriarchal fugira com uma mulher, sua amante, temendo que ambos saíssem por mar, mandou embargar todos os navios no Tejo, para dar busca. Mas o caso maior de todos, a grande

façanha do governo, foi a batalha que as tropas do rei feriram contra as freiras de Odivellas.

Certa madre, presa pela Inquisição por christan-nova, figurára n'um auto-da-fé, e, absolvida, fôra recambiada ao convento. As irmans, porém, renegaram-na, recusando-se a recebel-a no gremio piedoso e casto. Saíram em procissão de cruz alçada, caminho de Lisboa, para se lançarem aos pés do rei, que tamanho amor tinha pela communidade. Mas D. João v, se era terno, tambem sabia ser severo, como um bom pae. O magestoso soberano não consentia rebeldias. Mandou-lhes ao encontro a sua cavallaria, que fez recuar o exercito inimigo. Acastellado no palacio da condessa do Rio, o adversario esperou o ataque; e como a cavallaria jámais serviu para investir os muros das fortalezas, e como as freiras recusavam a batalha em campo raso, mandou-se infanteria tomar o reducto. Deu-se o assalto, que os sitiados aguentaram bravamente, metralhando as tropas reaes com pedras e moveis, bacias de toda a especie, e liquidos de varias naturezas corrosivas. O exercito fiel não foi batido: venceu. E os vencidos foram, presos, em carruagens para Odivellas.

Este caso deu a medida da força do rei, que todos, com susto e respeito, admiravam. Por isso, quando as freiras de Sant'Anna quizeram tambem rebellar-se, bastou a intervenção do Camões-do-Rocio, o *picaro* favorito do monarcha.

No meio da comedia burlesca da devoção, a desordem, a corrupção, eram enormes. «Tudo se consegue com quaesquer quatro bolsas, applicadas decentemente a qualquer bonzo, quando não possa

ser ao vizir seu protector», dizia Alexandre de Gusmão que via as cousas de dentro. Era publico, effectivamente, que o vigario dos padres da Boa-hora, o Grillo, confessor e valído da rainha, vendera o contracto do tabaco por 12:000 cruzados. O conde de Unhão, capitão general do Algarve, contrabandeava por sua conta e risco, e na propria Lisboa succedia outro tanto. Os fidalgos occupavam-se em *troças* brutaes, promovendo tumultos e desordens, em que havia mortos. Eram fallados os bandos e arruaças do duque de Cadaval, dos marquezes de Marialva e de Cascaes, dos condes de Aveiras e Obidos, que punham Lisboa n'um estado permanente de terror. O proprio irmão do rei, o infante D. Francisco (como D. Affonso VI) de sucia com o Suppico e outros, se divertia n'essas aventuras e raptos nocturnos que ensanguentavam as ruas da capital. A antiga valentia portugueza apparecia transformada em uma brutalidade grosseira. Fallava-se com enthusiasmo do fallecido rei, D. Pedro II, que levantava e punha ao hombro com uma só mão um sacco de trigo de seis alqueires; do celebre *menino do Freixo* que dera méças ao famoso monarcha, e do marquez de Alegrete cuja cutilada abria por meio a cabeça de um toiro. Estas *gracinhas* que vieram sendo applaudidas até nós, e tiveram um heroe em D. Miguel, introduziam nos costumes uma ferocidade singular. O assassinato, a tiro, pelo meio da capital era cousa commum; e nas casas fidalgas propinavam-se bebidas de agoa-forte, para resolver as questões domesticas. Em Coimbra a desordem era maior ainda: ninguem ousava saír de casa depois do sol-posto, porque a Universidade se organisára em sociedade de malfeitores. O bando da *Carqueja* dava brado; e além dos roubos e as-

sassinatos que commettiam, os seus parceiros viviam por todos os conventos de freiras, de Coimbra e dos arredores, transformados em bordeis.

A orgia sanguinaria e lubrica era o fundo real do quadro da devoção idiota e da magestade burlesca. O conde de Tarouca, tão piedoso que dava ao Papa authoridade para tirar um santo do Paraiso e mandal-o para o Inferno, vivia amancebado com a Rocha, furtada por elle ao pae e casada com um criado seu: a Rocha fugiu-lhe com o padre Soares. D. Henrique de Menezes, que se homiziara em França por uma questão de adulterio, voltou, e foi monsenhor na Patriarchal. O conde de Valladares, que matara a filha com crueldades devotas, ia disfarçado em mulher, de manto e touca, o vegete, fallar á criada em Santa-Clara, e dormia no convento com ella, depois da morte da filha. O prior de S. Jorge, em Lisboa, tornou-se celebre pelo seu *molinismo:* tinha 65 annos e um serralho de beatas suas confessadas. A Inquisição interveiu, condemnando-o a degredo; mas o velho defendia-se dizendo que *o amar é a caridade, resumo de toda a lei.* A abbadessa do convento de Sant'Anna de Lisboa fugia para a Hollanda com um frade capucho. A Quaresma e a Semana Santa eram a epocha desejada das aventuras piedosas. O ritual funebre do catholicismo acirrava o desejo, pondo um requinte mystico no amor lubrico. Dizia-se que o rei ia disfarçado em andrajos de pobre para junto do andor do Senhor-dos-Passos da Graça beliscar as fidalgas quando beijavam o pé da imagem. Em Quinta-feira-maior a côrte visitava a pé as egrejas, e, como as ruas eram enxurros de immundicie, iam diante moços com taboas para a côrte se não sujar. O commum da gente formigava vestida de preto, de egreja para egreja,

visitando, penitenciando-se com bofetadas diante dos nichos dos santos nas ruas; os homens de espada á cinta e rosario na mão, as mulheres em biocos, fallando e rezando a um tempo, batendo com as mãos nos peitos e namorando com olhadelas furtivas, segredinhos ou bilhetes perfumados que os galans passavam ás meninas. Toda a gente usava oculos — traço que impressionava os forasteiros. A sangria imperava absoluta n'esta terra já sangrada pela India e a que o jesuita prescrevêra drasticos e emeticos tão fortes que a deixara cachetica. O rei devoto e lubrico era o verdadeiro representante da nação, e, se imperava sobre a aristocracia e sobre as freiras, o seu imperio chegava ás cantoras e bailarinas da sua Opera, chegava á plebe—tendo por amante, no seu harem, uma cigana. Para empunhar, porém, a vara de um poder tão absoluto, não lhe bastavam os requintes sensuaes com que as luzes e o incenso com o seu cheiro capitoso excitam o amor—comia ambar.

As suas prodigalidades abraçavam os santos da côrte do céu e as divas da côrte, bem terrestre de Lisboa: por toda a parte se fallava do capricho do rei pela Petronilla, da opera do Bairro-alto onde representavam companhias hespanholas. A Gamarra dera brado tambem, quando abandonou o marido pelo amante, o marquez de Gouveia, mettendo-se depois a freira em Santa-Monica, e deitando, por fim, os votos ás malvas, para fugir para Hespanha, a congraçar-se com o marido.

E' verdade que D. João v perdia a cabeça por todas as mulheres; mas a sua verdadeira paixão estava em Odivellas, o ninho da madre Paula. Mandára fazer uma boceta preciosa, para guardar os seus amores. Madre Paula e a irmã Maria da

Luz viviam juntas, n'esse fofo recinto preparado para todas as voluptuosidades. Todo o luxo da epocha se accumulára no palacete mysterioso e maravilhoso: as talhas douradas, os mosaicos de Italia, os charões da India, os moveis de ebano embutidos de marfim, os espelhos de Veneza, os crystaes, as cambrayas, as rendas, as pratas e ouros, as franjas pesadas, os estofos de melania, (a fazenda da moda) e as sedas adamascadas que revestiam as paredes. As duas irmans dormiam no mesmo quarto, e entre as camas tinham duas pias de prata, com agua benta, para se persignarem. Da sala verde, onde havia um relogio de menuetes e um balcão de marmore envidraçado, abria-se uma tribuna cramezi e ouro sobre a egreja do convento, com os retabulos de N. Senhora da Graça, de S. Bernardo e de S. Bento, tres protectores dos tres beatos: o rei e as duas irmans. A embriaguez devota não excedia, porém, o desvarío lubrico da sala côr de fogo, onde a molle odalisca, brevemente vestida de rendas, era servida pelas suas criadas mulatas, de arrecadas de ouro nas orelhas...

O rei entrava e saía, sem se esconder, sem receiar que o vissem. Todo o convento o conhecia e lhe beijava, reverentemente, a mão. Perto do palacio, porém, rebuçava-se por decoro: era ao Arco-dos-pregos, e o Cucolim, ao contar as idas para Odivellas, dizia — « Alli perde a vergonha! »

O voluptuoso monarcha era verdadeiramente rei, porque o seu povo — a nobreza, o clero, a burguezia rica — ardia nas mesmas paixões.

Os escravos, [1] repugnante legado da descoberta da Africa e do dominio ultramarino, punham na sociedade uma mancha torpe, e na phisionomia das massas, borrões de côr negra pelas ruas e praças da capital. Tinham-se e tratavam-se como gado. Engordavam-se rebanhos de mulheres para crias; porque um pretinho novo, desmamado apenas, já valia 30 ou 40 escudos.

As pretas, que são fecundas, inçavam as cazas de negrinhos e mulatinhos, vivos como demonios, chocarreiros, ladinos: quem não gostaria d'elles? E, depois, não eram bem gente, não havia receios com esses animalinhos. Por isso tinham todas as intimidades, e os mimos das meninas que ás vezes appareciam gravidas. O preto, o mulato, submisso, escravo, mudo, era o confidente dos amores, e por vezes o amante — por desleixo, fraqueza, ou requinte sensual dos temperamentos ardentes. Era o escravo, era a escrava, quem punha em contacto a fidalga ou a rica merceeira com as curiosidades picantes da plebe das ruas. Por seu intermedio vinham ao gabinete afastado, á tardinha, os namorados e as alcouvetas, as ciganas, ermitôas, mulheres que deitavam cartas e diziam a *buena dicha* ás meninas perdidas de amores, dessoradas de beaterio. Vinham as adelas e contrabandistas, vendendo garavins e bolotas de cheiro para os lenços, vendendo doces e confeitos, mais barato do que nas lojas — porque traziam dentro o bilhetinho dobrado do namorado. Vinham os benzedeiros e adivinhos, chocarreiros, tregeitadores, bufões, prégando e arremedando os animaes, diante das velhas donas, piedosas, ainda cheias de esperanças e pretenções. Vinham os que vendiam

[1] V. *O Brazil e as colonias portuguezas*, (2.ª ed.) II, 1-2.

dixes, aguas do rosto, e faziam sobrancelhas com linha, punham os signaes, limpavam a pelle com vidro: cabelleireiras e perfumistas. Vinham, finalmente, certas mulheres idosas, humildes, pedindo para uma certa missa, esmolando para amparar uma orfan, contando terrores: as bruxas que chupavam as creanças recemnascidas; os lobis-homens cumprindo o seu fado, a uivar como caens, de dia esgazeados, macillentos, melancolicos sob fórma de gente; os ciganos do pinhal da Azambuja. — Medos, milagres, espantos! Uma freira, em S. Eloy, á força de exorcismos, vomitara demonios, sob fórma de alfinetes! E as meninas e as velhas pasmavam, bemdizendo o poderoso Deus; e mettidas com os seus santos davam-lhes torturas para que lhes fizessem a vontade: Santo-Antonio, o pobre, ia baldeado ao tanque, Nossa-Senhora para debaixo da cama, se a velha beata das novenas de S. Roque não trazia a horas o bilhete perfumado do galan.

« Oh! quem pudera dizer o que sente! »

Quem pudera escrever, nua, realmente, as cousas encobertas sob essa procissão que visitava todos os dias as casas nobres e ricas. — « Sabeis latim, creaste-vos em mosteiro, tendes marido na India?» perguntavam os confessores. «Vinde cá outro dia, que tereis muito a dizer, e eu não tenho agora tempo. » — O saber latim era a *sensatez* pretenciosa e pedante, fradesca, nos homens e nas mulheres. Uns formavam a apparatosa *Academia*; as outras decoravam perguntas para gente discreta, traziam memoriaes para motes difficeis, davam significação ás hervas, adivinhavam a tenção das côres, repetiam os sermões, fallando em circumloquios e paraphrases, meneando as mãos com eloquencia, e revirando os olhos affectadamente.

A creação de mosteiro dava outros resultados, que se combinavam com os traços anteriores. Dava, em primeiro lugar, a goludice classica, propria dos costumes brandos, convencionaes e requintados. Reinava a marmelada, reinava o cidrão; e os *copos d'agua*, nas *grades* e em casa, eram occupação favorita. Não havia dia sem merenda, não havia merenda sem requebros; e as meninas riam, sem tom nem som, apenas para mostrar os dentes e a covinha da face, preoccupadas com isso, a chupar o cidrão. As filhas-familias mettidas á força nos conventos, ou iam morrer ao hospital, ou fugiam de noute endemoninhadas, ou beatamente abraçavam a doce vida do mosteiro, entregando-se com molleza nos braços da concupiscencia piegas e da carolice ridicula. Debatiam o feitio dos sapatos, em bico ou redondos, em chinella ou afogados, e a côr das fitas: roxa ou preta? e a fórma dos toucados: a toalha chegaria ao nariz, ou não passaria da testa? Um caso d'estes sublevou Odivellas: a communidade saíu, protestando em côro contra um bico da toalha: « Não queremos! não queremos! » com vozes de falsete.

A creação de mosteiro dava a embriaguez da devoção que era um encanto, uma vaidade, um luxo, uma seducção, e muitas vezes um protesto. Ir ouvir missa era desculpa para tudo, sempre prompta; e quando iam á missa escolhiam sempre aquella onde havia melhores charamelas. Quando havia *festa*, levavam a comida para as egrejas, *para ficar para a tarde*. Nos conventos encontravam-se, além dos melhores doces. os mysterios mais irritantes. Iam vêr as freiras veleiras, as velhas alumiadas que diziam visões, as que sabiam dar á lingua e contar novidades e escandalos; as que traziam devoções de tantos dias, com tantas

candêas, e de certas côres, a certos santos. Iam consultar as *madres* que diziam, em segredo, se o casamento iria ou não iria ávante; se teriam filhos; se enviuvariam; se o filho seria governador de tal parte. Havia-as que benziam os enfermos, e gastavam rolos de cera a Santo-André, affirmando os dias certos que a alma do defuncto esteve no purgatorio.

E as meninas, arrebicadas e pintadas, sensatas e namoradeiras, caçoulas perennes, em visitas constantes, merendas, jogos, romarias, festas, rodeadas de comadres e amigas, com os seus papagaios e saguins, os seus cãesinhos felpudos (o *Cuidado*, o *Primor*) mestras em jacaras e sarambeques, formavam um typo ridiculo e *precioso* de que resta ainda, desbotada, a imagem na menina *da baixa* de Lisboa. Vêr o lagarto da Penha, e afogar o *Judas* na Madre-de-Deus em quinta-feira de Endoenças, eram distracções queridas, esperadas com affan. Passava na rua o cego apregoando o *Auto de Maria-Parda* e as obras de Clara Lopes, ou o testamento da *Velha* antes da serração, contos sem-sabormente divertidos, com pulhas e beatices, que eram lidos ao serão pelo frade armado de oculos, á luz do candieiro no velador. Em volta, encruzadas no chão, velhas e meninas, desmanchavam-se em gargalhadas; e vinham as visinhas da escada ouvir, com a costura ou a meia pendurada do seio por um gancho, ou a roca e o fuso nas mãos. «Bemdito Deus!» Acudiam tambem primos e namorados; e cheio de remoques e facecias chulas, o estudante de Coimbra, em ferias — uma alegria! A dona da casa ensarilhava, o marido, empregado no *Erario*, dobrava as teias; as meninas córavam com os beliscões amorosos dos primos; e o frade, guardando os oculos, dobrando o papel, despedia-

se, abençoando, dando a mão a beijar. Chegava a hora de Vesperas.

Dos conventos dizia um observador coevo serem lugares arriscados para os maridos depositarem as mulheres; e dos frades accrescentava que pareciam bem, sobretudo—pintados. De facto, as calvas luzidias e os oculos, celebres em toda a Europa, davam-lhes um aspecto pittoresco. Os cruzios, principes de Santa Cruz, em Coimbra, andaram um tempo afflictos com as reformas do commissario do papa, fr. Gaspar da Encarnação; e queixavam-se em termos nada piedosos, quasi blasphemos. Os breves, as bullas, compravam-se a dinheiro, diziam, observando que «para ir ao inferno não é necessario *Breve*, mas que o reformador intentava o caminho de Roma por mais breve». Não lhe invejavam a romaria, depois de o castigarem com um trocadilho. Na raiva, os frades confessavam que as consciencias ficavam enredadas, as aulas sem estudantes, as cadeiras sem mestres, os pulpitos sem prégadores. E a miseria, confessada, da religião dos cruzios, era a miseria de toda a religião, dessorada, pervertida, embrutecida pela educação dos jesuitas. Os pensamentos d'elles convertiam, involuntariamente, os proprios que eram no mundo os inimigos declarados da Sociedade.

A Religião e a India davam occupação aos bastardos que abundavam; e os escravos, a devoção e a syphilis, eram tres lepras que tudo roíam. As mulheres dos ministros e dos juizes vendiam a justiça e os empregos: eram já o melhor *empenho*. Sob a opulencia ostentosa, havia uma miseria real: nenhum *desembargador* deixava perder casamento de 30:000 cruzados. Os fidalgos, com os seus nomes da extensão de leguas, com as casas empenhadas,

eram mendigos impertinentes, mas ao mesmo tempo obsequiosos: os ministros recebiam-lhes os memoriaes por mão das esposas, nos seus gabinetes reservados, com toda a decencia e respeito; e elles ficavam fóra, esperando que a mulher convencesse o magistrado da justiça da sua causa.

Esses eram, ao mesmo tempo, os arruaceiros da noute, rufiões da rua, espadachins e até facinoras. A brutalidade soez, a crueldade sanguinaria, o requinte e a corrupção de todos os costumes, formavam a corôa e a côrte de D. João v.

O inchado Salomão de Mafra, o lubrico devoto de Odivellas, o vencedor da batalha das freiras, foi o que mandou queimar Antonio José, por este se atrever a chamar-lhe *Grande governador da ilha dos lagartos*. Esse auto celebre, que o povo applaudia no Bairro-alto, definia assim a justiça na ilha dos lagartos:

«Sabei primeiramente que isto de justiça é cousa pintada; e que tal mulher não ha no mundo, nem tem carne, nem sangue... porém como era necessario haver esta figura no mundo, para metter medo á gente grande, como o papão ás creanças, pintaram uma mulher vestida á tragica, porque *toda a Justiça acaba em tragedia*. (O poeta adivinhava a fogueira.) Taparam-lhe os olhos, porque dizem que era vesga e mettia um olho pelo outro; e como a justiça havia de saír direita, para não se lhe enxergar esta falta, lhe cobriram depressa os olhos. A espada na mão significa que tudo ha de levar á espada, que é o mesmo que a torto e a direito.»

A perversão dos instinctos, o vasio das intelligencias, a maldade imbecil e a carolice piegas e

lubrica, retratavam a primor o estado caduco do corpo da nação amortalhada n'um sudario de brocados de sacristia, fedendo a incenso e a morrão. Portugal era um scenario de opera, armado n'uma egreja. Não somos nós, com as nossas criticas inspiradas por motivos felizmente diversos, quem o diz: confessam-no os contemporaneos. Leia-se o que escreveu o cavalheiro de Oliveira, leia-se Alexandre de Gusmão, leia-se o *Testamento politico* de D. Luis da Cunha, e reconhecer-se-ha a verdade do triste quadro que esboçamos.

Nada ha a esperar do rei: é a impressão que sáe do texto d'este ultimo documento. E o que fôra ministro portuguez em França e conhecia a Europa, appella para o principe, o futuro D. José, aconselhando-o, indicando-lhe já o tambem futuro marquez de Pombal, como o unico homem capaz de fazer alguma cousa da pobre, miseravel patria. «Achará muitas terras, dizia, usurpadas ao commum, outras incultas, os caminhos intransitaveis. A terça parte de Portugal é propriedade da Egreja que não contribue para a segurança e defeza do Estado: é dos cabidos das dioceses, das collegiadas, dos priorados, das abbadias, das capellas, dos conventos de frades e freiras. Achará que o reino não é povoado». Fundão, Lamego, Covilhan, Bragança, a Guarda, estavam desertas, e a Inquisição continuava a matar e a expulsar judeus. Tudo nos vinha de Inglaterra desde o tratado do Methwen, cujo irmão era lá fabricante de pannos. O cardeal da Motta, omnipotente junto de D. João v, tinha «muito pouco conhecimento dos negocios estrangeiros e menos actividade ainda nos domesticos».— «Não tenha ministro, nem valído, aconselhava ao principe, muito menos confessor: confesse-se ao cura da freguezia que tem sciencia bastante para

tranquillisar a consciencia — porque a theologia de frades é muito arriscada, principalmente a dos jesuitas ».

A revolução do marquez de Pombal acha-se esboçada no *Testamento* de D. Luis da Cunha. A reacção contra o Portugal bragançāo, jesuita e inglez, formulava-se no espirito de um homem que achava no equilibrio a razão de uma independencia, só nominal desde 1640. « Se Hespanha estivera senhora da prata, ouro, e mais productos de Portugal e da America, daria a lei a todas as potencias da Europa: e esta razão-d'Estado é o nosso melhor garante ». O seguinte episodio da historia nacional veiu mostrar que D. José teve as qualidades bastantes para seguir á risca o *Testamento* do diplomata: chamou, com effeito, o marquez de Pombal e sanccionou o terramoto da *ilha dos Lagartos*.

Foi esta ilha o porto, leitor amigo, onde nos conduziu a educação que os jesuitas começaram a dar-nos no XVI seculo. Não se investe debalde contra a natureza, seja em nome do que fôr; e os padres, seccando em nós todas as fontes da vida real e justa, deram-nos em troca do juizo, um systema de tresvaríos e fraquezas, para nos salvarem. Quando estavamos a bom caminho do fim final, o bragança lembrou-se de nos remir, e as minas do Brazil vieram jorrar um diluvio de ouro nos bolsos de uma gente perdida, de corpo e alma. Das loucuras que isso deu, fiquem estas paginas por documento. A historia interrompe-se, mas não termina aqui. Se alguem pensa que um povo não podia descer mais, engana-se: em breve se convencerá da verdade.

V

O terramoto. — O marquez de Pombal

«E o senhor arrasou a cidade com todos os seus moradores, e os seus arrabaldes, e todo o viço das terras». Assim aconteceu a Sodoma, assim aconteceu a Lisboa. O terramoto durou cinco annos (1755-60); e subverteu as ruas e as casas, os templos, os monumentos, as instituições, os homens, e até as suas idéas. E sobre as ruinas e destroços da cidade maldita, levantou-se a Jerusalem do utilitarismo burguez; sobre as migalhas de Sybaris, a ephemera Salento do marquez de Pombal...

Na manhã do 1.º de novembro a cidade estremeceu, abalada profundamente, e começou a desabar. Eram nove horas, dia de Todos-os-santos. Nas casas ardiam as velas nos oratorios, e as egrejas regorgitavam povo a ouvir missas. Toda a gente, n'uma onda, correu ás praias; mas, rolando em massa, estacou perante a onda que vinha do rio, galgando a inundar as ruas, invadindo as casas. Por sobre este encontro ruidoso, uma nuvem de pó que toldava os ares e escurecia o sol, pairava, formada já pelos detritos das construcções e das mobilias, que o abalo interno da terra vasculhava, e os desabamentos enviavam, em estilhas, para o ar. A onda do povo afflicto, retrocedendo, a fugir do mar, tropeçava nas ruinas; e as qué-

das, e a metralha dos muros que tombavam, abriam na floresta viva, agitada pelo vento da desgraça, clareiras de morte, montões de cadaveres e poças de sangue, dos membros decepados, com manchas brancas dos cerebros derramados contra as esquinas. E as casas erguiam-se com as paredes desabadas, os tectos abertos sobre o esqueleto dos tabiques, mostrando a nú todos os interiores funestos, n'este dia em que, para muitos, Deus julgára e condemnára Lisboa, como outr'ora fizera a Sodoma. Por isso o rouco trovão dos desabamentos se ouvia cortado pelos ais dos moribundos, e pelos gritos dos homens e das mulheres, abraçados ás cruzes, aos santos, ás reliquias, soluçando ladainhas, ungindo moribundos, parando esgaseados a cada novo abalo da terra, que não cessava de tremer, arrastando-se pelo chão, de joelhos, com as mãos-postas, a face em lagrimas, a clamar: Misericordia! Misericordia!

Casas, palacios, conventos, mosteiros. hospitaes, egrejas, campanarios, theatros, fortalezas, porticos, tudo, tudo caía. « Se visses sómente o palacio real, diz uma testemunha, que singular espectaculo, meu irmão! » Os varões de ferro, torcidos como vimes, as cantarias estaladas como vidro! A onda do rio sorvia n'um momento o caes do Terreiro-do-paço, com os barcos atracados, coalhados de gente. Dos andares altos precipitavam-se sobre as lages das ruas. O medo crescia, vinha a loucura: viam-se mortos arrastados pelos vivos, viam-se mutilados coxeando, gente correndo desgrenhada, semi-núa, homens e mulheres, velhos e creanças, dilacerados, sangrentos, arrastando uma perna fracturada, esvaindo-se em sangue por algum membro decepado. Gritos, choros, clamores, imprecações, ais, preces, um borborinho de vozes

desvairadas acompanhava os gemidos comprimidos dos soterrados nos escombros. No turbilhão das ruas havia quedas e mortes, abraços e agonias. A mesma loucura dos homens era o desvairamento dos brutos: os machos, desbocados, arrastavam os cavalleiros e as caleças, precipitando-se nos despenhadeiros da cidade montuosa; e as massas de gente viva, moribunda e morta, de envolta com os entulhos, rolavam nas ruas ladeadas pelos esqueletos das casas dando uma imagem desolada do que seria o cahos. Quando a terra se subvertia, quando o mar vinha subindo, a afogar a terra, quando no ar faiscavam as linguas flamiferas rutilantes, que lembrança podia haver das invenções humanas? Abraçados, confundidos, na communidade do pranto, fidalgas e freiras, meretrizes e mães, mendigos e senhores, villões e cavalheiros, abraçavam-se na communidade da fome, do frio, da nudez, do terror. De rastos a cidade inteira, sacudida pelo abalo formidavel, reunia toda a sua eloquencia n'uma palavra unica — Misericordia! Misericordia!

Mas vinha o clarão das chammas com a sua luz sinistra; vinha a labareda fustigar com lume a pobre gente semi-nua, tiritando sob o açoite de um nordeste frigido. Gelava-se e ardia-se a um tempo; suffocava-se em fumo e pó. E as labaredas cresciam, e o incendio lavrava, e aos gritos desvairados dos infelizes juntava-se o crepitar das madeiras, o estalar das cantarias, a cascalhada dos espelhos, dos crystaes e dos charões, que o fogo devorava. A densa nuvem de pó que escurecia tudo, illuminava-se com os clarões vermelhos que rebentavam por toda a parte, porque Lisboa inteira derrocada era um braseiro. As linguas orgulhosas das chammas subiam emproadas para o céu,

juntando ás preces lacrimosas dos habitantes como um protesto satanico dos elementos. Outros protestos, mais positivos e egualmente horriveis, atroavam agora os ares: os escravos vingavam-se da sua escravidão, os mendigos da sua pobreza, os maus da sua maldade. O assassinato, o estupro, o roubo, como n'uma terra posta a saque, rolavam de envolta com as ruinas e o fogo; e por entre os destroços ainda apagados, viam-se os perfis negros dos escravos, rindo infernalmente, com os olhos injectados, os dentes brancos, a atirar tições ardentes para cima das ruinas, augmentando o incendio, acclamando a chamma vingadora... Misericordia! Misericordia! [1]

Calcula-se terem morrido n'este dia, em Lisboa, de 10 a 15:000 pessoas.

D'essa hecatombe nasceu o poder do marquez de Pombal; e o acaso, aterrando os animos com o pavoroso acontecimento, preparou-os para acceitarem submissamente o jugo do tyranno, que ia consummar o terramoto politico, depois da natureza ter consummado a ruina da cidade perdida de D. João V. A decisão do ministro, nas horas do cataclysmo, dera a medida da sua força, conquistando-lhe para logo a absoluta obediencia do rei D. José. Lisboa era um acampamento; e tudo havia a refazer, tudo se podia executar, n'esse momento unico da destruição total do passado. O terramoto era o fim de um mundo. Antes de crear, porém, o ministro precisava consagrar a destrui-

[1] V. *Systema dos mythos relig.*, p. 140.

ção, nas espheras onde a natureza não chega — na sociedade, nas instituições — para que a futura Salento fosse uma cidade nova em todos os sentidos. O terramoto fez-se pois homem, e encarnou em Pombal, seu filho.

Quando a cidade ardia e desabava ainda, nos dez primeiros dias de novembro, Pombal, como o imperador de uma tribu antiga, destroçada na guerra pelo inimigo — assim era Lisboa, acampada em barracas nos suburbios — Pombal, duro e forte, preveniu as consequencias da desgraça funesta. Denunciava-se uma fome temerosa. Já se comiam os cães, os gatos, os ratos e passaros vivos; já se devoravam as raizes, as hervas e as cascas das arvores. Gemia-se n'um abandono miseravel; não havia alimentos, nem casas. Pombal construiu albergues para os dispersos; organisou a tropa em companhias de coveiros; recolheu todos os salvados, restos das cousas preciosas da Lisboa da India e do Brazil; comprou trigos; tarifou os generos; impediu os conluios; prohibiu a saída dos viveres; defendeu as praias contra os argelinos, corvos que decerto viriam explorar o campo de batalha; prendeu os mendigos e vadios; enforcou summariamente, sem processo, em altos paus erguidos pelas esquinas das ruas, os ladrões e incendiarios, deixando-lhes as cabeças pregadas no patibulo, para exemplo.

Tamanha força aturdia o povo simples, tanto ou mais do que a furia do cataclysmo. Que momento singular era este em que a terra estremecia, como nas dores de um parto, dando á luz um tyranno? Seria chegada a hora das catastrophes promettidas, ou vinha Pombal como Ante-christo do Messias sebastianista? Os velhos livros do Bandarra, biblia portugueza que andava na memoria

de toda a gente, acudiam a desvendar o phenomeno que lá se achava prophetisado:

Na era que tem dois cincos
Entre madeiras armadas,
Vejo dar umas passadas
E uma gallinha com pintos
Prognostica grandes gritos
De gente despedaçada.
Não deito mais longe a barra
Fico batendo na testa...
Cuidem-me agora n'esta
Prophecia do Bandarra.

O povo cuidava, scismava: a éra, 1755; madeiras armadas, as forcas; os grandes gritos de gente despedaçada, não os estavam todos ouvindo por meio dos escombros das casas, d'onde com ais de moribundos saíam coruscantes as linguas rubras do incendio?

O terramoto entrou assim, como episodio, no corpo do sebastianismo, enraizando com uma nova desgraça essa religião que nascera espontanea na alma portugueza—bella flôr de candura, alva como as nympheas dos paúes.

Com o anno de 56 começou o ministro o seu terramoto, continuação do anterior. Queria principiar corrigindo os costumes; e por isso mandou abrir devassa contra os concubinatos publicos: os nobres seriam desterrados, os plebeus teriam prisão. O forte pulso do ministro, abalando com energia os membros da sociedade, doría-a. Houve a sombra de uma conspiração (junho) que Pombal castigou, prendendo, por suspeitos, frades e fidalgos, e promettendo 20:000 cruzados ao delator. No fim de

agosto foi degredado Diogo de Mendonça Corte-real, que ainda lhe fazia sombra. Em setembro fundou a Companhia dos vinhos, e em dezembro a Junta do commercio, instituições de que, por se prenderem ao systema da sua edificação, fallaremos em outro lugar.

O Porto rebellára-se contra a companhia (janeiro, 57); em fevereiro foi ahi a alçada, que em outubro enforcava 18 réus, mandava para as galés 26, e degredava 99.

Taes foram os prolegomenos das duas grandes catastrophes: a dos jesuitas e a da nobreza. A tempestade formára-se nos annos de 56 e 57, para rebentar nos seguintes, fechando o cyclo dos seis annos que durou o terramoto portuguez.

Em 58 o attentado contra a vida de D. José (setembro, 3) veiu dar ao marquez de Pombal um excellente pretexto para deitar por terra a cidade aristocratica, já abalada por investidas anteriores, mas rebelde e forte ainda. Por tres mezes o ministro, guardando a camara do rei, soube conservar secreto o acontecimento. Recebia os visitantes, e como bom actor, informava todos, até os proprios réus, da *doença* do monarcha. Decorridos tres mezes e preparadas todas as redes, desmascarou-se, por fim, e passou as ordens de prisão (9-13 dezembro).

O processo foi rapido e barbaro—como são todos os processos politicos, em que os accusados vão já condemnados á presença dos juizes. A 12 de janeiro (de 59) publicava-se a sentença, e a 13 executava-se.

Quando as paredes do paço da Ribeira desabaram, no dia 1.º de novembro, e todo o edificio se esboroou, viu-se correr um jorro de cousas preciosas que a onda do rio enguliu: eram as joias, as

*

louças, as pratas, os quadros e charões da India, que, desde D. Manuel, os reis enthesouravam, e se dizia valerem para cima de mil milhões de cruzados.

Quando a sentença de 12 de janeiro se publicou, viu-se tambem a nú o interior de um edificio feito de crueldades, de protervias e de sangue: eram outras alfaias do palacio dos reis...

No dia 13 de janeiro, em Belem, foram executados os réus, ou suppostos réus, do attentado de 3 de setembro. D. Leonor de Tavora foi degollada e morreu nobremente. [1] Seguiu-se o segundo filho

[1] «A aurora do dia 13 de janeiro de 1759 alvorejava um luz azulada do eclipse d'aquelle dia por entre castellos pardacentos de nuvens esfumaradas que, a espaços, saraivavam bátegas de aguaceiros glaciaes. O cadafalso construido durante a noite estava humido. As rodas e as aspas dos tormentos gottejavam sobre o pavimento de pinho. A's vezes rajadas de vento do mar zuniam por entre as cruzes das aspas e sacudiam ligeiramente os postes. Uns homens, que bebiam aguardente e tiritavam, cobriam com encerados uma falua carregada de lênha e barricas de alcatrão, atracada ao caes defronte do tablado. A's 6 horas e 42 minutos ainda mal se entrevia a facha escura com umas scintillações de espadas nuas, que se avisinhava do cadafalso. Era um esquadrão de dragões. O patear cadente dos cavallos fazia um ruido cavo na terra empapada pela chuva. Atraz do esquadrão seguiam os ministros criminaes, a cavallo, uns com as togas, outros de capa e volta, e o corregedor da côrte com grande magestade pavorosa. Depois, uma caixa negra que se movia vagarosamente entre dois padres. Era a cadeirinha da marqueza de Tavora, D. Leonor. Alas de tropa ladeavam o prestito, e á volta do tablado postaram-se os juizes do crime, aconchegando as capas das faces varejadas pelas cordas da chuva. Do lado da barra reboava o mugido das vagas, que rolavam e vinham chofrar espumas no parapeito do caes. Havia uma escada que subia para o patibulo. A marqueza apeou da cadeirinha, dispensando o amparo dos padres. Ajoelhou no primeiro degrão da escada, e confessou-se por espaço de 50 minutos. Entretanto martellava-se no cadafalso. Aperfeiçoavam-se as aspas, cravavam-se pregos necessarios á segurança dos postes, aparafusavam-se as roscas das rodas. Recebida a absolvição, a padecente subiu, entre os dois padres, a escada, na sua natural attitude altiva, direita, com os olhos fitos no espectaculo dos tormentos.

Trajava de setim escuro, fitas nas madeixas grisalhas, diamantes nas

quasi imberbe e louro, desfallecido entre os braços de dois frades. Estenderam-no sobre as aspas, quebraram-lhe os ossos a marro, e garrotaram-no; mas como a corda partiu, o infeliz acabou lentamente. Appareceu então o marquez de Tavora, cuja mulher passava por amante do rei. D. José, dizia-se, deshonrára-o primeiro: depois matava-o barbaramente. Veiu logo o conde da Atouguia e mais tres cumplices, plebeus. Isto durou toda a manhã, das 6 ás 12.

orelhas e n'um laço dos cabellos, envolta em uma capa alvadia roçagante. Assim tinha sido presa, um mez antes. Nunca lhe tinham consentido que mudasse camisa nem o lenço do pescoço. Receberam-a tres algozes no tôpo da escada, e mandaram-a fazer um giro no cadafalso para ser bem vista e reconhecida. Depois, mostraram-lhe um por um os instrumentos das execuções, e explicaram-lhe por miudo como haviam de morrer seu marido, seus filhos, e o marido de sua filha. Mostraram-lhe o masso de ferro que devia matar-lhe o marido a pancadas na arca do peito, as thesouras ou aspas em que se lhe haviam de quebrar os ossos das pernas e dos braços ao marido e aos filhos e explicaram-lhe como era que as rodas operavam no garrote, cuja corda lhe mostravam, e o modo como ella repuchava e estrangulava ao desandar do arrôcho. A marqueza então succumbiu, chorou muito anciada, e pediu que a matassem depressa. O algoz tirou-lhe a capa, e mandou-a sentar n'um banco de pinho, no centro do cadafalso, sobre a capa que dobrou de vagar, horrendamente de vagar. Ella sentou-se. Tinha as mãos amarradas, e não podia compor o vestido que cahira mal. Ergueu-se, e com um movimento do pé concertou a orla da saia. O algoz vendou-a; e ao pôr-lhe a mão no lenço que lhe cobria o pescoço — *não me descomponhas* — disse ella, e inclinou a cabeça que lhe foi decepada pela nuca, de um só golpe.

Este começo de carniceria, n'aquella manhã de nevoeiro, debaixo de um ceu de chumbo, impassivel como a lamina que degolou Leonor de Tavora, ha-de sempre lembrar com horror e piedade. Porém, que nome execrado, que verdugo responsavel escreveremos na pagina da Historia? Sebastião José, esse não tinha nada que ver com os adulterios de seu real amo e senhor. Mas agora, que ahi temos á porta o centenario do marquez de Pombal, vem de molde recordar alguns episodios d'aquelle tempo ».

CAMILLO CASTELLO BRANCO.

Depois de um descanço, proseguiu a hecatombe. Entrou primeiro em scena o velho marquez de Tavora: mostraram-lhe os cadaveres da esposa e dos filhos, deitaram-no na aspa, esmigalharam-lhe os ossos. O desgraçado gemia; mas o horror pavoroso dos gritos veiu da execução do duque de Aveiro. O Ferreira, que dera os tiros contra o rei, foi untado de breu, com um sacco de pez e enxofre ao pescoço, queimado vivo, e assado lentamente, porque o vento afastava o fumo e as chammas: a cadeia de ferro que o ligava pela cintura ardia em braza, apertando-o n'um annel de fogo. A scena acabou ás 4 horas da tarde. A nobreza estava domada, arrasada; e vingado o sacrilegio do ataque ao rei, erigido em deus pelo absolutismo.

Restava agora o outro baluarte da velha Sodoma: faltava extirpar pela raiz a manzanilha do jesuitismo — a cuja sombra Portugal se definhara e se corrompera — para que a nova Salento do marquez de Pombal podesse erguer-se, soberana e forte, sobre as ruinas e os cadaveres.

O duello começára logo em 57; [1] e a partir de então, o ministro encontra, ou convém-lhe encontrar, a roupeta jesuita em todos os episodios da resistencia á sua tyrannia. Declarando-a cumplice da revolta do Porto, expulsa do paço os tres confessores do rei á meia noute, pondo-os, real e verdadeiramente, na rua (21 setembro, 57). Este primeiro acto indicava bem o resultado da lucta, e o futuro vencedor. Perder o confessionario que tinham tornado a mola real e absoluta do poder,

1 V. *Hist. da civil. iberica* (3.ª ed.) pp. 289 e segg.

era para os jesuitas começar por perder tudo. Em fevereiro de 58, o ministro abre a campanha em Roma, pedindo o castigo d'aquelles a quem já chamava réus: Excitavam o povo á revolta contra as paternaes leis do soberano, atemorisavam a plebe com vaticinios pavorosos, usurpavam as colonias, eram rebeldes, e a paz do reino exigia uma emenda.

O marquez de Pombal reforçava a inchada rhetorica das suas notas para Roma com as instrucções secretas e mais positivas ao seu embaixador. A antiga comedia do tempo dos judeus repetia-se com os mesmos traços. «Combata o suborno dos padres, dizia o marquez ao embaixador, observando quem são os cardeaes e as pessoas mais importantes com relação ao negocio, e compre-os por todos os meios que lhe forem possiveis, sem se expôr a ser sacrificado por elles. Vale mais e custa menos fazer a guerra com dinheiro, do que com exercitos. Aqui (em Lisboa) ha mais de cem mil cruzados de fina prata lavrada em Paris e de porcelana de Saxe. Poderei tambem enviar-lhe alguns diamantes brutos, que mandará lapidar; entretanto dir-me-ha se podem servir para cruzes, peitoraes, etc. Mando-lhe quatro anneis. Seria talvez melhor offerecer as pedras em bruto, como uma amostra dos productos dos paizes tão queridos dos jesuitas.»

O marquez de Pombal fôra discipulo d'elles; sabia-lhes os processos, jogando, assim, em terreno conhecido. Em abril, o papa nomeou o cardeal Saldanha reformador dos jesuitas; em maio, o reformador prohibe-lhes o exercicio do commercio; em junho, o patriarcha de Lisboa expulsa-os do confessionario e do pulpito, na sua diocese. Tão claramente vencida, a *Companhia* não abdi-

cava, porém; e no fim de julho pedia humildemente ao papa que annullasse os éditos patriarchaes, e avocasse a si o julgamento da pendencia. Qual seria a sentença, sabiam-no os padres; e não criam que o terrivel ministro imperasse no animo piedoso do rei, a ponto de o levar a rebellar-se contra o papa. Enganavam-se, como o tempo o demonstrou, mas esperavam; e com effeito, o marquez apenas conseguiu a dilação da resposta papal.

O attentado de 3 de setembro veiu em soccorro da politica do ministro: os jesuitas foram declarados cumplices de regicidio, peccado antigo da Ordem. Justiçados em 13 os fidalgos, em 19 de janeiro (59) os bens dos padres foram sequestrados, e prohibidos os povos de communicarem com os padres. Em 20 eram expedidas as cartas para Roma, pedindo licença para que a Meza-da-Consciencia julgasse os réus de tão nefandos crimes, agora coroados pelo sacrilegio de attentarem contra a vida do rei.

Essas cartas eram um libello contra a *Companhia;* e ao lado dos suppostos crimes que eram pretextos apenas, vêem-se n'ellas patentes todos os verdadeiros peccados da instituição que se pervertera. Nas casas de Deus acceitavam-se e expediam-se letras de cambio, como nos bancos e casas de commercio: vendiam-se mercadorias, fretavam-se navios. A *Companhia* tinha armazens proprios onde vendia ao publico, por grosso e a retalho, todos os generos. Porque a instituição da companhia do Grão-Pará fazia concorrencia aos seus interesses, os jesuitas, excitando os negociantes da Meza-do-Bem-commum, diziam do pulpito que não entraria na companhia de Christo quem entrasse na do Grão-Pará. No Ultramar tinham *saladeros* e faziam charques, vendendo carne e peixe salgado,

coiros e drogas do sertão, e abrindo tendas de molhados e açougues.

Depois enumeravam-se emphaticamente os crimes politicos. Na occasião do terramoto exaltavam os animos, annunciando castigos do céu, e fulminando anathemas. Tinham fomentado as desordens do Porto. Tinham — cousa horrivel de referir! — ousado tramar contra a sacrosanta vida de S. M.

Finalmente vinha a emmaranhada questão dos dominios americanos. O tratado de limites no Prata, entre a Hespanha e Portugal, destruia a *sua* republica do Paraguay; e em Madrid diziam que Portugal cudilhára a Hespanha; em Lisboa diziam o inverso: para que o ajuste se não realisasse.

O que n'este sentido praticavam na America era inaudito. Conservavam o Paraguay em carcere privado; escravisavam e exploravam os indios, para fruir de toda a riqueza. Não consentiam que no sertão entrassem bispos, nem governadores, nem europeus, a não serem elles proprios, jesuitas. Prohibiam o uso do hespanhol, e aprendiam o guarani, para que só elles podessem entender-se com os indios. Governavam esse povo sequestrado com uma authoridade religiosa. Faziam crêr aos indios que os brancos seculares eram gente sem lei, nem religião, tendo um deus unico, o ouro. [1]

O general Gomes Freire, que commandava o exercito de occupação, escrevia para Lisboa: «Entendo que acabará de persuadir-se (o ministro) de que os padres da *Companhia* são os sublevados. Os indios dizem que el-rei está muito longe, e só conhecem o seu bemdito padre. Cortam as cabe-

[1] V. *O Brazil e as colon. port.* (2.ª ed.) I, 4-5; II, 4-5 e 8, a pp. 88-9.

ças aos portuguezes, porque os padres lhes dizem resuscitarem ás vezes, quando o não fazem.» O general accrescentava que os indios manobravam com planos de campanha sabiamente feitos, o que revelava a intervenção dos jesuitas para fomentarem a resistencia. O imperio dos padres era tão absoluto que os pobres indigenas rojavam-se-lhes espontaneamente aos pés para receberem os açoutes, levantando-se depois a beijar a mão que os castigára. O general encontrára artilheria nas mãos dos indios, e allemães que a manobravam; o principal plano da resistencia consistia em arrazar os campos, para que o exercito perecesse á mingua.

Taes eram os artigos do libello contra os jesuitas. O papa tergiversa: quer que o tribunal seja presidido por um bispo, á sua escolha. Pombal recusa, e as negociações interrompem-se. Por fim, em setembro, os jesuitas são expulsos violenta e arbitrariamente, e confirmado o sequestro dos seus bens. Roma protestou, e em junho de 60 foi expulso o nuncio; em agosto intimada a saída de Portugal a todos os subditos dos Estados pontificios.

Estava arrasado o ultimo baluarte da cidade antiga; e o marquez de Pombal, no orgulho da victoria, estudava o risco da nova Salento.

Para satisfazer uma veia de rancor que entrava no seu caracter, o terrivel ministro desceu a representar a repugnante comedia da execução do padre Malagrida. Vêr a roupeta no patibulo fôra a sua esperança; e não prescindia do gozo de se vingar sobre esse infeliz que guardara no carcere quando expulsára os companheiros. Ao mesmo tempo que a sociedade de mundanos commerciantes e diplomatas era banida, o mysticismo jesuita,

chegado ao extremo da loucura visionaria, acabava n'uma fogueira (1761, dezembro).

Á medida que tudo caía e o chão, nivelado pelos terramotos de seis annos, pedia a regoa e o esquadro do mathematico constructor, o marquez de Pombal, rico pelos quintos do Brazil, levantava a nova cidade utilitaria e abstracta.

Foi em junho de 59 que o risco de Lisboa mereceu a sua approvação. Em breves annos se ergueu do seio das ruinas a mole das construcções anonymas: as ruas em alinhamentos rectos, as praças rectangulares, as fachadas symetricas e monotonas, as arcadas classicas supportando os muros lisos, fendidos por janellas regulares e simples, os edificios publicos centralisados em torno do Terreiro-do-paço, que sob o nome de Praça-do-Commercio recebia no seu centro a estatua insipida do pseudo-fundador de Salento. Não se reedificava Lisboa: erguia-se, no lugar da antiga, uma nova cidade, porque Portugal, a que o jesuitismo quebrou a tradição da sua vida historica, veiu, desde o XVII seculo até nossos dias, de revoluções em revoluções, *fazendo tudo de novo* (1640, 1755, 1834). Arvore sem raizes, qualquer sopro abala a construcção inteira, e depois de cada terramoto, os estadistas, perante a ausencia da vida collectiva, podem livremente seguir os impulsos do seu proprio pensamento. A sociedade, esteril e muda, sómente pede alguem que a governe e a faça feliz; recebe tudo, acclamando os audazes. A grande catastrophe do XVI seculo embrutecera-a; corromperam-lhe o caracter, quando a encontraram assim afflicta; e na sua miseria mesquinha e torpe, con-

servou apenas o messianismo sebastianista como fé, esperança, e principio de cohesão espontanea. D. João IV nunca pôde passar por messias; mas agora apparecia o salvador, na pessoa do marquez de Pombal, de quem a furia, a crueldade e o terror faziam ao mesmo tempo o precursor, ou ante-christo.

A nova lei, que o ministro vinha impôr á sociedade obediente e passiva, não era propriamente uma descoberta. Pombal applicava ao seu reino o codigo da França absolutista e *mercantil*, cuja phisionomia deixámos já esboçada em outro lugar. [1]

Abolindo as distincções entre christãos novos e velhos, abolindo a escravidão no reino, equiparando os canarins aos portuguezes, dando por uma vez a liberdade aos indios do Brazil — o reformador nivelava todas as classes perante o throno absoluto, varrendo parte do systema de categorias individuaes legado pelas tradições da Edade-media. As reformas na condição das pessoas foram completadas pela reforma da legislação, da qual tambem se baniram as tradições anachronicas do romanismo e do direito canonico.

Por outro lado, cohibindo a liberdade de testar e travando o movimento de absorpção de toda a riqueza de uma nação beata pelo clero, Pombal atacava de frente a theocracia nacional. «Por uma parte, diz a lei de 9 de setembro de 1769, são já tantos os encargos de Missas que ainda que todos os individuos existentes n'estes reinos em um e outro sexo fossem clerigos, nem assim poderiam dizer a terça parte das Missas que constam das instituições registradas nas Provedorias dos mesmos reinos, em uma das mais pequenas das quaes (por

1 V. *Hist. da civil. iberica* (3.ª ed.) pp. 298 e segg.

exemplo) se acharam instituidas doze mil Capellas e mais de quinhentas mil missas annuaes: Por outra parte, para se dissimular e cobrir a referida impossibilidade se affectam Bullas Millenarias que não existem nem poderiam existir sem o reprovado vicio de Simonia; e se fazem negociações sordidas de flores, doces, e outras mercadorias a troco de Missas sollicitadas, etc.»

A expulsão dos jesuitas, seculares educadores de Portugal, forçava a organisar a instrucção publica, preenchendo os quadros vazíos do professorado. O marquez foi além, e não sómente secularisou o ensino, como o propagou. Mas, de todas as suas grandes emprezas, era esta a mais difficil, porque, se a legislação se faz e se impõe, o ensino póde decretar-se, mas não passa do papel, quando, como em Portugal não havia, não ha instrucção no corpo da sociedade. Expulsavam-se os jesuitas, mas, nem dos costumes, nem da educação, podia banir-se de repente o jesuitismo: como evidentemente o provou a reacção de D. Maria I.

Já em tempo de D. João V começára a desmanchar-se o monopolio da instrucção concedido aos jesuitas: fôra abolida a exigencia das certidões do Collegio-das-Artes para entrar na Universidade; e o collegio das Necessidades, fundado em Lisboa, tinha sido entregue á congregação do Oratorio. D. João V mudára de confessor, e, como se sabe, no seculo XVII as revoluções de confessionario e de alcova são, por toda a parte, a chave das alterações politicas e administrativas.

Logo em 1755, o marquez de Pombal encarre-

gou as congregações dos exames dos seculares nas provincias; e quatro annos depois, os jesuitas foram dispensados do serviço de professores regios. A Universidade voltou ao poder do Estado, e as leis posteriores lançaram as bases da organisação do ensino.

Das quatro casas dos jesuitas em Lisboa — S. Roque, Santo-Antão, Arroyos e a Cotovia — a ultima foi applicada ao *Collegio-dos-nobres*, eschola superior, militar e patricia, creada na capital. As tres casas restantes foram transformadas em Misericordia (S. Roque), em Hospital (Santo-Antão), e a ultima entregue ás freiras da Conceição, da Luz.

A nova Universidade e o Collegio-dos-nobres eram os institutos da instrucção superior ampliada com o ensino das doutrinas e sciencias novas. Repetindo a tentativa de D. João III (mas sem melhor exito) Pombal quiz levantar a Universidade ao nivel do saber europeu, instituindo as cadeiras do que no seculo XVIII se chamava Philosophia natural, creando museus, observatorios, gabinetes scientificos, organisando o ensino do direito natural e da historia civil dos povos. E como em Portugal ninguem tinha idéa nem conhecimento das sciencias recentes, nem do espirito novo, naturalista, que as animava, o ministro confiou o ensino a estrangeiros — como D. João III já fizera tambem no seu tempo. A instrucção primaria e a secundaria creava-as por outro lado a lei de 6 de novembro de 72. Estabelecia-se uma eschola de primeiras lettras em cada centro local, cadeiras de portuguez e latim por todas as villas, e um systema de lyceus onde se devia ensinar a philosophia, a eloquencia e o grego. Para obviar aos encargos, creava-se o subsidio litterario. O ensino particular ficava livre, o

magisterio seria provido por concurso, e as ordens religiosas poderiam ensinar publicamente.

A *Real meza censoria* era uma especie de conselho superior de instrucção publica, a cujo cargo competia superintender em todas as escholas primarias e secundarias do reino. A essas funcções juntava a da revisão dos livros, encargo que o marquez de Pombal tirou á Inquisição. O claro espirito do tolerante humanista Fr. Manoel do Cenaculo, presidente nomeado pelo marquez, fomentava a reimpressão dos authores nacionaes, facilitava a importação dos estrangeiros; e Portugal pôde ler o que se escrevia pela Europa, ao tempo agitada por controversias ardentes e profundas.

O alvará de setembro de 74 reformava e quasi destruia a Inquisição, a que a lei que abolira a classe dos christãos-novos tirára grande parte do publico, e a censura, confiada á *Real meza,* uma das occupações principaes. Sem propriamente a abolir, o marquez de Pombal mirrava-a. O tempo d'ella acabára, mas nos seus fastos sanguinarios deixava uma profunda valla sepulchral. Até 1732 os autos tinham penitenciado mais de 23:000 pessoas, e queimado 1:454. O numero dos que morreram nos carceres é desconhecido. O marquez de Pombal, antes de garrotar a Inquisição, quiz condemnal-a; e para isso encarregou-a do papel odioso e ridiculo de julgar o jesuita. A sentença do padre Malagrida é o testamento lugubre e burlesco da terrivel instituição. Como um demonio, feroz na sua ironia, o ministro oppunha, frente a frente, os velhos deuses rivaes — elle, o moderno semi-deus absoluto — e obrigava-os a devorarem-se, condemnando-se por suas palavras. Se tal comedia se não representasse sobre uma fogueira, onde verdadeiramente, em carne e osso, ardeu mais um doido — nós, o

publico, d'esta platéa da historia, applaudiriamos com enthusiasmo o causticismo do comediante.

Até 1732 os autos-da-fé tinham penitenciado mais de 23:000 pessoas e queimado 1:454. Já no lugar proprio nós estudámos o nascimento e formação d'esse tribunal destinado á exterminação dos judeus e á depuração da fé; já n'outro livro [1] mostrámos como da raiz do mysticismo peninsular tinham brotado a Inquisição e a Sociedade de Jesus, instituições parallelas, e por isso mesmo constantemente rivaes. Nacionalisada uma, cosmopolita a outra; tribunal a primeira, exercito a segunda, o caracter adquirido por ambas, e a rivalidade com que se empenhavam em purificar, castigando e expurgando, ou ensinando, propagando e convertendo, foram a causa dos conflictos successivos que enchem a historia nacional no XVII seculo, mas que pertencem mais particularmente á historia — por escrever entre nós — da religião portugueza, do que á historia geral da nação.

Para esta, as duas instituições, embora rivaes, provém da mesma origem moral, e traduzem, por fórmas distinctas, um movimento unico das consciencias. O ardente mysticismo do XVI seculo creára o novo tribunal e a nova milicia catholica; e no seculo seguinte, quando as desgraças inauditas, o abaixamento do caracter, a perversão do saber, amesquinham o espirito da nação, vemos amesquinhadas tambem as manifestações do mysticismo nacional. A loucura messianica do sebastianismo subs-

[1] V. *Hist. da civil. iberica* (3.ª ed.) IV, 6. e *Syst. dos mythos relig.*, pp. 324 e antec.

titue o enthusiasmo com que o proprio Camões prégara a conquista do Sepulchro-Santo e a exterminação de mouros e judeus. A pieguice devota e os milagres burlescos substituem as visões, como a de Affonso de Albuquerque no mar da Arabia. O *amor* poetico de uma Santa Thereza vae descendo até ao abysmo de uma embriaguez de devoção ridiculamente lubrica; e as façanhas do diabo tornam-se cada vez mais transparentes, revelando a malicia dos impostores ou a devassidão dos costumes monasticos — em vez de revelarem a doida mas pia crença das imaginações desvairadas do tempo de D. João III, «o homem de curto juizo» como lhe chama Fr. Luis de Sousa.

Nós que estudámos com um certo vagar a influencia da educação jesuita, sabemos até que ponto lhe devemos attribuir a responsabilidade d'esse rebaixamento universal dos instinctos religiosos observado no tempo de D. João V. Se por seu lado a Inquisição não cessava de funccionar, queimando judeus para depurar a fé, confiscando-lhes os bens para acudir ás urgencias do erario regio — e não raro para satisfazer vinganças particulares e sanccionar roubos descarados: força é tambem confessar que, no decurso do seculo XVII e na primeira metade do seguinte, a Inquisição condemna, castiga e queima os messias sebastianistas, frequentemente padres, as freiras feiticeiras, os molinistas pietistas, quietistas e *tutti quanti* mais ou menos ingenuos sectarios de uma devoção lubrica, de um mysticismo orgiaco, antipathico ás tradições ecclesiasticas do catholicismo. A' rivalidade do poder juntava-se, entre a Inquisição e o Jesuitismo, a inimisade proveniente de temperamentos religiosos oppostos. Na primeira, o racionalismo catholico predominava contra a mystagogia, contra a equi-

voca moral probabilista, contra a verdadeira devassidão mystica — consequencias provadas (e já por nós estudadas) do falso aspecto sob que Loyola encarára a alma humana, ao construir a sua doutrina. [1]

O marquez de Pombal, representante eminente e sectario audaz do naturalismo do seculo XVIII, aprendido nas suas missões de Inglaterra com D. Luis da Cunha que decerto o educou, pois o recommendava no fim do reinado de D. João V ao herdeiro da corôa para seu ministro; o marquez de Pombal, utilitario e *pratico,* incluia n'uma condemnação commum — e terrivel, porque o seu genio era feroz — a Inquisição e os Jesuitas, a tradição purista do catholicismo e os desvarios mysticos. A religião era para elle, não um instincto ou um sentimento, mas sim uma engrenagem necessaria, porém subalterna, do machinismo da sociedade; e aos espiritos geometricos da sua eschola passavam desconhecidos e desapercebidos os phenomenos complexos e profundos da alma religiosa. Eram inconscientemente atheus, ou reduziam Deus a um architecto. O fanatismo de D. João III, as visões de Affonso de Albuquerque, o enthusiasmo catholico de Camões, a loucura de D. Sebastião, deviam parecer ao marquez, ou imposturas, ou artes de politicos, ou verdadeiras doidices de cerebros perfeitamente occos.

Varrendo tudo com a esponja do absolutismo mathematico ou mecanista; desprezando, com a intolerancia da paixão utilitaria, dois seculos, os mais vivos da nossa historia, o marquez suppunha em Portugal o temperamento collectivo de uma Inglaterra ou de uma Flandres, porque a philosophia

[1] V. *Hist. da civil. iberica* (3.ª ed.) IV, 3.

absolutista e classica não reconhecia ainda que as sociedades crescem e vivem tambem como plantas, segundo as sementes, os climas, os ares que respiram e as aguas que as regam. [1]

Feitas estas reservas, é mistér applaudir com ambas as mãos a dupla destruição da Sociedade-de-Jesus e da Inquisição, porque ambas, já caducas, serviam apenas para protrahir, de um modo corruptor, um estado já anachronico. O mysticismo que as creára tórnara-se de facto uma verdadeira doidice ou uma sordida torpeza, e os antigos odios contra os judeus estavam amaciados, mortos quasi.

Um relancear de olhos sobre os processos da Inquisição — infelizmente ineditos — no seculo XVII e na primeira metade do seculo XVIII, demonstra cabalmente o que temos dito. Vê-se ahi a historia da alma religiosa portugueza, e mede-se o fundo abysmo onde o catholicismo a levara. Vê-se a perniciosa acção dos tribunaes especiaes, que por um instincto de conservação acham sempre réus, e condemnam com a ferocidade propria de juizes da fé. Como nos tribunaes da revolução em França, todo o suspeito é réu, todo o réu condemnado, quaesquer que sejam as provas. Não se julga, impera-se. Não se castiga, fulmina-se. Nas agonias do terror e dos tormentos, os mais innocentes confessam os crimes mais inverosimeis e estupendos: crimes absolutamente impossiveis; e o critico é forçado a duvidar da sinceridade com que os juizes

[1] V. *As raças humanas*, introd., I, A terra e o homem.

*

crêem nas visitas do demonio ao corpo dos possessos; forçado a condemnar a ferocidade com que se mata gente, sem haver já a razão de um enthusiasmo, vivo em outras éras. A imparcialidade, sob pena de se transformar n'uma estupida indifferença, obriga-nos a protestar; reconhecendo no proceder do tribunal mais um symptoma da decadencia deploravel de costumes actuaes que dos antigos guardavam apenas a ferocidade.

A queima dos judeus, cujos retratos ficavam alinhados em pequenos paineis nas paredes de S. Domingos, era, ainda assim, dos crimes da Inquisição, senão o mais desculpavel, o mais comprehensivel. Apesar de visceralmente pervertida, a religião nacional não morrera; e o odio contra os suppostos executores de Jesus trazia raizes bem profundas, tradições não apagadas de todo ainda. Mas a crença feroz nas visitas do demonio, denunciada em casos ridiculos ou inverosimeis, será sempre o testemunho, ou da absoluta imbecilidade a que a educação *realista* dos jesuitas levara os juizes, ou de pavorosa ferocidade, de imperdoavel iniquidade. Além d'estes dois generos de crimes, a Inquisição vivia condemnando outros dois, absolutamente condemnaveis, e n'este sentido — embora em principio o juizo nos obrigue a não reconhecer a justiça de nenhuma especie de tribunal moral, religioso, politico ou philosophico — devemos confessar que o Santo-Officio pugnava em favor da razão humana, desvairada pela sordidez do mysticismo orgiaco, e pela doidice varrida do sebastianismo apocalyptico. Além d'estes quatro typos genericos de crimes, a Inquisição punia constantemente os crimes communs do clero.

No auto de 1600 em Lisboa, onde foram 68 pessoas, das quaes 6 a queimar, appareceu Fr. Jero-

nymo do Espirito Santo, franciscano, condemnado a degredo e galés, por se ter casado duas vezes. Não ha auto em que não figurem padres, frades e freiras, réus de crimes mais ou menos graves. A sodomia é dos peccados mais frequentes, em clerigos e seculares, e um dos mais cruamente punidos pelo tribunal. Os bens dos christãos-novos queimados são, por via de regra, confiscados para a fazenda real: a nodoa da cubiça que desde o começo mancha a historia da Inquisição, protrahe-se até á extincção d'ella. Em 1660, Philippa Ferraz é queimada viva em Lisboa por judia; em 1682 são-no Gaspar Pereira e Miguel Henrique da Fonseca; em 1709 ha nova queima; em 732 Rodrigues Mendes e o medico Francisco de Sá e Mesquita são garrotados e queimados; em 706 morrera na fogueira, como um heroe e um martyr, Heitor Dias da Paz. [1] Como se vê, a ferocidade do tribunal não abrandára com o tempo.

Embora se possam e se devam distinguir crimes de duas especies — os demoniacos e os mysticos — é difficil isolal-os nos casos especiaes de muitos processos, porque, para os juizes do Santo-Officio, as visões, os extasis, as carnalidades do mysticismo são invariavelmente obra do demonio. Entretanto, encontram-se endemoninhados sem ponta de mysticismo, e é n'estes casos singulares que o critico não sabe se deva chamar imbecis, se malvados, aos juizes. Entre outros, deu brado o caso da freira do Sacramento, Maria Thereza Ignacia, penitenciada no auto de 1748. A sua historia é um tecido de extravagancias burlescas, risiveis — se não fizesse ar-

[1] Estes e os seguintes processos a que alludo encontram-se n'uma copiosa collecção ms. da livraria do snr. Camillo Castello Branco, a quem devo a communicação.

ripiar a lembrança de que por taes motivos se ia ao garrote, ou á fogueira.

Induz-se das confissões e depoimentos que a rapariga fôra uma das muitas mettidas á força nos conventos; e que, para vêr se a soltavam, commettia toda a especie de diabrura, correndo de noute as cellas das freiras e estonteando-as com extravagancias, fazendo crer que o demonio se appossára d'ella. Passou a ser tida por feiticeira, e as madres de Alcantara contavam os casos espantosos que se davam desde então no convento. Ouviam-se ais e guinchos dos demonios, alta noute; e de manhan, no leito, soror Magdalena apparecia com um cabresto de burro na cabeça, soror Gertrudes com uma fita apertada ao pescoço; ambas se sentiam picadas de muitos alfinetes — invisiveis, como o eram as feridas. Roupas, breviarios, camas, tudo andava em desordem, estragado, rasgado. Um dia fôra o diabo quem empurrara uma freira que caíu ao tanque do jardim; outro dia fôra ella, a feiticeira, quem deitara soror Joanna por uma escada abaixo. E o mais terrivel era o não se vêr a acção diabolica dos espiritos malignos! O comer apparecia sujo de muitas porquidades.

Os clamores cresciam e a Inquisição interveiu. A rapariga interrogada confessou sinceramente todas as diabruras que fizera, porque não queria ser freira, queria despir o habito — não tinha pacto nenhum com o diabo, nunca o vira: era boa christan! Os juizes mandaram-na encarcerar. E emquanto a estouvada jazia gemendo na masmorra, firmava-se a lenda nos cerebros emparvecidos das freiras e accumulavam-se as accusações tremendas. A historia apurada e *provada* que a condemnava era a seguinte: Aos cinco annos fôra entregue ao demonio em pessoa por duas bruxas; aos sete as-

signara o pacto lendario, com o sangue da tradição, em tres escriptos authenticos; aos dezoito annos entrara no convento, de mãos dadas com o diabo, que lhe pozera uma marca de fogo n'um seio. Já a esse tempo tinha morto *infinita gente* com feitiços e bruxedos. A profissão fôra uma comedia. De noute era adorada como rainha por cem demonios, no sagrado recinto do convento! O diabo seu esposo, com quem não guardava castidade, dera-lhe um annel. Ao commungar, tirava a hostia da bocca, sem a engulir, e guardava-a para feiticerias. Açoutara e picara com agulhas o menino Jesus. E até comia carvão! — exclamavam chorosas ou indignadas as freiras.

As cousas pavorosas que lhe imputavam eram sem conta. Entre pessoas grandes e creanças tinha mais de cem mortes ás costas, incluindo os proprios paes. Do convento matara, com doenças que lhes dera em philtros, o nosso padre confessor, a nossa mana Joanna, e a nossa parenta Calhariz — dizia D. Barbara de Jesus, em carta ás irmans. Deus os tenha em sua santa gloria!

Havia doenças graves, singulares, entre as freiras, desde que o demonio por lá andava. Ninguem podia dormir, porque se ouviam grunhir porcos, zurrar burros, tocar pandeiros, castanhetas e tambores, com grandes rizadas, e cantares de passaros extravagantes. As freiras achavam-se vivas por milagre e levavam uma existencia de medos. Soror Magdalena tinha dado grandes quedas, e apparecera mais de uma manhan na cella com a bocca cheia de sal; na de soror Gertrudes apparecia pimenta, e a madre caíra com bexigas. Soror Vicencia cegára.

E a Inquisição, gravemente, torturava a infeliz rapariga que por fim reconhecia ter tido coito com

o diabo, ter-se-lhe vendido por um *pacto;* confessava ser rainha e adorada, confessava todas as mortes e crimes — confessaria ter engulido o reino e o mundo inteiro, para que a poupassem ás cruas dores do tormento; e porque duvidava, afinal, de si propria, vendo unanimes tão graves e doutas pessoas; e emparvecida e louca, acreditaria ter praticado tudo o que lhe imputavam...

Quasi sempre, comtudo, o endemoninhamento se traduzia por visões e extasis em que os criminosos julgavam vêr a Virgem, Deus, os anjos — feiticerias do demonio, explicavam os juizes. Havia frequentemente jesuitas entre os mysticos; mas por via de regra eram mulheres em que o hysterismo se apresentava com symptomas de mysticismo religioso. Em 664 fôra executado em Gôa o jesuita Matheus Francisco por ter visões de córos de anjos e dizer-se deus. Em 742 foi açoutada em publico e degredada por 10 annos, para S. Thomé, Joanna Maria de Jesus que se julgava Sant'Anna em pessoa, mãe da Virgem, membro da sacra-familia: cousas do diabo, com quem tinha coito! Em 720 figuraram no *auto* de Lisboa tres padres por molinismo; e em 745 foi garrotado e queimado o padre José de Sequeira, por se ter demonstrado que vivia n'uma carnalidade mystica com as suas confessadas — por ordem de Deus! allegava o padre; por tentações do diabo! julgava a Inquisição. Tinha filhos das suas pupillas espirituaes; e os desvarios que commettera não eram preceitos divinos, nem infernaes: eram a consequencia da miseravel doidice que a educação mystica e realista do jesuitismo propagara por toda a parte.

Madre Thereza, penitenciada em 1740, fôra victima da deploravel confusão que o realismo punha entre os dois elementos antitheticos da moral reli-

giosa do catholicismo — o espirito, a carne. Não negava as visões que tinha, nem como era arrebatada em extasis ao céu, nem a sciencia universal que adquirira em Jesus, na sua divina graça, no seu amor ardente. Contestava porém que houvesse luxuria nos seus actos, confessados e apparentemente deshonestos. Examinava a sua consciencia e só se accusava de negligencias, imperfeições, tibieza, no amor santo! Odiava a concupiscencia e cria que o seu corpo, o contacto das suas carnes, tinham poder curativo para as doenças da luxuria. Dormindo abraçada ás peccadoras, curava-as do mal da carne; as infelizes torturadas pelas tentações dos homens enfiavam-se no leito «e tanto se deitavam junto d'ella R. sentiam logo melhoras». Perseguida, torturada, martyrisada, confessa, por fim — como raros apenas deixavam de o fazer — que tudo isso era o demonio, a quem se entregára, vendendo-se e escravisando-se...

E' necessario observarmos agora a outra face da loucura mystica — o prophetismo. Judeus e jesuitas, possessos da febre messianica, confundiam a redempção com o sebastianismo, o Apocalypse com o Bandarra. A doença do espirito portuguez, ganha com as desgraças do seculo XVI, lavrava profundamente na alma collectiva, apesar da Restauração e da Independencia. E' nos processos da Inquisição que a historia irá descobrir os momentos successivos do desenvolver d'essa loucura sebastianista, fundo do quadro da existencia moral portugueza nos seculos XVII e XVIII, e que nem D. João IV, nem D. João V, nem o marquez de Pombal, poderam apagar de todo — por isso que a ve-

mos reapparecer ainda viva politicamente no seculo XIX.

O padre Manoel Lopes de Carvalho, queimado vivo n'um poste na Ribeira, no auto de 1725, dizia-se o Christo, chegado do Brazil; accusava S. Paulo; era ebionita; e vinha restaurar a primitiva pureza do christianismo galileo. Heroe e martyr, não conseguiram dobral-o; e no decurso do processo teve uma visão, em que Deus lhe disse haver de lavar as mãos no sangue dos inquisidores — que o queimaram.

O padre Antonio Hebre Loureiro, penitenciado em 1741, dizia-se o proprio Deus e annunciava uma segunda encarnação do Verbo e uma segunda redempção do mundo. Era em pessoa o Messias, e havia seiscentos annos que andava pela terra esperando a hora da salvação geral. Tinha morrido, tinha resuscitado, e possuia o dom dos milagres. O mysterio da transubstanciação endoidecera-o, e consagrava-se na Hostia, vendo-se unido em corpo e sangue á Trindade. As suas heresias tinham porém um caracter nacional, porque o propheta que o annunciara fôra o Bandarra.

Pedro de Rates Hennequim, tambem queimado em 1744, era tambem um enviado a prégar o imperio portuguez, o quinto — definitivo reinado de Deus, de D. Sebastião, sobre o Universo. Chegava do Brazil onde vivera no Paraizo, examinando por seus olhos os signaes das passadas de Adão. Era ao pé da Bahia, e fallava-se, já no Paraizo, o portuguez! [1]

O padre Antonio Vieira formulára um seculo antes a structura do Quinto-imperio; e esse lado particularmente portuguez da loucura jesuita col-

[1] V. *Systema dos mythos relig.*, p. 291.

lava-se ás suas feições cosmopolitas: a mystagogia, o mysticismo dubio, confundindo n'um sonho a carne e o espirito, o céu e a terra. Dir-se-hia que voltava a éra de Alexandria, e que a somma dos desvarios mysticos, levedada pelo fermento poderoso amassado por Loyola, ia alastrar tudo. Não era porém assim. Na propria religião jesuita se vêem bem claras as duas faces do seculo: o ultimo arranco do catholicismo dualista, e o imperio indomavel do espirito pratico, utilitario. A Sociedade, banqueira e fabricante, era a patria religiosa do padre Malagrida.

O seculo XVIII, o marquez de Pombal, não podiam julgar os jesuítas, porque os não percebiam. Condemnavam os mercadores e intrigantes, os rivaes na riqueza e no poder politico; e Malagrida, e todos os visionarios eram considerados loucos — como se tal explicação explicasse cousa alguma!

D'essa opinião acanhada, d'essa incomprehensão dos phenomenos intimos da alma religiosa, dão testemunho os processos instaurados pelo grande marquez. Os crimes são para elle a simonia e o commercio, são a lesa-magestade do attentado contra as leis, contra o rei: não são os attentados contra a moral religiosa, contra a razão humana, que condemnam o jesuitismo n'um tribunal mais vasto, mais sabio — o nosso tribunal da critica moderna.

Abatendo a Inquisição, o marquez abatia um poder do Estado, segundo a regra niveladora do absolutismo; mas decerto pensava que o tribunal da fé era uma casa de orates. Que podiam ser, senão doidos, os graves juizes que levavam a vida a julgar as loucuras mysticas e as parvoices da theosophia? Reduzida a uma *meza censoria* dos costumes do clero, do decoro conveniente á fria re-

ligião official; eliminadas as distincções de christãos-novos e velhos, para pôr cobro á matança e ao roubo de mais de dous seculos, a Inquisição podia, devia continuar a funccionar como engrenagem subalterna do machinismo politico do Estado. Se o critico não applaude, nem o acanhamento das vistas doutrinarias, nem a seccura formalista, nem a crueldade feroz do grande marquez, é mister applaudir com ambas as mãos a obra, não a intenção, o facto, não o pensamento, porque a tyrannia absolutista, desmantelando o Santo-Officio, foi um instrumento de liberdade.

Resta-nos agora fallar do commercio da nova Salento portugueza. Não podemos examinar, uma a uma, as differentes creações do ministro. Subordinadas todas ao principio de que um Estado é um corpo autónomo, independente, soberano: como um astro que só se prende ao systema europeu pelas leis da gravitação que determinam a estabilidade, e cuja lei vital é o egoismo collectivo e nacional; de accordo com o principio do equilibrio e com o systema mercantil (falsa expressão de um ponto de vista exacto emquanto houver nações): as medidas do marquez de Pombal tendiam todas a formar de Portugal, com as suas colonias, um individuo independente no seio dos individuos-nações da Europa.

Por isso prohibia a exportação do ouro; por isso creava as companhias do Grão-Pará e do Maranhão para bater o commercio cosmopolita (*livre-cambista*) dos jesuitas; [1] por isso denunciava os

[1] V. *O Brasil e as col. portuguezas*, II, 5.

tratados do Methwen, que estabeleciam a troca *natural* do vinho portuguez pelos artefactos e farinhas inglezes; por isso queria que Portugal désse trigo para si, e mandava arrancar as cepas dos valles do Tejo e do Mondego; por isso favorecia e protegia os vinhos do Douro — uma cultura natural sob o seu ponto de vista; por isso creava fabricas e industrias, para que Portugal não dependesse do estrangeiro, nem para comer, nem para se vestir e mobilar.

A guerra, incidente inevitavel no regime de equilibrio internacional, é a condição que, tornando as nações adversas, embora transitoriamente, vem provar a necessidade de cada uma d'ellas poder satisfazer, com os seus recursos, as suas proprias necessidades. A guerra, porém, condemnação do radicalismo livre-cambista, não é a unica razão do proteccionismo que considera uma nação como um todo, artificial se quizerem, mas d'este artificio sem o qual não ha direito nem instituições: cousas que ninguem jámais pôde descobrir na natureza inconsciente. A guerra não faltou á historia do marquez de Pombal, para lhe mostrar a necessidade de um exercito, para affirmar de um modo activo e positivo, perante as demais nações, a existencia real de uma nação nova, que o genio do ministro soubera crear sobre a confraria de sacristaens de que a Europa mofava no tempo de D. João v.

A rapida campanha, encetada na primavera de 62 — terminada na de 63 pela paz de Fontainebleau, que poz termo á guerra dita dos *sete annos* — não encontrou ainda armada esta parte da machina social de que o marquez era o constructor. Alliado da Inglaterra contra a Hespanha, pôde, porém, rechaçar a invasão; e logo que se

viu livre, mandou levantar o systema de fortificações que defendem a nossa raia de léste e os nossos portos, e organisou um exercito numeroso á moderna.

Não lhe faltou, assim, o genio, nem o tempo, para levantar desde os alicerces o edificio da cidade destruida, *ab imis fundamentis,* por um espantoso terramoto. Architecto ou machinista, estudára cuidadosamente todas as peças do seu artefacto, e deixou a prova de quanto é capaz a vontade de um homem.

Ignorava-se porém no seu tempo — e mais do que ninguem o ignorava Portugal, ensandecido e cachetico; mais do que ninguem o ignorava o marquez, discipulo illustre dos philosophos mecanistas dos seculos XVII e XVIII — que Salento nunca existiu fóra da imaginação; e que uma cidade, ou uma nação, é um ser vivo e organico, e não um artefacto, um producto da abstracção, construido com uma regoa, um esquadro, um prumo e um compasso. Mas, quando a philosophia fazia de Deus o supremo architecto do Universo, que outra cousa podiam ser os grandes homens, senão architectos supremos dos seus pequenos mundos nacionaes?

Pombal queria construir uma nação, com a idéa de fazer d'ella um individuo autónomo e forte. Ora, nas casas e nas machinas, pouco importa d'onde vém o tijolo e o ferro; mas, nos edificios humanos e nacionaes, o material, ou é de casa, ou é mau. Em Portugal nada havia capaz de entrar na liga das argamassas, nem na elevação dos muros: a cal estava ardida por dois seculos do jesuitismo, as pedras estavam podres do tempo e da acção corrosiva dos vicios orientaes. Material as-

sim, genuina, authenticamente nacional, só podia dar um D. João v, e dera-o; só daria D. Maria i, e deu-a — logo que o rei anonymo acabou, e com elle desappareceu da scena o importuno que adornava Lisboa com a casaria insipida da *baixa*, e o reino com uma phantasmagoria de leis impias, *estrangeiras*. A machina desconjuntou-se, desde que o machinista a largou; e para ensinar aos utopistas que uma nação não se inventa, que um organismo é cousa diversa de um machinismo, veiu a reacção de D. Maria i repôr á luz da evidencia o verdadeiro Portugal, beato, soez, violento e ridiculo.

O Portugal de D. José — só agora, ao concluir, lhe proferimos o nome, para dizer como foi ninguem — era um falso Portugal de importação, nas idéas, nas instituições, nos homens. Para crear um exercito e construir as fortalezas, o marquez mandou vir o conde de Lippe e officiaes estrangeiros. Allemães, francezes, hespanhoes, mas principalmente inglezes, tinham muitos commandos dos regimentos do exercito: Valerai, Weinholtz, Aguilar, Monroi, Mac-Donal, Sharp, Preston, Maclean, Smith, Anderson. Para inventar as industrias, já D. João v mandara vir de Lião os tecelões de sedas; de França, os relojoeiros e cutileiros, chapeleiros, tintureiros, penteeiros e fundidores de metaes; de Italia, os louceiros e estucadores. O marquez de Pombal não mandou vir operarios apenas: encommendou emprezarios, industriaes, commerciantes: os Bacigalupo, os Bom, os Emeretz, os Jorge, os Palyart, os Despie, os Vanzeller, os Crammer, os Vanpraetz, os Clamouse, os Verdier — e Ratton, cujas *Recordações* lançam tamanha luz sobre o fim do xviii seculo portuguez. O marquez tambem queria ter um Portugal sabio; e

como, na patria de Pedro Nunes, não havia, nem um geographo, nem um cosmographo, importou professores para a Universidade, e para o Collegio-dos-nobres. Já antes fôra necessario mandar vir homens capazes de se entenderem com os commissarios hespanhoes na delimitação das colonias da America do sul: Ciera, Velasco e Brunelli. Depois, para o magisterio das escholas superiores, vieram mais: Franzini, Tallier, Vandelli, Cecchi, Gould, Birmingham.

O dinheiro do Brazil dava para todas as extravagancias, sensatas e insensatas. Dera para D. João v satisfazer a sua loucura de ostentação magestatica e fradesca; dava agora para o marquez de Pombal construir uma nação *de estufa,* com gente de fóra.

Collocada, pois, no seu verdadeiro lugar a empreza do grande ministro, estudada no seu valor exacto, resta-nos memorar uma consequencia. A acção da vontade dos homens sobre a natureza social não é completamente esteril, ainda quando seja, como foi a do marquez, viciada por uma crueldade ferina, e contrariada por uma tendencia opposta da força collectiva. Se as sociedades são verdadeiros seres organicos, são tambem n'um sentido mecanismos sobre que a energia das acções conscientes dos individuos decerto influe. Manter a justa ponderação d'estas duas phisionomias é a prova suprema do genio politico. Exagerando um lado, o marquez condemnava a uma ruina quasi total e proxima a sua obra heroica; mas por isso mesmo que batia de frente o Portugal jesuita, consummava uma revolução cujo merito foi mostrar ao portuguez, beato e ensandecido, que havia no mundo alguma cousa mais do que freiras e marmelada, outeiros e arruaças, piedosa

luxuria e visões desvairadas. Por isso mesmo que a machina era construida com materiaes da Europa, onde uma revolução se realisava nas idéas, os homens de fóra vieram lançar no torrão portuguez a semente das revoluções futuras.

Talvez que um vislumbre de verdadeira luz raiasse já no cerebro nacional, quando, ao observar a restauração das cousas patrias, com a sua natural pachorra, o povo dizia depois: «Màl por mal, melhor Pombal!»

LIVRO SETIMO

A anarchia espontanea

(DYNASTIA DE BRAGANÇA: 1777-1834)

> Lisboa já não é (torno a dizer-vos)
> A mesma que ha dez annos se mostrava,
> É tudo devoção, tudo são terços,
> Romarias, novenas, via-sacras.
> Aqui é nossa terra, aqui veremos
> A nossa cára irman cobrar seu reino.
>
> *O reino da Estupidez.*

I

A sociedade

O reinado de D. Maria I veiu demonstrar que o braço de ferro do marquez de Pombal não pudera desviar da carreira da decomposição esta sociedade envenenada pela educação jesuita. O ministro pôde exterminar a Companhia, mas não pôde extinguir o seu espirito, nem os seus discipulos que eram em Portugal toda a gente, incluindo Pombal em pessoa. Pôde, á custa de vontade e dinheiro, forjar um Portugal apparente: não pôde alterar a indole adquirida do povo. Como charrua que revolve a gleba, exterminou as plantas visi-

veis; porém as raizes dos cardos e escalrachos ficaram e reverdeceram. Logo que a morte do rei condemnou o ministro ao exilio, rebentaram do chão os cogumelos, a adornar o throno de uma rainha a quem nunca sobrou o juizo, e veiu a morrer doida. Nos seus seis reis, a dynastia de Bragança contava já dois mentecaptos declarados: Affonso VI, D. Maria I.

Nobreza e clero, de mãos dadas, sentiam a necessidade de continuar a comedia do tempo de D. João V, que o importuno ministro viera interromper. Mas o abalo do terramoto amesquinhara ainda mais os espiritos, e a restauração do Portugal classico demonstrou a realidade de um verdadeiro entremez idiota. Nem para farças ou para operas, como as do tempo de D. João V, havia já nervos. Cumpre-nos, pois, a nós registrar as phisionomias dos personagens e a acção da peça. D'esse modo o leitor ficará sabendo melhor como era esse tempo, do que se nos demorassemos a estudar os casos mesquinhos da politica: o processo do marquez, a rehabilitação dos réus do 3 de setembro, etc.

As influencias de confessionario e de alcova tornaram a ser dominantes, agora que no throno se sentava uma mulher, virtuosa sim, mas tambem a maior *beata* que a educação jesuita creára no decurso de quasi tres seculos. Os *empenhos* ficaram desde então caracterisando a móla principal do mecanismo administrativo portuguez; e á sombra d'elles, á sombra da camarilha que reinava no paço, instituia-se uma desordem tão soez como corrupta. O *desembargador* formou-se em typo da pujança inepta, cheia de basofias, ventripotente e faz-tudo, de uma nação que nada sabia. Pina-Manique, o grande homem do reinado, era desembargador, intendente geral da policia, administrador

da alfandega de Lisboa, feitor-mór das alfandegas do reino, provedor da casa-pia, administrador das calçadas e da illuminação da capital, e muitas cousas mais.

A' sombra da protecção desembargatoria fervia o roubo. Um Sarmento e um Costa — era sabido por toda a gente em Lisboa — tinham loja aberta de lugares publicos. Um sargento-mór das ordenanças do Fundão comprara o cargo por 5:000 cruzados. Certa freira, querida de Luiz de Vasconcellos, era considerada como um dos melhores *empenhos*. E o proprio arcebispo de Thessalonica, o confessor da rainha, omnipotente sol da monarchia, não se dedignava de proteger os Ferreiras, arrematantes dos contrabandos. Foi essa uma larga historia, cheia de peripecias. Outr'ora as tomadias eram queimadas; mas a rainha convenceu-se de que melhor valia pol-as em praça, e applicar o producto a obras pias. As tomadias não eram arrematadas, mas eram dadas por avaliação aos Ferreiras, que engordavam, engordando os seus protectores. Considerava-se como uma das melhores *pastas* a de superintendente dos contrabandos. Os ministros eram creaturas singulares. O marquez de Ponte-de-Lima, dado por prodigo, nem por isso se julgava inapto para governar o reino. A sua paixão eram as gran-cruzes, e occupou-se todo na grande obra de fixar de uma vez a côr das fitas de Christo, de Aviz e de Santiago. O cardeal da Cunha tinha uma ostentosa livraria: 11:000 volumes, a que alguns chamavam as onze mil virgens. Mas o grande, grande homem do tempo, era o arcebispo de Thessalonica, tão bruto e atrevido que não escapou a uma sova que lhe deram na *matinha* de Queluz, moendo-o com saccos de areia, e deixando-o pelas ruas da amargura.

Quem o conheceu de perto viu-o rustico e volumoso, exemplar acabado da brutalidade fradesca e fidalga do fim do XVIII seculo em Portugal. Tinha começado por cabo de esquadra, e conservava os habitos: até com o principe do Brazil, o futuro D. João VI, a quem tratava de um modo incivil e grosseiro. Era rubro e gordo, e sentado á fresca, desabotoado, prazia-se em gosar as digestões, arrotando soltamente, á portugueza. O marquez de Pombal dera-o por confessor á rainha, então princeza do Brazil, por vêr como elle era jovial e ignorante. D. Maria I fel-o inquisidor-mór e seu ministro: quasi-rei. Sentia-se feliz, satisfeito, e dava largas á sua alacridade, beliscando as moças do paço, e perseguindo-as pelos corredores, como um satyro amavel. A rainha, que era muito piedosa, julgava-o, porém, um santo, e nada sabia das suas travessuras. Enfadava-o bastante o governo, a necessidade de ensaiar os conselhos, antes de ir á presença da rainha; e quando olhava para a escada interior, que ligava os seus aposentos aos da soberana, dizia aos intimos: «Forte praga é aturar essas mulheres, lá d'escada acima!» Porém a sós, nos seus quartos, desforrava-se, *á larga,* sentado á meza, onde tinha sempre frades seus intimos, e o famoso truão D. João da Falperra que lhe fazia estoirar de riso a bocca atassalhada de leitão assado. Contavam-se então livremente, na intimidade, as chronicas do paço, os escandalos picarescos da côrte, apimentados com as graçolas obscenas ou immundas que ainda faziam rir nossos paes: as graçolas portuguezas. Outra especie de truão era o leigo que o servia, rochumchudo e chocarreiro, tosco e vulgar, almocreve de sandalias, carreiro de escapulario. O leigo dizia que só tres pessoas tinham entrada no paço: o sabio, o santo e o bobo; mas

o primeiro saía logo desanimado, o segundo martyr, e só o terceiro prosperava. O arcebispo, incapaz de malicia, meneava a cabeça, ria ás gargalhadas, servindo-se do leitão louro, nadando em molho na bandeja de prata.

Escadas acima, a scena mudava. O palacio era um convento. O rei esposo, feíssimo, com um aspecto de idiota, o olhar esgaseado, a peruca desgrenhada, parecendo bebado, era um sacristão, ou cousa nenhuma: o ente que piedosamente fôra encarregado de dar herdeiros á corôa. Por toda a parte se murmuravam *terços*, e havia *santos* por todos os cantos, em oratorios e nichos, com velas e lampadas accesas. Os aventureiros protestantes da guerra do conde do Lippe *convertiam-se*, para terem postos e a rainha por madrinha. O exercito era uma confraria; e Santo-Antonio que por ordem de D. Pedro II sentara praça em 1668 no regimento de infanteria de Lagos, subia ao posto de major-ajudante, depois de varias façanhas e proezas que no commando das tropas praticara contra os castelhanos — segundo o attestava o coronel. O paço, venerando o milagre, despachava o santo. Cheia de escrupulos devotos, a rainha banira as mundanidades theatraes, prohibindo as mulheres de entrarem em scena. Contavam-se as abominações perdidas do reinado anterior; e com os olhos no céu, e as mãos postas, a piedosa senhora pedia a Deus que lhe perdoasse os peccados do rei seu pae, a quem tanto respeitava. As damas descreviam as comedias do Pateo-das-Arcas, ou do Bairro-alto, e os córos infernaes das bailarinas e cantoras da Rua-dos-Condes. Em boa verdade, diziam

algumas com saudade, a companhia da Zamperini trouxe-a o nuncio de S. Santidade, Galli, que vivia com elles em permanencia. — E a rainha, não podendo explicar o caso, impunha silencio, lembrando a impiedade de dar 1:200 ducados de ouro a Jomelli por uma cantata, e 25 contos á Conti e a Cafarelli por tres mezes de theatro em Lisboa. Tanto dinheiro poderia ter tido mais piedosa applicação, e ter-se-hiam evitado graves escandalos... O patriarcha tinha sido forçado a castigar o Padre Macedo, o *Grão-Macedo*, prohibindo-o de ir á opera, de fazer versos á Zamperini, e de usar o cabello á italiana, polvilhado e penteado. Essas cantoras de perdição davam a volta ao juizo, e eram um sacrilegio: ia-se á missa do Loreto para as ouvir gargantear!

Melhor do que ellas trinavam os *castrati*, o celebre Antonio Antunes e o *Tortinho* da Sé: a musica de egreja substituia bem a opera. Com effeito, a da capella real era então, no dizer dos entendidos, a primeira da Europa, levando a palma ao proprio Vaticano. Para distracção bastavam as assembléas em casa, aos domingos, em que as cadelinhas vestidas de senhora representavam comedias com aprazimento geral.

As quatro ou cinco duzias de açafatas commandadas por um frade, o rancho dos sopranos castrados, o viveiro de musicos e cantores, redondos e lustrosos, os seis mil cavallos e muares das estrebarias reaes, a negrinha anã, valída, por nome D. Rosa, sempre vestida de encarnado; os mais anões e fidalgos e pretos, grandes e pequenos, com o portentoso arcebispo de Thessalonica, e o visconde de Villa nova da Cerveira, o ministro de quem o poeta dissera ser «gran-besta que chegou a ser gran-cruz» — formavam o sequito inseparavel da

rainha, quando ia a Salvaterra á caça, ou ás Caldas, banhar-se. No sequito incluia-se tambem o rei.

A capital do seu reino recordava aos viajantes sabios, que tinham visto mundo, Fez ou Mequinez em Marrocos. Mas, por sobre a Lisboa africana, havia uma outra Lisboa afrancezada; e a reunião das duas, e a côr raiada de preto e branco da população, produziam contrastes extravagantes.



... de annos, quando se via um
lo de galantes ditos,
le menuete, com os
ando muitas vezes o
da algibeira o lenço
para não sujar a rua,
chamava-se-lhe *ban-*
. João v, tivera por
ralta.» (Nicolau-Luiz) O
acionaes, fallava em
lusivamente á Rua-
detestava o theatro
rro-alto. Meneando-
ecebendo algum re-
am de joelhos, mos-
o fidalgo janota era
es. Estacionava nas
rejas, *namorando de*
com o lenço *(alco-*
rtia *escudeirando* a
ras vezes, de uma
ro. Durante a qua-
resma devia ... tas-feiras no Carmo, ás quintas na Trindade, aos sabbados na Graça; mas os grandes dias eram os das procissões. « To-

mava então pilulas de azougue, espalhando-se como espadana pelas ruas, bebendo janellas, engulindo cortinas com um chapéu tão pequeno como a cabeça, *quitó* (espadim) casaquinha, luvas de manopla e gravata. Se tinha sege, esgotava a fortuna.» As meninas, das janellas, faziam-lhe momices e acenos, chamando-o ás vezes, á escada, para cochicharem; e pela noute fóra ĩa aos conventos das freiras, onde mais de uma vez a policia deu assaltos para expulsar as ternuras.

Por essas horas perdidas, nas ruas da mal-cheirosa Lisboa — *fedorenta,* diz Ratton — despenhavam-se das janellas as cataractas de immundicies que os bandos de cães vadios exploravam. Ausente o peralta, Lisboa parecia Marrocos. Affigurava-se tambem um acampamento do Grão-Mogol das Indias no grande dia de *Corpus,* com as casas vestidas de damascos e tapeçarias, as varandas cobertas de colchas opulentas, as ruas toldadas de seda e tapetadas de areia e buxo, com o cortejo de padres vermelhos e brancos, de frades e fidalgos, plumas, luzes, pallios, leques, incensos e tropa, salvas de artilheria e foguetes, mendigos leprosos e bandos de creanças com sarna, correndo por meio do povo.

Um dia Beckford (opulento inglez que passou algum tempo entre nós e o contou) excitado por uma gritaria infernal na rua, chegou á janella: eram visitas. Vinham dois frades: o padre Theodoro de Almeida, humilde e unctuoso, voz fanhosa e olhos em branco, e outro que fallava em tom rotundo nas *allucinadoras bebidas da philosophia.* Cada qual trazia a sua missão. O da philosophia offereceu um cestinho de doces, embrulhados em papeis recortados, da parte de uma abbadessa fidalga que pedia o dote para duas noviças. O pa-

dre Theodoro, capellão das Sallezias, trazia uma salva de prata com um crucifixo, e um bilhete de convite para uma *grade*. Os dois frades saíram acompanhados pela musica do convento: seis pretos, vestidos de encarnado a tocar tambor e pifanos; seguidos pôr mais pretos que atacavam foguetes, por uma relé de velhas beatas pedintes, e de garotos tinhosos, saltando, berrando, a dar cabriolas. Os mendigos iam esmolando como fakirs, os andadores dos conventos vendiam piedosamente uvas, rapé, e muitas cousas mais, pelas bentas almas do purgatorio! Era Fez.

Na *grade* reuniam-se, porém, aos costumes africanos, os costumes francezes. O requinte devoto adquiria entre nós um caracter mais sensual. A imagem loura, feminina, infantil do *pastor* bucolico, S. Francisco de Salles, o filho dos colloquios doces das Philoteas e das Chantal, o camarada do *sire* de Urfé, amavel author da *Astrea* e ex-amante de Margarida, refugiada em Saboia, presidia em espirito no locutorio de Belem. O padre Theodoro, statico, com os braços cruzados sobre o peito, os olhos em alvo, mudo, ou conciso em voz tenue, assistia ás visitas. Soror Thereza era forte em arithmetica, a *madre* especial em grammatica, soror Francisca muito boa moralista e excellente costureira. O padre Theodoro, esse melifluo author da *Formosura de Deus*, do *Pastor Evangelico*, do *Feliz independente*, da *Lisboa destruida* e outros poemas de massadora memoria, creava alli a sua melhor obra, um viveiro de prodigios; e a sala da grade, deliciosamente fresca, perfumada de jasmins, com uma luz tepida, era ao mesmo tempo a

doirada gaiola das sallezias e das pombas, dos papagaios e canarios que voejavam soltos, chilreando, dos seus poleiros para o seio das meigas freiras. E n'esta deliciosa mansão as visitas comiam doces, ouvindo os discursos seraphicos do confessor...

Quando algum *primo* tinha serios e secretos assumptos de familia a communicar, o confessor, a madre, retiravam-se prudentemente, por discrição. Diz-se que muito se namorava nas *grades,* e que o amor de freiras era o mais appetecido e o mais picante. A severidade do habito, o composto da figura, emmoldurada na touca, irritavam. Para os capellães e confessores, as freiras eram uma tentação constante, vivendo com ellas no convento, no confessionario. O *ter freira* não lhes ultrajava a gravidade. A arte de namorar, cultivada por todas as classes, tinha prescripções especiaes nos conventos, por causa dos vestidos de feitio diverso, e dos encontros das *grades.* Mostrar o sapato com pejo, por acaso, mas de modo a enlouquecer; voltar a cara piedosamente, ao ouvir as confissões galantes; ter os tregeitos melindrosos; indicar desaffectadamente as fórmas, eram, entre outras, as regras do amor devoto. Preceito universal se considerava fugir dos frades franciscanos, vadios em moços, zelosos em velhos. A *madre,* confidente discreta, acudia, n'algum momento de crise, a chamar a esquecida que, por noticias de familia — questões mundanas indignas das filhas do Senhor! — deixava o côro, as matinas ou a novena. Já na egreja os fidalgos de joelhos, curvados, batiam nos peitos; já os padres estavam no altar; já os musicos entoavam as contradanças e menuetes de Haydn e Jomelli com que o Eterno era invocado. — Adeus!.. Um beijo furtivo, um doce rebuçado,

ficavam como penhor das futuras *noticias* que, d'alli por dias, o primo levaria.

Nem todos os frades eram seraphicos: além de os haver plebeus e grosseirões, havia-os livres-pensadores, que não poupavam sarcasmos á Egreja, e tinham publicamente mulher e filhos. Estas contradicções extravagantes eram, de resto, communs em todas as classes.

A fidalguia apresentava tambem uma combinação de brutalidade soez e de requinte precioso, que por toda a parte constitue o traço particular proprio da sociedade portugueza no fim do XVIII seculo, e ainda na primeira metade do actual.

O maior fidalgo da côrte era, no tempo de D. Maria I, o marquez de Marialva. Um pateo precedia a entrada do palacio, e esse pateo parecia uma casa de posta: as seges de um lado, as cavallariças do outro, montes de estrume pelos cantos, e um rebanho de porcos, pulando e grunhindo, por entre os monturos. Nos palacios do campo, atravessava-se o pateo sobre um tapete espesso de matto, para alli deitado a apodrecer, para estrume. As estrebarias, por baixo das salas, davam a toda a casa um cheiro immundo, e por toda ella se ouviam as patadas e o relincho dos cavallos. O nome de Marialva ficou celebre na equitação.

A plebe dos criados e parasitas formigava no pateo: o marquez distribuia trezentas rações de arroz. A turba dos cortezãos chegava de tarde para *passar a noute*. Na sociedade dos fidalgos não havia demasiada escolha, porque a grosseria nos costumes não deixava excluir os plebeus. A mistura nas classes correspondia ao disparate nos

usos, e o nome que melhor define o conjuncto de cousas e pessoas é o de grutesco.

Na varanda do palacio em Belem, sobre o rio, acudiam a tomar o fresco e a fazer companhia ao velho marquez, personagens plebeus, seus parasitas: era o frade, volumoso e comilão, de facecias de taberna; era o boticario esguio, vestido de negro; o anão das senhoras, fazendo esgares, ou chiando n'uma frauta de cana; o apparatoso brigadeiro, no seu fardamento já velho, fanfarrão, impudente, governador licenceado d'alguma fortaleza distante; era um toireiro celebre, ou picador famoso; era, finalmente, o orate improvisador, disparando a torto e a direito esguichos de versos, na sua furia repentista:

> Rapada amarelenta cabelleira,
> Vesgos olhos que o chá e o doce engorda;
> Japona que da ladra andou na feira,
> Ferrugento faim que já foi moda,
> Ruço calção que espipa no joelho,
> Meia e çapato com que ao lado avança,
> Vindo a encontrar-se com o esbrogado artelho.

Emquanto na varanda a sociedade contava anecdotas grosseiras e partidas de toureio, de caça e de comezanas, do fundo da estrebaria vinham os sons de viola e canto: um *fadinho* batido com os arrieiros pelo *filho segundo,* mendigo em casa, embaraço constante, madraço e mariola — quando não era frade, ou o não tinham mandado para o Ultramar n'um *cavallinho de pau.* Por outro lado as senhoras, depois de se divertirem com as criadas, cochichando para passar a tarde calmosa no jardim, catando a cabeça, recolhiam-se, porque já chegára o querido bispo do Algarve: um colosso de tamanho e de cortezia, ármado de um par de

famosos oculos verdes. Sentados todos no chão, encruzados, as senhoras á roda, o bispo no meio, resavam o terço e ladainhas; depois vinham os brincos e pulhas, os jogos de prendas, as venetas, em que o prelado era celebre. Todas as senhoras o adoravam, e por isso o feliz era sempre regalado com os doces mais primorosos.

A' hora da ceia os criados gravemente aprumados, com tochas accesas, allumiavam o corredor da sala perfumada com brazeiros e caçoilas. Comiam-se então os guisados doces, gordurosos e pesados, cuja digestão laboriosa esgotava a maxima parte das forças. Por isso, fóra da mesa, eram todos grutescos, e, não é injuria dizel-o, idiotas.

O marquez tinha a mania dos relogios: só no quarto de cama havia dez que davam horas e quartos, com assobios, cucos, menuetes e procissões. Toda a casa tresandava a camphora, para defender dos parasitas as curiosidades: obras de conchas e jaspe, marfins, louças, cruzes e santos; toda a casa fedia a alfazema, que se queimava a toda a hora, para varrer os maus cheiros das alcovas que serviam para tudo. O marquez babava-se, e como era enthusiasta de D. João v, celebrava agora a morte de Pombal, fallando com volubilidade e calor, no meio de uma chuva de perdigotos.

Amava os saraus; e um sarau é a occasião de vêr de perto os homens e escutar as suas opiniões, as suas idéas. Estava o esperançoso conde de Villa-nova, depois marquez de Abrantes, que tinha uma paixão: acompanhar o Viatico. De dia, de noute, escutava em permanencia, trazendo sem-

pre o criado com a capa encarnada e a campainha de prata; e como ouviu tocar os sinos, foi correndo aos pulinhos, sem dizer adeus, envergando a opa. O herdeiro de Angeja, doido pela janella, de ninguem fazia caso, e pregado contra uma varanda, via de noute a estrada empoeirada, depois de ter observado o dia inteiro a sua rua. O conde de S. Lourenço, que viera com ambos, era asthmatico, portuguezmente obeso, com duas barbas e dois bobos para o distrahirem ás noutes, um bocado, antes do terço; e deixava, por toda a parte onde passava, um rasto de espirros e uma esteira d'esse rapé tão adorado que já no collo se dava ás creanças.

Os *peraltas* e as *franças* ou *secias* fallavam agitadamente, com grande mobilidade, agudeza e repentes, em cousas preciosas. Esta era Sol-entre-nuvens; os olhos d'outra Figas-de-Cupido, por serem pretos, Ciumes-da-vista os azues, Traições-á-beata os pardos; os pés chamavam-se Onças-de-neve, as mãos Jasmins-de-carne. As mães sizudas eram Venus-maduras. As meninas, polvilhadas, mosqueadas de signaes, meneavam os leques, mordendo os beiços para encurtar a bocca, ajustando o broche para mostrar as mãos e os anneis. Os *signaes* formavam uma sciencia: o da testa era *magestoso*, o das fontes *discreto*, *apaixonado* o do canto do olho, *atrevido* o do nariz, o da face *galante*, o dos labios *garrido*, o da orelha *tentador*, o da barba *provocante*, e *louquinho* o da aza do nariz. Os signaes traduziam, assim, todo o requinte dos sentimentos amorosos; ao passo que os penteados, em pyras, estrellas, cestos, polvilhados de amido ou diamante, com laços, flôres, fios de perolas e colchetes, fitas, plumas, e *bellezas* ornando a testa ou as fontes, accusavam a extravagancia

pretenciosa e de mau-gosto, do pensamento, da litteratura e da moda, em uma sociedade em decomposição podre. O stoico briche do marquez de Pombal estava condemnado — só resuscitou em 1820 — e o *faceira*, vestido de velludo e seda, camisa de hollanda, chapéu de plumas com presilha e botão de diamantes, çapatos afivelados, cabellos frisados a ferro e empoados, cheio de rendas e presumpção, traduzia na figura o tolo requinte de uma sociedade ignara.

Essas importações francezas adquiriam na musica uma expressão nacional. Emquanto á sociedade de Luiz XV bastava o requinte, o portuguez sensual e grosseiro, *amavioso* de feitio antigo, juntava-lhe a brutalidade e a ternura. A *modinha brazileira* era o encanto doce de uma sociedade licenciosa. Havia mulatos celebres, authenticos, applaudidos nos salões por darem ao *lundum* um accento libidinoso como ninguem: era uma feiticeira melodia sybarita, em languidos compassos entrecortados, como quando falta o folego, n'uma embriaguez de sensualidade voluptuosa.

Não esquecia o Polycarpo, castrado da capella da rainha, que cantava ao cravo, acompanhado por algum frade, organista no seu convento, e mestre de musica nas casas fidalgas; não faltava a tocata de psalterio e harpa hebrêa pelos dois anões, tambem celebres na epocha. Mas o *lundum*, acompanhado á guitarra, ensandecia as meninas:

> Em bandolim marchetado
> Os ligeiros dedos promptos,
> Louro peralta adamado
> Foi depois tocar por pontos
> O doce *lun lum* chorado.

Depois do lundum, a velha marqueza, alta, com

o rosario de perolas e topazios enrolado no pulso, a cruz de brilhantes pendente, dizia, lembrando-se de outros tempos: « Lá vae! » Era um *mote,* que os peraltas *orates* glosavam. E as meninas, derretidas, applaudiam com affectação: bello! sublime! precioso!

Porém as pessoas graves, os desembargadores e bispos, os monsenhores da Patriarchal e os ministros e padre-mestres das Ordens occupavam-se de gamão ou voltarete, conversando sabiamente nas cousas do tempo. O thema obrigado era a apotheose do piedoso D. João V, a condemnação de Pombal, que se dizia assim: o « Sebastião-José », sentindo-se respeitosamente a fraqueza do rei defunto em se ter deixado governar por tal fórma. Applaudia-se a insistencia dos Tavoras para obterem a rehabilitação, censurando-se os escrupulos da rainha que não queria offender a memoria do pae. Lamentavam-se os pobres jesuitas exilados, e, a proposito, o desembargador Sampaio tirou do bolso e leu, a carta do irmão que escrevia de Urbania: « Já tenho dito 81 missas das 112 que encommendou, e espero carta sua para saber se posso metter alguma das que vém a offerecer, e me servia para as despezas ordinarias; porque estar 112 dias sem receber dinheiro algum de missas, vivendo nós pobremente, dá seu incommodo; accrescendo mais que esta gente, persuadindo-se que nós seremos aqui de pouca duração, querem agora cumprir todos os seus legados, emquanto têm aqui tanto sacerdote: de facto nos vieram agora 950 missas da esmola de 100 réis cada uma ».

Ouvida a carta e lamentada a penuria do padre, todos concordaram em que o desembargador devia consentir que o irmão fosse vendendo as suas missas, a tostão, aos de Urbania, para ir comendo.

D'ahi começaram as conversas ponderosas sobre a sorte das victimas do Sebastião-José; e por entre as graves dissertações politicas, em que se discutiam os *empenhos* capazes de mover fulano ou sicrano, vinham incidentemente os casos mais notaveis do dia. Este visitara o *Lausperenne* em S. Roque; aquelle fôra na vespera com os filhos, as meninas á Conceição, os rapazes aos Arrabidos: eram quem livrava de bexigas. Um desembargador possuia, moída em pó, uma perola da rainha defunta: misturada em agua, curava as quartans. Por mãos de outro correra o processo de uma mulher formosa que comia creanças: tomava-as como ama, porque tinha abundancia de leite, e os meninos desappareciam: estava agora na Inquisição, depois de ter devorado mais de vinte.

Este caso fez sensação: trocaram-se perguntas, deram-se explicações, e a proposito d'elle, não se sabe como, levantou-se uma questão de theologia e de historia. O prior de S. Julião ponderava que fôra Henrique VIII em pessoa quem fizera saltar os miolos a S. Thomaz de Cantuaria; e o arcebispo de Thessalonica affirmava, com authoridade, que Luthero era sem duvida alguma a besta designada no Apocalypse.

Passando á religião, occorreram anecdotas freiraticas, e voltou a fazer-se a apotheose do senhor rei D. João V. Fallou-se do milagre do Senhor-dos-Passos da Graça: um judeu que lhe dera uma dentada na perna, ficando os dentes cravados no pau, como se fosse carne. Agora mesmo um mouro se convertera vendo o milagre, e ficara de sacristão em S. Roque. Monsenhor Acciaioli, aos pulinhos, esfregava as mãos, contente e risonho, pela conversão recente de certa ingleza protestan-

te. « Figas, demonio ! » e dava estalinhos com os dedos.

Fallar-se do demonio, fez com que se referisse mais uma vez o caso estupendo do convento do Sacramento, em Alcantara: o caso que aterrára Lisboa, pela audacia de Satanaz. Belzebut, sequaz do inferno, entrára em pessoa no convento por uma janella sobre o rio, e seduzira as freiras. [1] Todos, arripiados, com medo das bruxas, tremiam. Talvez, porém, que mais de um desembargador risse comsigo, recordando as vezes que fôra ás *grades* visitar suas primas. Mas a decisão do arcebispo-confessor e primeiro ministro merecia o applauso unanime: as freiras estavam na Inquisição; a janella por onde Belzebut entrára, entaipada; e sobre essa e todas as que dão sobre o rio, mandara o prelado pintar cruzes vermelhas, para afugentar o demonio...

Caso horrendo! e para não irem assim, com tão maus sonhos para a cama, lembraram a *gracinha* dos rapazolas que tinham posto fogo ao convento de Santa Clara, para metter medo ás freiras. — « Para alguma coisa mais... » observou, com benevola malignidade, monsenhor Acciaioli. Eram uns maganões, os rapazolas. Verduras da mocidade.

A' porta, em baixo, esperavam as liteiras e os criados com lanternas, no meio de um borborinho de mendigos leprosos. E, saíndo com mesuras, o desembargador dizia — como o corregedor de Vizeu a Link — « Portugal é pequeno, mas um torrão de assucar! »

No reinado de D. Maria I, apesar da reacção

[1] V. *Syst. dos mythos relig.*, pp. 314-24.

beata e do odio ao marquez de Pombal, julgava-se necessario continuar o movimento de organisação e fomento do reino. Martinho de Mello, Almada, e outros homens, discipulos de Pombal, proseguiram ainda a sua politica, como o rasto de um navio que passá. D'ahi veiu a fundação da Academia das Sciencias, da Academia de Marinha, a construcção da Cordoaria de Lisboa, além de outras obras.

Projectaram-se tambem estradas; e o primeiro cuidado foi lavrar em Lisboa columnas monumentaes para marcar as leguas. Cada marco tinha um relogio de sol; mas como, ás vezes, a legua acabava á sombra, debatia-se qual era preferivel: errar a medição, ou ficar o relogio de sol sem luz. Por se não chegar a um resultado, deixaram de fazer-se as estradas. Gastaram-se, em compensação, nove milhões de cruzados na construcção do *Convento-novo*.

Apesar de todos os sabios que Pombal importára, a ignorancia continuava na mesma. Um desembargador, conselheiro da fazenda, administrador da Alfandega, negou entrada a uma caixa, vinda de Genova, por haver peste em Marselha: estudando o mappa, e achando só meio palmo entre os dois portos, julgou perto de mais para não haver perigo. Outro desembargador não mandava para o Rio de Janeiro noticias do cerco de Gibraltar (1781), porque, estando-se no Brazil mais perto, as novas seriam mais frescas.

As famosas cabeças desembargatorias eram tão vasias, como vasio de gente era o reino; e documentos de pouco mais tarde (1804) accusam este facto estupendo: ao longo da raia, as Misericordias negociavam com os engeitados da roda dos expostos, vendendo-os aos hespanhoes, a moeda de

ouro por cabeça, para crias. Essas rodas tinham nascido da necessidade de albergar a numerosa creação dos conventos. Quando a uma parte consideravel da população se impunha o celibato, era indispensavel instituir asylos para os milhares de filhos sacrilegos.

Tal era o Portugal-Bragança, *restaurado,* ao que se disse. Para consolidar uma dynastia, cedeu-se o Oriente aos hollandezes; e se não se perdeu o Brazil, foi porque elle proprio soube defender-se. Depois enfeodou-se o reino aos inglezes; e por cima de tudo isto acceitava-se o santo e a senha dos jesuitas. Quando o Brazil começou a render, D. João v começou a reinar e a gastar. Devorou-se o que ainda restava em Portugal, devorou-se tudo o que veiu da America. Portugal importava, só por Lisboa, 4:000 contos de pão cada anno.

E' uma serie de doidos, de maus, ou de idiotas, levados pelo braço dos negociantes jesuitas e inglezes, pupillos de uns, prebostes de outros, disseram-se reis de um reino que era uma sombra, animada por um unico sonho vivo: o Sebastianismo.

D. Maria I endoideceu de todo; e na scena portugueza levantou-se a espessa figura do principe regente, com o seu olhar vago, na immovel contemplação da regia ociosidade, bocejando em permanencia — a assistir, com as mãos nos bolsos, indifferente e passivo, ao desabar ruidoso do carcomido edificio da nação. Casou-se com o principe herdeiro dos braganças uma princeza castelhana, ou napolitana. Enxertou-se no tronco roído de uma familia, sempre esteril e agora moribunda, o rebento da familia orgiaca em cuja seiva corria toda a podridão ardente da Italia do sul. Vieram d'ahi, com um temperamento audaz e um caracter

similhante, os dois filhos que o acaso fez rivaes. Esse cruzamento de sangue concorreu para determinar a nossa longa crise de trinta annos (1808-38), já annunciada pelos éccos da grande revolução de França, já em esboço na dupla phisionomia do paço de Queluz.

Fóra, nos jardins, reinava Carlota Joaquina; dentro, nos salões nús, tristes e sombrios, o principe-regente. Fóra eram festas e esperanças, dentro ironias e tristeza. A princeza tinha uma côrte de aias e criadas hespanholas, e sentada á moda do Oriente n'um tapete de velludo sobre a relva, assistia ás danças voluptuosas da Andaluzia acompanhadas de castanholas, ao som das cantigas sensuaes da Peninsula. Era um jardim da Syria com o seu cortejo de bacchantes, com as suas ruas de limoeiros, de buxo, de murta, folhagem de um verde quente e escuro, dir-se-hia carnal; com os repuxos e cascatas presididos por estatuas e grupos da mythologia amorosa dos gregos; com aviarios, encerrando passaros d'essas côres rutilantes que embriagam e gritos stridulos excitantes como a nota selvagem da *malagueña;* com estufas recheiadas de plantas gordas do Brazil, tão extravagantes nas fórmas e nas côres como as talhas e jarras da India e do Japão espalhadas ao longo das ruas mysteriosas. A' noute, os bailados, os risos, o canto, o sapateio do bolero e o estalar das castanholas, insinuavam-se em côro pelas avenidas umbrosas onde timidamente luziam as velas ardendo em capanulas de cristal, como estrellas lubricas incitando amantes. O jardineiro preto parecia um eunuco, e os bosques de Queluz, embalsamados pelo aroma das laranjeiras, jardins de uma Armida feia e já em moça mal reputada.

Dentro do paço, habitado pela sombra de um

rei, vagueavam nas salas nuas as sombras de uma côrte. Era um dó, uma tristeza molle sem nobreza. Era uma galeria enorme forrada de espelhos, para augmentar ainda o vago de uma realidade crepuscular. Ao fundo, em pé, o principe dava audiencia a um inglez excentrico e opulento (Beckford) e confessava-lhe tristemente a sua miseria com ironias pungentes. O reino era de frades, mas metade d'elles não estavam em seu juizo. Tudo enlouquecera, tudo emparvecera. E de longe ouvia-se o trovão medonho da França! « A nau do Estado, dizia o principe arcadicamente, naufraga: Deus sabe a que praia irá bater! » E retirou-se o principe como um somnambulo. As velas de cera, enfumadas, tristes e raras, allumiavam sepulchralmente o paço, e nas camaras havia enxames de pretendentes, como os mendigos nas portarias dos conventos. Generaes e magistrados, morgados, capitães-de-navios, nobres e plebeus, triste, passivamente esperavam horas depois de horas, calados, encolhidos com a sombra dos muros. Uma vaga nuvem de tristeza caída envolvia o paço, envolvia a nação, moribunda e silenciosa.

De repente ouviram-se gritos de horror. Que era? Chegara o trovão de França, despedindo raios? « Ai, Jesus! Ai, Jesus! » Era a rainha doida que se estorcia no leito com um accesso de medo. « Ai, Jesus! Ai, Jesus! » Eram as chammas do inferno invadindo o quarto; era o pae, impio cumplice de Pombal, de pé, em cinzas, devorado pelo inferno e ainda vivo, eternamente padecente. Era o pae a cavallo, vestido imperialmente: a magestosa estatua do Terreiro-do-paço, negra, horrida, sobre um pedestal de ferro candente, no meio dos córos de demonios, asseteando-a, perseguindo-a. « Ai, Jesus! Ai, Jesus! »

De joelhos, o principe chorava implorando socego á mãe delirante; fóra, nos jardins, ouvia-se o estalar das castanholas e o grito selvagem da malagueña; e de longe, pelas quebradas das serras, vinha reboando o trovão ameaçador da tempestade franceza, a aproximar-se.

II

A invasão franceza

Por toda a parte rebentavam symptomas da gangrena. Não eram só os documentos da inepcia ingenua: eram tambem certos protestos de um espirito revolucionario, que entrava em Lisboa por via maritima, e no reino por intermedio dos sabios e fabricantes estrangeiros importados pelo marquez de Pombal. A intendencia de policia, inquisição politica formada sob o modelo da outra, e confiada ao factotum Pina Manique, farejava e perseguia. As *moscas* do intendente não cessavam de zumbir por toda a parte; e como ainda hoje na Russia, a policia formava um poder do Estado, absoluto, irresponsavel. O intendente percorria as cadeias, sentenciando verbalmente os presos, sem processo; dava buscas ás casas, confiscava, deportava; e na sua propria moradia tinha segredos e prisões, para os réus de maior peso. A segurança da capital exigia absolutamente os meios violentos. Havia combates á facada e a tiro pelas ruas, e os ladrões andavam organisados em quadrilhas que se batiam com a policia em formaes pelejas. Mas a policia não se occupava só da segurança: era principalmente um instrumento de perseguição reaccionaria.

Nem por ser tyranna, deixava, porém, de ser burlesca. As *moscas* prenderam, mais de uma vez,

rapazes, para os casar ou metter a frades, conforme as ordens da familia poderosa; e o caso de M.me de Entremeuse, entre outros, deu muito que rir e fallar. Incommodada pelas exigencias da alfandega, ao chegar a Lisboa, protestára, alto e bom som. Foi presa: porque? por desrespeito? não; mas porque não se julgou que uma mulher podesse fallar alto, e suspeitou-se que o trajo encobria um *jacobino*. Prenderam-na para vêr se era effectivamente mulher, e como o fosse, logo a soltaram.

O medo dos *jacobinos* era o unico sentimento forte dos ultimos annos do seculo passado, e do principio d'este. Por toda a parte se descobriam emissarios da Convenção franceza, franco-mações, apostolos da impiedade revolucionaria. Bocage foi preso, Ratton foi banido do reino. O bispo do Algarve, confessor da rainha, queria que o episcopado portuguez excommungasse em massa a França revolucionaria. «Os cafés, dizia a Intendencia, são clubs onde se prégam aquellas liberdades que têm adoptado os taes chamados philosophos modernos». Sabia-se que na Madeira se tinha aberto a primeira loja maçonica, por via de um emissario do grão-mestre de Orleans; e a um corregedor enviado a essa ilha recommendava Pina Manique: «Aquelle que v. m. vir de sapatinho bicudo e mui brunido, atilhos nos calções, com gravata por cima da barba, collarinho até meias orelhas, cabello rente no toitiço e tufado sob a moleirinha com suissa até aos cantos da bocca (o retrato do nosso futuro jacobino de 20) — agarre-me logo d'elle, tranque-m'o na cadeia carregado de ferros, até que haja navio para o Limoeiro: é illuminado ou pedreiro-livre!» A divisão auxiliar ingleza, que viera em 1797, espalhára as lojas de pedreiros-livres pelo reino. Já não era raro vêr

nas ruas luvas e laços de côres suspeitas, *cocares, fitas,* da liberdade. O livreiro Borél tinha vendido mais de 10:000 exemplares da constituição franceza traduzida em portuguez, e 12:000 folhinhas do Pére-Gérard. A policia conhecia os principaes propagandistas das novas idéas, e os lugares onde elles se reuniam. A loja de capellista da rua do Amparo, debaixo do convento de S. Domingos, era um *club;* era-o o café dos Romulares; era-o sobretudo a Praça-do-commercio, onde se reuniam os estrangeiros: Lecenei, negociante francez, Rubie, Guillon, Macé, fabricantes e artifices. No Tejo carregavam-se armas e munições, em navios que se dizia irem para a Hollanda, e saíam para França, onde a *Convenção* se defendia da Europa colligada. O ministro e o consul da America do norte, o Kantzow agente da Suecia, o Lebzeltern enviado da Austria, favoreciam o contrabando de guerra e fomentavam a propaganda. Não eram porém só estrangeiros: eram nacionaes que assim prégavam a abominação *jacobina.* O duque de Lafões reunia os neophitos na sua quinta dos *Alfinetes,* a Braço-de-prata; e na propria Academia das Sciencias, ao Poço-dos-Negros, hospedava o emigrado Broussonet, ex-secretario de Necker, em quem o intendente via um commissario da *Convenção.* Para o duque, se descobrira na alfandega uma caixa com os livros *perigosos* e *incendiarios* de Reynald, de Brissot, de Voltaire. O abbade Correia-da-Serra, valído do duque, era um infatigavel propagandista, e por sua mão corriam secretamente manuscriptos de obras sediciosas: era, dizia o intendente, o primeiro dos *bota-fogos.*

Um rumor surdo de tempestade começava a ouvir-se; presentia-se um segundo terramoto. Não podia ser tão medonho como o anterior, porque

tudo baixára, tudo estava derreado pela podridão. Mas na inercia do nosso cemiterio nacional, as noticias, aterrando o portuguez, fiel ao throno e ao altar, eram commentadas com os casos da França, onde o mundo acabava. A rainha, o rei e o melhor do reino tinham morrido no patibulo; Robespierre fôra o primeiro Ante-christo; e agora, sobre o seu cadaver, vinha á frente de exercitos invenciveis o segundo, a derramar por todo o mundo o clamor do ultimo dia.

Quem resistiria ao destino armado? quem faria face a Napoleão, cuja cohorte atravessára a Hespanha, e pisava já o solo portuguez? Não seria o principe-regente, nem a rainha doida, nem as altas classes ensandecidas, nem o povo faminto, indifferente, sebastianista. A' voz do verdadeiro Ante-christo portuguez, que foi Junot, desabou tudo por terra! A nação, roída nos ossos pelo termita infatigavel, o jesuita, nem já era o esqueleto: era apenas o pó de um cadaver.

Tres seculos antes, Portugal embarcára, cheio de esperanças e cubiça, para a India; em 1807 (novembro, 29) embarcava um prestito funebre para o Brazil. A onda da invasão varria diante de si o enxame dos parasitas immundos, desembargadores e repentistas, peraltas e secias, frades e freiras, monsenhores e castrados. Tudo isso, a monte, embarcava, ao romper do dia, no caes de Belem. Parecia o levantar de uma feira, e a mobilia de uma suja barraca de saltimbancos fallidos: porque o principe-regente, para abarrotar o bolso das louras peças de ouro, seu enlevo, ficára

a dever a todos os crédores, deixando a tropa, os empregados, os criados, por pagar.

Desabava tudo a pedaços; e só agora, finalmente, o terramoto começado pela natureza, continuado pelo marquez de Pombal, se tornava um facto consummado. Os cortezãos corriam pela meia noute as ruas, offegantes, batendo ás lojas, para comprarem o necessario; as mulheres entrouxavam a roupa e os pós, as banhas, o gesso com que caiavam a cara, o carmim com que pintavam os beiços, as perucas e rabichos, os sapatos e fivelas, toda a frandulagem do vestuario. Era um affan, como quando ha fogo; e não havia chôro nem imprecações: havia apenas uma desordem surda. Embarcavam promiscuamente, no caes, os criados e os monsenhores, as freiras e os desembargadores, alfayas preciosas e moveis toscos sem valor, nem utilidade. Era escuro, nada se via, ninguem se conhecia. Os botes formigavam sobre a onda sombria, carregando, levando, vasando, bocados da nação despedaçada, farrapos, estilhas, aparas, que o secco vento do fim dispersára n'essa noute calada e negra.

Muita gente, por indolencia, recusava ir; outros preferiam o invasor ao bragança que fugia miseravel e covardemente: ao herdeiro de reis, que jámais tinham sabido morrer, nem viver. Mais de um regimento desobedeceu aos chefes que o mandavam embarcar; e muitos, vendo a debandada, se dissolveram, deixando as armas, dispersando. Outros embarcavam: chegavam ao portaló dos navios já repletos, e voltavam para terra, aborrecidos e enjoados de tanta desordem, de tão grande vergonha.

O principe-regente e o infante de Hespanha chegaram ao caes na carruagem, sós: ninguem

dava por elles; cada qual cuidava de si, e tratava de escapar. Dois soldados da policia levaram-nos ao collo para o escaler. Depois veiu n'outro coche a princeza Carlota Joaquina, com os filhos. E por fim a rainha, de Queluz, a galope. Parecia que o juizo lhe voltava com a crise. «Mais devagar! gritava ao cocheiro; diriam que fugimos!» A sua loucura proferia com juizo brados de desespero, altos gritos de raiva, estorcendo-se, debatendo-se, ás punhadas, com os olhos vermelhos de sangue, a bocca cheia de espuma. O protesto da louca era o unico vislumbre de vida. O brio, a força, a dignidade portugueza acabavam assim nos labios ardentes de uma rainha doida!

Tudo o mais era calada vergonha, passiva inepcia, confessada fraqueza. O principe decidira que o embarque se fizesse de noute, por ter a consciencia da vergonha da sua fuga; mas a noticia transpirou, e o caes de Belem encheu-se de povo que apupava os ministros, os desembargadores, toda essa relé de ineptos figurões de lodo. E — tanto podem as idéas! — chorava ainda pelo principe, que nada lh'o merecia. D. João tambem soluçava, e tremiam-lhe muito as pernas que o povo de rastos abraçava.

A esquadra recebera 15:000 pessoas, e valores consideraveis, em dinheiro e alfaias. Levantou ferro na manhã de 29, pairando em frente da barra até ao dia seguinte, ás 7 horas, que foi quando Junot entrou em Lisboa. Os navios largaram o panno, na volta do mar, e fizeram prôa a sudoeste, caminho do Brazil. Emquanto a esquadra esteve á vista, pairando, os altos da cidade, d'onde se descobre o mar, appareciam coroados de povo mudo e afflicto. As salvas dos navios inglezes que bloqueavam o Tejo troavam lugubre-

mente ao longe. O sol baixava, a esquadra perdia-se no mar, ia-se toda a esperança, ficava um desespero, uma solidão... Soltou-se logo a anarchia da miseria, e na vespera da chegada do Ante-christo, Lisboa correu risco de um saque.

Napoleão estava burlado. O principe D. João, a bordo, com as mãos nos bolsos, sentia-se bem remexendo as peças de ouro: ia contente com a sua esperteza *saloia,* unica especie de sabedoria aninhada no seu gordo cerebro. Bocejava ainda: mas porque o enjôo começava com os balanços do mar. E' o que succede á historia, com os miseraveis balanços do tempo: vem o enjôo incommodo e a necessidade absoluta de vomitar.

Este desenlace burlesco tivera condignos precedentes.

Alliados aos hespanhoes, ainda então inimigos da França, tinhamos feito a guerra á republica franceza, entrando na campanha do Roussillon (1793), que terminou com o tratado de paz de julho de 95, seguido pela alliança offensiva e defensiva da França e da Hespanha, um anno depois. Godoy, que devera á paz o principado, reinava em Hespanha, onde era o instrumento da politica da nação sua visinha. Nós eramos o instrumento da Inglaterra, no seu duello com a Republica. Essa aventura do Roussillon acabou de arruinar os miseraveis restos do nosso commercio maritimo. Nos annos de 93-6 os francezes aprezaram-nos cerca de 200 navios, no valor de mais de 10:000 contos. As nove náus que armámos, apodreceram sem honra nas docas de Portsmouth.

Em 96, tinhamo-nos declarado neutraes, mas

como não podiamos evitar a protecção amiga imposta á força pelo inglez, a declaração era ociosa.

Em 801, a França, já então dirigida por Napoleão, ordena á Hespanha que nos declare guerra; e logo em maio o principe da Paz, Godoy, invade o Alemtejo. A Inglaterra, invocada por nós, não se move. O conde de Pombeiro escrevia de Londres: «Nenhumas diligencias para salvar Portugal, nenhumas tropas destinadas, dinheiro escasso. Outros objectos lhe doem mais. — A Inglaterra está feita o odio das nações, e a popularidade está do lado dos francezes.»

O duque de Lafões que tinha 82 annos, e Forbes, da mesma edade, commandaram o exercito, para o deixarem ser constantemente batido. O duque não esperava, nem queria outra coisa. Era o epigramma vivo de uma sociedade podre. Rindo, observava ao hespanhol que o atacava, a desnecessidade de se baterem. «Para que? Somos duas mulas de carga. As esporas da França fazem andar a Hespanha; as da Inglaterra fazem-nos andar a nós. Já que o mandam, pulemos: que se ouçam os guisos, pois que é necessario — segundo dizem. Mas, por amor de Deus! não nos façamos damno: rir-se-hiam demasiado á nossa custa!» E assim combinaram os dois, vencer e ser vencido. Esta ultima foi, nem podia deixar de ser, a sorte de Portugal. Tudo estava desorganisado: os quadros incompletos, as fortalezas desmanteladas. Mertola nem tinha portas. O hespanhol entrou como por sua casa; tomou posse de Olivença e Jerumenha (20 de maio); ganhou o combate de Arronches (29); o de Flor-de-Rosa (4 junho); fingindo perseguir o exercito que retirou para Abrantes. O duque era demittido dos seus cargos, escarnecido em pasquins, elle que levara a rir com

motivo dos burlescos personagens da côrte: — «Alviçaras a quem achar um menino de 82 annos que se perdeu entre Portalegre e Abrantes!» — Campo-Maior entregou-se em 6 de junho; e n'um mez apenas, terminava a campanha, se tal nome convém a essa miseria. Assignava-se a paz com a Hespanha (8 junho), e com a França (29 setembro), perdendo-se para sempre Olivença.

Em 1804 Napoleão fez-se imperador, empenhando a sua corôa no duello com a Inglaterra. A precaria situação de Portugal desde o estabelecimento dos braganças, por ser forçado a optar por um dos contendores da influencia na Peninsula; essa situação que impedia a neutralidade em todos os conflictos europeus — a historia o prova — desde que o reino não tinha em si força para a defender; essa situação ruinosa, e que veiu, em menos de dois seculos, a mirrar de todo a nação para conservar uma dynastia de procuradores de interesses estrangeiros; essa situação definiu-se no principio do seculo actual de um modo que forçou o monarcha a fugir demittindo-se, e a nação a protestar insurreccionando-se.

Entre a Inglaterra que não admittia a hypothese de prescindirmos da sua protecção, e a França que exigia de nós, depois da paz de 1801, o entrarmos na liga franco-hespanhola contra a Inglaterra. Portugal debatia-se n'uma impotencia absoluta, vasio de força, de intelligencia, de audacia. Eramos uma pella jogada entre os dois luctadores; e o principe-regente, na sua inepcia, esperava cudilhal-os a ambos com a esperteza *saloia* do seu caracter.

A França exigia d'elle que declarasse a guerra á Inglaterra dentro do prazo de vinte dias, que fechasse os portos aos navios inglezes annuindo ao

bloqueio continental, que juntasse os seus navios ás esquadras combinadas franco-hespanholas, que sequestrasse todas as propriedades inglezas e prendesse todos os subditos britannicos.

Como havia de o principe annuir a isto, se por seu lado o inglez, para o proteger, guardava a costa com uma esquadra? Mas, como podia lançar-se-lhe nos braços, se a Inglaterra declarára que, á invasão de Portugal pela França, responderia a occupação do Brazil pelas forças britannicas? Quando o seu defensor affirmava que o saquearia para o defender, como havia de o principe regente acceitar o auxilio offerecido?

Fez o que pôde. Fechou os portos, sequestrou as propriedades dos inglezes; dizendo-lhes ao mesmo tempo, em segredo, que não era a valer, que seriam indemnisados, que se tratava apenas de amansar Napoleão — a vêr se o despota o deixava ir arrastando em paz a sua vida ociosa de innocente principe.

Resultou d'esta solução o que era de esperar. Napoleão não se illudiu: dictou o tratado de Fontainebleau com a Hespanha (1807, outubro), para pôr fim a Portugal. A Inglaterra, reconhecendo a necessidade imperscriptivel de nos defender, tomou posse da Madeira e ordenou á Companhia das Indias que occupasse Gôa. Portugal acabava; e o principe-regente adoptou a decisão de se demittir, escapando para o Brazil. Talvez no outro mundo o deixassem em socego. Em 1810, o inglez foi ter com elle, para o proteger na America pelo mesmo modo porque o protegera na Europa. [1]

O tratado de Fontainebleau — em virtude do qual Junot atravessou a Hespanha para occupar

[1] V. *O Brasil e as colon. port.* (2.ª ed.) pp. 98-100.

Portugal — dispunha a divisão do reino em tres Estados. O de Entre-Douro-e-Minho, com o nome de Lusitania setentrional, seria dado á rainha da Etruria, expropriada pela nova constituição da Italia. O sul do Tejo, chamado principado dos Algarves, indemnisaria Godoy, pagando-lhe os seus bons serviços. Traz-os-Montes, as Beiras e a Estremadura ficariam, como penhor, nas mãos do imperador, podendo eventualmente reverter á casa de Bragança, se ella de futuro se mostrasse docil e submissa. Talvez nenhum dos actos de Napoleão mostre tanto como este o desvario da sua politica.

Quando o principe-regente se soube perdido e ameaçado com uma viagem de mezes, tão incommoda, até ao Brazil, mandou que o rojassem de rastos aos pés do terrivel despota, pedindo perdão, e offerecendo tudo para ganhar o seu socego. Estava pelo que quizessem; e até dava o seu primogenito para marido da filha do sargento Junot. Tanta baixeza avigorava o plano de Napoleão.

Junot passou a fronteira de Portugal em 20 de novembro (1807), e dez dias depois entrava em Lisboa: o principe escapára. A rapidez da marcha, a temeridade da aventura, provavam parcialmente inuteis. Foi necessario que a regencia se lançasse de joelhos pedindo misericordia, para que a colera do soldado burlado nos seus planos não rebentasse violentamente. Ao mesmo tempo que os francezes occupavam Lisboa, os hespanhoes entravam em Setubal, tomando posse do sul em nome do principe da Paz, e no Porto, apoderando-se do norte em nome da rainha da Etruria.

Junot em Lisboa lançava a mão sobre a esquadra que ficara no Tejo, fortificava a barra contra os inglezes. Em Madrid, Godoy mandava cunhar moeda com a sua descarada effigie: *Dux Algarbio-*

rum. Tudo se curvava, a começar pela regencia. O cardeál Mendonça, patriarcha de Lisboa, chamava a Napoleão o «Prodigio, o grande imperador eleito por Deus para fortuna dos povos!» No primeiro de fevereiro de 808 Junot supprimiu por fim a regencia, tomou conta do reino em nome de Napoleão. Godoy e a rainha da Etruria estavam burlados, e havia muito quem em Portugal, por odio aos hespanhoes, preferisse a monarchia do Junot. O sebastianismo appareceu como sempre. Napoleão era o *encoberto;* o Bandarra prophetisara o N e a aguia:

Ergue-se a aguia imperial
. . . .
Faz o ninho em Portugal.

Junot podia querer um reino, mas Napoleão queria um saque, uma contribuição de 18:000 contos, a pelle de um cadaver, a prata das egrejas, uma rapina universal. Queria o resto das forças vivas da nação, e os soldados que foram nobremente combater em Wagram, em Smolensko.

Decerto ninguem applaudia a rapina, mas já que o bragança fugira, deixando o reino viuvo, o reino podia esposar o Junot — que lhe promettia dois Camões: um á Beira, outro ao Algarve. Tratou-se de reunir os Estados — as *côrtes-de-Lamego,* para acclamar o rei francez. E quem sabe se, a não ser a Inglaterra, nos teria succedido como á Suecia?

As guarnições hespanholas do Porto, de Setubal, protestavam. A reacção contra os francezes lavrava para além da raia, e em junho (11) Sepulveda levantou-se em Traz-os-Montes; em 19 installou-se uma Junta no Porto. Ao mesmo tempo

(16) o Algarve rebellava-se em Olhão; e o protesto descia de um lado pelo Alemtejo, do outro pela Beira e pela Estremadura. Balsemão foi mandado do Porto a Inglaterra pedir auxilio, e no dia de *Corpus* em Lisboa, Junot, cercado por uma sublevação geral do reino, correu o risco de um levantamento da capital. O inglez vigiava, do seu posto das Berlengas, com a esquadra guardando a costa, esperando o momento. Wellesley e 9:000 homens desembarcam em Buarcos no 1.º de agosto. A divisão portugueza de Bernardino Freire com 8:000 homens reuniu-se-lhe. Depois chegaram os 13:000 de Spencer, e venceu-se o combate da Roliça (17). Em 21 ganhou-se a batalha do Vimeiro; e em 30, Junot, cercado e batido, assignava a capitulação de Cintra. Convém notar que n'ella se entendiam a Inglaterra e a França, por via dos seus generaes: nem Portugal, nem a Regencia, figuravam em cousa alguma!

Eramos o instrumento, o servo, a *mula de carga* da Inglaterra, desde que ella nos arrebatára das mãos do francez. Beresford, nomeado general do nosso exercito, foi de facto um proconsul, um rei. Instituiu-se, comtudo, uma nova Regencia, por amor da fórma; e o inglez arregimentou toda a gente portugueza, para com ella bater Napoleão na Peninsula. A Inglaterra, que por toda a parte salariava já os exercitos inimigos da França, descobrira em Portugal um processo melhor e mais barato. A nação, bem comprimida, deu ainda 60:000 homens: o portuguez soube ainda ser soldado. Soult, Massena, vieram e foram batidos. Mas Wellington, que fizera das linhas de Torres o baluarte d'onde partiu a ruina do imperio francez, deixára todo o reino aberto á devastação; porque o pensamento do inglez não era defender

Portugal, mas sim destruir Napoleão com os soldados portuguezes.

O imperio foi, com effeito, vencido; mas Wellington em pessoa lamentava os feitos das suas tropas: «E' uma canalha insupportavel, dizia, que tem saqueado o paiz do modo mais terrivel». Como no tempo de D. Fernando, como no tempo de D. João IV e de D. Pedro II, os nossos alliados inglezes faziam-nos maior mal do que os inimigos, hespanhoes ou francezes.

As depredações d'estes, no calor das invasões, tinham sido atrozes; mas o inglez possuia a arte de ir, fria e systematicamente, saqueando toda a vida (exercito permanente de 60:000 homens) e todas as migalhas da antiga opulencia portugueza. O seu auxilio estrangulava-nos, vasando-nos o bolso e saqueando-nos para nos salvar.

A ultima invasão, a de Massena, em 1810, excedera, porém, as duas anteriores em ferocidade. O caminho do exercito francez, atravez da Beira, era um fundo sulco de ruinas alagadas em sangue. Houve gente esquartejada a machado; houve requintes de barberie selvagem. No Rego-da-Murta penduraram um homem n'uma arvore, e assaram-no vivo. Em Taperra cortaram os tendões das pernas a um velho tropego e abriram-lhe as veias. Por toda a parte queimavam os celleiros, destruindo os grãos: só em Arega se perderam 12:000 moios. A gente de Coimbra e seus arredores fugira para as montanhas vagueando nos pinhaes: foi cercada e condemnada á morte, salvando-se dos fusilamentos por dar tudo o que tinha em joias, ouro, dinheiro. Os registros, decerto incom-

pletos, accusam, só no bispado de Coimbra, 3:000 assassinatos, mais de 1:000 casas e 20 lugares queimados e saqueados.

Por seu lado o inglez, «insupportavel canalha» de tropas auxiliares; o inglez que, desde 1640, e principalmente desde 1703, reinava mercantilmente sobre a inepcia portugueza; o inglez, que agora tinha em Portugal uma cousa sua, um Gibraltar e um exercito, sentia ainda o appetite de acompanhar o principe-regente ao Brazil, para o *defender* na America, apropriando-se do resto do imperio e da riqueza nacional.

Uma semana apenas, depois de chegar, o principe-regente, aconselhado pelo seu protector, abriu os portos do Brazil ao commercio de todas as nações amigas: euphemismo de boa economia que queria dizer — á Inglaterra. Ainda assim não lhe bastava isto, a ella que na Europa tanto se esforçava por conservar o morgado bragançâo. Exigia a paga, e obteve os tratados de 1810 (19 de fevereiro). Mais uma vez a dynastia vendia o reino, como Ezaú a primogenitura; mais uma vez, depois de tantas, o bragança, para conservar o throno, sacrificava o paiz. A Inglaterra reconhecia, mais uma vez, os seus humildes vassallos, que se compromettiam a consentir as reparações dos navios inglezes nos portos do Brazil; a conservar em todos os dominios da corôa o fôro e jurisdicção especial dos inglezes; a favorecer os generos inglezes nas alfandegas das colonias com o direito de 15 % *ad valorem*, isto é, 9 % menos do que os das outras nações: ao passo que a Inglaterra só daria aos generos portuguezes o direito da nação mais favorecida. Além d'este monopolio commercial que a Inglaterra creava para si, uma theoria platonica, liberal e sentimental, que então

seduzia a patria de Wilberforce, impunha uma ultima condição: abolir o trafico dos negros.

A consequencia d'estes tratados era de vêr, e desde logo se viu. O commercio, a industria portugueza ficaram de todo arruinados. De 1796 a 1807, a exportação de manufacturas portuguezas para as colonias subira a 94 milhões de cruzados: nos dez annos seguintes é de 2 milhões, apenas. Em eguaes periodos, o Brazil manda para Portugal generos no valor de 353 milhões de cruzados, antes, e de 189 depois; e a exportação portugueza, que fôra de 300 milhões, baixa a 159. Em 1806 tinham sido reexportados de Portugal 14 milhões de generos brazileiros; em 1819 eram-no sómente 4. Em 1805 tinham entrado no Rio 800 navios portuguezes; em 1820 entraram 200 apenas. O rendimento das alfandegas baixava 4 ou 5 mil contos. Wellington dizia abertamente que era a ruina de Portugal.

Arruinada no fim do XVI seculo, e perdida a independencia, a nação arrasta uma vida pedinte e miseravel no XVII seculo, á mercê da Europa e das suas intrigas de equilibrio. No seculo XVIII o rendimento do Brazil vem dar riqueza a um paiz desolado e despovoado; e agora, de facto perdida outra vez a independencia — se alguma houve realmente, a não ser durante o reinado do marquez de Pombal — perdia-se com ella o thesouro portuguez. No fim do XVI seculo, era o desabar do imperio ultramarino que fazia caír por terra a nação. A dynastia de Aviz soube acabar heroicamente. O D. Sebastião de agora, o D. Sebastião dos braganças, sabia fugir em vez de morrer; sabia apenas sacrificar tudo para se salvar a si, como fizera o avô, D. João IV. Por tudo isto, o ultimo homem dos de Aviz deixou no coração do

povo um rasto de luminosa saudade, e o ultimo homem dos braganças deixou apenas aquelle enjôo que provoca o vomito...

Quando Napoleão caíu e voltou a paz, deu-se o balanço á fortuna portugueza. Era um sudario de miseria e solidão. De 1807 a 14 a população baixára de meio milhão: um quarto do que fôra. Não havia quem trabalhasse: Beresford fizera soldados de todos os que não eram frades, nem desembargadores, nem conegos e capellães cantores, ou castrados. Não havia cultura, nem industria, nem gado, nem pesca. De cada 2:000 recrutas só ás vezes dous sabiam lêr. Até ao principio do seculo, com uma população de um quarto maior, bastava importar por anno 10 milhões de cruzados de trigo: agora necessitavam-se 40, e mais 23 de bacalhau, n'um paiz que é uma faxa maritima e piscosa. A desgraça crescia de anno para anno. 19 era muito peior do que 18. Em Lisboa e Porto tinham entrado menos 416 navios, tinham saído menos 238. As importações de fóra baixavam de 49 a 37 milhões; as exportações de 42 a 26. Para o Brazil, em 18, tinham ido 20 milhões de generos, em 19 iam só 16; tinham vindo 24 milhões, vinham 19 apenas. No congresso (1821, fevereiro) lamentava o ministro, ainda sectario do equilibrio economico pombalino, que o *deficit* total da balança do commercio portuguez fosse de 21 milhões de cruzados. As finanças arruinadas reproduziam o estado da industria, do commercio. Custava a casa real por anno, apesar do rei estar ausente, 260 contos; e só por si as cavallariças absorviam 80. O *commissariado* consumia mais de 1:200 contos; e ao mesmo tempo que os operarios das fabricas de Portalegre e da Covilhan pediam esmola, o *deficit* do orçaménto annual chegava a 2:000 contos.

III

1820

Tornou-se moda, para muitos, escarnecer da revolução de 20, pela sua fraqueza, pelas suas illusões, sobretudo pélo seu mau exito. Os democratas *pé-de-boi,* gravemente hirtos nas suas gravatas altas — como os retratava Manique — solemnes nos modos, afogados em rapé, couraçados de direito romano, e tratando os velhos monarchas por *senhores reis,* formaram um typo de que muitos riram, e riem. «Mandaram, disse Herculano, a D. João II e a D. João III, nos seus tumulos, o codigo do absolutismo e a bulla da Inqusição. Queimaram profusamente a cera e o azeite em illuminações brilhantes, vestindo-se de briche nacional, horrorosamente grosseiro e bastante caro. Foi um tiroteio de banquetes, procissões, foguetes, discursos, arcos de triumpho, revistas, *Te-Deum,* eleições, artigos de jornaes e salvas de artilheria. Todos os dias havia novas festas, e babavam-se por ellas. Era um salseiro de hymnos, sonetos, canções, dramas, córtes de fato, e fórmas de sapatos liberaes. (Foi então que appareceu nas cabeças portuguezas o *chapeu alto,* revolucionario). Multiplicavam-se as lojas maçonicas: os tolos iam lá gastar dinheiro em honra do Supremo Architecto do Universo, e os espertos comer-lh'o em honra do mesmo Architecto. Reuniram-se as côr-

tes. Fez-se uma constituição pouco mais ou menos republicana, mas inteiramente inadequada ao paiz. Repetiram-se, palavra por palavra, traduzidos em portuguez, ou cousa similhante, os discursos mais celebres do *Choix des rapports*, ou as paginas mais excentricas de Rousseau e de Bentham. O povo espantava-se de se achar tão grande, tão livre, tão rico, em direito theorico: porque, na realidade, nos factos materiaes, palpaveis, da vida economica, as cousas estavam pouco mais ou menos na mesma».

Com effeito, assim succedeu; mas a sinceridade das illusões é ainda o que mais nobilita os homens. Os revolucionarios de 1820, imbuidos das chimeras jacobinas que a invasão franceza propagára em Portugal, [1] foram nobres; mas — triste força é confessal-o — foram um tanto ridiculos. Cegava-os a idolatria da liberdade, ao mesmo tempo que os accendia o desejo de serem um novo Pombal, uma segunda Convenção. Eram apostolos, quando a miseria publica não deixava ter ouvidos para dissertações, e só podia ser convencida por factos duros e crueis. Nem Moura, nem Fernandes-Thomaz, nem Borges-Carneiro, os radicaes, os voltairianos, tinham pulso para tanto. O plano das suas reformas, dominado pelos principios naturaes-utilitarios da eschola de Rousseau e de Bentham, nem por isso deixava de reconhecer as necessidades do paiz; mas o seu erro foi pensar — era, é ainda, o erro da eschola — que os povos podem converter-se e mudar de temperamento á voz dos apostolos, e que a simples evidencia da verdade basta para afastar os peccadores dos seus erros, para convencer e levar á abdicação as clas-

[1] V. *Hist. da civil. iberica* (3.ª ed.) pp. 304 e segg.

ses dominantes, e ao dominio as classes escravas e passivas.

As côrtes supprimiram a antiga legislação municipal, judicial e fiscal, aboliram as jurisdicções senhoriaes e ecclesiasticas, crearam o jury para as causas crimes e civeis, substituiram as camaras municipaes por conselhos electivos, chamaram ao dominio publico as propriedades das prelaturas, canonicatos e beneficios ecclesiasticos, tributaram as rendas das corporações religiosas, extinguiram varios mosteiros, prohibiram os votos, chamaram ao fundo nacional os bens da corôa e ordens, destinando-lhes o producto para amortisação da divida nacional. Tudo isto, ou pouco mais ou menos isto, fez Mousinho da Silveira em 34: porque vingou depois, e não vingou em 1820? Por dois motivos. Agora, legislava-se: mais tarde houve uma espada para o impôr, e uma victoria para o consagrar. [1] Agora, o rei estava ausente, vivas, pois, todas as esperanças de restauração do antigo regime, e viva ainda, tambem, a esperança de readquirir o Brazil, á custa do qual esse antigo regime podia conservar-se em paz e socego. Depois, a lenta decomposição que durava quasi tres seculos soffrera a ultima crise; o rei estava á frente da revolução, como um tyranno da Antiguidade; e o Brazil, decididamente perdido, obrigava a uma partilha dos bens das corporações parasitas, impunha o regime da porção-congrua, impunha as reformas, com as exigencias duras da miseria sem esperança.

As côrtes aboliram a Inquisição, de facto acabada pelo marquez de Pombal, e convidaram D. João VI a voltar a um reino onde formalmente lhe

1 V. *Portugal contemporaneo* (2.ª ed.) I, pp. 390 e segg.

negavam o exercicio da realeza: na constituição, o rei sem *veto*, era uma simples imagem. Para que o queriam? porque não proclamavam de uma vez a republica? Porque a maioria era ainda sincera e ingenuamente monarchica; e porque se considerava a volta do rei indispensavel á realisação do projecto de reconducção do Brazil á fructifera condição antiga de colonia — a mais viva de todas as questões pendentes.

N'ella, como sempre, as côrtes demonstraram a sua incapacidade, o contradictorio das suas idéas, a arrogancia das suas palavras, a debilidade das suas acções. O Brazil, a que a residencia da côrte, os seus decretos abrindo-lhe os portos, os tratados de 1810, finalmente, tinham dado uma independencia de facto, já consagrada pela lugar-tenencia do herdeiro da corôa que D. João VI lá deixára; o Brazil só pedia que as exigencias reaccionarias de Lisboa o impellissem a proclamar a independencia, seguindo o exemplo das colonias da Hespanha. As côrtes satisfizeram amplamente esse desejo. Decretaram a abolição de todas as authoridades centraes do Rio de Janeiro, devendo os governadores das capitanías entender-se directamente com a mãe-patria. Os 14 districtos, em que a colonia estava dividida, seriam outras tantas colonias; e esperavam as côrtes que a destruição da unidade e a volta de D. Pedro para o reino, formalmente exigida, permittiriam restabelecer pouco a pouco o antigo estado. Esta esperança era tão chimerica, como eram absurdas as exigencias: o Brazil proclamou-se independente (maio-agosto, 1822) e D. Pedro, em vez de voltar, fez-se seu imperador. [1]

Os decretos das côrtes (setembro, outubro, 1821)

[1] V. *O Brazil e as col. port.* (2.ª ed.) III, 1.

eram arrogantes; os seus actos, porém, eram nenhuns, nem força tinham para serem alguma cousa.

Abolindo os tratados de 1810, repellindo a alliança ingleza, e elevando ao duplo os direitos sobre as manufacturas britannicas, as côrtes, cujo radicalismo tornára Portugal suspeito a toda a Europa já restaurada á monarchia, creavam para si uma situação desesperada, sem auxilio fóra do reino, sem apoio dentro d'elle, porque feriam as altas classes, e porque o povo, surdo e passivo, nem entendia, nem se movia em defeza dos seus representantes: nem queria saber de *carcundas* nem de *empertigados*. No seu proprio seio tinham as côrtes a causa da sua impotencia: eram um amálgama de illusões radicaes, de paixões declamatorias, de um *pastiche* classico, pseudo-romano; eram Brutos de papel, e Catões pintados, Annibal, Scipião, Mario o perpetuo consul, o triumphador Pompeu, ou Camillo o *supersticioso* — como a moda os construia no principio do seculo, nas odes, nas tragedias, nos quadros, nas mobilias; eram arremedos de Robespierre e de Pombal; eram montes de ignorancia pratica e ausencia de espirito administrativo; eram, sobre tudo isso, representantes das tradições nacionaes, e votavam um horror piedoso aos pedreiros-livres, um profundo respeito aos *senhores reis,* e tinham uma grave opinião sobre as bellezas do estado natural e dos direitos do povo.

Da confusão d'estas cousas disparatadas nascia a impotencia das côrtes. Em agosto (1820) rebentára a revolução, depondo a regencia e creando um governo provisorio (setembro), proclamando a constituição hespanhola de Cadix (novembro), e reunindo um congresso que levou quatro mezes a votar as bases da constituição nacional. Em junho (21) regressou D. João VI a Lisboa e foi maltra-

tado, insultado. Intimaram-lhe a hora a que podia desembarcar; prohibiram-lhe que trouxesse para terra os validos, o Maciel, o Targini, os Lobatos; prohibiram que os fieis subditos beijassem a mão papuda do seu soberano. Um anno durava já a revolução, e apenas poucos paragraphos da constituição estavam votados. A inepcia do facto, sob uma apparente agitação, o inchado das phrases e a innocencia das medidas, traduziam a falta de cohesão da assembléa, que decididamente se apresentava, cada vez mais, como o fructo pecco de uma arvore carcomida, como um phenomeno extravagante, inconcebivel, no meio da sociedade portugueza. Os cem deputados authores das leis eram os unicos a percebel-as, se é que elles proprios se entendiam. A nação não resistia; mas olhava para o desbragamento de que se usava com o rei, ouvia os discursos impios e revolucionarios; e o rei e o clero e a nobreza, se não se atreviam a insurgir-se, limitavam-se sabiamente a fomentar a resistencia, applaudindo a inercia do povo. Assim, ficaram como d'antes, apesar das reformas, os corregedores e juizes-de-fóra: não havia modo de os substituir. Assim, aconteceu que ninguem foi ás eleições dos conselhos municipaes, que ninguem quiz ser jurado, que os proprietarios continuaram a pagar os dizimos e os fóros, e os conventos a receber votos.

A revolução era, em si propria, um episodio mais da lenta decomposição: não podia tornar-se em outra cousa. A montanha das desgraças dos ultimos annos provocára-a; essas desgraças e a fome iam levar a historia ás convulsões finaes do absolutismo, apresentando ao mundo uma epilepsia social, predecessora do acabamento. A inopia era uma positiva mendicidade: em outubro

as tropas vindas do Brazil com o rei estavam ainda por pagar, e esmolavam ou roubavam pelas ruas da capital. A anarchia espontanea revestira até ao principio do seculo um caracter manso; agora, depois da invasão, depois de 20, depois da independencia do Brazil, a sociedade perdida, rota, núa, faminta, sem leme e sem governo, cáe n'uma anarchia feroz. Então, as altas-classes conservavam um dominio e uma authoridade: era uma doce anarchia aristocratica; depois, os ataques de 20, a fuga do rei, as successivas provas de incapacidade, destruiam no povo o respeito, sem lhe mudar a paixão; era ainda monarchico e beato, mas de um modo rudo e demagogico. A monarchia desce ás ruas, e Portugal chega a offerecer o mais acabado exemplo de uma dictadura da plebe.

Concluira-se finalmente a Constituição, e foi jurada pelo monarcha e pelo reino (outubro-novembro, 1822). Portugal, a Hespanha, estavam divorciados da Europa já convertida á reacção. Os embaixadores do norte tinham abandonado Lisboa, porque a plebe quebrara as vidraças da legação de Austria que não poz luminarias. O furor dos jacobinos denunciava o fim do *intermezzo* liberal. As côrtes ordinarias reuniram-se em dezembro.

Este episodio das idéas liberaes, que vinham lançar um novo elemento na combustão em que a sociedade se consumia, delimitou para logo tres partidos. Era o dos radicaes ou jacobinos, quasi-republicanos, pedreiros-livres, ideologos sem malicia, ingenuos sem maldade, que destruiam tudo com a sua rhetorica balofa, inçada de formulas,

principios, doutrinas, chimeras, esperanças, visões. Era o dos *miguelistas*, o partido que tinha no paço a rainha e o infante, que tinha os conventos, todos os parasitas, todos os veneradores do passado catholico e monarchico, e a plebe: o partido forte e audaz, a que estava reservado o futuro immediato, e o papel de consummador do desabamento final da nação. Era, finalmente, o partido *pratico*, moderado, conservador e monarchico, partido de uma minoria selecta que partilhava as opiniões correntes na Europa, *restaurada* pelos tratados de 1815.

Em fevereiro de 23, os futuros *miguelistas*, capitaneados pelo conde de Amarante, sublevam Traz-os-Montes contra as côrtes, a favor do absolutismo; em maio caía a revolução hespanhola á voz do exercito do duque de Angouleme. A acção precipitava-se, e cinco mezes depois de abertas as côrtes ordinarias (maio, 1823) os absolutistas rebellaram-se para *libertar* o rei, proclamando em Santarem a queda da constituição (maio, 29). O infante D. Miguel era o braço da revolta, de que era alma a rainha. D. João VI foi para Villa-franca (31), e os tres partidos acharam-se acantonados em tres pontos: Lisboa, Santarem, Villa-franca. Ia haver uma guerra civil? Não; ainda não. Houve apenas uma *poeira*. Bem ou mal, fizeram-se as pazes na familia real. D. Miguel foi nomeado generalissimo, a rapaziada fidalga substituiu os cavallos no coche de D. João VI, aboliu-se a constituição, nomeou-se um ministerio moderado, e creou-se uma medalha commemorativa da jornada *da poeira*.

O pobre D. João VI dizia em 30, da Bemposta, que abandonara D. Miguel como pae, e saberia castigal-o como rei: estava em poder das côrtes. No dia seguinte fugira para Santarem d'onde an-

nunciava que as instituições careciam de reforma: estava em poder de quem? As côrtes em Lisboa deliberavam, declamavam, em sessão permanente; e afinal, vendo caído, vasio, o balão aerio das suas chimeras, sumiram-se, dissolvendo-se com um protesto innocente (2 junho) que ninguem commentou com uma insurreição. O rei dissolvia de direito o congresso dissolvido de facto; abolia a constituição radical, e nomeava uma junta para redigir a futura carta *moderada* do reino. Palmella era a alma da situação e o *factotum* de D. João VI que o elevava a marquez.

Em poeira ficára a revolução de 20. Poeira, e não mais, era a restauração; porque o rei, solicitado pelos seus amigos moderados e pelos seus inimigos absolutistas, era um ser feito de barro miseravel, sem consciencia, molle.

N'este derradeiro representante do sangue brigantino [1] appareciam vivos todos os caracteres da raça. Era necessario que, ao extinguir-se, a arvore désse o mais bem acabado fructo. Egoista e secco como D. João IV, tinha inclinações fradescas como D. João V; tinha a esperteza soez e baixa de D. Pedro II, e o plebeismo de Affonso VI, sem ser inteiramente idiota, como fôra o infeliz encarcerado de Cintra. Todas estas qualidades, e por isso mesmo que as reunia todas, appareciam em D. João VI esbatidas e confundidas, sem nenhuma predominar, realisando assim um typo complexo, merecedor dos louvores de alguns, egualmente digno do enjôo de muitos.

Começava por ser quasi disforme. Tinha as

[1] Os filhos, D. Miguel e D. Pedro, são antes hespanhoes ou italianos: aventureiros, *condottieri*. Têm o sangue da mãe. Os braganças posteriores são allemães.

*

mãos enormes, e uma inchação das pernas, doença antiga da familia. Soffria de vertigens e ataques de melancolia, por padecer de hemorrhoidas. A má saude amarellára-lhe a côr do rosto flascido, d'onde pendia o conhecido beiço, carnudo, sem vida, peculiar dos burbons. Por 1805 os seus padecimentos tinham-se aggravado, repetindo-se-lhe os deliquios, e augmentando, com a fraqueza, a timidez e os medos. Deixou de andar a cavallo, temendo caír. Abandonou Queluz, por ter visto ahi endoidecer a mãe, e receiar tambem a loucura: receiava, sobretudo e sempre, morrer. Este medo trazia-o estonteado, e prompto a subscrever a todas as baixezas e humilhações: ninguem talvez as soffreu tão grandes! O medo, a indolencia, os padecimentos, e até a ponta de ironia com que de si para si se vingava dos seus tyrannos domesticos (a rainha, o infante) diminuiam porém a crueza das provações.

Era muito sujo, vicio de resto commum a toda a familia, a toda a nação. Nem elle, nem D. Carlota, apesar de se odiarem, discrepavam na regra de se não lavarem, unica em que concordavam. Tinha inclinações baixas, e gostava, sobre todos, dos seus validos plebeus: o padre João, seu afilhado, os Lobatos guarda-roupas, e o José Egydio, seu secretario particular. Com esses fiéis e dedicados subditos, com os frades de Mafra em cuja companhia amava ir entoar o cantochão, para mostrar a sua poderosa voz de baixo, sentia-se bem, sentia que era tomado de véras como rei. Isto dava-lhe um gozo de innocente vaidade, e não deixava de fallar de si na terceira pessoa: sua magestade quer dormir, sua magestade quer passeiar, sua magestade quer comer, etc.

Era, tambem, bastante avarento: por desleixo

e economia, usava, até caírem de podres, as tradicionaes calças de ganga; e uma vez que lhe furtaram um capote de doze moedas, esteve a ponto de revolucionar Lisboa para descobrir o ladrão: era caso muito mais grave do que furtarem-lhe o poder, o governo, a authoridade! Não deixava de amar o seu povo, mas queria mais ainda ás louras peças de ouro que enthesourava; e como os liberaes não faltavam ao pagamento pontual da lista-civil, não achava de todo má a Constituição.

Não se vá suppôr com isto que era inteiramente boçal: não. Tinha uma esperteza de saloio, refinada por uma casuistica fradesca, porque era philosopho e theologo, a seu modo: um resto da educação nacional jesuitica. Desconfiava sempre, e de tudo, de todos; e se era indeciso, por ser fraco e inepto, era-o tambem por esperteza e dissimulação. Raras vezes se oppunha aos ministros que lhe davam, mas nenhum d'elles se gabou jámais de ter a sua confiança. Não se oppunha; mas intrigava, cortava-lhes os *vôos*, temendo sempre a sorte do avô D. José, a quem o marquez de Pombal pozera em risco de morrer de um tiro.

Não tinha paixões, mas por isso mesmo queria viver socegado. Desadorava o ardor da esposa irrequieta, e além d'isso infiel. Não queria restaurações, nem absolutismos: chegava a achar rasoavel que o povo tratasse de si. Observando-o de agora, é mistér concordar que, um pouco menos burlesco, seria o melhor dos reis constitucionaes: bastava o cantochão e as peças de ouro para o distrahir. Por mais que fizessem, não o levavam a ser tyranno: preferia os louros frangos assados com que abarrotava os bolsos da casaca engordurada, comendo-os á mão, polvilhados de rapé. Por economia, usava um chapéu velho e sebento, sem se

parecer no mais com Luis XI; e ria dos que, á força, queriam vêr n'elle um despota. Por isso chegavam a accusal-o de pender para o lado dos pedreiros-livres, quando elle pendia, apenas, atraz do seu beiço carnudo e sensual, para a indolencia e paz-d'alma proprias de uma creatura gorda, vulgar e pouco intelligente.

Se como rei não póde deixar de inspirar tedio, o homem não deixa de provocar em nós a sympathia caridosa que nos merecem as pessoas molles, pesadas, incapazes de bem e de mal, seres inoffensivos que nos não irritam os nervos.

Representante quasi posthumo de uma dynastia, epitaphio vivo dos braganças, sombra espessa de uma serie de reis doidos ou ineptamente maus, D. João VI, já velho, pesado, sujo, gorduroso, feio e obeso, com o olhar morto, a face caída e tostada, o beiço pendente, curvado sobre os joelhos inchados, baloiçado como um fardo entre as almofadas de velludo dos velhos coches doirados de D. João V, e seguido por um magro esquadrão de cavallaria — era, para os que assim o viram, sobre as ruas pedregosas de Lisboa, uma apparição burlesca. Para nós, ao lembrarmo-nos de que n'esse coche, desconjuntando pelos solavancos das calçadas, vae o herdeiro e o representante do Condestavel, o espectaculo resuscita-nos a historia da nação, tambem desconjuntada pelos balanços da sua vida tormentosa.

E se, porventura, as mysteriosas leis da vida têm um papel na historia, força é reconhecer que na familia dos braganças não vingou a semente da nobre raça dos Nunalvares: viu-se em todos elles a descendencia do crasso sangue alemtejano da filha do Barbadão.

IV

D. Miguel

A indifferença de D. João VI, o seu amor ao socego, o seu odio á rainha, faziam o desespero d'esta e do seu pupillo querido, o infante D. Miguel. Mãe e filho, como idéa e braço, capitaneavam o partido que á força queria *libertar* o soberano, restaurar, com um absolutismo radical, o Portugal antigo e fiel, inimigo dos pedreiros-livres e enthusiasta da religião e da monarchia. No paço, o marquez de Loulé influia poderosamente no animo do rei, aconselhando-lhe a moderação, desviando-o das aventuras radicaes. Em fevereiro de 1824 o marquez appareceu assassinado em Salvaterra. A comedia da côrte, burlesca apenas desde o tempo de D. Maria I, apparecia tragica; a anarchia, mansa até agora, embravecia; as nodoas de sangue, o estertor rouco dos moribundos, a pallida amarellidão dos cadaveres, vinham dar côres novas ao quadro da sociedade. A revolução de 20, apesar do seu nome e do pomposo e atrevido das suas phrases, fôra innocente: nem uma gota de sangue tinha corrido. O assassinato do marquez de Loulé foi como o primeiro tiro perdido, de author ignorado, que no meio do tumulto surdo da rua desencadeia a furia, marcando a hora da vertigem e da matança. Não podia faltar

esta derradeira e necessaria conclusão ao longo drama da decomposição da sociedade portugueza.

A devassa ordenada sobre o assassinato do marquez querem alguns que descobrisse a cumplicidade da ferina rainha e do seu brutal filho; e esses dão como immediata causa da *abrilada* a necessidade de pôr pedra sobre o processo. O facto é que na noute de 30 de abril sublevaram-se as tropas, D. Miguel proclamou-se libertador do pae, demittiu o governo, prendendo em Belem o marquez de Palmella, chefe dos moderados. A cavallo, pelas ruas, durante essa primeira semana de maio em que se viu rei, o infante, seguido por um bando de campinos armados de lanças, galopava triumphante. A sua cohorte, recrutada nos curros das toiradas e nas estrebarias do palacio, os seus amigos plebeus, o Sedvem, os Paiva-Raposos, e outros, não o abandonavam jámais. As antigas arruaças estroinas de D. Affonso VI e do irmão de D. João V eram agora, nas mãos do moço infante, revoluções politicas. Plebeu nos modos, violento e bronco no espirito, fanatico e valente, o infante democratisava a monarchia, e o seu povo adorava-o. Era corpulento e trigueiro, queimado pelo sol, e tinha uns grandes olhos negros peninsulares sobre a face rapada e sanguinea. Vestia-se á picadora, com um casaco de baetão verde, calção preto, botas altas de cava, com tacões de prateleira e esporas de prata. Usava um bonet azul, de prato largo, com viseira. Tinha inclinações grosseiras e rusticas. Ensinava a lavrar aos moços do campo: tomava a rabiça do arado, chicotava as mulas, e sulcava fundo a terra mais dura. Suffocava um forte cavallo de Alter, puxando-lhe a ponta da cilha com os dentes. Levantava com a bocca um sacco de trigo de seis alqueires, e punha-o ao hom-

bro com uma só mão. Galopava á desfilada com o José Verissimo e o Sedvem, de Queluz a Lisboa, trazendo a vara entalada contra a sella, sob a perna. Os soldados de cavallaria da escolta nunca podiam acompanhal-o: ficavam para traz. Preferindo as touradas, os cavallos, a caça, as estrebarias, os arrieiros, os picadores, os frades bem grosseiros, as raparigas saloias de Queluz, tisnadas pelo sol e cheirando a herva, aos molles requintes do paço, aos entretenimentos da côrte, ao luxo arrebicado e ás damas e meninas preciosas da aristocracia — D. Miguel era o demagogo de antigas edades, perdido no meio de um seculo inimigo. Formado com todas as violencias da alma portugueza, inspirado pelo genio italiano da mãe, era o personagem destinado a imprimir a esta nação do extremo occidente uma phisionomia similhante ao Napoles da outra peninsula mediterranea, tornando eguaes, no fim, duas nações que, quasi a par, tinham descido a estrada de uma decomposição fétidamente florída.

D. Miguel em pessoa foi o alguazil da *abrilada:* ia ás casas arrancar os *pedreiros-livres* ao seio das familias, perseguia os fugitivos, a cavallo pelas ruas. O *moderado* Subserra, querido do rei e alma da situação anterior, conseguira embarcar e fugir: o infante largou á desfilada para a barra, para que S. Julião fizesse fogo sobre o paquete inglez. Corria os quarteis, fallava ás tropas: os *pedreiros-livres* queriam matar o rei e a familia real! E diante d'esta explosão da loucura do infante, levantado e acclamado pelas ondas da plebe, pela tropa, pelos frades, Lisboa, pasmada e inerte, observava, consentindo o imperio do novo partido, que afinal rompia os diques e trasbordava, mandando no paço, no governo, no rei. No meio d'esta

crise, propria do Cairo ou de Tunis os embaixadores intervieram, como é costume fazer-se no Egypto. O paço da Bemposta, onde o rei vivia, estava cercado; mas os embaixadores, seguindo o da França, cuja intervenção foi decidida e nobre, forçaram o bloqueio e chegaram junto ao rei. Quando D. Miguel entrou e viu Neuville ao lado de seu pae, teve um ataque de furia: mordia e rasgava as luvas, desesperado, com uma colera quasi infantil. O rei estava sobretudo afflicto, porque, ignorando o destino do Subserra, julgava-o morto. Neuville socegava-o.

A intervenção dos diplomatas estrangeiros, com quem D. João VI conspirou contra a esposa e o filho, fez abortar a revolução. Dezeseis annos antes fugira para o Brazil: agora fugia, outra vez, para bordo de uma náu ingleza (maio 9) para ordenar d'ahi o desterro do infante e a rehabilitação do partido moderado.

D. Miguel foi com effeito banido, e por dois annos andou enchendo a Europa da fama das suas tropelias. Expulso de Paris, acolheu-se a Vienna, que era então o baluarte do *direito-divino,* com Metternich por summo-sacerdote. [1] D. Miguel era porém um effeito, e não uma causa; a furia do seu genio era o desespero de uma sociedade perdida, a que as idéas novas encolerisavam, e a fome perseguia já de perto. A successão das miseraveis desgraças, que desde o principio do seculo affligiam Portugal, affigurava-se como um castigo do céu contra as impiedades dos pedreiros-livres. Muita, senão a maxima parte da gente assim pensava, incluindo grande numero dos homens de 20, convertidos das suas illusões. Em junho (4) de 24 dis-

[1] V. *Portugal contemporaneo* (2.ª ed.) I, pp. 28 e segg.

solvia-se a junta encarregada em 23, depois da *Poeira,* de preparar uma constituição, e convocavam-se as *côrtes de Lamego*: No dia seguinte apparecia um alvará annullando todos os decretos das côrtes da revolução, por se lhes negar poder soberano ou legislativo. A revolução, perdida, era condemnada: a reacção imperava franca. Em 25 (agosto, 29) o Brazil separava-se. Reconhecida formalmente a independencia, varriam-se as esperanças de readquirir a fonte dos proventos nacionaes; e os commerciantes arruinados, a alfandega deserta, o thesouro vasio, enchiam de desespero os cerebros d'onde a historia de tres seculos varrera a lucidez. Só uma contrita confissão geral dos crimes liberaes, só uma depuração da sociedade, só um terror absoluto, em nome de Deus e do Rei, podiam fazer voltar os bons tempos piedosos, e com elles o Brazil!

Tal era o estado de espirito da maxima parte da nação; tal era o enthusiasmo da plebe; tal era a loucura que encarnára em D. Miguel. Carlota Joaquina, megéra horrenda e desdentada, creatura devassa e abominavel em cujas veias corria toda a podridão do sangue burbon, viciado por tres seculos de casamentos contra a natureza, atiçava essa chamma, como a horrida feiticeira, no fundo do seu antro, assopra o lume da sua cosinha diabolica. Ficára, na ausencia do infante, para lhe preparar a volta a elle, e ao pobre rei um morrer desgraçado, sem amigos, sem mulher, sem filhos, sem povo, sem nada!

Queluz era o palacio querido d'essa côrte, onde reinava a devassidão plebêa. Entre o muito que

a revolução destruiu depois, esqueceu deitar por terra o mesquinho arremedo do Trianon, que foi para nós uma bastilha de perdição e vergonha.

D. João VI preferia a Bemposta, e sobretudo preferia viver longe da rainha, a quem tinha odio e medo. Não a podia soffrer, nem aos lacaios seus instrumentos. Como aquelle rei do Egypto alexandrino que varria os seus paços com um chicote, ou como Affonso VI que fustigava com elle os que o aborreciam, D. João VI tambem correu de bengala em punho o seu paço, atraz da mulata Maria Leonor, criada da rainha, confessada de fr. José do Pilar, para a castigar, á portugueza, das piedosas intrigas que armára.

Em Queluz a rainha, o seu frade, a sua mulata e toda a sucía, davam largas ao furor, e conspiravam abertamente. Carlota Joaquina, ao chegar do Brazil, enganando-se com a omnipotencia apparente das côrtes, jurára a constituição, affectando uma exaltação jacobina que seduziu o ingenuo Borges-Carneiro. Mostrando, porém, o tempo a impotencia absoluta da revolução, a rainha sentiu que vivo ardor enlouquecia o povo atribulado por tantas e tão repetidas desgraças e vergonhas. Mudou pois de rumo; poz-se atraz de todos os descontentes, a excital-os, a pical-os, a mordel-os, mettendo no corpo do filho um virus que rebentou n'um furunculo, n'uma furia — insensata, porque o seu curto juizo não dava para mais; plebêa e sanguinaria, porque taes eram as inclinações do seu temperamento.

Mallograda a *abrilada*, a rainha, a quem a reacção roubára o filho querido e seu instrumento, vestiu-se de dó, retirou-se, lamentando a perda da monarchia. O seu lucto era, porém, extravagante e burlesco: apparecia, esfarrapada e suja, n'um

roupão velho de chita, com um chapéo de feltro e duas escarcellas cheias de reliquias á cinta. Só um milagre poderia salvar o reino, convertendo-o á verdadeira fé absolutista e beata, contra os pedreiros-livres e contra o proprio rei que não se envergonhava de os apoiar. E esse milagre appareceu em Carnaxide, nos arredores de Lisboa: foi o cão de um caçador que, entrando n'uma gruta a perseguir um coelho, viu uma imagem da *Conceição* e ficou de joelhos a adoral-a, em companhia do coelho e do caçador que entrou logo. A *Senhora apparecida,* ou da *Conceição-da-Rocha,* pôde ainda excitar o fervor religioso do povo. O *miguelismo* tinha já o seu milagre. Deus favorecia-o.

Deus era com effeito o supposto cumplice mais decidido dos tramas de Queluz, onde se reuniam os *carcundas.* Eram os diplomatas offendidos, os padres furibundos, os militares preteridos, os validos do infante desterrado: o marquez de Abrantes, os Paiva-Raposos, e outros que a *moderação* do governo e os medos do rei não deixava exterminar. Eram os valídos plebeus, o *Garrocho,* o Cardozo, o *Cambaças* que se tinha offerecido para carrasco dos pedreiros-livres no dia 30 de abril, o *Fitas,* ladrão celebre. Era uma relé de frades, picadores e bolieiros, de mercurios andrajosos, mendigos amputados e lazarentos que iam e vinham de Lisboa, com noticias e delações. Estava alli formada a côrte, o governo, do futuro restaurador do absolutismo. Ás portas de Queluz, transformado n'uma estalagem de arrieiros onde se educavam as infantas, abriam-se a todos; e Latanzi, um italiano velho, ex-mercurio do caduco marquez de Abrantes, privava com as meninas, contrabandeando em bijuterias francezas que ia vender ao paço. Era muito querido, e esperando em paga um emprego,

presenteava as infantas com tres chavenas de porcellana para caldo.

Em Lisboa, o governo, indeciso entre a revolução e o absolutismo, *moderado* ainda, mas inchado e com vertigens como o rei, deixava correr á solta o furor das conspirações. Tudo estava absolutamente podre, caíndo a pedaços, esborôando-se n'uma gangrena. Contava-se de desembargadores do paço que chumbavam dados, marcavam cartas, passavam provisões falsas, eram assassinos, ladrões, e commettiam estupros, sem deixarem de resár o *terço* e commungar com toda a devoção. Na loja de bebidas de Marcos-Philippe, onde se reuniam empregados publicos, sabia-se, por exemplo, que dos 17 da contadoria de Marialva só 3 ou 4 não eram ladrões. Não tinham conta as lojas onde se podia depositar dinheiro para obter empregos, porque, seccada a fonte do Brazil, a nação devastada, sem agricultura, nem trabalho, esmolava em massa á porta das secretarias, como a plebe esmolava o seu caldo nas portarias dos conventos. No paço, os *canaes* e *empenhos* vendiam tudo; mas nos tribunaes era peior ainda. No Desembargo-do-paço, na Meza-da-Consciencia-e-Ordem, no Conselho-da-Fazenda, vendiam-se até os despachos mais triviaes, e as consultas favoreciam quem melhor pagava. A sociedade estava tão pervertida na moral, como na intelligencia: cousa, de resto, commum, e por via de regra constante. A policia era uma malta de denunciadores por dinheiro; e sabia-se de um Pinet, de origem franceza, que dava graus maçonicos a quem os queria, a razão de meia moeda, para receber depois outro preço da policia, denunciando os novos pedreiros-livres. Um registro da Marinha classifica de um modo eloquente o pessoal da armada. O almirante nunca fôra bom official,

nem tinha força, nem saber. Dos quatro vice-almirantes, um estava incapaz por velho e tropego, outro nullo por doença, o terceiro valia pouco ou nada, o quarto era ignorante e intrigante. Havia um chefe de divisão que passára de monsenhôr da Patriarchal; havia bebados conhecidos. Por isto a esquadra, que se pretendia dever ir submetter o Brazil rebelde, não partia, não partiu jámais.

O padre José Agostinho, enthusiasta de 20, era em 24 um dos mais bulhentos corypheus da reacção. Homem superior, perdido pelo tempo, a sua vida e os seus costumes resumem os diversos aspectos da decomposição final da sociedade. Andava em *troças* e orgias permanentes, de faca á cinta. A devassidão, a brutalidade, e o cahos de idéas novas, naturalistas, amalgamadas com paixões velhas e opiniões antigas, fervia no seu cerebro e fazia d'elle um typo. Fôra liberal em 20, era miguelista agora. Todos os sanguinarios de 24 tinham sido radicaes. O celebre D. Gil, na Rua-dos-Condes, interrompera os actores declamando versos *liberaes*, n'um furor de ensurdecer. O Alpoim enchera a sala de S. Carlos com as suas odes radicaes. O Paiva-Raposo era lembrado pelos seus vivas á Constituição, no botequim do Marrare; e D. Antonio da Silveira espojára-se, rebolando de alegria, no salão de S. Carlos, na noute de 17 de setembro. José-Agostinho, em 24, transformado em energumeno, vagueava pelas ruas, arrastando o habito ennodoado das orgias, declamando e prophetisando. Era o idolo plebeu, e o primeiro apostolo do miguelismo.

Essa relaxação turbulenta, essa anarchia desenfreada a que o frade se convertera, era a lei geral. Não havia segurança, nem ordem, nem decencia em Lisboa. Um grupo de *trocistas* armados de vergalhos introduziu-se uma noute no convento do Carmo; e á hora da disciplina invadiu o côro, desancando os frades, desalmadamente, ás escuras. A frequencia dos crimes crescia todos os dias, com o numero dos vadios. Não os assustava a cadeia, onde tinham casa e comida. No proprio coração da capital, nas ruas do Loreto, da Atalaya, da Rosa, da Barroca, havia tendas e tabernas, que eram sabidos covís de malfeitores. No bairro de Andaluz havia assaltos: uma casa defendeu-se a tiro e um dos salteadores ficou morto. Os marujos desembarcavam para roubar. Cozia-se gente a facadas todas as noutes. Havia botequins que eram, no saber de todos, covís de bandidos: o bilhar do *Abbade* ao Passeio, o do *Bosque,* o da *Rua-dos-Condes,* o *Maneta,* no largo do Soccorro, e o *retiro* do Cabeço-de-Bola, que estava sob a protecção decidida do escrivão do crime do bairro da Mouraria. Os soldados eram os mais assiduos; e de todas as tabernas, a mais terrivel era uma da rua do Loreto, porque n'ella se reuniam os soldados da guarda real da marinha, os artilheiros nacionaes, os artifices engenheiros, de braço dado com os da policia. A grande questão militar era então a falta de pagamento das fardetas: d'ahi dependia a sorte das instituições!

Os energumenos exploravam esta falta do ministerio; e viam-se, de braço dado, os frades e os soldados em colloquios intimos, ouviam-se as catilinarias dos primeiros seduzindo os segundos. Era notado fr. José da Rocha, jeronymo conhecido pela frequencia das suas bebedeiras, pela sua inclinação

pelas sucias e pandegas. Saíam das *hortas* e das tabernas, inflammados pelos sermões dos frades, bandos de homens de jaleco e de soldados de *cacete,* para deitar abaixo o governo, matar os pedreiros-livres, pôr no throno o *senhor infante.* E atraz da turba, avinhada e ameaçadora, vinha o grupo do cego com a guitarra e o cão de guia, garoto amarello e rouco, a cantar de um modo selvagem, com tregeitos lubricos, cantigas obscenas como o *Negro-melro,* que provocavam gargalhadas dos frades, dos soldados, das collarejas de faca na liga, das meretrizes debruçadas das janellas. A plebe, reinando já, pedia que lhe dessem o seu principe.

Appareciam pasquins nas esquinas, todos os dias, por toda a parte. Agora D. João VI corria risco de vida: os pedreiros-livres tinham-lhe jurado a morte. Logo, era o rei o traidor: «Portuguezes álerta, que elrei deserta!» Uns annunciavam a chegada proxima do infante, com um exercito francez, um exercito *da fé,* como o que Chateaubriand mandára á Hespanha *libertar* Fernando VII. Mas, como era grande o odio aos francezes, authores da maçonaria e da *liberdade,* cuja invasão depredadora lembrava ainda, similhante noticia irritava muita gente. Queria-se bastante á pessoa de D. João VI, e os energumenos perdiam-se, desde que, para levantar o infante, deprimiam ou accusavam o rei: «Estou vendo isso, estou vendo! O mais velho (D. Pedro) está desafiando o pae no campo (no Brazil) com a espada na mão: que os brazileiros d'aqui a dois dias são capazes de o matar! Falta que o mais moço venha por ahi, com algum exercito francez, insultar tambem o pae.» E o frade, para não ser batido, fallava respeitosamente do rei, contando, porém, longas his-

torias da sua fraqueza, e terminando, ao ouvido, com amor: « O *menino* não tarda por ahi... »

Esta propaganda activa lavrava, conquistando as baixas classes: o frade vivia com ellas. As diversas ordens monasticas constituiam uma sociedade ao lado da outra — desde os agostinhos que eram fidalgos, até aos plebeus franciscanos. Todas as classes tinham os seus frades, e a propaganda era, assim, intima, de egual para egual: força enorme que se alliava á de fallarem em nome de Deus. Os liberaes conspiravam, sim, e prégavam tambem; mas eram poucos, eram *impios*, tinham o sabor estrangeirado, *francez*, e pertenciam exclusivamente á grossa burguezia do commercio, muito em baixo desde que se perdera o Brazil. Essa desgraça que os arruinava, fazia-os liberaes. O caes do Sodré era o unico ponto onde reinavam, e o café *do grego* o seu baluarte: ahi dava as cartas o mercador Walsh — um inglez herege!

De resto, por toda a parte, em todos os bairros, rebentavam os focos de agitação *miguelista*. No botequim do José Maria, no largo de Belem, onde se reuniam os picadores da casa real, via-se o toureador Sedvem, já solto da *abrilada*, fallando em nome da santa religião; via-se o Gourlade, dando vivas ao infante, e pedindo « forcas e mais forcas ». No café do Nicola, o procurador Paiva affirmava estar decidida a partida do rei para o Brazil, e a vinda de D. Miguel para governar o reino. A propria cadeia do Limoeiro, onde estavam os presos da *abrilada*, era um club presidido pelo mathematico José Accursio das Neves, sempre furioso contra a pedreirada que lh'o havia de pagar! O carcereiro estava comprado, e havia dinheiro em abundancia. O padre Braga jogava o voltarete, ás noutes, com o juiz-de-fóra de Oeiras

que ia á cadeia visital-o e conspirar. O governo via e sabia tudo isso; mas nada podia fazer, porque era cousa nenhuma: era um inchaço, como o rei. No Lumiar, em casa do escrivão José Egydio, dizia-se alto e bom som que rei e ministros eram maçons refinados. José Agostinho reunia em casa, em Pedroiços; mas a sua tribuna estava na loja do Tiburcio em Belem, onde iam o padre Braga e o Corvo e todos os sequazes da *abrilada*. O Paiva-Rapozo, o José Manuel, o Sabino, o Mesquita da *Marinha*, reuniam-se na loja do Grondona, ao Calhariz, preferida pelos padres. D'esses numerosos clubs, eram tambem fallados o capellista Custodio, ao Loreto, os mercadores Paulo e Pedro José da Costa, no seu arruamento, o livreiro Caetano da rua da Prata, a loja de papel do Guimarães do Chiado, e sobre tudo a botica do Placido, na rua dos Algibebes, onde se reunia a nata dos energumenos. O boticario em pessoa, que ouvia missa todos os dias e era confessado dos padres da Congregação, queria que se começasse logo a enforcar na *pedreirada:* o padre Braga estava alli para os confessar. Não era necessario esperar pela chegada do infante que, segundo diziam de Queluz, estava já em Madrid, carteando-se com o pae para vir herdar o reino. D. João VI tornaria para o Brazil.

Das provincias chegavam todos os dias noticias animadoras. Só no Porto vegetava ainda um fermento de liberalismo; mas ahi mesmo o partido do infante, ou da rainha, tinha adeptos seguros e dedicados. Em Braga eram todos pela revolução absolutista; em Guimarães, o convento de Santo-Antonio-dos-capuchos era o club onde conspiravam o corregedor e o capitão-mór: a camara ia toda com os rebeldes, contra o rei pedreiro-livre.

Em Traz-os-Montes, a provincia inteira ardia em desejos de vêr regressar o infante. Villa-Real levantava vivas á rainha, e Chaves era um dos seguros baluartes do absolutismo. Nas Beiras succedia outro tanto. Castello-branco fazia como Villa-Real. Na Covilhan corria com enthusiasmo a noticia, enviada de Lisboa pelo padre Braga, de que em breve acabariam todos os pedreiros-livres. Repetindo os seus velhos motins, reaccendendo os odios antigos contra os christãos-novos, a Covilhan era agora o theatro de roubos e assassinatos na pessoa dos liberaes. Quando lá chegaram as proclamações do infante, pela *abrilada,* o povo sublevou-se: levava á frente o juiz-de-fóra, o Camolino, com os padres José Gabriel, Joaquim Coelho, Manoel Maia — e o Feio que do pulpito disse que o conde de Paraty fôra ao paço mascarado para matar el-rei; que só a rainha e o infante podiam salvar o monarcha das garras da *pedreirada.* Em Lamego fr. Antonio Espadeiro terminava assim um sermão: «Digam comigo, meus irmãos amados: Morram todos os pedreiros-livres!» E o povo, na egreja, em côro, batendo nos peitos com devoção, repetia: «Morram todos os pedreiros-livres!»

O povo, que em 1640 não chegára a convencer-se de que D. João IV fosse o verdadeiro D. Sebastião, o encoberto desejado, conforme lh'o prégava o padre Antonio Vieira, continuava a esperar a vinda de um Messias. Era D. Miguel? Era; mas para muitos D. Miguel, bem no fundo, era D. Sebastião. Havia de voltar por mar, em manhan de nevoa; e os fieis iam todas as tardes ás sessões do largo das Chagas, d'onde se avista a

barra e o Bugio; e ás vezes deitavam até ao Dafundo, até Cascaes, para vêr se alcançavam as Berlengas. Os politicos, com o seu espirito positivo e pratico, receiavam o desenvolvimento d'este sonho amortecedor; e José Agostinho, esbaforido, não cessava de prégar que o sebastianista era mau pae, mau filho, mau cidadão — e por sobre tudo isso, um tolo refinado.

A persistencia d'este sonho durante dois seculos e meio, atravez de tão diversas condições, apesar da sequencia de meia duzia de reis de uma dynastia nova e indigena, demonstra-nos a profundidade da impressão recebida pela imaginação nacional na catastrophe do fim do XVI seculo. Demonstra-nos que a consciencia de um acabar desgraçado, depois de uma existencia irremediavelmente perdida, se não apagára, apesar do dinheiro do Brazil, da pompa de D. João V e do terramoto de Pombal. O sentimento da fidelidade e do amor fixára-se, por fim, nos novos reis; mas como logar-tenentes apenas do verdadeiro soberano, que voltaria, decerto, com a fortuna perdida, e a corôa roubada nos areiaes adustos da Africa...

Effectivamente o povo não se enganava. A longa historia de quasi tres seculos fôra a historia de uma decomposição, semeada de incidentes, mas nunca interrompida, nem dominada. O Portugal restaurado era apenas a restauração de uma fórma, e não a revivificação de um corpo. Contundido, miseravel, roto, faminto, Portugal fôra tombando, de baldão em baldão, até ao fundo de um abysmo de loucura vertiginosa, de abjecção torpe, onde agora se debatia arruinado de corpo e alma. Estonteado pela fé catholica, entregára-se dos braços do director de morte — o jesuita. Perdera o rei em Africa; logo depois os fóros da independencia. O jesuita

voltou a dar-lhe um throno e uma autonomia, mas o povo não se illudiu: eram cousas apparentes, formaes, vasias de alma, como convinha que fossem a esses coveiros das sociedades, discipulos negros de Loyola. Pagou-se com o Oriente a nova independencia, e por um nada se perde o Brazil — que ficou para vasar sobre o reino uma chuva de ouro e diamantes. Appareceu então o beaterio triumphante e magnifico, manto doirado nos hombros de um corpo roído, de uma nação que era o riso da Europa. Depois veiu o terramoto, mas passou; e caíu-se logo mais fundo no abysmo da devoção idiota e da corrupção mansa, até que a revolução franceza, agitando a Europa, e a separação do Brazil, seccando o erario, fizeram erguer Portugal da sua somnolencia e medir ao certo o cumulo de miseria a que se chegára.

Quatro homens de genio que a nação gerára no decurso da sua ruina — o padre Antonio Vieira e o *judeu* Antonio José, Bocage e José-Agostinho — demonstravam successivamente, na extravagancia esteril, na grosseria vulgar, no desbragamento e no requinte ridiculo das suas obras, a influencia perniciosa d'essa educação de morte, que tomando conta da nação no XVI seculo, a entregára, no seguinte, ás mãos da dynastia de Bragança, fiel discipulo que veiu a exceder os mestres. A nação commovia-se agora: acordava o sentimento vago da miseria em que se afogava; queria subir, libertar-se, viver. Como? se estava decrepita e doida! Como as nações perdidas o fazem: debatendo-se nas crises do terror fanatico, da loucura varrida, da abjecção repugnante; revolvendo a vasa immunda; despindo com franqueza os andrajos, para mostrar o corpo chagado, a reclamar vingança e pão.

A dictadura de D. Miguel [1] é, n'esta Judéa da Europa occidental, como a crise feroz de Jerusalem quando se debatia contra os romanos. A plebe desvairada exerce o papel de funebre juiz, e as suas loucuras e os seus crimes são a expiação dos crimes accumulados pelo tempo. Um dia o instincto popular protesta, e a onda da anarchia rebenta. Uma vez impelle-a a miragem do futuro: assim acontecera em França. Outra vez arrebata-a a miragem do passado: assim acontecia em Portugal, que vivera tres seculos de esperar a restauração do Quinto-imperio, catholico e messianico.

Em março de 26 morreu D. João VI. A stulta incapacidade dos politicos demonstrou-se então cabalmente. O primogenito, que se levantára com o Brazil declarando-se imperador, desistiu da corôa portugueza em favor da filha, D. Maria II, e outorgou ao reino uma carta constitucional. Sob o regime de uma monarchia temperada, a rainha, desposando o tio D. Miguel, contiuuaria a fruir em socego o morgado de Portugal, segundo o systema mesquinho em vigor desde 1640. Haveria paz e concordia; evitar-se-hia o rebentar da procella que todos sentiam nos ares.

D. Miguel voltou ao reino (1828, fevereiro) regente em nome da sobrinha que devia esperar para as bodas, e jurou a nova constituição. Os politicos, moderados e prudentes, applaudiam tudo, confiando no exito da sua combinação singular. Se acaso o regente, ao jurar, acreditou n'ella e no thalamo e na corôa que lhe offereciam, um mez

[1] V. *Portugal contemporaneo* (2.ª ed.) I, pp. 52-5, 82 102 e 126 e segg.

bastou para o forçar a desempenhar o papel que as circumstancias lhe impunham. Se não era tão crente e tão forte como o partido que o elegia chefe, esse partido obrigou-o a mentir a todas as combinações dos habeis, dissolvendo as côrtes (março) e acclamando-se rei (junho).

A tempestade rebentou logo. Todos os elementos que estudámos, até então comprimidos e refreados, se soltaram; e a onda da anarchia da plebe, o delirio da vingança, as perseguições, os exilios, as forcas invocadas com tanto amor — saíram á luz do dia, para punir os homens cuja impiedade arrastára o reino a tantas desgraças: os liberaes, réus da perda do Brazil, os pedreiros-livres cujos peccados Deus fulminava com o diluvio de desgraças que se despenhava sobre a nação. *Vae pastoribus qui disperdunt et dilacerant gregem pascuae meae!*

Esses pastores sem grei, esse grupo de homens desnacionalisados pela educação franceza que lhes ensinára os dogmas da novissima idolatria da Liberdade e do Progresso, resistiram primeiro no Porto (1828, maio) mas foram esmagados. Depois acantonaram-se na Terceira, onde se lhes reuniu o ex-imperador do Brazil, ex-rei de Portugal, regente em nome da filha (1832, março) — para revindicar o throno, invocando uma legitimidade contestada, e os novos principios que decididamente venciam na Europa com a revolução de julho e a monarchia de Orleans na França.

Começou então uma guerra de quatro annos, cujos fastos, presentes a todos, ainda não foram historiados condignamente. A circumstancia, apparentemente singular, da victoria final do exercito de D. Pedro, numericamente inferior de dezenas de milhares de homens, sem homogeneidade,

formado de voluntarios e de soldados de fortuna, mercenarios contractados por toda a Europa: essa circumstancia explica-se, sem ser necessario entrarmos na avaliação do merito pessoal dos capitães. Por D. Pedro combatiam a França e a Hespanha *liberaes;* por D. Pedro combatia, sobretudo, a fatalidade das crises que devoram rapidamente as forças sociaes organicas, á maneira da febre que queima o sangue e mata. O ardor, o enthusiasmo, a unanimidade da reacção *miguelista* traduziam uma crise de desespero da sociedade: era um hysterismo que, depois de entorpecer lentamente o corpo da nação, rebentava n'uma furia, para logo a deixar prostrada e semi-morta. Esse mesmo caracter que dava momentaneamente a força, era a causa de muitas fraquezas, pervertendo o juizo, conturbando a lucidez, e pondo em seu lugar a doidice varrida com que se arrostava a terra, o mar e o mundo; com que se queria afundar a esquadra franceza no Tejo; com que se negava á Inglaterra a amnistia, condição por ella imposta ao reconhecimento do governo de D. Miguel.

O tempo que durou o cerco no Porto, um anno, bastou para que esse debil caustico, applicado ao enfermo devorado de febre, lhe abatesse o delirio, a ponto de um punhado de homens e alguns navios serem capazes de destruir a esquadra no cabo de S. Vicente, e descerem atravez do Alemtejo a Lisboa, occupando-a sem disparar um tiro. Depois, as batalhas de Almostér e da Asseiceira, bravamente pelejadas, foram já como um epilogo: o enfermo caíra no estado comatoso; estava por tudo, acceitava quem quer que quizesse impôr-lhe o mando. A sociedade, extenuada pela derradeira crise, caía n'um torpôr de indifferença, de que

não chegou a acordar de todo ainda nos dias de hoje. [1]

Os pastores sem grei, os revolucionarios liberaes eram uma resurreição de Pombal, e vinham construir de novo, sobre as ruinas do regime antigo, da mesma fórma que o ministro construira sobre as ruinas do seu terramoto. Então e agora a sociedade era como um barro nas mãos do oleiro; e á antiga educação jesuita, só agora por fim destruida, se devia a malleabilidade da materia prima sobre que Mousinho da Silveira, novo Pombal, imprimia as fórmas do modelo estrangeiro que o guiava.

O edificio levantou-se; mas a historia dos tempos successivos veiu mostrar uma differença intima e profunda. Pombal apoiára a sua reforma exotica na força existente e positiva da authoridade do rei, segundo o codigo do absolutismo, já formulado e recebido; Mousinho apoiava-se na espada e no exercito do duque de Bragança, mas esse apoio, por não ser juridico, por traduzir apenas a força da dictadura triumphante, era transitorio — como logo se viu, quando D. Pedro chegou a Lisboa e o insultaram; como desde o principio se tinha percebido nas reclamações formaes dos sectarios a que veiu a chamar-se *setembristas*.

O novo systema trazia por alicerces a vontade commum, a soberania do povo, segundo os dogmas da novissima religião da França; mas quem diria ao certo qual era esse querer, em um povo abatido e morto, ignorante das formulas, adverso aos sys-

1 A historia do estabelecimento do regime parlamentar é contada no volume V da BIBLIOTHECA, I do *Portugal contemporaneo*.

temas? Educado pelos jesuitas, não fôra possivel ao marquez de Pombal inicial-o no naturalismo mecanista e utilitario d'onde saíu por toda a parte o liberalismo individualista. Sem prévia iniciação, davam-nos, pois, a *liberdade*, a *soberania popular*, e tantas outras cousas cujo valor ignoravamos, cujos merecimentos contestavamos em nome das nossas tradições.

Por isso a construcção levantada por Mousinho da Silveira oscillou por vinte annos, sem alicerces, batida pelo vento das revoluções, desconjuntando-se no seio de uma anarchia, ameaçada a toda a hora de uma ruina imminente.

A historia contemporanea das revoluções a que deu lugar o estabelecimento do liberalismo entre nós não tem lugar n'este livro; e o ultimo episodio da nossa historia será o rapido esboço da construcção social planeada por Mousinho, um habil architecto, exercida pelo duque de Bragança, um valente mestre-d'obras.

Guiar-nos-ha n'esta excursão um homem que assistiu á faina, e sabia vêl-a com os melhores olhos: Alexandre Herculano.

V

A revolução liberal

Se para todos os miguelistas ainda no goso de um pedaço de juizo a reconquista do Brazil parecia já impossivel, a esperança de restaurar a situação antiga formava, comtudo, um dos artigos do programma do partido. Os homens de 20 eram, no dizer d'elle, os culpados da separação, que de facto 1820 não fez mais do que precipitar com as suas medidas impoliticas e temerarias. Quem separára o Brazil fôra D. João VI. Desde 1808 que as rendas da casa de Bragança, da do Infantado, da das rainhas, de muitas casas particulares, além de uma valiosa consignação mensal, embarcavam em Lisboa com destino ao Rio. A situação relativa invertera-se: Portugal era a colonia, metropole o Brazil onde se achava o rei.

Portugal, o velho conquistador das costas de Africa e Asia, o colonisador da America, diz Herculano, tinha-se tornado, por sua vez, uma colonia do Brazil, onde um governo corrupto, os ministros de D. João VI, especie de rei Renato com os chapéus gordurosos de Luiz XI, desperdiçavam loucamente os impostos ou os roubavam, para se locupletarem ou para enriquecerem aventureiros sem merito e fidalgos abastardados. Politicamente, eramos colonos inglezes. O nosso exercito era inglez, com soldados, apenas, nascidos em Portugal.

Um general inglez governava-nos por meio de uma Regencia servil que se dizia representar em Portugal o rei, fugido no Rio-de-Janeiro.

A abertura dos portos do Brazil aos navios de todas as nações, e os tratados de 1810, finalmente, eis-ahi os principaes actos que de facto haviam dado ao Brazil a autonomia economica, infallivel precursora da autonomia politica. As côrtes de 1820 não fizeram mais do que precipitar a consummação de um facto realisado pela emigração e pelas medidas de D. João VI.

Porém as côrtes e todo o reino, observando a miseria em que se caía; porém os interessados partidarios do velho regime, vendo seccar-se a fonte do seu parasitismo, propunham-se unanimemente a fazer retrogradar a historia. Os productos agricolas de Portugal davam apenas para o consumo de 2 ou 3 mezes: todo o resto se comprava com ouro, que d'antes vinha do Brazil. Agora, esgotado esse rio, como se havia de viver? Das industrias nacionaes? Não; porque Portugal não tecia uma pollegada de algodão, e mandava a sua cortiça a Inglaterra para a receber na fórma de rolhas. De Inglaterra vinha o fato e o calçado; e o vinho do Porto — Brazil creado em casa pelo marquez de Pombal — baixára excessivamente desde que a paz de 1815 tornára accessiveis todas as adegas da Europa ao corpo infatigavel do inglez. A pipa de vinho generoso de embarque não valia mais de 10$000 réis, e 5 ou 6, apenas, o vinho commum.

Era uma miseria universal, e uma certa, infallivel mendicidade. De 1820 a 28, nos annos que precederam o rebentar da crise, havia ainda uma unica esperança positiva e universal: a expedição do Brazil, a esquadra que havia de saír para

submetter os rebeldes. Essa esquadra, porém, jámais levantava ferro, e o povo affirmava de todos os seus pastores que «não queriam senão comer». Eis aqui, textual e rudemente expressa, a opinião colhida da bocca de uma testemunha, interprete do espirito popular: «Está tudo perdido; e as nações estrangeiras fazendo o negocio do Brazil. Arre! que isto não é governo. Acabe-se uma vez com isto, ou experimente-se se se póde, ou não, restaurar o Brazil. Deixem demorar o caso, que d'aqui a dois dias não hão-de lá pôr o pé, e então morreremos aqui todos á fome.» Havia bons 6:000 contos de papel-moeda com agio, e o orçamento de 29 dizia assim: — receita 6:000, despeza 15:000, falta 9:000 contos.

O motivo mais cruel da crise foi esta fome que todos previam. Os que tinham, além de fome, opiniões apaixonadas, esperavam que D. Miguel exterminasse primeiro a *pedreirada,* restabelecesse na sua pureza o antigo regime, para depois se conquistar — depois se conquistaria, sem duvida alguma! — o Brazil. A *pedreirada,* porém, rebellou-se, pegando em armas; e como elegeu para chefe o instrumento da autonomia politica do Brazil, o ex-imperador D. Pedro, claro está que a sua victoria implicava a negação formal de todas as esperanças. Era este um motivo mais para tornar impopular o partido dos impios, cujo chefe expoliára o pae e o reino.

O Portugal historico, a nação que vivera da India, depois do Brazil, ninho de mercadores e soldados, escriptorio de uma vasta fazenda ultramarina, acabava por uma vez, para todo o sempre. Por isso a structura interna da sociedade devia transformar-se, para poder passar a viver á lei da natureza, e não como até ahi vivera:

como uma Hollanda. Mediram todo o alcance da revolução os seus sectarios? E' licito suppôr que foram principalmente impellidos pelos argumentos doutrinarios, pelas influencias da nova eschola do direito publico — os que o não foram pelo simples motivo do interesse ou da defeza, decerto justa contra a tyrannia, mas insufficiente, por si só, para inspirar e dirigir uma revolução, imposta e não pedida por um povo que a desadorava.

Que se medisse ou não o alcance social-historico, o facto é que as reformas de Mousinho da Silveira substituiram á structura antiga uma structura moderna; a instituições proprias de uma nação que vivia indolentemente de tradições caducas e de colonias rendosas, instituições adequadas á vida natural do trabalho e da industria. Sabia, podia a nação usar d'estas ultimas? Decerto não, como o provou a historia de vinte annos de convulsões. «Antes e depois de 1831-4 — diz Herculano, como bom portuguez, adorador da *energia* que fez de D. João II o *principe perfeito,* e de Pombal um heroe; como genuino filho d'este povo, que a um tempo adorava dois tyrannos, D. Pedro ou D. Miguel — antes e depois de 1831-4, a historia do liberalismo é uma comedia de mau gosto; e n'esta mesma epocha ha apenas duas grandes e nobres figuras: Mousinho e o filho de D. João VI. O resto não vale a pena da menção. São financeiros e barões, viscondes, condes, marquezes, de fresca e mesmo de velha data, commendadores, grão-cruzes, conselheiros: uma turba que grunhe, borborinha, fura, atropellando-se e acotovellando-se na obra de roer um magro osso chamado orçamento, e que grita aqui-d'el-rey! quando não póde tomar parte no regabofe.»

Assim devia e tinha de ser, porque tal é a con-

dição fatal de todas as dictaduras ou cesarismos, e este é o verdadeiro nome da revolução de 34. Quando um homem, ou um grupo, impõe a uma nação o regime, embora salutar, que ella não pede espontaneamente; quando se infringem assim as leis da natureza com os impetos da vontade humana, as consequencias são por toda a parte as mesmas. As condições particulares de Portugal parece terem-no destinado, desde todo o principio, a uma successão de revoluções d'esta ordem, por isso que, nem a geographia, nem a raça, dão á nação um alicerce que ella só encontrou, desde Affonso I até D. Pedro IV, na vontade energica dos seus homens superiores.

Os recursos ultramarinos tinham dado bastante para viver folgadamente uma existencia de dissipação. O enthusiasmo religioso, gradualmente prevertido, e o espirito aristocratico que descera a mesma ladeira, tinham-se tornado em dois instrumentos aspiradores que sugavam todo o rendimento da terra: instrumentos agora carcomidos sobre um solo já devastado. Os *dizimos*, criados no XII e no XIII seculo para as despezas do culto e caridade, eram, quinhentos annos depois, uma cousa secular. Guardavam-se ainda as apparencias, e ás ordens religiosas militares cabia ainda, com effeito, a melhor parte do producto do imposto: tinham a obrigação de manter o culto em toda a parte onde cobravam o dizimo. Desde que elle, porém, em grande parte, se distraíra da sua primitiva applicação, o baixo clero teve de vender os serviços religiosos, creando o *pé-d'altar*. A maxima parte das parochias vivia n'este regime, e o

dizimo constituia a renda dos nobres e poderosos que se inscreviam na jerarchia ecclesiastica. O rei cobrava um quinhão, apenas, sob fórma de tributos ou de emprestimos extorquidos á Egreja. Além do dizimo, os fóros ou direitos dominicaes seccavam os terrenos tradicionalmente pertencentes á corôa e possuidos por contractos emphiteuticos: taes censos attingiam nos *realengos* a quarta parte do rendimento bruto. — Entre a corôa, os fidalgos e morgados, a Egreja, as ordens militares e monasticas, distribuia-se, pois, a quasi totalidade do rendimento liquido da nação: eram essas classes que, salariando uma população mendiga e decrescente, governavam de braço dado com a fidalguia burocratica.

As ordens militares disfructavam os bens de 653 commendas, e nas secretarias havia um exercito: quasi 3:000 empregados. Só o Erario contava 800. Os conventos eram 534 com doze mil frades e freiras, por metades, com a renda de quasi mil contos em dinheiro, e milhares de moios de trigo, de cevada, de milho, de pipas de vinho e azeite, e legiões de porcos e carneiros, nuvens de patos e gallinhas. Orçava-se em 30:000 o numero dos ecclesiasticos, regulares e seculares, machos e femeas, com um rendimento total avaliado em seis mil contos de réis.

Sobre os encargos tradicionaes assentavam os impostos locaes de consumo, e os impostos geraes para as necessidades do Estado; porque as classes directoras tinham perdido com o tempo a consciencia de que eram depositarias, e não donas, d'esses bens que a historia lhes confiara, quando lhes attribuiu o encargo de presidirem ao organismo social.

Em volta de uma corôa, de facto dependente

apesar de absoluta de direito, formigava uma nuvem de donatarios e alcaides, commendadores e prelados que eram os verdadeiros reis, nas suas pequenas monarchias. O *capitão-mór*, typo que a imaginação popular conservou tradicionalmente, era com effeito um modelo. Reunindo na sua mão todos os poderes, tinha a authoridade de um kadi. Governava patriarchalmente em ambos os sexos, recrutando ao mesmo tempo as tropas de soldados e as das suas houris serranas.

Mousinho da Silveira não era militar, e por isso, no acampamento da Terceira, o furor com que amontoava decretos sobre decretos, reconstituindo a structura da sociedade, passava por uma singular extravagancia de quem não era tido como senhor de todo o seu juizo. Estava ao lado de D. Pedro, como os philosophos gregos ao lado dos tyrannos da Sicilia. Essa extravagancia, porém, lida e commentada no reino, abria os olhos a muitos, convertendo-os; augmentava a opinião de que se devia pôr de parte a idéa de recuperar o Brazil, porque o verdadeiro Brazil estava em casa, na terra a libertar, no trabalho a remir, na *mão-morta* a partilhar. Entre os diversos calmantes que apressavam a baixa da temperatura febril do reino *miguelista*, os decretos de Mousinho valeram tanto ou mais do que a influencia da Europa: valeram mais, decerto, do que as batalhas do cerco do Porto. Eram granadas sem limite de alcance: rebentando, feriam a intelligencia e o interesse, em vez de ferirem apenas o phisico.

Quando a victoria das armas consentiu que se implantasse o novo systema, tornou-se facto indiscutivel que o antigo jámais se restabeleceria. Não houve mais a temer uma restauração como fôra a de 23, porque o estadista procedera de um modo

pratico e não abstracto, como se tinha feito em 1820.

Aboliram-se os dizimos ecclesiasticos e os direitos feodaes, libertando-se por tal fórma a propriedade rural e o trabalho agricola, a pequena industria e o pequeno commercio de dois terços de impostos só em minima parte cobrados pelo thesouro da nação. Separaram-se as funcções judiciaes das administrativas, organisando-se os tribunaes e implantando-se o systema administrativo francez. Tornaram-se os empregos publicos pessoaes e vitalicios, supprimindo-se a hereditariedade. Libertou-se o ensino. Aboliram-se as milicias. Restringiram-se os morgados aos que rendiam mais de 200$000 réis. Decretou-se a desamortisação e secularisou-se um certo numero de conventos. Limitou-se a *Siza* aos bens de raiz, reduzindo-a a metade do que era. Aboliram-se varios monopolios, entre elles o da venda do vinho do Porto fóra de Portugal. [1]

Por outro lado, fecharam-se violentamente os conventos de frades, prohibiram-se os votos de freiras, chamando ao fundo da propriedade collectiva todos os bens das ordens religiosas.

Era um terramoto, como o do marquez de Pombal.

Mais tarde, a sociedade, decididamente convertida ao utilitarismo, consummou-o abolindo de todo os morgados, o privilegio historico da barra do Douro, e outros monopolios. Já então Portugal estava lançado no caminho que factos de outra ordem concorriam a abrir-lhe.

A anarchia historica terminára por uma violenta explosão de todas as paixões antigas feita

[1] V. *Portugal contemporaneo* (2.ª ed.) I, pp. 402 e segg.

homem na pessoa de D. Miguel; e por uma destruição formal de todo o passado, por uma negação absoluta cujo apostolo foi Mousinho, cujo braço foi D. Pedro. Depois d'esta decisiva campanha em que a historia foi vencida, os echos dos combates prolongaram-se no tempo, como ribombar de trovão, repercutindo-se pelas quebradas das montanhas. A anarchia, reinando em nome da reacção e da revolução; a anarchia no governo e na plebe, a anarchia dos tumultos e das praças, nos actos e nas idéas, no radicalismo e na tyrannia, nas perseguições e nas revindicações, na administração e na fazenda, na economia e nos costumes — foi gradualmente amansando. Obliteraram-se os odios, varreram-se as tradições do duello de quinze annos, e a sociedade, vestida á moderna, desquitada da historia, renegando as tradições, appareceu outra. [1]

Ponhamos aqui umas breves palavras, para concluir. A historia da nossa vida contemporanea tem lugar n'outra parte; mas, ao despedirmo-nos do Portugal antigo, cuja vida de mais de sete seculos estudámos, seja-nos licito parar, indagando a natureza do novo ser creado pela audacia e pela vontade dos authores da revolução de 1834.

Lançadas no esquecimento as tradições antigas, destruida a structura social da velha nação jesuita, que nova alma deu a revolução ao paiz? A idolatria da liberdade e do progresso, em cujo nome os ideologos o agitaram com successivas revoltas, só podia ser um culto para os homens edu-

[1] V. *Portugal contemporaneo* (2.ª ed.) tomo II.

cados pela Europa contemporanea. O povo, quando os seguia, era apenas arrastado por seducções, por influencias, por illusões — porque não havia, nem podia haver n'elle consciencia. A vida politica da nação, debatendo-se entre as ambições e as idéas apaixonadas dos chefes de partido, foi por vinte annos uma desordem.

Não concorria para esse resultado a ideologia liberal apenas; pois, com os seus processos condemnaveis, com as suas tendencias intolerantes, os nossos *doutrinarios* semeavam tambem a anarchia, ao mesmo tempo que procuravam consolidar a obra da revolução, chamando o paiz á vida pratica do trabalho — mais definida expressão do progresso idolatrado, do que as formulas vasias dos sympathicos reformadores radicaes. Sem escrupulisarem nos meios, os estadistas audazes que sentiam a tendencia decisiva dos tempos modernos para o industrialismo, padeciam os vicios communs a todos os partidos que não têm outro norte além da Utilidade. Corrompiam, atacavam intimamente a fibra molle de um povo entorpecido; e por esse meio, efficaz muito havia em Portugal, conseguiam conservar-se, sem conseguirem domar a ambição enthusiasta, nem a colera nobre, nem as illusões tenazes dos caudilhos radicaes.

D'este conflicto de opiniões e pessoas nasceu uma situação que todos vieram a reconhecer intoleravel. Quando dizemos todos, referimo-nos aos politicos; porque, na sua grande massa, o povo, não comprehendendo a nova religião, desadorava-a por vêr que esse verbo novo não conseguia estabelecer uma paz e uma fortuna que agora, depois de 34, já pelo menos sabia desejar. A nova authoridade dizia fundar-se na vontade collectiva, porque o direito divino fôra condemnado; mas

como tal authoridade não existia, por faltar ao povo a consciencia da sua força e a intelligencia para usar d'ella, o systema traduzia-se apenas por uma successão de chimeras, um rosario de mentiras, á sombra das quaes pollulava um formigueiro de ingenuos crentes e de aventureiros atrevidos.

Foram todos esses que, ao fim de vinte annos, se sentiram fatigados de batalhas e intrigas. Por um compromisso, finalmente sincero, levados pela habilidade de um homem superior, frio e sem escrupulos, os partidos assignaram treguas, e o povo impoz a essas treguas o caracter de paz definitiva. Conhecera que, n'esse tumulto de vinte annos em que todos, vozeando, queriam salval-o, só elle era o perdido. Impenetravel á religião da democracia por ignorancia, e desadorando-a agora por vêr a qualidade dos seus apostolos, começava a venerar ess'outra religião que a segunda metade do seculo punha nos altares da antiga: a Utilidade, isto é, o progresso da viação n'um paiz que nunca tivera estradas, o progresso das culturas, dos rendimentos, do bem-estar. Desquitou-se formalmente dos politicos; poz ponto ás revoluções d'elles; tapou os ouvidos ás suas declamações posteriores; guardou a clavina de guerrilheiro ao canto da alcova, deixando-a enferrujar, e deitou-se a uma nova faina. D'ahi proveiu um desenvolvimento rapido e consideravel da riqueza nacional.

A politica resentiu-se d'esta decisão formal do povo, e amansou. Fez-se melhor administradora; passou a cuidar mais das necessidades publicas do que dos interesses e das paixões das pessoas. Entretanto, os vicios antigos não podiam varrer-se tão depressa. No XVIII seculo, Portugal quasi se tornara um communismo monastico, em que as classes privilegiadas, fruindo todos os rendimen-

tos, distribuiam comedorias á nação sob a fórma de empregos e outras. O Brazil dava para tudo; o reino valia pouco. No cataclysmo de 34, quando se confiscaram os bens das ordens e da corôa, houve uma larga seara a repartir; e por modos differentes, essa massa de propriedade passou (como succede sempre) das mãos do vencido para as do vencedor. Isto, porém, não podia influir na economia da nação, e a pobreza antiga continuou como d'antes. O Thesouro, pedinte, gemia sob o peso das obrigações tradicionaes, aggravadas agora pelo exercito de gente nova a que era necessario dar de comer. Successivas banca-rotas foram liquidando as situações creadas por tantos vicios.

Depois da ultima, em 1851, veiu uma causa nova juntar-se ás anteriores. A construcção de obras publicas, n'um paiz ignorante e pobre, tornou-se ao mesmo tempo uma aprendisagem cára, um campo a explorar por toda a casta de aventureiros estrangeiros, e um mercado rendoso para os bancos, encarregados por nós de nos angariar um dinheiro que não tinhamos para as obras que projectavamos. Da reunião das causas antigas e modernas proveiu o desordenado accrescimo da divida nacional e a voracidade correspondente do imposto. [1]

A consequencia mais profunda da revolução liberal foi a ruptura da tradição, o acabamento definitivo do *sebastianismo:* exprimindo por esta palavra symbolica todo o corpo de idéas, ambições e costumes historicos. Substituiu-se-lhe, porém, a

[1] V. no *Portugal contemporaneo* (2.ª ed.) II, pp. 334 e segg. e o app. C, estatistico.

consciencia de uma nova patria moral? Acordou-se o sentimento de um verdadeiro individualismo, fundado na *religião* (consinta-se-nos dizer assim) democratica? A personalidade tornou-se forte e consscia dos seus direitos? A intelligencia apurou-se? Cresceu o saber? Pôde, com estes elementos, constituir-se o corpo homogeneo de uma nova nação real e viva?

Afigura-se-nos que não; e oxalá isto seja apenas a illusão de um espirito triste.

A vasia agitação politica, resultado necessario dos regimes parlamentares, parece condemnar os pequenos paizes a uma esterilidade intellectual, porque absorve todas as capacidades desde que desabrocham. A direcção moral que só a sciencia póde dar desapparece, e os institutos e as academias vasam-se para encher os parlamentos e alimentar o jornalismo. Vê-se, pois, uma educação apparentemente mais extensa, mas de facto sem intensidade, nem vigor, condemnada a uma decadencia fatal. Não se sabe mais do que o praticamente indispensavel, e por isso mesmo a carveira do saber necessario se fecha diariamente, chegando-se afinal a uma vulgaridade banal.

Essa mesma agitação politica, por natureza inimiga do caracter que amesquinha e deprime, vicía o temperamento das nações condemnadas a sacrificarem á profissão todos os seus melhores homens. A corrupção, mais ou menos positivá, a seducção da vaidade, das prebendas, dos empregos, da influencia, lança nos caracteres uma semente de perversão que germina no corpo de uma sociedade desprovida de um escol de homens sabios, de caracteres fortes, alheios ás miserias communs: fibra intima, mola resistente, que ponha em cheque a influencia deleteria da intriga.

A limitada área das operações administrativas, a exiguidade relativa dos recursos do thesouro, impedem, por seu turno, que se dote o paiz com a instrumentação necessaria a um amplo desenvolvimento da riqueza e do saber, porque esses gastos-geraes das nações não são proporcionaes ao seu tamanho, mas quasi identicos em todas ellas. Assim, causas de ordem exterior vêm concorrer para aggravar as causas de ordem intima.

Desde que o saber falta, os erros accumulam-se precipitando a ruina; desde que falta o caracter, a venalidade concorre para encarecer o costeio dos serviços; e ao mesmo tempo o reconhecimento da necessidade de progredir materialmente — e para esse não é mistér caracter, nem saber — arrasta a emprezas que, entregues a orgãos incapazes, podem ser cataclysmos.

Para além d'essa já numerosa classe que governa e intriga, de um modo em que não é licito vêr nobreza nem elevação, borborinha um enxame de trabalhadores obscuros, lavrando pacientemente a terra e transformando os seus productos, indifferentes a idéas que desconhecem, esquecidos de uma religião anachronica, desconfiados ou descrentes dos homens, inspirados e movidos pelo proposito unico de semear e colher os fructos do seu trabalho. São elles a materia-prima da sociedade, mas ninguem descobre n'essa turba a phisionomia propria das nações. São uma população provincial que enriquece. Até hoje — não é ousadia affirmal-o — nem elles por si proprios, nem, por elles, os que os mandam, souberam tomar essa materia-prima, animal-a, dar-lhe a homogeneidade de fórma e a vida propria dos organismos collectivos.

D'ahi vem o caso, talvez unico na Europa, de um povo que, não só desconhece o patriotismo,

que não só ignora o sentimento espontaneo de respeito e amor pelas suas tradições, pelas suas instituições, pelos seus homens superiores; que não só vive de copiar, litteraria e politicamente, a França, de um modo servil e indiscreto; que não só não possue uma alma social, mas se compraz em escarnecer de si proprio, com os nomes mais ridiculos e o desdem mais burlesco. Quando uma nação se condemna pela bocca de seus proprios filhos, é difficil, senão impossivel, descortinar o futuro de quem perdeu por tal fórma a consciencia da dignidade collectiva.

Continúa ainda a decomposição nacional, apenas interrompida de um modo apparente pelas idéas revolucionarias e pela restauração das forças economicas fomentadas pelo utilitarismo universal? Ou presenciamos um phenomeno de obscura reconstituição; e sob a nossa indecisa phisionomia nacional, sob a nossa mudez patriotica, sob a desesperança que por toda a parte ri ou geme, crepitará latente e ignota a chamma de um pensamento indefinido ainda?

APPENDICES

I

CHRONOLOGIA [1]

(EDADE-MEDIA)

Primeiro periodo.—Independencia e constituição do reino.

XII SECULO

Separação, de Leão; conquista do sul.

1097—Creação do condado de Portugal, em favor de Henrique de Borgonha, conde hereditario, casado com Thereza, filha bastarda de Affonso VI de Leão.
1109—Morte de Affonso VI; partilha de Leão; alargamento das fronteiras do condado para leste e norte.
1112—Morte do conde D. Henrique. Começa o governo de D. Thereza, com os titulos de infanta, condessa, e rainha de Portugal.
1127—Invasão leoneza, e perda da Galliza e da Terra-de-Campos, fronteiras de 1109.
1128—Revolta dos barões portuguezes contra D. Thereza; batalha de Guimarães (julho); exilio da rainha, e começo do governo de Affonso Henriques.
1128-37—Guerras de Leão; fixação definitiva das fronteiras de norte (Minho), e leste além-Douro. Treguas de Val-de-Vez.
1139—Batalha de Ourique (julho).
1140 (?)—Affonso Henriques toma o titulo de rei.

[1] A éra chamada de Cesar, ou hispanica, foi vulgar em todos os monumentos historicos até ao fim do XIV seculo. D. João I substituiu-a pela éra de Christo. A de Cesar precede 38 annos esta, e diz-se datar da vinda de Augusto á Hespanha. Daremos sempre a éra vulgar, que o leitor facilmente poderá reduzir á antiga, quando o necessite. V. *Taboas de chronologia*, pp. 275-6, nota.

1143 — Pazes, e contrato de Zamora; reconhecimento da independencia; suzerania do papa.
1145 — Conquista de Leiria.
1147 — Conquista da linha do Tejo: Santarem (março), Lisboa, Cintra, Palmella, Almada (outubro-novembro).
1151-7-8 — Tres successivas investidas contra Alcacer-do-Sal, afinal tomada.
1160 — Conferencia de Cella-nova; tratado de limites entre Leão e Portugal, nas ulteriores conquistas aos sarracenos: fronteira do Guadiana.
1161 — Invasão sarracena: perda de Alcacer e das conquistas de além-Tejo.
1162 — Surpreza e tomada de Beja.
1165 — Ultima guerra de Leão; invasão frustrada da Galliza.
1166 — Derrota do infante Sancho em Arganal, pelos leonezes. — Correrias e surprezas de Affonso Henriques no Alemtejo, e Estremadura hespanhola; surpreza e tomada de Moura, Serpa, Alconchel, Caceres, Trujillo.
1169 — Ataque de Badajoz, e derrota dos portuguezes.
1171 — Segunda invasão sarracena; primeiro cerco de Santarem; soccorro de Fernando II.
1179-82 — Invasões successivas dos sarracenos, que dominam em todo o Alemtejo.
1184 — Segundo cerco de Santarem, frustrado: retirada dos musulmanos.
1185 — Morte de Affonso Henriques, successão de Sancho I.
1189 — Expedição do Algarve; tomada de Alvor e Silves (setembro).
1191 — Invasão sarracena; perda de Silves.
1198 — Guerra de Leão.

XIII E XIV SECULOS

Organisação politica e economica do reino.

1211 — Morte de Sancho I, successão de Affonso II.
1212 — Batalha das Navas de Tolosa.
1217 — Tomada de Alcacer-do-Sal.
1223 — Morte de Affonso II, successão de Sancho II.
1126-42 — Conquista da fronteira de leste no Alemtejo, até

ao Algarve: Elvas, Serpa, Moura, Mertola, Ayamonte, Tavira.
1245 — Deposição de Sancho ii, regencia de Affonso iii.
1248 — Morte de Sancho ii em Toledo; começo do reinado de Affonso iii.
1249-50 — Conquista do Algarve: delimitação das fronteiras de leste.
1279 — Morte de Affonso iii, successão de D. Diniz.
1287 — Guerra civil pela sublevação do infante D. Affonso.
1291 — Fundação da Universidade de Coimbra.
1295-7 — Guerra de Castella.
1308 — Primeiro tratado de commercio com a Inglaterra.
1309 — Abolição das *honras* posteriores a 1290.
1310 — Nacionalisação das Ordens militares. Suppressão do *Templo*, creação de *Christo*.
1325 — Morte de D. Diniz, successão de Affonso iv.
1328 — Guerra de Castella.
1340 — Alliança: batalha do Salado.
1355 — Assassinio de Ignez de Castro. Rebellião do infante viuvo D. Pedro.
1357 — Morte de Affonso iv, successão de Pedro i.
1361 — Côrtes de Elvas.
1367 — Morte de Pedro i, successão de D. Fernando.
1369 — Invasão da Galliza; primeira guerra castelhana. Paz de Alcoutim.
1371 — Casamento do rei com Leonor Telles.
1372 — Alliança do duque de Lencaster. Segunda guerra. Invasão da Beira pelos castelhanos.
1373 — Cerco de Lisboa. Paz de Vallada. Côrtes de Atouguia.
1375 — Promulgação das leis de almotaçaria, e sesmarias.
1376 — Côrtes de Leiria.
1381 — Declaração da terceira guerra a Castella; derrota naval da Saltes; paz de Badajoz.
1383 — Morte de D. Fernando (outubro); revolta de Lisboa, assassinato de Andeiro (dezembro).
1384 — Eleição do mestre de Aviz para defensor do reino. Cerco de Lisboa por D. João de Castella, frustrado.
1385 — Côrtes de Coimbra, acclamação de D. João i, rei (abril); batalha de Aljubarrota (agosto).
1387 — Casamento de D. João i com D. Philippa de Lencaster; alliança ingleza.
1393 — Preliminares da paz com Castella; 1406, tregoas de

dez annos; 1414, reconhecimento da independencia de Portugal.

(RENASCENÇA)

Segundo periodo. — Descobertas e conquistas ultramarinas. [1]

XV SECULO

Navegações. Emprezas de Africa

1415 — (agosto) Tomada de Ceuta. — Primeira viagem de descoberta, ordenada pelo infante D. Henrique.
1418 — Descoberta da ilha de Porto-Santo.
1419 — Descoberta da ilha da Madeira.
1432 — Principia a successiva descoberta das ilhas do archipelago dos Açores, já visitadas todas em 1453.
1433 — Morte de D. João I; successão de D. Duarte.
1434 — Dobra Gil Eannes o cabo Bojador. Publicação da lei *mental*. Empreza de Tanger; capitulação, e perda do Infante-santo.
1438 — Morte de D. Duarte; regencia do infante D. Pedro, na menoridade de Affonso V.
1446 — Publicação das *Ordenações* affonsinas. — Principio do reinado de Affonso V.
1449 — Guerra civil; batalha de Alfarrobeira, morte de D. Pedro, ex-regente.
1454 — Bulla de Nicoláo V, concedendo a D. Henrique o direito sobre todas as descobertas ao longo das costas africanas.
1459 — Continuação das guerras de Africa: tomada de Alcacer-Seguer.
1460 — Morte do infante D. Henrique.
1471 — Tomada de Arzilla, em Africa.
1476 — Pretenções á successão de Castella. Batalha de Toro. Viagem do rei a França. Regencia do principe herdeiro D. João.

[1] V. a chron. particular das viagens, no *Brazil e as colon. port.* (2.ª ed.) pp. 2-3, e *pass.* as datas da exploração da America e da Africa. V. tambem *Taboas de chronologia*, pp. 413 e segg.

1477 — Regresso de Affonso v; restabelecimento do seu governo.
1479 — Pazes com os reis catholicos.
1481 — Morte de D. Affonso v; successão de D. João II. — Côrtes de Evora, revindicação das doações de Affonso v á nobreza, depois de Alfarrobeira. — Occupação da costa da Mina.
1483 — Execução do duque de Bragança, em Evora.
1484 — Assassinato do duque de Vizeu, em Setubal.
1486 — Partida da esquadra de Bartholomeu Dias a dobrar o cabo da Boa-Esperança. — Occupação de Azamor.
1487 — Partida de Covilhan e Payva, por terra, para o Oriente.
1490 — Bodas do principe herdeiro Affonso, com Isabel de Castella: morte do principe em 91.
1492 — Entrada dos judeus hespanhoes em Portugal.
1493 — Sentença de Alexandre VI, dividindo as descobertas entre Castella e Portugal, por um meridiano que passa a 370 leguas O. de Cabo-verde; cabendo as do nascente a Portugal, as do poente a Castella.
1495 — Morte de D. João II; successão de D. Manuel.
1496 — Casamento de D. Manuel com a viuva do principe Affonso: expulsão de mouros e judeus.
1498 — Descoberta do caminho maritimo da India, por Vasco da Gama.

XVI SECULO

Imperio da India

1500 — Viagem de Pedro Alvares Cabral á India; descoberta do Brazil.
1503 — Fundação da primeira fortaleza na India, Katachhi. (*Cochim*).
1504 — Defeza de Katchhi, por Duarte Pacheco.
1505 — Constituição do governo da India; D. Francisco de Almeida, governador. Occupação da costa oriental d'Africa.
1506 — Reconhecimento e desembarque em Madagascar. — Morticinio dos judeus, em Lisboa.
1507 — Tomada de Hormûz, por Affonso de Albuquerque.
1510 — Tomada de Gôa, pelo mesmo.

1511 — Tomada de Malaka, pelo mesmo.
1513 — Tomada de Azamor em Africa.
1514 — Embaixada de D. Manuel ao papa.
1517 — Reforma dos foraes do reino.
1518 — Occupação de Ceylão.
1519 — Viagem de Fernão de Magalhães.
1521 — Publicação das *Ordenações* manuelinas. — Morte de D. Manuel; successão de D. João III.
1526 — Primeiro ataque, frustrado, a Diu; repetido, com a mesma sorte, em 31.
1535 — Fundação da fortaleza de Diu. Apogeu do imperio portuguez na India.
1540 — Introducção dos jesuitas.
1547 — Estabelecimento definitivo da Inquisição em Portugal.
1549 — Abandono de Arzilla.
1557 — Morte de D. João III; regencia da rainha viuva D. Catharina.
1562 — Substituição da rainha pelo cardeal D. Henrique, na regencia.
1568 — Principio do governo de D. Sebastião, rei.
1573 — Primeira ida de D. Sebastião á Africa.
1578 — Segunda viagem de Africa; batalha de Alcacerquibir onde o rei morre. — Segunda regencia do cardeal D. Henrique, que é acclamado rei á noticia da morte de D. Sebastião.
1580 — Morte de D. Henrique: questão da successão. Conquista de Portugal por Philippe II de Hespanha. Entrada do duque d'Alba em Lisboa, depois da batalha de Alcantara (agosto).
1581 — Côrtes de Thomar (abril). Philipe II de Hespanha reconhecido, e I do nome, em Portugal.
1591 — Primeira viagem dos inglezes ás Indias.
1594 — Substituição do regente por uma junta de membros portuguezes.
1595 — Primeira esquadra hollandeza ás Indias; principio da perda successiva da maxima parte das estações portuguezas no Oriente; extincção da potencia maritima e do monopolio commercial.
1598 — Morte de Philippe I; successão do II.

(TEMPOS MODERNOS)

Terceiro Periodo. — Regime do equilibrio internacional.

XVII SECULO

União e separação, da Hespanha

1600 — (janeiro) Christovam de Moura substitue no governo de Portugal a junta dos regentes.
1603 — Publicação das *Ordenações* philippinas.
1601 a 10 — Negociações para a liberdade dos judeus portuguezes.
1619 — Viagem de Philippe II a Portugal; côrtes de Lisboa.
1621 — Morte de Philippe II; successão de Philippe III.
1627 a 9 — Novas negociações para a liberdade dos judeus; tumultos em Portugal; indulto dos judeus.
1635 — A duqueza de Mantua, regente de Portugal; secretariado de Miguel de Vasconcellos.
1637 — Revolução de Evora: o *Manuelinho*.
1639 — O duque de Bragança (depois D. João IV) governador militar de Portugal.
1640 — (março) Batalha das *Dunas*. — (julho) Revolta da Catalunha. — (agosto) Convocação da nobreza portugueza ás côrtes de Aragão — (dezembro, 1) Sedição em Lisboa; acclamação de D. João IV, rei de Portugal. Principio da guerra da separação.
1641 (julho) Tratado de alliança com a França e com a Hollanda. — Execução do duque de Caminha e seus cumplices, na conspiração contra a dynastia. — Côrtes de Lisboa.
1642 — (janeiro, 29) Reconhecimento da independencia pela Inglaterra; tratado de alliança.
1643 — Execução de Lucena; segunda conspiração contra a dynastia.
1644 — (maio, 26) Batalha de Montijo.
1645 — Regicidio frustrado no dia de *Corpus*; execução de Domingos Leite.
1648 — Paz de Westphalia (entre a Hespanha e os alliados da França) e fim da guerra dita *dos trinta annos*. Planos dynasticos de união iberica.

*

1654 — (julho, 10) Segundo tratado de alliança com a Inglaterra.
1656 — Morte de D. João IV, regencia da rainha viuva.
1657 — Perda de Olivença.
1658 — (outubro-novembro) Defeza das linhas d'Elvas.
1659 — (janeiro) Batalhas das linhas d'Elvas. — Paz dos Pyreneus, entre a Hespanha e a França.
1660 — Planos de abandono de Portugal e emigração do rei para o Brazil. — Vinda de Schomberg e mercenarios francezes para o exercito.
1661 — Invasão e conquista do Alemtejo pelos hespanhoes. — Casamento da infanta D. Catharina com Carlos II de Inglaterra: terceiro tratado de alliança.
1662 — Affonso VI, rei. — (dezembro, 14) Tratado com a Hollanda para a regularisação definitiva das questões coloniaes.
1663 — (junho, 8) Batalha do *Canal* ou *Ameixial*.
1665 — (junho, 17) Batalha de Montes-claros; evacuação do Alemtejo pelos hespanhoes.
1667 — (março, 31) Liga offensiva e defensiva com a França. — Deposição de Affonso VI, regencia de D. Pedro, depois II.
1668 — (fevereiro, 13) Paz com a Hespanha; reconhecimento da independencia.
1669 — (julho, 31) Novo tratado de limites, no ultramar, com a Hollanda.
1674 — (junho, 16) Dissolução das côrtes de Lisboa; affirmação do regime absoluto.
1683 — D. Pedro II, rei, por morte de Affonso VI.
1693 — Descoberta das minas do Brazil.

XVIII SECULO

Estabelecimento do absolutismo

1703 — Tratado (do Methwen) de commercio com a Inglaterra. — Alliança com o Imperio, a Hollanda, e a Inglaterra, contra a Hespanha e a França. *(Guerra da successão)*.
1704 — (março, 7) Declaração de guerra á Hespanha.
1706 — Morte de D. Pedro II; D. João V, rei. — (junho, 2) Entrada do exercito portuguez em Madrid.
1707 — (abril, 25) Derrota dos portuguezes em Almanza.
1713 — (fevereiro, 6) Paz com a Hespanha. — (abril, 11) Paz com a França; tratados de Utrecht.

1720 — Instituição da Academia Real de Historia.
1750 — Morte de D. João v; D. José i, rei.
1751 — Emancipação dos indios do Brazil.
1755 — (novembro, 1) Terramoto de Lisboa.
1756 — Fundação das companhias de Pernambuco e Parahyba e dos Vinhos do alto-Douro.
1758 — Perseguição dos jesuitas. — (setembro, 3) Tentativa de assassinato contra o rei.
1759 — (janeiro, 13) Execução dos réus em Belem. — (setembro, 3) Expulsão dos jesuitas.
1761 — (dezembro 1) Execução do padre Malagrida.
1762 — Guerra com a Hespanha. — (abril) Invasão em Traz-os-Montes.
1763 — Paz de Fontainebleau *(Guerra dos sete annos)*.
1764-73 — Reformas economicas, administrativas e politicas do marquez de Pombal. — Abolição da escravatura no reino.
1777 — Morte de D. José; D. Maria i, rainha.
1779 — Creação da Academia Real das Sciencias.
1782 — Morte do marquez de Pombal.
1792 — (fevereiro, 10) O principe D. João toma conta do governo, no impedimento da rainha.
1793 — (março) Declaração de guerra á França, com a alliança da Inglaterra e Hespanha; campanha do Russilhão.
1796 — Paz, entre a França e a Hespanha.
1799 — Deposição de D. Maria i, doida; regencia do principe D. João.

XIX SECULO

Invasão franceza. — Independencia do Brazil. — Revolução liberal

1801 — (março, 2) Guerra com a França-Hespanha; invasão do Alemtejo. — (junho, 8) Pazes com a Hespanha; (setembro, 29) com a França.
1803 — Primeira conspiração da regente D. Carlota Joaquina contra o soberano, seu marido.
1807 — (outubro, 29) Tratado de Fontainebleau (França e Hespanha) para a conquista de Portugal. — (novembro, 30) Fuga da familia real para o Brazil; formação de uma regencia. Entrada do exercito francez em Lisboa; e occupação de todo o reino pelos franco-hespanhoes. Instituição da regencia.

1808 — (junho) Sublevação do norte contra os invasores. — (agosto, 1) Desembarque de forças auxiliares inglezas. — (17) Combate da Roliça. — (21) Batalha de Vimieiro. — (30) Convenção de Cintra; evacuação de Portugal pelos francezes. (Exercito de Junot.)

1809 — (janeiro) Confirmação da nova regencia, por D. João. — (fevereiro) Invasão (segunda) dos francezes, por Traz-os-Montes; rendição de Chaves. — (março, 29) Tomada do Porto. — (maio, 2) Batalha da ponte de Amarante; (13) tomada do Porto pelos anglo-lusos, e evacuação de Portugal. (Exercito de Soult.)

1810 — (fevereiro, 19) Tratados de commercio e alliança com a Inglaterra. — (julho, 24) Terceira invasão franceza (exercito de Massena.) Batalha do Bussaco, entrada em Coimbra (27-30 setembro). Retirada dos anglo-lusos para as linhas de Torres-Vedras.

1811 — (março maio) Perseguição dos francezes; retirada do exercito invasor pela Beira.

1816 — Morte de D. Maria I; D. João VI, rei.

1817 — Conspiração e execução do general Gomes Freire.

1820 — (agosto, 24) Sublevação do Porto; (setembro, 15) de Lisboa. Governo provisorio; deposição da regencia; (novembro, 11) proclamação da constituição de Cadiz; reunião do congresso constituinte.

1821 — (março, 9) Decreto das bases da constituição nacional. — (julho, 3) Regresso de D. João VI a Lisboa.

1822 — (maio-agosto) Declara-se independente o Brazil. — (setembro, 23) Assignatura da constituição; (outubro, 1) juramento do rei; (novembro, 1) juramento geral; (dezembro, 1) reunião das côrtes ordinarias.

1823 — (fevereiro) Sublevação do conde de Amarante em Traz-os-Montes. — (maio, 27) Sedição absolutista. Jornadas de Santarem e Villa-franca; (junho, 2) dissolução das côrtes; (5) volta do rei a Lisboa; proclamação do absolutismo moderado; suppressão da constituição.

1824 — (fevereiro, 29) Assassinato do marquez de Loulé, no paço. — (abril, 30) Sedição absolutista, a *abrilada;* (maio, 4) o infante D. Miguel, generalissimo; prisões e perseguição dos moderados; (9)

embarque do rei a bordo da nau *Windsor-Castle*, no Tejo; desterro do infante.

1825 — (novembro, 15) Ratificação do tratado de independencia do Brazil em Lisboa (V. a chron. partic. da independencia do imperio no *Brazil e as colonias port.* (2.ª ed.) pp. 113-15).

1826 — (março, 10) Morte de D. João VI, regencia da infanta D. Isabel Maria.

II

QUADROS GENEALÒGICOS

DAS

DYNASTIAS NACIONAES

I

Dynastia de Borgonha

1. D. Henrique, filho do conde de Borgonha c. Thereza, bastarda de **Affonso** VI, de **Leão**; n. 1020.—Conde de Portugal em 1097;—m. 1112.

- **2. Affonso Henriques**, rei de Portugal, n. 1109 m. 1185, c. Mafalda, de Saboya
- Urraca, c. conde Trastamara
- Sancha, c. Senhor de Bragança
- Pedro (bastardo), 1.º grão-Mestre de Aviz

Filhos de Affonso Henriques:

- **3. Sancho I**, n. 1154 m. 1211, c. Dulce, de Barcelona
- Henrique
- Sancha
- Urraca, c. Fernando, de Leão
- Mafalda, c. Affonso rei de Aragão
- Thereza, c. conde Flandres
- Pedro, Grão Mestre de Rhodes (bastardo)
- Fernando-Affonso, Tenente general do reino (bastardo)

BASTARDOS

Filhos de Sancho I:

- **4. Affonso II**, n. 1185 m. 1223, c. Urraca, de Castella
- Fernando, conde de Flandres
- Pedro, Senhor de Mayorca
- Thereza, c. rei de Leão
- Mafalda, c. rei de Castella
- Sancha (freira)

Filhos de Affonso II:

- **5. Sancho II**, sem filhos, n. 1209 m. 1248
- **6. Affonso III**, conde de Bolonha, rei de Portugal, n. 1210 m. 1269, c. Beatriz, de Castella
- Fernando (o infante de Serpa)
- Leonor

7. Diniz I
n. 1261 m. 1325
c. Isabel, de Aragão

Affonso
Senhor
de Portalegre

Branca
(freira)

Fernando Affonso
Templario

Gil Affonso
Hospitalario

Leonor
(freira)

BASTARDOS (Fernando Affonso, Gil Affonso, Leonor)

---

8. Affonso IV
n. 1291 m. 1357
c. Brites, de Castella

Constança
c. rei de Castella

Affonso Sanches
Senhor de
Albuquerque

Pedro Affonso
conde de
Barcellos

Maria
(freira)

BASTARDOS (Affonso Sanches, Pedro Affonso, Maria)

Maria
c. rei de Castella

9. Pedro I
n. 1320 m. 1367
c. D. Constança
c. D. Ignez de Castro

Leonor
c. rei de Aragão

FILHOS DE D. CONSTANÇA:

Maria
c. infante de Aragão

10. Fernando I
n. 1345 m. 1383
c. Leonor Telles

FILHOS DE D. IGNEZ DE CASTRO:

João
Duque de Valença

Diniz

Beatriz
c. conde de Albuquerque

João
Mestre de Aviz;
fundador da
nova dynastia
(BASTARDO)

Beatriz
c. rei de Castella
perdendo o direito á successão e extinguindo-se
a dynastia

Pela morte de **D. Fernando, 10.º** rei, ficaram pretendendo a corôa, por direito da successão, os dois filhos de Ignez de Castro, João e Diniz; o rei de Castella D. João I, marido de D. Beatriz; e João, Mestre de Aviz, a quem a revolução deu o reino.

II

Dynastia de Aviz

11. João I n. 1357 m. 1433; c. Philippa de Lencaster

- **12. Duarte I** n. 1391 m. 1438 c. Leonor, de Aragão
  - **13. Affonso V** n. 1432 m. 1481 c. Isabel, filha do duque de Coimbra; c. Joanna, de Castella sem filhos.
    - **14. João II** n. 1455 m. 1495 c. Leonor, filha do infante D. Fernando
      - Affonso princ. herdeiro m. 1491, sem successão.
      - Jorge bastardo, duque de Coimbra; Grão-Mestre de Aviz; tronco dos duques de Aveiro
    - Joanna (freira)
  - Leonor c. imperador de Allemanha
  - Joanna c. rei de Castella
  - Fernando duque de Vizeu pae de D. Manoel 15.º rei
    - Leonor c. D. João II
  - Manoel (bastardo) bispo de Ceuta e Guarda tronco da casa de Tancos
- João Condestavel do reino Grão-Mestre de Santiago
- Izabel c. conde de Borgonha
- Pedro duque de Coimbra (regente na menoridade de Affonso V)
- Henrique duque de Vizeu Grão-Mestre de Christo
- Fernando (Infante-Santo) Grão-Mestre de Aviz
- Affonso bastardo; conde de Barcellos c. a herdeira de Nunalvares; 1.º duque de Bragança

15. Manoel I
n. 1469 m. 1521
c. Isabel, de Aragão
c. Maria, de Aragão
c. Leonor, de Castella

- **16. João III** — n. 1502 m. 1557 — c. Catharina, de Castella
  - Maria — c. rei de Castella
  - João — herdeiro presumptivo — c. Joanna, filha de Carlos V
    - **17. Sebastião I** — n. 1554 m. 1578 — sem descendencia
- Isabel — c. imperador Carlos V
- Brites — c. duque de Saboya
- Luiz — duque de Beja
- Fernando — duque da Guarda
  - Antonio — Prior do Crato
- Duarte — duque de Guimarães
- Affonso — cardeal bispo
- **18. Henrique I** — Cardeal — regente e depois rei — n. 1512 m. 1580 — sem descendencia

Pela morte de **D. Henrique, 18.º** rei, ficaram pretendendo a corôa, por direito de legitimidade; *a)* Antonio, prior do Crato; *b)* Philippe II, rei de Hespanha; *c)* D. Catharina, duqueza de Bragança; *d)* Manoel, duque de Saboya; *e)* Raynuncio, duque de Parma, todos os netos de D. Manoel; e *f)* Catharina de Medicis, rainha de França; *g)* Isabel, de Inglaterra; e, invocando o direito da suzerania historica, *h)* a Curia romana. A força deu a herança ao rei de Hespanha.

(Philippes I, II e III, 19, 20 e 21.º soberanos de Portugal, durante a união á Hespanha).

III

Dynastia de Bragança

---

22. João IV, duque de Bragança n. 1604 m. 1656; c. Luiza de Gusmão.

- Theodosio
  herdeiro presumptivo
  principe do Brazil
- **23. Affonso VI**
  n. 1643 m. 1683
  c. Maria de Nemours
  sem descendencia
- **24. Pedro II**
  n. 1648 m. 1706
  c. a esposa de Affonso VI
  c. Sophia, palatina
  - Filhos de D. Sophia:
    - **25. João V**
      n. 1689 m. 1750
      c. Maria, de Austria
    - Antonio
    - Manoel
    - Thereza
    - Francisca
    - Luiza
      c. duque de
      Cadaval
  - Bastardos:
    - Miguel
      fundador
      da casa de
      Lafões
    - Jorge
      arcebispo
      de Braga
- Catharina
  c. rei de Inglaterra

26. José I n. 1714 m. 1777 c. Maria Victoria, de Castella	Maria Barbara c. Fernando VI, de Hespanha	Pedro Prior do Crato, marido de Maria I	Carlos	Alexandre	Gaspar arcebispo de Braga	José	Thereza	Antonio	Maria
			m. creanças		(os meninos de Palhavan)				
					BASTARDOS				

27. Maria I n. 1734 m. 1816 c. D. Pedro III seu tio	Marianna	Dorothea	Benedicta princeza do Brazil

José herdeiro pre- sumptivo, principe da Beira	**28. João VI** n. 1767 m. 1826 c. Carlota Joaquina, de Hespanha	Marianna c. infante Gabriel, de Hespanha

29. Pedro IV n. 1798 m. 1834 c. Leopoldina, de Austria c. Amelia, de Baviera	D. Miguel Prior do Crato regente	M. Thereza c. Carlos de Bourbon	M. Isabel c. Fernando VII, de Hespanha	M. Francisca c. D. Carlos, de Hespanha	Isabel Maria regente	M. Assumpção	Anna c. marquez de Loulé

III

NOTAS

SOBRE A

HISTORIOGRAPHIA EM PORTUGAL

Na impossibilidade de inscrever aqui um catalogo dos subsidios impressos da historia nacional, trabalho demasiadamente longo e porventura não reclamado pelo commum dos leitores, limitar-nos-hemos a indicar as principaes obras e publicações, caracterisando brevemente os diversos periodos da historiographia patria.

Os *Livros de Linhagem* são os mais antigos da historia nacional, se dermos a esta expressão o valor de composição destinada a referir successos anteriores; excluindo, portanto, todos os monumentos, como cartas, codigos, fóros, etc., materiaes de historia, e não historia propriamente dita. Fastos de uma epocha feodal nos costumes e semi-barbara, esses livros, mais ou menos fielmente reproduzidos nas suas edições successivas, são um documento precioso. A historiographia portugueza data, porém, do tempo de D. Duarte, e o seu patriarcha é Fernão Lopes, o vivo e pittoresco escriptor, cuja penna soube animar, nas suas chronicas (D. Pedro I a D. João I), os dramaticos personagens da revolução do fim do XVI seculo. Pouco posterior, Azurara, na *Chronica de Affonso V* e na da *Conquista de Guiné*, relata, de um modo animado e colorido, acontecimentos de que foi testemunha; mas Duarte Galvão, que escreveu as *Chronicas* dos primeiros reis, sem conveniente saber, nem fortes dotes litterarios, tem um valor secundario.

O segundo periodo da historiographia nacional é o seculo de 500. N'essa epocha a litteratura historica é já rica e abundante. Para dar idéa da sua importancia dividiremos em tres generos ou categorias as obras contemporaneas: — *a)* Litteratura historica, ou historia propriamente dita; — *b)* Erudição; — *c)* Chronicas e memorias. — Na primeira categoria incluimos as *Chronicas* de D. Manuel e do principe D. João por Damião Goes, e as de Ruy de

Pina; de Barros as *Decadas* (continuadas no fim do seculo por Diogo do Couto), e os *Panegyricos; a Chronica de D. João II* de Garcia de Rezende; a *Historia da India* de Castanheda; o *De rebus Emmanuelis* do bispo Jeronymo Osorio; os *Commentarios* do filho de Affonso de Albuquerque; e finalmente o *Epitome*, e a *Europa, Asia e Africa portuguezas* de Faria e Souza. O merito e o demerito de livros d'esta natureza são conhecidos, e, até certo ponto, o proprio valor que têm, como obras litterarias de mais ou menos puro quilate, provém das idéas ao tempo dominantes sobre a arte de escrever. — Da segunda categoria o exemplar mais notavel é o livro *De antiquitatibus Lusitaniæ* de André de Rezende; e na terceira os materiaes são tão abundantes que seria impossivel apontar aqui todos os que successivamente têm vindo á luz da publicidade. A *Memoria de todas as armadas* de Faria e Sousa, a collecção de *Leis e Provisões de D. Sebastião*, publicada por Francisco Correia, a das *Ordenações da India*, o *Regimento da Casa da India*, o *Livro de toda a Fazenda* de Luiz de Figueiredo Falcão, a *Corographia* de Gaspar Barreiros, o *Tombo do Estado da India* de Simão Botelho, as *Noticias de Portugal* de Severim de Faria, a *Viagem* do Padre Manoel Godinho, etc. — constituem um corpo de informações do maior valor para a historia do tempo; ao passo que outro genero de livros nos revela o caracter da politica e dos costumes, e nos deixa vêr, realmente, os personagens da historia. Mencionaremos os *Dialogos do soldado pratico* de Couto, e a sua *Vida de D. Paulo de Lima;* o *Primor e honra da vida soldadesca no Estado da India*, anonymo; o *Tempo de Agora* de Miranda e as *Miscellaneas* de Garcia de Rezende e de Andrade; o *Espelho de casados* do dr. João de Barros, as *Lendas da India* de Gaspar Correia, a *Historia tragico-maritima*, as *Peregrinações* de Fernão Mendes Pinto, a *Vida* e a *Chronica do Cardeal-rei* de Miguel de Moura, além de outras obras recentemente impressas e que indicaremos no lugar competente.

A litteratura historica do XVII seculo é copiosa decerto, mas inferior em merecimento á precedente por todos os lados. A corrupção do gosto diminue o quilate artistico das obras; o pequeno interesse das questões agitadas n'esse periodo de decadencia omnimoda, e a substituição das fabulas eruditas á erudição, tiram o valor a obras historicas a que não compete já propriamente o nome de litterarias. A emphase no pensamento e no estylo, a ni-

mia credulidade e ignorancia produzem livros de um valor negativo quasi, como os de Fr. Bernardo de Brito, o padre-mestre das patranhas, author do *Elogio dos reis*, da *Chronica de Cistér*, e da 1.ª e 2.ª *parte da Monarchia lusitana;* a *Chronica de D. João III* de Francisco de Andrade, e a *Vida de D. João de Castro* de Jacintho Freire; as *Chronicas* refundidas por Duarte Nunes de Leão, que é tambem o author de uma *Descripção do reino de Portugal* e da interessante compilação das *Leis extravagantes*. As *Chronicas de D. Sebastião*, de Fr. Bernardo da Cruz e de D. Manuel de Menezes, a *Historia sebastica*, a *Jornada de Africa*, de Jeronymo de Mendonça, narram o episodio com que terminou, desgraçadamente, o XVI seculo em Portugal. Obras d'outra natureza são as *Varias antiguidades* de Gaspar Estaço, as *Grandezas de Lisboa* de Fr. Nicolau de Oliveira, os *Dialogos de varia historia* de Pedro de Mariz, as *Antiguidades* de Diogo de Paiva de Andrade; mas a grande copia das obras historicas do seculo consiste nos livros escriptos por causa ou a proposito das diversas questões constitucionaes que agitaram a vida nacional contemporanea. João Pinto Ribeiro com a *Usurpação, retenção e restauração de Portugal*, com o *Desengano ao parecer enganoso*, está á frente d'essa pleiade de escriptores politicos, em cujas obras o estudioso póde aproveitar muito, no sentido de apreciar a decadencia do saber e do gosto n'essa epocha deploravel. A *União de Portugal* de Conestagio, o *Portugal cuidadoso e lastimado* de Bayão, a *Restauração de Portugal prodigiosa* de Almeida, os *Avisos do Céo, successos de Portugal* de Luiz Torres de Lima, a *Lusitania liberata*, e as *Excellencias de Portugal* de Souza de Macedo, são livros que só uma curiosidade erudita póde instigar a ler. Não são assim as revelações indiscretas que, despidas dos ouropeis litterarios, documentam a protervia real do tempo: a *Catastrophe de Portugal* do bispo do Porto, Lacerda, e a anonyma *Anti-catastrophe*, memorias reaes d'esse repugnante episodio de Affonso VI, recentemente esclarecido ainda pela publicação dos documentos judiciarios na *Causa de Nullidade*, etc.; não assim os *Ineditos*, cartas e mais papeis do ministro Alexandre de Gusmão; nem o *Casamento perfeito* de Andrade; nem a *Carta de guia* e os *Apologos dialogaes* de D. Francisco Manuel.

No principio do XVIII seculo acordára o furor das *Academias;* e das successivas tentativas resultou a fundação da *de Historia* em 1720, mais tarde transformada na actual

Academia real das sciencias. Apesar de todos os vicios do gosto, apesar de se ter interrompido a tradição dos estudos eruditos, iniciados no XVI seculo, força é reconhecer que os trabalhos da Academia representam o primeiro esforço e um importante passo andado na constituição da historiographia nacional. A' frente das obras que preparam ou acompanham esse movimento, devemos pôr, além dos 14 vol. das *Memorias*, a colossal compilação da *Historia genealogica da casa real,* onde Antonio Caetano de Souza buscou reunir, conforme podia, todos os materiaes primitivos, dispersos até ahi, da historia das origens nacionaes. Luiz Caetano de Lima publica a *Geographia historica de Portugal;* José Soares da Silva a *Historia de D. João* I; dos Barboza Machados, José, o *Catalogo das rainhas de Portugal,* e Diogo, author da *Bibliotheca lusitana,* as *Mem. para a Hist. de Port. no reinado de D. Sebastião;* dos Brandões, fr. Antonio escreve a 3.ª e a 4.ª partes da *Monarchia lusitana;* Fr. Francisco a 5.ª e 6.ª, e por fim fr. Raphael de Jesus a 7.ª; o Dr. Alexandre Ferreira compõe a *Memoria e noticia da Ordem dos Templarios;* João Baptista de Castro o *Mappa de Portugal;* Antonio Carvalho da Costa a *Corographia portugueza;* José de Seabra da Silva a *Deducção chronologica e analytica;* o conde da Ericeira o *Portugal restaurado;* D. Francisco Manuel as *Epanaphoras de varia historia,* o *Tacito portuguez,* o *Echo politico;* e Francisco Ribeiro Freire a *Nova Lusitania.*

Na enumeração que temos vindo fazendo, deixámos de mencionar as obras que tratam da historia ecclesiastica do reino, á frente das quaes é dever pôr as de Fr. Luiz de Sousa — a *Vida do Arcebispo,* e a *Historia de S. Domingos.* A segunda metade do XVII seculo e a primeira do XVIII são a edade aurea da publicação d'essas obras reclamadas e inspiradas pela devoção e pelo caracter clerical do governo: o *Agiologio lusitano* de Jorge Cardozo, a *Chronica da Companhia de Jesus* de Balthazar Telles, as *Relações* de Fernão Guerreiro, as *Vidas do padre Vieira* de André de Barros, de Francisco Alexandre Lobo; o *Catalogo dos Bispos do Porto,* e as *Historias ecclesiasticas de Braga e de Lisboa,* do erudito D. Rodrigo da Cunha; a *Historia ecclesiae lusitanae* de D. Thomás da Encarnação, a *Chronica dos conegos regrantes de Santo Agostinho* de Fr. Nicolau de Santa Maria, a *Historia da Santa Inquisição* de Fr. Pedro Monteiro, a *Memoria chronologica dos prelados de Lamego* de Fonseca, a *Chronica de Cistér* de Fr. Bernardo de Brito, a *Varia historia da Christandade oriental*

de Fr. João dos Santos, a *Vida do padre S. Francisco Xavier* de Lucena, e finalmente os escriptos de Fr. Antonio da Purificação e de Fr. Marcos de Lisboa.

Antes de estudarmos, agora, as modernas edades da litteratura historica nacional, convem indicar algumas obras preciosas, memorias reveladoras sem o uso das quaes se não conhece o seculo XVIII portuguez: são as *Recordações* de Ratton, as *Cartas* de Beckford, as viagens de Link, de Murphy, de Chatelet, de Jungk, as *Œvres meslées* e as *Memoires concernant le Portugal* do cavalheiro de Oliveira, o *Testamento politico* de D. Luiz da Cunha, e o XIV vol. das *obras* de Manuel de Figueiredo, onde o irmão e editor deixou um importante documento para a historia dos costumes.

Nos ultimos annos do XVIII seculo a organisação da Academia real das sciencias de Lisboa deu lugar a uma segunda epocha da historiographia academica. Assim como o author da *Historia genealogica* é a primeira figura da anterior, assim João Pedro Ribeiro é tambem o primeiro historiographo da actual, e tão paciente, sabio e incansavel, como um Baluzio ou um Montfaucon.

A collecção da *Historia e Memorias da Academia*, as *Memorias de litteratura, as Economicas* e os *Ineditos de historia portugueza*, compoem, com outras publicações secundarias, um corpo de erudição historica; e revelam a existencia de uma pleiade de homens ardentes no trabalho e perspicazes de senso critico. Nos annos de 1788 a 95 funccionou uma commissão de inquerito aos archivos dos mosteiros, camaras e cathedraes, e das colheitas d'essa ceara, João Pedro Ribeiro pôde offerecer ao publico resultados de um valor estimavel. Trabalhavam com elle, na commissão, Joaquim de Santo Agostinho de Brito Galvão, o benemerito Viterbo, e Ferreira Gordo, que foi enviado a Hespanha estudar os archivos de Madrid e do Escurial. A collecção das *Memorias de historia e economicas* encerrara muitos dos trabalhos d'essa commissão, além de outros que, nem por lhe serem estranhos, deixam de prender-se ao movimento: de A. C. do Amaral sobre a *Fórma de governo e costumes* dos antigos portuguezes; de Gusmão sobre a *Agricultura*; de Ferreira Gordo sobre os *Judeus*; de Joaquim de Santo Agostinho sobre as *Moedas do reino*, sobre as *Côrtes de Lamego* e a *Tomada de Santarem*; de Villa-nova sobre a *Introducção do direito justiniano*; de Neves sobre a *Authoridade do codigo wisigothico*; de J. A. de Figueiredo, sobre a *Origem dos juizes*, as *Behetrias* e os *Coutos*;

de Fr. Francisco de S. Luiz e de A. P. de Figueiredo sobre a *Legitimidade de D. Thereza;* de Stockler, de Corrêa da Serra, de Ribeiro dos Santos, de Aragão Morato, de Raphael de Castro — de João Pedro Ribeiro, finalmente, o chefe da eschola, sobre a *Introducção do direito canonico,* as *Fontes do codigo philippino,* a *Reforma dos foraes,* etc.

Além das Memorias, João Pedro Ribeiro colligia e imprimia as *Reflexões historicas,* as *Dissertações chronologicas e criticas;* Santa Rosa de Viterbo, o *Elucidario;* Lobão a *Dissertação sobre os dizimos,* e a *Memoria para a historia das Inquirições;* Fernandes Thomaz o *Reportorio* e o *Ensayo politico;* J. A. de Figueiredo a *Synopsis chronologica.*

A Academia occupava-se ao mesmo tempo na impressão dos monumentos de historia patria, e os 5 volumes dos *Ineditos* incluem as *Chronicas* de Aceuheiro, compilador sem merito, do tempo de D. João III; parte das preciosas *Chronicas* de Fernão Lopes; as de Pina; o *Livro* de Affonso V, e uma collecção de *Foraes e Usos* de varias terras do reino. Além das reimpressões ou publicações feitas de novo nos *Ineditos,* a Academia dava á luz os *Documentos arabicos da historia portugueza* do padre Souza, os *Vestigios da lingua arabica* do padre Serra, a *Vida do infante D. Duarte* de A. de Rezende, e os *Dialogos do Soldado pratico* de D. Diogo do Couto. Este livro liga-se naturalmente ao corpo das *Memorias para a historia das provincias ultramarinas,* no qual, entre outras publicações de alto valor, deve mencionar-se o *Livro da India,* de Duarte Barbosa.

Os violentos acontecimentos do principio do seculo, até ao estabelecimento do regime constitucional, interromperam o progresso d'esta ordem dos estudos que em geral, tambem, a abolição das ordens religiosas prejudicava de um modo notavel. A erudição historica, fundada em vinte annos de trabalhos aturados e proveitosos, não conseguia crear eschola, nem tradição.

A geração que lhe succedeu, assim que voltou com a paz a estabilidade politica, deitou mãos á obra, mas o seu trabalho nunca chegou a ter a importancia e vastidão do precedente. Foi mais o esforço e o exemplo individual de um homem, do que o movimento de uma geração. Para Herculano, porém, as ambições iam mais longe; e não só se propunha a restaurar a erudição, como a fundar a historia propriamente dita — arte scientifica e litteraria que se podia dizer esquecida entre nós desde o XVI seculo. Os seus modelos não eram porém já os classicos antigos, e o novo

historiador inspirava-se principalmente nos modernos typos do genero, publicados n'este seculo na Allemanha, na Inglaterra e na França. A historia afigurava-se então como a sciencia das instituições, ou uma especie de nomologia; e ao lado da historia formava-se um genero hybrido e falso, o *romance historico,* em que é para lamentar o tempo e o talento disperdiçados a compor verdadeiros *pastiches.* O valor d'essas obras, a que ficaram ligados os nomes de Herculano e Garrett, de Mendes Leal e Rebello da Silva, de Marreca e Bernardino Pinheiro, de Corvo e Arnaldo Gama, de Camillo Castello-Branco e ainda de Pinheiro Chagas, valor escasso ou nullo como obras poeticas, é apenas o da historia dos costumes, trajos, etc., do *pittoresco* da historia, traduzido pelos authores com maior ou menor saber e fidelidade.

A influencia pouco duradoura de Herculano sobre a Academia conseguiu, ainda assim, avivar um pouco as tradições eruditas, e a publicação dos ineditos foi recomeçada na collecção dos *Portugalliæ monumenta historica.* Digno discipulo de Herculano em erudição, Soromenho, roubado ainda moço ás lettras e além d'isso desviado da historia moderna pela epigraphia e pela archeologia romanas, não pôde dar aos *Monumenta* a sequencia desejada. Com elle se acabou de todo esse fugaz renascimento da erudição historica. Entretanto a Academia occupou-se ainda (e occupa-se) da impressão dos ineditos da historia ultramarina; e as *Lendas da India,* preciosa revelação, foram saíndo sob o cuidado de Rodrigo Felner, tambem author de um curioso jornal, o *Bibliophilo,* onde publicára uma narrativa fidedigna da jornada de Africa. Morto Felner, a tarefa anda hoje a cargo do sr. Bulhão Pato.

Pullularam, porém, de 1840 a 1860 as publicações e os livros de caracter diverso, com o fim de vulgarisar um conhecimento mais substancial da historia; e ainda aqui a influencia mais ou menos directa de Herculano, pessoalmente ou pelos seus discipulos, era evidente. O *Panorama* e as outras publicações da *Sociedade propagadora* fundada pelo mestre, o *Archivo pittoresco,* dirigido pelo sr. Tullio, um discipulo, e os *Annaes das sciencias e lettras,* por Lopes de Mendonça e Rebello da Silva, contém subsidios historicos, muitas vezes de valor, mas frequentemente curiosos apenas. Herculano, além de director dos *Portugalliæ monumenta historica,* contribuiu para a erudição historica com as suas edições do *Roteiro de D. João de Castro,* da *Chronica de D. Sebastião* de Fr. Bernardo da

Cruz, e dos *Annaes de D. João III* de Fr. Luiz de Souza, não fallando nas suas numerosas monographias, agora colleccionadas na serie de opusculos, em via de publicação (Liv. Bertrand). Tambem numerosos trabalhos avulso e curiosas investigações apparecem subscriptos com o nome de Camillo Castello-Branco, o editor das *Memorias de fr. João de S. Joseph Queiroz*. Mencionaremos ainda as *Lendas peninsulares* e as curiosidades de José de Torres, o *Summario de varia historia* de Ribeiro Guimarães, as *Memorias das rainhas de Portugal* do sr. Figanière, a edição das *Obras completas* do Cardeal Saraiva, por Correia Caldeira, as escavações, mais curiosas do que importantes, de Innocencio da Silva, do marquez de Rezende, do snr. José Silvestre Ribeiro e do snr. Vilhena Barboza.

Todos estes esforços, desordenadamente encaminhados, demonstram a anarchia dos estudos; e é de crer que, se a tradição erudita da Academia se não tivesse interrompido, poderiam elles ter produzido um systema de trabalhos tão homogeneos e importantes como os do fim do seculo anterior. A influencia pessoal de um homem, ainda mesmo dotado da capacidade e do amor do trabalho de Herculano, não podia supprir a falta da direcção superior de uma corporação como era a Academia.

Todos os trabalhos de Herculano já mencionados, edições, monographias, etc., gravitam em torno da *Historia de Portugal,* monumento imperfeito que revela, ao lado das fortes qualidades, os defeitos do primeiro escriptor dos nossos modernos tempos e a influencia das condições em que trabalhava. A *Historia da origem e estabelecimento da Inquisição* é decerto a sua melhor obra, como exemplar do genero; e ainda que redigido de um modo conciso e escholar, o *Ensaio sobre a historia da legislação* de Coelho da Rocha é o livro mais praticamente util, de quantos a historiographia produziu em Portugal n'este seculo. A Rebello da Silva deve-se uma *Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII*, obra copiosa, e uma boa *Memoria sobre a agricultura e a povoação.*

Ao lado d'estes, convem mencionar ainda os trabalhos do snr. Chaby sobre a guerra peninsular; e as *Historias do reinado de D. José* e da *Guerra civil e estabelecimento do governo parlamentar, do* snr. Soriano — livros sem merito litterario, mas que têm o valor de chronicas sobre que futuros historiadores virão a contar e a julgar os acontecimentos modernos de Portugal. Não valem menos, tambem, as publicações periodicas, litteratura abun-

dante que encerra a historia nacional, a começar na éra de 20 com o *Padre Amaro,* impresso em Londres. A collecção do *Corpo diplomatico* e *Quadro elementar,* publicadas por ordem do governo, são tambem subsidios valiosos, e até indispensaveis para a historia diplomatica; bem como os *Annaes da Marinha portugueza* de Quintella e os *Quadros navaes* de Celestino Soares o são para a historia maritima.

A moderna historiographia nacional apresenta tres epochas successivas de uma consideravel expansão, mas ephemeras: em nenhuma d'ellas se conseguiu fixar uma tradição, fundar uma eschola. A primeira é a da Academia de Historia (1720 a 31) a que preside A. C. de Souza com a *Historia genealogica;* a segunda é a da Academia das Sciencias (1780 a 96) a que preside João Pedro Ribeiro com a *Dissertação chronologica,* as *Reflexões,* etc.; a terceira, finalmente, é a de Herculano, com a *Historia de Portugal.*

Depois d'esta ultima, a historiographia extingue-se; e embora appareçam trabalhos avulso de um merito mais ou menos avultado, é facto que não ha nos escriptores em geral a força bastante para arcar com a dureza ou com a difficuldade dos trabalhos historicos. A *Historia da philosophia em Portugal* do snr. Lopes Praça, as *Raças historicas* do snr. Vilhena, as *Causas da decadencia* do snr. Quental, *Os D. Sebastião* do snr. Dantas, *O Marquez de Pombal* de F. Luiz Gomes, os *Quadros historicos* do snr. Silveira da Motta, as *Rainhas de Portugal,* do snr. Benevides, a *Descripção das Moedas* do snr. Aragão e as recentes *Memorias de um soldado da India* do snr. Costa Lobo, não bastam para formar uma litteratura historica; e nem os ponderosos trabalhos do snr. Th. Braga, nem a compilação que sob o titulo de *Historia de Portugal* deu á luz uma Sociedade de litteratos (o snr. Pinheiro Chagas) bastam como eschola de estudos historicos.

Terminando, não deixaremos de mencionar algumas obras estrangeiras que podem e devem auxiliar o estudo da historia patria: a *Historia de Portugal* de H. Shaeffer, cuja primeira parte anda traduzida do original allemão em francez e portuguez; o *Portugal pittoresco,* em francez, de F. Denis; a *Vida do Infante D. Henrique,* traduzida em vulgar, do inglez de Major; e as *Noticias archeologicas* de Hubner, traduzidas tambem, do allemão em vulgar, por Soromenho.

Recentemente devemos mencionar por ordem de importancia e alcance o livro do snr. conde de Villa-franca *D. João I e a alliança ingleza,* o do snr. conde de S. Mamede *Don Sebastien et Philippe II*, monographia curiosa e superior em tudo á antecedente, o *Portugal na epocha de D. João V* do snr. Bernardes Branco, e as preciosas edições commentadas pelo snr. Fernando Palha: *O casamento do infante D. Duarte, O conde de Castello melhor,* e sobretudo a *Carta de marca de João Ango.* No fim e como tributo de respeito mencionaremos a obra fundamental do snr. Gama Barros, *Historia da administração publica em Portugal nos seculos XII a XV*, um livro digno de hombrear com os do grande Herculano, e que por signal seria impossivel fazer se o nosso historiador não tivesse desbravado o campo.

Como compilações ou codificações de documentos historicos devemos lembrar a *Collecção das leis de Divida publica portugueza* (1.ª parte, div. interna) mandada fazer pela Junta do Credito publico; e os *Elementos para a historia do municipio de Lisboa* (em via de publicação) a cargo do sr. Eduardo Freire de Oliveira e mandados coordenar pela camara municipal.

(N. DA 4.ª ED.)

INDICE

DO TOMO SEGUNDO

LIVRO QUINTO

A catastrophe

(DYNASTIA DE AVIZ, (cont.): 1500-80)

LIVRO SEXTO

A decomposição

(DOMINIO HESPANHOL: 1580-640; — DYNASTIA DE BRAGANÇA, 1640-1777)

LIVRO SETIMO

A anarchia espontanea

(DYNASTIA DE BRAGANÇA (cont.): 1777-1826)

APPENDICES

ERRATA

PAG.	LIN.	ERROS	EMENDAS
137	7	tribunos	tributos
226	13	o «Sebastião	«o Sebastião
230	19	É uma serie	E uma serie
259	17	sem consciencia	sem consistencia
262	25	desconjuntando	desconjuntado
277	34	dos braços	nos braços
294	5	pollular	pullalar
296	22	carveira	craveira

Ex V. F. S.
9/4/12.